UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTOS DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ARNALDO REBELLO CAMARGO JÚNIOR

A autorreflexividade na escrita de redações de vestibular

SÃO PAULO
2018

ARNALDO REBELLO CAMARGO JÚNIOR

A autorreflexividade na escrita de redações de vestibular

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em Letras.

Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C172a	<p>Camargo Júnior, Arnaldo Rebello</p> <p>A autorreflexividade na escrita de redações de vestibular / Arnaldo Rebello Camargo Júnior; orientador Manoel Luiz Gonçalves Correa. - São Paulo, 2018.</p> <p>244 f.</p> <p>Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.</p> <p>1. escrita. 2. letramento. 3. argumentação. 4. discurso. 5. Redação. I. Correa, Manoel Luiz Gonçalves, orient. II. Título.</p>
-------	--

Nome: CAMARGO JR., Arnaldo Rebello

Título: A autorreflexividade na escrita de redações de vestibular

Tese apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em Filologia e
Língua Portuguesa do
Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas da
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências
Humanas da Universidade
de São Paulo, para a
obtenção do título de
doutor em Letras.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

À minha mãe, Adélia Salles, que me formou como leitor

*Ao meu pai, Arnaldo Rebello Camargo, exemplo de bondade e caráter
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, pela orientação sempre atenta e precisa;

Ao grupo de pesquisa *Práticas de Leitura e Escrita em Português Língua Materna*, pela oportunidade de reflexão, estudo e trocas de pontos de vistas preciosos;

Aos colegas Artinésio Widnesse Saguete, Cristian Henrique Imbruniz, Leonardo Gonçalves de Lima, Michele Siqueira, Rosângela Rodrigues Borges, Thaís Rosa Viveiros e Vanda Mari Trombetta pela amizade, convívio e coleguismo;

Ao Adair Vieira Gonçalves, pela parceria, ajuda e amizade;

À professoras Cristiane Carneiro Capristano e Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh, pelos preciosos comentários e leitura atenta dos resultados parciais do trabalho no exame de qualificação;

À professora Juliana Assis, pela ajuda e incentivo na obtenção da bolsa sanduíche CAPES/COFECUB;

Ao programa CAPES/COFECUB (projeto nº834/15), pelo financiamento do estágio de pesquisa na França;

Ao professor Bertrand Daunay que supervisionou meu estágio de pesquisa na Université de Lille 3: Sciences Humaines et Sociales;

À M. Valéry Lantoiné, secretária do CIREL, pelo auxílio com questões práticas durante meu estágio de pesquisa na França;

À Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, Portugal, pela acolhida durante período de apresentação de resultados parciais da pesquisa ;

À Gabriela Siqueira Neves, pelo incentivo e apoio incondicional ao longo de toda a trajetória da pesquisa;

À Paula Strano, pelo apoio e suporte na etapa final da escrita da tese;

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, deram seu apoio durante o período de elaboração da pesquisa até sua finalização.

RESUMO

CAMARGO JR., A. R. **A Autorreflexividade na escrita de redações de vestibular**. 2018. 1XXf. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Este trabalho tem por objetivo investigar, de uma perspectiva enunciativo-discursiva, o caráter autorreflexivo da escrita no gênero redação de vestibular. O material analisado é composto de 75 produções escritas de vestibulandos, advindas de três diferentes instituições: Centro Universitário FIEO, Universidade Federal de Grande Dourados e Universidade de São Paulo. A autorreflexividade foi tomada, a princípio, como um movimento da produção do discurso que, no texto escrito, coloca-se como uma forma de o escrevente organizar os objetos de discurso (MONDADA e DUBOIS, 1995; KOCH e MARCUSCHI, 1998; KOCH, 2009), visando à construção da argumentação. Para efetuação da análise da autorreflexividade no corpus selecionado, buscamos, no próprio material, por estratégias que evidenciassem esse movimento autorreflexivo. Verificamos que as estratégias acionadas para organizar o texto apresentam dois padrões, ligados a dois procedimentos argumentativos: o de generalização e o de particularização. A generalização e a particularização revelaram estratégias utilizadas pelos escreventes para argumentar. Para análise, valemo-nos da noção de cronotopo (BAKHTIN, 1975) e da revisão da noção em Blommaert e Fina (2015), que propõem serem as diferentes identidades sociais construídas e modificadas cronotopicamente, o que, em termos enunciativo-discursivos, interpretamos, como correspondendo ao processo de construção da pessoa no texto. Nessa perspectiva, investigamos a noção de pessoalidade e o modo de criação de uma figura textual da pessoa na escrita a partir de Street (2000, 2006) e Besnier (1991, 1995). Consideramos que a pessoalidade está diretamente relacionada à autorreflexividade, pois é a instância em função da qual o escrevente entra no jogo de assumir ou recusar certas identidades associadas a determinada prática de letramento. Fundamentando-nos na não-coincidência do dizer, particularmente do sujeito consigo próprio (AUTHIER-REVUZ, 1998), defendemos que a relação sujeito (do discurso)/pessoalidade (no texto) é um caso de autorreflexividade que se materializa como uma construção textual. Esse caráter de pessoa (a pessoalidade), na qualidade de figura textual, constitui-se, pois, como um dos modos pelos quais a autorreflexividade se manifesta na redação de vestibular, prática letrada que circunscreve certa identidade a ser contemplada, mas cujo cumprimento, por parte dos escreventes, nunca é totalmente consistente. Associado à pessoalidade e marcado por seu caráter argumentativo, mostrou-se também como produtivo, do ponto de vista da análise qualitativa empreendida, o uso da combinação entre modalização deôntica e voz coletiva, também considerado como um movimento autorreflexivo na escrita. Vários critérios levantados relativamente aos procedimentos de generalização e particularização; à construção da pessoalidade e, por fim, à combinação entre modalização deôntica e voz coletiva compõem três grupos de marcas de autorreflexividade presentes nos textos analisados. Guardadas as especificidades de cada grupo, a associação entre processo de autorreflexividade, referenciação e argumentação está presente nos três grupos de marcas, mas não com o mesmo peso. No material analisado, mas talvez em extensão mais ampla do uso da escrita, é a autorreflexividade, como propriedade fundamental da linguagem, que comanda a referenciação e a argumentação.

Palavras-chave: escrita; letramento; argumentação; discurso; redação.

ABSTRACT

CAMARGO JR., A. R. **Auto-reflexivity in the writing of college application essay**. 2018. 1XXf. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

The aim of this work is to investigate, from an enunciative-discursive standpoint, the auto-reflexive nature of writing in the genre college application essay. The analyzed material is composed of 75 texts of writers, coming from three different institutions: FIEO University Center, Federal University of Grande Dourados and University of São Paulo. Auto-reflexivity was taken at first as a movement of the production of discourse which, in the written text, is put as a way for the writers to organize the objects of discourse (MONDADA and DUBOIS, 1995, KOCH and MARCUSCHI 1998, KOCH, 2009), aiming at the construction of the argumentation. To carry out the analysis of the auto-reflexivity in the selected corpus, I searched, in the material itself, for strategies that evidenced this auto-reflexive movement. I verified that the strategies used to organize the text present two patterns, linked to two argumentative procedures: generalization and particularization. The generalization and the particularization were captured by means of criteria established from the analysis of the strategies used by the writers to argue. In order to analyze such strategies, I use the notion of chronotope (BAKHTIN, 1975) and the revision of this notion in Blommaert and Fina (2015), who propose to be the different social identities constructed and modified chronotopically, which is interpreted, in a discursive standpoint, as corresponding to the process of construction of the person in the text. In this perspective, I investigate the notion of personhood and how it is created in writing, considering the perspective of Street (2000, 2006) and Besnier (1991, 1995). I consider that personhood is directly related to auto-reflexivity, because it is the instance in which the writers enters into the activity of assuming or refusing certain identities associated with a particular literacy practice. Based on the non-coincidence of speech, particularly of the subject with him/herself (AUTHIER-REVUZ, 1998), I argue that the subject (of discourse) / personhood relationship (in the text) is a case of auto-reflexivity that materializes as a textual construction. This character of person (the personhood), as a textual figure, is therefore one of the ways in which auto-reflexivity manifests itself in the college application essay a literacy practice that circumwritters a certain identity to be contemplated, but whose fulfillment, by the writers, is never entirely consistent. Associated with personhood and marked by its argumentative character, the use of the combination between deontic modalization and collective voice, also considered as a auto-reflexive movement in writing, was also productive from the point of view of the qualitative analysis undertaken. Several criteria were raised regarding generalization and particularization procedures; construction of the personhood and, finally, combination between deontic modalization and collective voice. Those criteria make up three groups of marks of auto-reflection present in the analyzed texts. Given the specificities of each group, the association between the process of auto-reflexivity, referencing and argumentation is present in the three groups of marks, but not with the same importance. In the analyzed material, but perhaps in a broader extent of the use of writing, it is the auto-reflexivity, as the fundamental property of language, which governs reference and argumentation.

Key-words: writing; literacy; argumentation; discourse; essay.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização – UFGD.....	48
Tabela 2 – Quantidade total de ocorrências do procedimento de generalização no conjunto das redações – UFGD	50
Tabela 3 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização – UNIFIEO	52
Tabela 4 – Quantidade total de ocorrências do procedimento de generalização no conjunto das redações – UNIFIEO	53
Tabela 5 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização – FUVEST	55
Tabela 6 – Quantidade total de ocorrências do procedimento de generalização no conjunto das redações – FUVEST	56
Tabela 7 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização nas três instituições	59
Tabela 8 – Critério com MAIOR FREQUÊNCIA em textos com ocorrências.....	60
Tabela 9 – Critério com MENOR FREQUÊNCIA em textos com ocorrências.....	63
Tabela 10 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações nas três instituições	64
Tabela 11 – Critério com MAIOR FREQUÊNCIA de ocorrências	66
Tabela 12 – Critério com MENOR FREQUÊNCIA de ocorrências	67
Tabela 13 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização – UFGD	69
Tabela 14 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações – UFGD.....	70
Tabela 15 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização – UNIFIEO.....	71
Tabela 16 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações – UNIFIEO.....	72
Tabela 17 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização – FUVEST.....	73
Tabela 18 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações – FUVEST	74
Tabela 19 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização nas três instituições.....	76

Tabela 20 – Critério com maior frequência em textos com ocorrências	77
Tabela 21 – Critério com menor frequência em textos com ocorrências	77
Tabela 22 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações nas três instituições	78
Tabela 23 – Critério com maior frequência em ocorrências.....	79
Tabela 24 – Critério com menor frequência em ocorrências.....	79
Tabela 25 – Textos em 3ª pessoa X textos com 1ª pessoa.....	109
Tabela 26 – UFGD – A combinação de VC e MD.....	126
Tabela 27 – UNIFIEO – A combinação de VC e MD.....	126
Tabela 28 – FUVEST – A combinação de VC e MD.....	127
Tabela 29 – MD combinada nas três instituições.....	128
Tabela 30 – MD não-combinada com VC.....	129
Tabela 31 – UFGD – tipo de MD.....	132
Tabela 32 – UNIFIEO – tipo de modalização.....	132
Tabela 33 – FUVEST – tipo de modalização.....	133
Tabela 34 – UFGD, UNIFIEO e FUVEST – tipo de modalização.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos da relação entre generalização e autorreflexividade	32
Quadro 2 – Aspectos da relação entre particularização e autorreflexividade.....	35
Quadro 3 – Generalização/particularização X aderência.....	37

SUMÁRIO

Introdução	01
A – Hipóteses de pesquisa	01
B – Objetivos	04
Capítulo 1 – Revisão bibliográfica e construção do objeto de pesquisa	07
1.1 As formas da autorreflexividade: relações entre língua, discurso e enunciação ..	08
1.2 Caracterizando a autorreflexividade: possibilidades de abordagem	12
1.3 Caracterização do cronotopo	16
Capítulo 2 – Metodologia	19
2.1 Fundamentação teórico-metodológica	19
2.2 Abordagem quantitativo-qualitativa	20
2.3 A escrita para o vestibular e o gênero redação de vestibular	21
2.4 Constituição do <i>corpus</i> analisado	25
2.5 Caracterização do objeto de pesquisa	25
2.5.1 Considerações iniciais	25
2.5.2 O objeto de pesquisa	27
2.6 Estabelecimento de categorias de análise	30
2.7 A construção dos dados	40
2.7.1 Estratégias de generalização	41
2.7.2 Estratégias de particularização	46
Capítulo 3 – Análise	47
3.1 Considerações iniciais	47
3.2 Análise dos dados obtidos do <i>corpus</i>	48
3.2.1 Processo de Generalização	48
3.2.1.1 UFGD	48
3.2.1.2 UNIFIEO	51
3.2.1.3 FUVEST	54
3.2.1.4 UFGD, UNIFIEO e FUVEST	58
3.2.2 Processo de particularização	69
3.2.2.1 UFGD	69
3.2.2.2 UNIFIEO	71
3.2.2.3 FUVEST	72

3.2.2.4 UFGD, UNIFIEO e FUVEST.....	75
3.2.3 Conclusões parciais da análise dos dados	79
3.3 Fatos singulares fornecidos pelos dados	80
3.3.1 Referenciação, pessoalidade e autorreflexividade	80
3.3.1.1 Concepção etnográfica de pessoalidade	81
3.3.1.2 Pessoalidade e intertextualidade	91
3.3.1.3 Pessoalidade, contexto e discurso	93
3.3.1.3.1 Condições de produção e funcionamento do discurso.....	93
3.3.1.3.2 Contexto e acontecimento discursivo	98
3.3.1.4 Pessoalidade e autorreflexividade.....	102
3.3.1.5 Os dados.....	106
3.3.1.5.1 Estratégias de referenciação em 3ª ou 1ª pessoa	107
3.3.1.5.2 A construção da referência em 3ª ou com 1ª pessoa e os processos de generalização/particularização	114
3.3.2 Voz coletiva e modalização deôntica	118
3.3.2.1 Considerações iniciais.....	118
3.3.2.2 Modo de análise dos dados	122
3.3.2.3 Análise dos dados de combinação entre MD e VC	125
3.3.2.4 Algumas considerações sobre a combinação entre MD e VC	142
3.3.3 Questões relacionadas às condições de produção e às instituições.....	145
3.3.4 Referenciação e pessoalidade.....	147
3.3.5 Conclusão das análises.....	150
Capítulo 4 - Considerações finais	153
Referências bibliográficas	156
Anexos	160
Anexo A – Transcrição das redações da FUVEST	160
Anexo B – Transcrição das redações da UFGD	183
Anexo C – Transcrição das redações da UNIFIEO	206

Introdução

Este trabalho é resultado de uma investigação feita sobre o caráter autorreflexivo da escrita em redações de vestibular. Esse tema surgiu, em um primeiro momento, a partir de um questionamento geral sobre as propriedades autorreflexivas da linguagem. As propriedades autorreflexivas da escrita são comumente exploradas por meio dos conceitos de epilinguagem, metalinguagem, metadiscurso e metaenunciação. Ainda no primeiro momento da investigação, o intuito foi buscar as propriedades autorreflexivas da linguagem para além das marcas evidentes¹ que denunciavam essas propriedades na materialidade do texto escrito.

Num segundo momento, o material pesquisado – textos escritos de vestibulandos – passou a ter prevalência sobre as propriedades gerais de autorreflexividade. Constituído de 75 redações de vestibular de 3 instituições distintas, conforme melhor se descreve no capítulo de metodologia, foi submetido a um estudo inicial para estabelecimento dos critérios de análise. Verificou-se, nesse momento, algo que não poderia ser ignorado: o fato de que as estratégias acionadas para organizar o texto apresentavam sempre característica generalizantes ou particularizantes. Frente a essa caracterização da organização da escrita, buscou-se observar de que forma os escreventes acionavam as diferentes estratégias de generalização e de particularização, de modo a consolidar os critérios de análise do *corpus*, propostos e mais bem detalhados a partir do capítulo de metodologia.

Esses critérios de análise permitiram evidenciar a forma como a autorreflexividade se estabelece nessa escrita. Expomos nesta introdução os princípios norteadores da presente pesquisa, bem como os seus objetivos.

A - Hipóteses de pesquisa

Como hipótese inicial, a autorreflexividade foi tomada como um movimento inerente à produção do discurso que, no texto escrito, coloca-se como uma forma de o escrevente organizar os objetos de discurso (produtos do processo de referenciação, cf. MONDADA e DUBOIS, 1995; KOCH e MARCUSCHI, 1998; KOCH, 2009),

¹ Consideramos marcas evidentes das propriedades autorreflexivas da linguagem aquelas que identificam, de forma marcada, os retornos sobre o dizer, feitos, por exemplo, por meio do uso de parênteses, aspas ou expressões cristalizadas (tais como “ou seja”, “isto é”).

colocando-os em função da direção argumentativa pretendida, considerada a imagem que o sujeito constrói de seu leitor e a correspondente construção da personalidade como figura textual (redefinida, neste trabalho, a partir de BESNIER, 1991).

A autorreflexividade considerada como uma propriedade da linguagem encontra um de seus pontos de apoio na proposta de Voloshinov/Bakhtin, (s.d.; [1926]) de que todo enunciado surge como uma réplica a um dizer. Ao considerar que essa réplica pode ter um caráter epilinguístico, em conformidade com a proposta de Culioli (1968) e revisão feita por Romero (2011), em que a função epilinguística é uma propriedade da linguagem em geral e é posta em ação no uso da língua, inclusive de forma inconsciente (em oposição à metalinguagem, que é acionada para trazer a linguagem como alvo do propósito comunicativo), amplia-se a possibilidade de estudo da autorreflexividade na escrita, fundamentada na ideia de que o dizer tem, do ponto de vista de seu caráter de réplica, uma natureza autorreflexiva, na medida em que se estabelece como um “dizer sobre outro dizer”. É, nesse sentido, que, neste trabalho, consideramos a autorreflexividade como propriedade constitutiva da linguagem, podendo ser captada segundo funcionamentos linguístico-discursivos marcados no texto.

Proposta dessa forma, a autorreflexividade relaciona-se diretamente com as estratégias de reformulação e de paráfrase, que, sendo importantes etapas do processo de referenciação, são caracterizadas como as principais estratégias de que o escrevente lança mão para organizar os objetos de discurso no texto. Partindo dessa perspectiva, ao analisarmos a autorreflexividade como propriedade constitutiva da produção do texto, chegamos ao fato de que tal processo é acionado ao longo do estabelecimento da referenciação e da construção dos objetos de discurso. Isso tem como consequência, a evidenciação da presença do sujeito, algo que contraria as ordens sempre presentes no ensino da escrita na educação básica e nos cursinhos, que dizem respeito à suposta necessidade de apagamento do sujeito como condição primordial para a escrita do gênero redação de vestibular. Neste trabalho, é o caráter incontornável dessa participação que determina a relação entre sujeito do discurso e construção de uma pessoa no texto.

Ao pensar a referenciação como o processo de estabelecimento de objetos de discurso, atrelamos a elaboração do texto às formas de mobilização do discurso, ou

seja, às relações de sentido historicamente constituídas, de acordo com pressupostos já bastante conhecidos da Análise de Discurso de linha francesa. Sob essa perspectiva, a autorreflexividade pode ser caracterizada como o movimento de um sujeito que, de modo a se valer do processo autorreflexivo para negociação dos sentidos no texto, lida, na escrita, com a referenciação, a partir da propriedade da linguagem de dobrar-se sobre si mesma.

Se o sujeito é levado a negociar os sentidos por meio desse processo autorreflexivo, é possível afirmar também que a autorreflexividade é um processo discursivo que, acima de tudo, estabelece, por projeção feita a partir do plano da formulação do discurso (esquecimento nº 2)², uma tênue zona de fronteira entre a enunciação e o enunciado, onde nasce o movimento argumentativo que direciona os sentidos na produção textual.

Objetivamente, essa zona de fronteira entre o enunciado e a enunciação situa, paralelamente, a autorreflexividade na escrita entre o processo de referenciação e o movimento argumentativo que se constrói por meio de uma concepção de temporalidade e de espacialidade que não podem ser dissociados, num sentido próximo ao da ideia de cronotopo (BAKHTIN, 2011). O conceito de cronotopo, embasando o momento autorreflexivo - que permite a passagem da referenciação para a argumentação - é uma ferramenta bastante pertinente para definir a natureza da autorreflexividade da escrita e, mais especificamente, relacionada aos processos de generalização e de particularização já mencionados, que sempre estão presentes na escrita das redações de vestibular. Isto posto, uma questão se sobressai de imediato. Trata-se de uma das preocupações desta pesquisa: a de caracterizar se a autorreflexividade se dá sempre da mesma forma nos processos de generalização e particularização ou se é estabelecida de formas diferentes onde há generalização e onde há particularização.

Faz-se necessário explorar também as relações entre pessoalidade e autorreflexividade na escrita. A autorreflexividade na escrita da redação de vestibular relaciona-se diretamente com a pessoalidade e a identidade, conforme exploramos em mais detalhes nos capítulos seguintes. As práticas de letramento estão constitutivamente relacionadas à pessoalidade, de modo que seja possível verificar,

² Conferir, aqui mesmo, p. 89 e 90.

em cada gênero discursivo (entendido como produto de tais práticas), a construção de diferentes aspectos de pessoalidade e identidade. A pessoalidade passa pelo jogo de imagens criadas na escrita de modo a revelar marcas de um sujeito ali instaurado. Em outras palavras, o sujeito do discurso cria uma figura de pessoa no texto que, por sua vez, é um dos modos pelos quais a autorreflexividade da linguagem se manifesta. À medida que a pessoalidade pode ser vista como a instauração da figura textual da pessoa nas relações textuais-discursivas, é possível afirmar que estabelece também relações com os processos de generalização e particularização, de modo que a pessoalidade ganha também contornos autorreflexivos, segundo o modo de representação da pessoa se volte para a generalização ou para a particularização.

Essas buscas foram corroboradas na análise dos dados, a qual, como dissemos, baseia-se no retorno que o escrevente faz à linguagem, algo que permite capturar o modo como se dá a autorreflexividade da linguagem, pensada na escrita como o momento em que o sujeito é levado a refletir sobre a forma e o sentido adequados para engajar o outro em seu discurso.

B) Objetivos

Expostos os passos iniciais do trabalho, a investigação feita sobre o *corpus*, o levantamento dos dados bem como a análise e interpretação desses dados tem como objetivo responder a algumas questões que se colocam pertinentes à proposta de pesquisa inicialmente apresentada. Como objetivos gerais, temos:

- 1) Estabelecer, de um ponto de vista discursivo, como se caracteriza a autorreflexividade na escrita e as implicações que a exploração desse conceito traz para a compreensão do gênero redação de vestibular;
- 2) analisar a autorreflexividade na escrita em relação às estratégias de generalização e particularização nos textos analisados;

- 3) investigar o funcionamento da modalização como participante da autorreflexividade na escrita e sua relação com o processo de construção da *pessoalidade* (numa adaptação da noção de Besnier, 1991) no texto.

Esses objetivos gerais se desdobram em objetivos mais específicos que são explorados ao longo do desenvolvimento do trabalho, os quais visam fornecer detalhes sobre a forma de condução da pesquisa e, mais especificamente, apresentar o comportamento da autorreflexividade na escrita de redações de vestibular. Os objetivos específicos são apresentados a seguir:

- a) relacionar os dados de generalização e particularização às representações dos escreventes sobre a escrita;
- b) explorar o conceito de cronotopo para caracterizar a autorreflexividade em relação aos processos de generalização e de particularização na escrita;
- c) observar como as funções interacionais e modalizadoras se relacionam com a autorreflexividade da linguagem;
- d) partindo das formas “capilarizadas” de manifestação da generalização e da particularização, ou seja, dos usos específicos das estratégias de generalização e particularização, transformados, na presente pesquisa em critérios de análise, estabelecer, dentre esses recursos, de quais, dentre eles, os escreventes se valem para organizar a sua escrita, investigando sobre a preferência por um ou outro recurso ou estratégia na escrita, ou se haveria combinação de recursos para obter determinados efeitos de sentido; decorre desse objetivo específico asseverar o que isso significa para a escrita em uma situação formalizada, tal como a do vestibular;
- e) estabelecer a relação entre sujeito/leitor/pessoa, firmada na distinção entre uma posição no discurso (sujeito) e a construção no texto de uma figura a

ele correspondente (pela construção da *pessoalidade*), além da antecipação de um leitor, também construída no texto.³

O presente trabalho foi organizado da seguinte forma: No Capítulo 1, apresentamos os pressupostos teóricos que embasam a tese; no Capítulo 2, apresentamos e descrevemos os dados analisados bem como os recursos metodológicos para explorá-los; no capítulo 3, analisamos os dados à luz dos pressupostos teórico-metodológicos; apresentamos, por fim, as Considerações finais, estabelecendo a síntese dos resultados da pesquisa e apresentamos as Referências bibliográficas utilizadas.

³ Uma observação que se faz necessária nesta introdução: a busca de categorias a partir da exploração dos textos analisados (e não a aplicação direta de categorias prontas) exigiu repetidas buscas teóricas, o que se refletiu na escrita do trabalho, marcado por eventuais digressões teóricas.

Capítulo 1 – Revisão bibliográfica e construção do objeto de pesquisa

A autorreflexividade é um termo, que, *grosso modo*, refere-se à propriedade de um objeto de “fazer referência a”, “menção a” ou “discussão de suas próprias características, analiticamente, ou de si mesmo como um todo”. Nos estudos linguísticos, de modo geral, o termo faz alusão às propriedades que um objeto linguístico tem de fazer referência às suas próprias características ou existência.

Grande parte dos estudos que envolvem a linguagem em uma relação autorreflexiva estabelece essa propriedade por meio de termos encabeçados pelo prefixo “meta-” (metadiscursivo, metalinguístico, metaenunciativo), tradicionalmente, por exemplo, na linguística textual (JUBRAN, 1999; RISSO, 1999) e na perspectiva textual-interacionista (LIMA, 2009). Esses autores, de modo geral, observam as características autorreflexivas na linguagem por meio de expressões ou termos que evocam certos usos da linguagem para refletir sobre suas propriedades e seus recursos, com as funções de conduzir os sentidos do texto e de construir estratégias argumentativas. Consideramos essa forma de abordagem da autorreflexividade bastante pertinente e importante para a reflexão sobre a argumentação na escrita. Essa linha teórica pressupõe um sujeito que articula tais estratégias, em alguma medida, de forma consciente, e busca aprofundar a consciência sobre essas estratégias no trabalho com a produção escrita. Apesar dessa linha de pesquisa ser de grande importância para a fundamentar alguns pressupostos iniciais, não será essa nossa opção teórica para fundamentar as hipóteses levantadas na tese.

No contexto da presente pesquisa, a opção pelo uso do termo autorreflexividade se dá pela necessidade de distanciar-se dos termos “meta-”, pela intenção de não capturar a autorreflexividade apenas pelas marcas enunciativas, como em algumas interpretações feitas a partir da Linguística Textual e da Teoria da Enunciação. Neste trabalho, privilegia-se um tratamento que toma as estratégias como articuladas no limiar entre o discurso e a materialidade do texto, posto que o presente trabalho se inscreve em uma perspectiva enunciativo-discursiva. Assim, definimos inicialmente a autorreflexividade da linguagem como uma atividade epilinguística, em conformidade com o que Culioli (1968, p. 108) formula sobre essa atividade:

Le langage est une activité qui suppose, elle-même, une perpétuelle activité épilinguistique (défini comme “activité métalinguistique non consciente”), ainsi qu’une relation entre un modèle (la compétence, c’est-à dire l’appropriation et la maîtrise acquise d’un système de règles sur des unités) et sa réalisation (la performance) dont nous avons la trace phonique ou graphique, des textes.⁴

Culioli (*op. cit.*) considera que a atividade de linguagem se constitui como uma atividade epilinguística, ou seja, uma atividade metalinguística não consciente, em que se marca a autorreflexividade da linguagem, posto que os seus usos não pressupõem a consciência dos sujeitos. Nessa perspectiva, é possível afirmar que nem todo uso da linguagem é consciente. Para o estudo da escrita, isso é particularmente importante, pois permite afirmar que nem toda estratégia autorreflexiva da linguagem é mobilizada para a escrita de forma consciente. Buscamos, na sequência, explorar um pouco mais a questão da autorreflexividade na linguagem e, mais especificamente, na escrita.

1.1 As formas da autorreflexividade: relações entre língua, discurso e enunciação.

Convencionamos denominar autorreflexividade o conjunto de propriedades da linguagem que são traduzidas pelas diversas expressões “meta-“ (metalinguagem, metadiscursividade, metaenunciação), que são, *grosso modo*, formas de fazer referência às propriedades reflexivas da linguagem, sejam aquelas caracterizadas pelo fato de o sujeito poder voltar sobre o próprio dizer, sejam as que tomam a linguagem como um fim em si própria. Em princípio, é possível traçar um pequeno histórico das reflexões sobre a autorreflexividade pela caracterização, primeiro das reflexões sobre a metalinguagem e, em seguida, do metadiscurso, em que a primeira é estabelecida para identificar a possibilidade do código voltar-se para suas propriedades (REY-DEBOVE, 1978, p.1) e o último, como uma aplicação da primeira, de modo a capturar o que é de competência do código e o que é de competência do discurso (BORILLO, 1985, p.48-50).

⁴ A linguagem é uma atividade que supõe, ela mesma, uma perpétua atividade epilinguística (definida como “atividade metalinguística não-consciente”) bem como uma relação entre um modelo (a competência, ou seja, a apropriação e o domínio adquirido de um sistema de regras sobre as unidades) e sua realização (a performance) em que temos o traço fônico ou gráfico dos textos. (tradução nossa)

Do ponto de vista da linguagem considerada como código, em uma perspectiva semiótica, Rey-Debove (*op.cit.*), umas das primeiras autoras a dedicar um estudo à autorreflexividade da linguagem, destaca duas propriedades semióticas que distinguem as propriedades do sistema linguístico de outros sistemas: (a) a possibilidade de poder descrever os sistemas semióticos não-linguísticos; e (b) a possibilidade de servir de base tanto para a elaboração de uma metalinguagem para os sistemas lógico-matemáticos, que são os fundamentos das ciências exatas, quanto para todos os códigos práticos e os modos de expressão significantes: gestual, mímico, icônico, artes plásticas, musicais, etc. No que se refere às línguas naturais, propõe a existência de uma determinada propriedade autonímica da linguagem, intrínseca à metalinguagem:

Tout usager d'une langue trouve dans cette langue de quoi établir une distance entre son discours et lui-même comme sujet de l'énonciation, et entre son discours et le monde comme objet de l'énonciation. La fonction métalinguistique est à la foi une prise en charge par le langage de la description des langues, et une autoregulation des moyens d'expression et de communication d'une langue. Cette situation sémiotique est particulière au langage naturel, parmi les systemes signifiants. (REY-DEBOVE, 1978:1)⁵

Nesta perspectiva, a autora enfoca a metalinguagem como uma propriedade semiótica das línguas naturais de descrição e autorregulação, permitindo ao sujeito da enunciação e aos fatos do mundo (considerados objetos de enunciação) estabelecerem uma distância em relação ao discurso. Para essa autora, um sistema metalinguístico codificado configura-se numa metalíngua de uma determinada língua, e a realização deste sistema em discurso é um metadiscurso. Esta definição coloca língua e discurso como sistemas semióticos de níveis hierárquicos distintos e inter-relacionados, de modo que o discurso é tomado apenas como sinônimo de comunicação, linguagem em situação de uso.

Em uma visão mais orientada para o discurso como eixo de reflexão, Borillo

⁵ “Todo usuário de uma língua encontra nessa língua como estabelecer uma distância entre o seu discurso e o próprio usuário como sujeito da enunciação, e entre seu discurso e o mundo como objeto da enunciação. A função metalinguística é, ao mesmo tempo, a assunção, pela linguagem, da incumbência da descrição das línguas e uma autorregulação dos meios de expressão e de comunicação de uma língua. Dentre os sistemas significantes, essa situação semiótica é particular à linguagem natural.” (tradução nossa)

(1985), propõe que o metadiscurso⁶ não atua na mesma instância da metalinguagem, posto que não consiste apenas em comentar o próprio código, mas comentar o próprio dizer, a partir da explicitação das possíveis relações entre o discurso e a enunciação, fazendo referência ao discurso para explicar o código (não necessariamente implicando uma reflexão sobre a realidade linguística, ou seja, fora de um contexto de estudos e reflexão sobre a linguagem como um sistema), às condições de produção do enunciado (ou seja, fazendo referência ao discurso como um fato da enunciação com a finalidade de tornar explícitas as condições em que aparece), ou à construção do próprio discurso (o modo como os enunciados se organizam a partir de certas estratégias e com finalidades específicas, tal como a organização argumentativa).

Em uma perspectiva pragmática e etnográfica, Hyland (2005) analisa o metadiscurso como uma ferramenta da escrita, sob a perspectiva de que a escrita é uma forma de engajamento social, concebendo assim a linguagem como interação. Nesta perspectiva, o metadiscurso consiste de expressões linguísticas que propiciam o envolvimento do escrevente com o texto bem como o engajamento com os leitores presumidos. A escrita, nessa perspectiva, passa a ser espaço de interação social em que o escrevente lança mão dos recursos metalinguísticos para “moldar o texto” ao seu leitor, ajustando-o à aceitabilidade por meio do controle do nível de pessoalidade⁷ e oferecendo uma representação igualmente aceitável. O autor constrói também sua perspectiva sobre a linguagem como ação social, justificando-a pelo fato de que

“A pesquisa enfatiza que o metadiscurso é um traço pragmático. Isso significa que, ao adotar uma perspectiva metadiscursiva, não estamos meramente analisando ou ensinando estruturas superficiais. Em vez disso, estamos abordando as condições retóricas criadas em um determinado contexto e as funções interacionais que o discurso desempenha nesse contexto. Estamos interessados, então, nos comportamentos dos seres sociais. Em outras palavras, a importância do metadiscurso não reside no significado semântico de formas particulares, mas em significados que só se tornam operacionais dentro de um contexto particular, invocando e reforçando esse contexto em relação à audiência, ao propósito e à comunidade.” (tradução nossa)⁸

⁶ A autora afirma que referir-se à autorreflexividade do discurso por meio do termo metadiscursividade é uma forma de ampliar o escopo de atuação desta propriedade para além do código. Analogamente, não adotamos o termo metadiscurso para, por meio do conceito de autorreflexividade, revisto na presente pesquisa, capturar propriedades da linguagem que incidem sobre a escrita.

⁷ O conceito de pessoalidade é explorado com mais detalhes na seção 3.4, tomando como base as propostas de Street (2006) e Besnier (1991).

⁸ The research emphasizes that metadiscourse is a *pragmatic* feature. This means that when adopting a metadiscourse perspective we are not merely analysing or teaching surface structures. Instead we are addressing the rhetorical conditions created in a given context and the interactional functions discourse

Desse modo, ao considerar o metadiscorso um “traço pragmático”, o autor reforça a ideia de que a linguagem não se reduz ao seu aspecto semântico estrito; tem, ao contrário, uma função interacional e modalizadora intrínseca como propósito. A perspectiva adotada no presente estudo não é inteiramente coincidente com o que propõe o autor. Consideramos que a função interacional existe concomitantemente à função semântica, e que ambas são constantemente atualizadas pelo metadiscorso, ou, mais amplamente, pelas propriedades autorreflexivas da linguagem. Nesse sentido, o funcionamento pragmático da linguagem impõe o comentário (a autorreflexividade) como constitutivo do plano semântico e, também, do próprio plano pragmático.

Entretanto, Hyland (*op.cit.*) reforça ainda que o metadiscorso tem a propriedade de estabelecer “condições retóricas” que possibilitem a interação em determinadas situações constituídas por meio do discurso. Interessa-nos a esse respeito, particularmente, a relação do metadiscorso com as condições retóricas, pois isto permitiria o estabelecimento de uma concepção de sujeito, partindo da perspectiva de que:

(1) a *retórica*, (cf. PERELMAN & TYTECA, 2005, p. 140) não têm como única finalidade – a argumentação –, mas a construção do entendimento por meio do estudo das expressões e das interpretações linguísticas ao mesmo tempo em que busca a adesão de um “auditório”, ou seja, de um interlocutor (universal, particular ou particular no plano dialogal); e

(2) quando consideramos que o *contexto* é formado pela relação entre audiência, propósito e comunidade (HYLAND, *op.cit.*), abre-se a possibilidade de associar esses fatores contextuais à ideia de *extraverbal*⁹, reafirmando as perspectivas

performs in that context. We are interested, then, in the behaviours of social beings. The importance of metadiscourse, in other words, lies not in the semantic meanings of a particular forms but meanings which only becomes operative within a particular context, both invoking and reinforcing that context with regard to audience, purpose and community. (HYLAND, 2005, p. 194).

⁹ A ideia de extraverbal, a que fazemos referência, é a de Voloshinov/Bakhtin (1926: s.d.), concebida como uma parte do enunciado concreto, ao lado de sua parte verbal. O extraverbal traz à tona os presumidos sociais. Nesse sentido, os enunciados da vida cotidiana se constituem como uma rede de valores que englobam a palavra e a situação extraverbal de enunciação. Tais relações de valoração dos discursos, com os quais estabelecem contato direto, se fundem numa unidade indissolúvel. Não basta recorrer aos aspectos fonológicos, sintático ou semânticos considerados de um ponto de vista estritamente linguístico. Esse contexto extraverbal do enunciado se decompõe em 3 aspectos: (a) o **horizonte espacial** comum aos interlocutores (lugar visível); (b) o **conhecimento e compreensão** da situação igualmente comum aos interlocutores; e (c) a **avaliação** (valoração) que os interlocutores fazem da situação.

histórica e social. Ao produzir um enunciado, estas perspectivas já estão presentes, pois são pré-existentes, ou seja, na realização do verbal já se encontra presente o extraverbal.

Por fim, valeria retomar a perspectiva textual-interativa para situarmos o ponto que tomaremos como lugar de observação para o material. Na perspectiva textual-interativa, a autorreflexividade discursiva é vista como metadiscursividade (RISSO & JUBRAN, 1998; RISSO, 1999; LIMA, 2009). As pesquisas que seguem esta perspectiva estudam a metadiscursividade por meio de marcas circunscritas nos enunciados, assumindo uma concepção cognitiva de linguagem, que atua na materialidade do texto, buscando observar como a percepção e a aprendizagem das marcas enunciativas da metadiscursividade podem contribuir para que o escrevente se aproprie cada vez mais de estratégias de textualização com o objetivo de adequar a escrita ao seu contexto de uso. Nessa perspectiva, a heterogeneidade da linguagem é abordada apenas por meio da *heterogeneidade mostrada* (AUTHIER-REVUZ, 1990), que “inscrevem o outro na sequência do discurso” por meio de marcas evidentes nos enunciados. A nosso ver, a autorreflexividade não se dá apenas pelas possíveis marcas reveladas nos enunciados, mas, sobretudo, pelos seus aspectos discursivos: buscamos observar, portanto, a autorreflexividade no movimento que vai da *heterogeneidade mostrada* para a *heterogeneidade constitutiva do discurso*, destacando o aspecto de negociação entre elas.

1.2 Caracterizando a autorreflexividade: possibilidades de abordagem

Para Maingueneau (1997), todo dizer está sujeito ao metadiscurso, e por ele pode ser atravessado, buscando o ajustamento dos termos, permitindo que um sistema semiótico possa se descrever sem necessariamente recorrer a um outro sistema. O metadiscurso, nesta ótica não é apenas um recurso da linguagem a ser explorado pela escrita, ou seja, não é “um procedimento para corrigir falhas da comunicação, ele consiste de um sintoma e deve ser apreendido através deste estatuto” (1997, p. 94). Nessa perspectiva, as diversas funções desempenháveis pelo metadiscurso compõem o rol de propriedades do discurso, de modo que inventariá-las todas seria um trabalho

exaustivo e sem propósito imediato.

Outra característica da propriedade autorreflexiva da linguagem presente no metadiscurso consiste no fato de que a partir do momento que falamos, falamos da nossa fala (DUCROT, 1987). Neste sentido o dizer é sempre um “dizer sobre”, ou, mais especificamente, um dizer sobre o dizer. Isto está fundamentado na ideia de que enunciamos a partir de já-ditos (VOLOSHINOV/BAKHTIN, s.d.), não sendo possível recuperar o dizer inicial: toda vez que um enunciado é produzido, já surge como uma réplica a um dizer. Isto abre uma possibilidade de estudo da autorreflexividade na escrita pouco explorada por pesquisas dessa natureza, que está em assumir que todo dizer é de natureza autorreflexiva, ao se estabelecer como um “dizer sobre outro dizer”.

Assim, a autorreflexividade, pode ser entendida em um sentido forte, como constitutiva da linguagem e num sentido fraco, como heterogeneidade mostrada (nas perspectivas, por exemplo, da linguística textual, da pragmática e da etnografia, descritas anteriormente). Este sentido forte de autorreflexividade, que permite propô-la como constitutiva do dizer, relaciona-se precisamente com o conceito de *extraverbal*, e nele ganha existência, considerando que todo enunciado traz uma parte verbal e uma parte extraverbal. Todorov (1981), ao tratar da estrutura do enunciado (partindo das ideias de Bakhtin) propõe que não é apenas a dimensão verbal que dá vida ao enunciado:

“Todo enunciado da vida cotidiana comporta (...) com sua parte verbal expressa, uma parte extraverbal não expressa, mas subentendida, formada pela situação e pelo auditório. Se ignorarmos esse último elemento, o próprio enunciado não pode ser entendido.” (tradução nossa)¹⁰

Compreendemos, nessa perspectiva, que o *extraverbal* consiste, de modo amplo, da situação de interlocução e do auditório. O conceito de situação é definido sob três aspectos: 1) o tempo e espaço do acontecimento; 2) o objeto ou tema do enunciado, e; 3) a posição dos interlocutores frente ao acontecimento. Por sua vez, entendemos o auditório como uma generalização para a relação de interlocução. Tanto o conceito de situação de interlocução quanto o de auditório contribuem para o

¹⁰ Tout énoncé de la vie quotidienne comporte (...) avec sa partie verbale exprimée, une partie extraverbale, inexprimée, mais sous-entendue, formée de la situation et de l’auditoire. Si l’on ne tient pas compte de ce dernier élément, l’énoncé lui-même ne peut être compris (1981, p. 290).

estabelecimento das condições de produção dos discursos. Com isso, percebemos que o verbal não comporta a relação de sentidos sem a parte *extraverbal*.

Assumindo que o *extraverbal* traz as perspectivas históricas e sociais para a enunciação, quando um enunciado se realiza, estas perspectivas já estão presentes, pois são constitutivas, ou seja, quando a parte verbal de um enunciado se manifesta, o *extraverbal* também se presentifica, de modo que um é condição de existência para o outro. Entendemos que, neste horizonte comum, entre o verbal e o extraverbal, se estabelece a autorreflexividade da linguagem, pois o dizer é sempre réplica a outro dizer.

Quando o sujeito antecipa a palavra do outro, por meio da suposição sobre qual seria a réplica do outro, recorre a um já-dito, que se constitui como uma antecipação a um dizer, ganhando existência material por meio da resposta prevista, mesmo que esta resposta nunca seja de fato dada pelo seu interlocutor.

A idéia de considerar o dizer uma réplica se fundamenta no fato de que aquilo que se diz só pode ser compreendido se for respondido, porque existe nesta perspectiva uma *compreensão responsiva-ativa* (BAKHTIN, 2011:1979, p. 271)¹¹.

Como nunca haverá então um dizer inicial, um dizer retoma outro(s). Essa é uma forma de compreender a autorreflexividade na linguagem. Ao considerar-se que todo enunciado é uma réplica a um dizer, é possível conceber isso como o limiar do que é social na linguagem, pois o que se cristaliza como verbal, que se atualiza na réplica, são fragmentos de história e de sociedade¹², ou seja, não são recortes precisos das diversas esferas sociais. Ducrot (1987) ao caracterizar a relação entre enunciador e locutor a partir da relação enunciado/enunciação, denota a propriedade dos enunciados de descrever a enunciação, como uma relação do produto descrevendo o processo. Esta idéia corrobora com a possibilidade de considerar a autorreflexividade discursiva, o dizer autorreflexivo (independentemente de sua denominação, seja atividade meta ou epilinguística) uma zona de fronteira que se coloca na forma de um *continuum* entre o enunciado e a enunciação.

¹¹ Esta consideração se refere mais precisamente ao trecho “Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (...); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz alta.” (BAKHTIN, 2011:1979, p. 271).

¹² Conforme Corrêa, 2006.

Em suma, a discussão apresentada sobre o objeto de pesquisa busca essencialmente definir os procedimentos autorreflexivos menos evidentes do que aqueles que denunciam essas propriedades no texto escrito. Levando-se em consideração a forma de abordagem da autorreflexividade proposta até este momento, dada a forma de aproveitamento da bibliografia comentada neste capítulo, bem como os pressupostos iniciais desta pesquisa, definimos os seguintes procedimentos:

- a) o comentário: a autorreflexividade impõe que o comentário (o “dizer sobre o dizer”) seja constitutivo do plano semântico e do plano pragmático da linguagem, incluindo o plano textual e o discursivo;
- b) o engajamento do leitor: a autorreflexividade, acionável na escrita, possibilita ao escrevente a reflexão sobre a forma e os sentidos necessários para conduzir a argumentação e engajar o seu leitor – por meio de retornos ao dito – na apreensão que este último faz do sentido;
- c) a presença do sujeito: a autorreflexividade é acionável ao longo do processo de referenciação e de construção dos objetos de discurso de forma a marcar a presença do sujeito, ao invés de elidi-lo;
- d) o cronotopo: a autorreflexividade na escrita pode ser vista, no discurso, como a relação entre dois cronotopos (Bakhtin, 2011).

Esses quatro procedimentos colocam-se como uma forma de apresentar o escopo de atuação da autorreflexividade na perspectiva ora adotada. Nessa perspectiva, observamos que o escopo principal de atuação da autorreflexividade conecta-se com:

- a) a revisão do conceito tradicional de metalinguagem/epilinguagem (o comentário) que aproveita a proposta de Ducrot (1987) e Bakhtin (2011);

- b) as relações intersubjetivas (o engajamento do leitor e a presença do sujeito) que se estabelecem, acima de tudo, como relações de alteridade;
- c) as relações de espaço e tempo (construídas como uma única categoria: o cronotopo) evocadas na escrita, pautando-se justamente nas relações intersubjetivas.

1.3 Caracterização do cronotopo

A noção de cronotopo, conforme estabelecida em Bakhtin (1975, 1981), refere-se à assimilação do tempo e do espaço como uma única categoria, convertido em uma unidade de análise textual que constrói um olhar sobre os gêneros do discurso a partir da natureza temporal e espacial das categorias representadas pela noção. Uma das vantagens do cronotopo é que nem o tempo e nem o espaço são tomados de modo privilegiado em uma análise, apesar de o tempo ser o fio condutor do cronotopo. Estabelecer o tempo como princípio condutor do cronotopo não coloca esta categoria de forma hierárquica acima do espaço, apenas estabelece o cronotopo como uma noção intrinsecamente ligada a uma concepção dialógica de história que consequentemente orienta as relações espaciais nas relações tempo-espaço.

Em Bakhtin (1975), o conceito de cronotopo é utilizado para categorização dos gêneros literários dentro do percurso histórico, de modo que, nesta perspectiva, o autor refere-se ao conceito como cronotopo artístico-literário. No entanto, o conceito ganha maior abrangência do que apenas caracterizar os gêneros literários: pode ser utilizado para caracterizar amplamente os gêneros do discurso. Nesse sentido, o cronotopo torna-se uma ferramenta para compreender os gêneros, ou ainda, “uma porta de entrada para análise do gênero” e o “centro de organização dos acontecimentos espaço-temporais” (BEZERRIL e PEREIRA, 2011).

Isso é algo especialmente proveitoso para nossa pesquisa, pois, ao caracterizarmos o gênero redação de vestibular por meio da noção de cronotopo, é possível voltar o olhar para a autorreflexividade na perspectiva que construímos

na presente pesquisa (como constitutiva da linguagem, intrínseca ao seu aspecto dialógico), relacionando-a com os processos de generalização e particularização encontrados nos textos. Em outras palavras, partimos da ideia de que há um investimento cronotópico que organiza os objetos de discurso que se dá entre o processo de referenciação e o processo de argumentação. Esse investimento cronotópico caracteriza a autorreflexividade na escrita e igualmente é responsável pela caracterização dos processos de generalização e particularização.

A ausência de uma definição precisa da noção de cronotopo na obra de Bakhtin deixou uma lacuna interpretativa, de modo a possibilitar inúmeras abordagens. Se isso, por um lado é uma vantagem (por tornar a noção versátil), por outro lado revela o problema de que, ao ser utilizada como ferramenta teórica, necessita de uma definição minuciosa a partir dos pressupostos estabelecidos originalmente pelo autor. Nesse sentido, Nele e Borghart (2015) sintetizam, da obra de Bakhtin, alguns elementos comuns a todos os cronotopos, no que se refere a significação, a saber:

1. eles tem significado na geração da narrativa do enredo;
2. tem significado representacional;
3. fornecem a base para distinguir os tipos de gêneros;
4. tem significado semântico.¹³

Os itens 2 e 3 são particularmente importantes, pois, ao considerarmos que o cronotopo identifica diferentes gêneros, abre-se a possibilidade de considerarmos a existência de diferentes¹⁴ cronotopos e que seria possível um (ou alguns) tipo(s) de cronotopo(s) conectar(em)-se e caracterizar um dado gênero. Ao afirmar que o cronotopo tem um significado representacional, abre-se a possibilidade de estabelecer o cronotopo como uma ferramenta não apenas analítica mas interpretativa, de modo a auxiliar na construção de determinadas representações sobre os gêneros, algo

¹³ Essa síntese foi obtida a partir de uma reflexão de Nele e Borghart a partir de uma revisão feita pelo próprio Bakhtin em 1973 no item “Observações finais”, de sua obra “Forma de Tempo e de Cronotopo no Romance, publicado em 1975”.

¹⁴ Por não ser pertinente à presente tese, não entramos em pormenores na discussão acerca da classificação dos diferentes tipos de cronotopo na obra de Bakhtin. Nossa intenção é apenas construir uma caracterização cronotópica do gênero redação de vestibular a partir das possibilidades aventadas à noção e, com isso, estabelecer igualmente a relação entre o cronotopo e a autorreflexividade na escrita das redações de vestibular.

relevante no escopo de nossa pesquisa, no que se refere às representações sobre o gênero redação de vestibular.

Ainda sobre a noção de cronotopo, Blommaert e Fina (2015) constroem uma visão pragmática (e não histórica, como é formulada originalmente) ao afirmarem que as identidades sociais são construídas cronotopicamente, em uma perspectiva etnográfica. Nessa perspectiva, as diferentes identidades sociais são construídas e modificadas cronotopicamente, algo que se revela na linguagem por meio de uma certa construção de pessoa. Essa ideia é bastante relevante ao tratarmos da questão da pessoalidade (mais amplamente explorada adiante) pois a criação de uma figura de pessoa na escrita dá vazão a questões bastante oportunas para a reflexão sobre a escrita de vestibular, a saber, o modo de interação dos sistemas de representação na produção escrita. Street (2006) afirma que a escrita está sempre associada às imagens sociais e identidades. Nesse sentido, a identidade e a pessoalidade são constitutivas das práticas de letramento e, na perspectiva discursiva que orienta este trabalho, a noção de pessoalidade passa pelo jogo de imagens criado pelas representações (PÊCHEUX, 2014: 1969).

Ainda na perspectiva de Blommaert e Fina (2015), observamos que a visão cronotópica das identidades pode ser usada como uma ferramenta para melhor dar conta das complexidades das identidades e, deste modo, fornecer um meio de análise e explicação das formas de manifestação da pessoalidade na escrita. Considerando que a manifestação da autorreflexividade é caracterizada pelas relações cronotópicas, que interferem no processo de referenciação e de argumentação, é possível ainda inferir que as relações cronotópicas e sua interferência no processo de referenciação e de argumentação são constitutivas da linguagem e exprimem as determinações do exterior, permitindo assim estabelecer a pessoa ou a pessoalidade do escrevente.

Capítulo 2 – Metodologia

Neste capítulo, temos como objetivos: fazer a descrição do *corpus* e dos critérios levantados para a análise, bem como justificar a escolha desses critérios; a abordagem quantitativa em sua relação com a abordagem qualitativa (que possibilitará a interpretação dos dados) e sua relevância para o estudo ora proposto.

Para isso, organizamos o capítulo da seguinte forma: na seção 2.1 (Fundamentação teórico-metodológica) indicamos as direções teóricas e metodológica pelas quais a pesquisa foi organizada; na seção 2.2 (Abordagem quantitativo-qualitativa) especificamos o lugar da abordagem quantitativa e da abordagem qualitativa sobre os dados, na seção 2.3 (A escrita para o vestibular e o gênero redação de vestibular) buscamos refletir sobre a relação entre a produção do gênero redação de vestibular e o evento de letramento no qual se insere, levantando algumas questões importantes para o contexto da presente pesquisa; na seção 2.4 (Constituição do *corpus* analisado), buscamos descrever o contexto geral de organização do *corpus*, bem como suas características; na seção 2.5 (Caracterização do objeto de pesquisa), abordamos algumas questões relacionadas à autorreflexividade na escrita; na seção 2.6 (Estabelecimento de categorias de análise), explicamos a forma de abordagem da generalização e da particularização e sua relevância para a presente pesquisa, e, por fim, na seção 2.7 (A construção dos dados), estabelecemos os critérios que permitiram capturar a generalização e a particularização no *corpus* analisado.

2.1 Fundamentação teórico-metodológica

O referencial teórico da presente pesquisa foi organizado em dois tipos de exploração bibliográfica: a) bibliografia fundamentadora, e; b) bibliografia mediadora. A bibliografia fundamentadora consiste de textos canônicos, referências fundamentais para discussões centradas no discurso e na enunciação, e mais especificamente, relacionada ao que denominamos propriedades autorreflexivas da linguagem. Em grande parte, foi apresentada na introdução dessa pesquisa com o

objetivo de construir o conceito de autorreflexividade, orientando como incidiria o olhar nas análises dos dados.

No entanto, a exploração desse tipo de referência bibliográfica não se mostrou suficiente para a construção de nosso objeto teórico, sendo, então, necessária a utilização de um olhar teórico que ajudasse a construir os dados a partir do material analisado, bem como interpretá-lo. É nesse contexto que entra o que denominamos bibliografia mediadora: é o aparato teórico-descritivo construído a partir de pesquisas mais específicas, orientadas por um olhar teórico-interpretativo que permitisse uma abordagem dos dados a partir do estabelecimento de um lugar teórico, e desse lugar, conceituar, classificar e caracterizar os dados, aventando hipóteses interpretativas, que, em um momento posterior, pudessem contribuir para redefinir a noção de autorreflexividade. O arcabouço teórico deste trabalho foi constituído, portanto, pelo diálogo entre esses dois tipos de exploração bibliográfica.

2.2 Abordagem quantitativo-qualitativa

Assumimos, em um primeiro momento, que os dados quantitativos permitem levantar hipóteses sobre o próprio gênero produzido, devido à distribuição mais (ou menos) uniforme das categorias¹⁵ extraídas do conjunto de redações após análise prévia. A partir dessa justificativa prévia, relacionado ao modo de construção do objeto de pesquisa, descrevemos e justificamos com maiores detalhes o lugar e a relevância do método quantitativo e do método qualitativo.

A pesquisa quantitativa envolve o manuseio dos dados a partir da sua subcategorização pela quantificação de modo a construir estatísticas sensíveis à descrição significativa do que essas quantidades podem dar a compreender. O cálculo estatístico pode envolver, além dos números totais de dados e porcentagens, médias, proporções, desvios padrões, cálculo de qui-quadrado, enfim, um arsenal de recursos permitidos pela matemática e evocados pelos estudos estatísticos. No entanto, dada a natureza da presente pesquisa, de caráter metodológico predominantemente qualitativo, em que interessam mais os dados em si, as ocorrências particulares e suas descrições, o resultado fornecido pelo agrupamento de quantidades, a análise

¹⁵ Os critérios e classificações dessas categorias de análise serão mais bem caracterizados e explicados adiante.

quantitativa terá um caráter instrumental e não final, ou seja, será um meio para revelar a importância de determinados elementos e não a quantidade em si mesma.

Assim, ao considerar que a finalidade da análise quantitativa se dará apenas para fornecer dados para uma efetiva análise qualitativa, as tabelas foram construídas com as respectivas quantidades de dados totalizados e porcentagens correspondentes a partir das quais buscou-se estabelecer uma descrição da alta ou baixa relevância dos dados para a análise. Uma vez que o enfoque da presente pesquisa é a escrita e os recursos dos quais os escreventes se valem para organizar essa escrita (a partir da perspectiva elencada para esse fim), o interesse pelo método quantitativo se dará pela evidência do maior ou menor uso de um determinado recurso, pela maior ou menor presença de determinadas estratégias no conjunto de textos selecionados no *corpus* para, justamente, estabelecer em que incide a produção da escrita em uma situação formalizada, tal como a do vestibular. A descrição destas incidências servem, então, ao propósito da análise qualitativa, em que, em um primeiro momento, estabelecemos os dados mais relevantes (quantitativamente, de forma universalizante) e, em um segundo momento, analisamos e caracterizamos esses dados (qualitativamente, pela sua singularidade), formulando, em seguida, explicações.

2.3 A escrita para o vestibular e o gênero redação de vestibular

A aprendizagem da escrita em âmbito escolar é um tema já bastante explorado em inúmeros estudos que envolvem as áreas de educação e linguagem. Todos eles evocam inúmeras questões acerca do déficit de aprendizagem do aluno em relação à escrita e as dificuldades de apropriação, utilização da escrita de forma a produzir sentido e atender às demandas que determinados gêneros escritos impõem ao escrevente.

Proponho, neste ponto, comentar o tratamento escolar do gênero redação de vestibular, segundo três perspectivas: (a) a da utilização de modelos; (b) a da utilização de modelos como um procedimento de autorreflexividade da linguagem; e (c) a do uso da autorreflexividade como modo de marcar a presença do sujeito e não de elidi-lo.

Observa-se que é bastante acionada a estratégia de modelização da escrita, em geral, no processo de escolarização, desde as séries iniciais até os cursinhos vestibulares. O risco que essa prática pode impor à concepção de escrita do aluno é a construção de uma visão formalista, da existência de uma “sintaxe do texto escrito” que desistoriciza e desconstrói a atividade textual-discursiva, em oposição às perspectivas que consideram as condições de produção do discurso e sua relevância para a compreensão da atividade de escrita pelo aluno, bem como sua efetivação. Consideramos essa última perspectiva bastante significativa para o processo de aprendizagem da escrita e condição *sine qua non* para a aprendizagem dos gêneros discursivos.

Conforme observa Pécora (1989, p.47), os problemas com que o aluno se defronta, no que se refere ao domínio da escrita, “não [são] consequência da falta de domínio da oração propriamente dita, mas daquilo que é inalienável de sua realização por escrito”, ou seja, os problemas situam-se “em relação às condições de produção da modalidade e não em relação às condições de aquisição da linguagem em geral”. Ainda em relação ao problema que os alunos enfrentam ao se depararem com a atividade escrita, o autor afirma que, no tocante às condições de produção da escrita, os problemas mais comuns situam-se no “desconhecimento das normas componentes do código da escrita, aliado a uma assimilação, linguisticamente inadequada, da imagem da escrita que é adotada e veiculada pela escola” (1989, p. 47-48).

Para a pesquisa ora em desenvolvimento, essa imagem é construída, conforme já mencionado, pelo ensino da escrita por meio da repetição de modelos. Ou seja, ao privilegiar-se o modelo em vez das condições de produção dos gêneros, habitua-se o escrevente sempre a ter uma visão da estrutura textual, absolutamente sincrônica e desistoricizada, de modo que o escrevente, ao lidar com uma atividade de escrita, não busca associar o seu conhecimento com aquilo que é próprio da constituição do gênero em questão: associa imediatamente a atividade com os modelos previamente estudados. Não é inútil lembrar que a produção de um texto a partir de um modelo prévio já é, no sentido da volta do dizer sobre o dizer, um procedimento ligado à autorreflexividade da linguagem.

No entanto, a autorreflexividade invoca estruturas já definidas, enunciados cristalizados, formas de pré-construídos¹⁶ independentemente do treino escolar de modelos, pois esses sentidos, ligados à *memória discursiva*, estão presentes na produção de qualquer gênero. Uma vez mais, o risco do ensino de gêneros escritos por meio de modelos é justamente buscar restringir a produção dos sentidos às formações discursivas que foram impostas ao escrevente quando da apreensão do modelo. Ao adaptar o modelo em seu texto pela mera adoção, esse procedimento leva o escrevente a certas generalizações que desprezam as condições de produção, que deveriam guiar a escrita, impedindo, portanto, que o escrevente se aproprie efetivamente do gênero com o qual está lidando.

Defendemos, neste trabalho, que se a autorreflexividade acionada na escrita for aquela em que o escrevente é levado a refletir sobre a forma e os sentidos adequados para conduzir a argumentação e engajar o seu leitor, a produção escrita tende a se estabelecer a partir de uma compreensão mais restrita àquilo que é tido como adequado para cumprir com as exigências impostas pelas próprias condições de produção escrita.

Mas haveria como fazer diferente? Uma forma de se assegurar a aprendizagem da escrita fora do apelo aos modelos poderia ser, por exemplo, pela valorização, por parte do professor, de estratégias de paráfrase e reformulação, desde que se tomem como norte as considerações sobre as condições de produção históricas, incluindo as referentes ao próprio processo de aprendizagem. Consideramos essas estratégias de paráfrase¹⁷ e reformulação de grande importância para o processo de aprendizagem da escrita, pois elas evidenciam-se como procedimentos autorreflexivos, em que o escrevente é levado a olhar para a própria linguagem e refletir sobre os modos de condução dos sentidos em um texto.

A propósito da condução dos sentidos que o escrevente alcança propor na produção de seu texto, os procedimentos autorreflexivos têm sido utilizados ao longo

¹⁶ Para Pêcheux (1999), que parte da idéia de pré-construído conforme elaborada por Paul Henry, a memória discursiva mantém uma relação estreita com o pré-construído, pois “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (p. 52)

¹⁷ Perspectiva em grande parte apoiada nos estudos de Daunay (1997) sobre o papel da paráfrase na didática da produção escrita.

do processo de escolarização e, em particular, nos cursos preparatórios para o vestibular, de modo a marcar um lugar pouco significativo para o próprio escrevente, algo que incide sobre o que Pécora (1989) afirma ser o segundo grande problema relacionado à atividade escrita: a argumentação.

Para o autor, a argumentação não se refere apenas às estratégias mobilizadas pelo escrevente para justificar um ponto de vista ou construir uma perspectiva particular acerca de determinado tema. Os problemas relacionados à argumentação, observados comumente nas produções dos escreventes, são, antes de tudo, problemas que incidem sobre as condições de produção do discurso, uma vez que essas condições “supõem um domínio específico por parte do usuário, isto é, um conhecimento que não é deduzido do conhecimento de nenhuma outra (...) forma de linguagem.” (1898, p.72). Isso interfere diretamente sobre o modo como as relações intersubjetivas são construídas em um texto, ou seja, o modo como o sujeito se representa na produção escrita. O conjunto de conhecimentos que deveria fornecer uma base historicamente constituída ao escrevente e, conseqüentemente, o diálogo com esses conhecimentos é, segundo Pécora (*op.cit.*), falseado no processo de escolarização, de tal modo que afeta a potencialidade argumentativa dos textos.

Por considerarmos a autorreflexividade, tal como a argumentação, uma propriedade constitutiva da linguagem e, mais especificamente, constitutiva da escrita, é necessário pensar que as condições de produção fornecem dados necessários ao escrevente para lidar com o caráter argumentativo da linguagem (além da própria necessidade de inserção de estratégias argumentativas no texto), bem como com o caráter autorreflexivo. Se pensarmos que uma das estratégias mais comuns no ensino da escrita é “apagar o sujeito” para produção de um efeito de objetividade no texto, e que este sujeito, apesar disso, encontra formas variadas de se marcar no texto¹⁸, pode-se afirmar que a autorreflexividade, enquanto propriedade constitutiva da produção textual, é acionada ao longo do processo de referência e de construção dos objetos de discurso de forma a marcar e evidenciar a presença do sujeito ao invés de elidi-lo. Acreditamos que o reconhecimento dessa participação (e não a ênfase em sua elisão) pode incrementar a potencialidade argumentativa dos textos.

¹⁸ Conforme procuraremos mostrar mais adiante, na análise dos textos do *corpus*, principalmente pelas marcas de construção da personalidade no texto.

2.4 Constituição do *corpus* analisado

O material analisado é composto de 75 produções escritas de vestibulandos, advindas de três diferentes instituições, sendo uma particular, uma pública estadual e a última, instituição pública federal, a saber: Centro Universitário FIEO (UNIFIEO), instituição privada de ensino superior de OSASCO-SP, Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS e Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP¹⁹. Os textos das duas primeiras instituições foram produzidos em 2013 para o concurso vestibular de 2014. Os textos da última instituição foram produzidos em 2008, visando ao concurso vestibular de 2009. Houve o cuidado de obter-se um igual número de redações de cada instituição, perfazendo 25 textos de cada. Por não constituir objetivo deste trabalho, não houve a preocupação em selecionar textos específicos de um ou outro curso, de modo que os textos pertencem a vestibulandos que concorriam aos diversos cursos oferecidos pelas instituições, à exceção da FUVEST, que forneceu textos especificamente de vestibulandos que concorriam ao curso de Letras. Consideramos igualmente que isso não oferece problemas à pesquisa que ora se desenvolve, pois o tipo de curso não se constitui como critério de análise nem variável ou indício interferente às considerações sobre o objeto de pesquisa.

Consideramos a procedência variada deste material como sendo de fundamental importância para obtenção dos dados de análise, posto que dá uma amostra da variedade em regiões e perfis socioeconômicos distintos, de forma que esta amostra fornecesse um panorama geral da escrita de pré-universitários de modo independente, respeitando a heterogeneidade que é própria dos sujeitos que empreendem tal atividade.

Os dados foram inventariados a partir de dois processos distintos de que os escreventes normalmente se valem para atender à demanda da produção escrita, a saber: processo de generalização e processo de particularização.

2.5 Caracterização do objeto de pesquisa

2.5.1 Considerações iniciais

¹⁹ Devido ao fato de que o concurso vestibular da Universidade de São Paulo é feito pela Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST) utilizamos, doravante, esta sigla como referência à amostra obtida dessa instituição.

Antes de entrarmos propriamente na descrição do objeto de pesquisa e nas questões que dele extraímos, impõe-se uma breve discussão sobre as noções de referenciação e discurso, uma vez que são noções importantes para a definição do objeto de pesquisa. Utilizamos aqui a noção de referenciação de acordo com Mondada e Dubois (1995). Nessa perspectiva, o processo de referenciação é um processo que estabelece o objeto de discurso no decorrer da elaboração do texto e, conseqüentemente, da progressão discursiva. Assim, o termo referenciação marca a ideia de processo, em oposição ao termo referente, que pressupõe um dado pré-estabelecido, e que, uma vez estabelecido, seria marcado pela estabilidade. Portanto, ao contrário da ideia de referenciação, a ideia de referente não define a realidade do discurso e, do mesmo modo, a realidade, por exemplo, do texto escrito. Dado que o escrevente, ao mobilizar os sentidos para o seu texto, inscreve nele um objeto de discurso que se constitui progressivamente (assim como o próprio texto), nem o objeto de discurso, nem o texto estão prontos ou previamente dados, o que torna a noção de referente menos produtiva, já que caracteriza um produto, enquanto a referenciação é justamente o processo de estabelecimento do objeto de discurso.

De outra perspectiva, considerando as noções de discurso e formação discursiva provenientes da Análise do Discurso Francesa (ADf), os objetos de discurso não estão organizados em uma sequência dentro do texto, pois são atravessados pelos discursos mobilizados pelo escrevente. A construção de um objeto de discurso está, portanto, marcada sempre por uma *formação discursiva*²⁰ e por suas relações com outras *formações discursivas*. É possível afirmar, nessa perspectiva, que o texto é marcado, pela heterogeneidade própria do discurso, já que o discurso não é puro, pois diferentes *formações discursivas* o atravessam.

²⁰ Assumimos a concepção de formação discursiva, conforme estabelecida inicialmente por Foucault (1986), depois revista por Pêcheux (1990). Para Pêcheux, as formações discursivas estão diretamente relacionadas às formações ideológicas que determinam os sentidos (as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra). Segundo o autor, por não estabelecer identidade consigo mesma, as formações discursivas são inseparáveis do interdiscurso, pois

“...toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 1975, p. 162).

Nesse sentido, o interdiscurso seria aquilo que daria coerência ao enunciados provenientes das formações discursivas, algo que ressalta o caráter de dependência das formações discursivas em relação ao interdiscurso.

Dado o exposto, buscamos na presente pesquisa, observar, do ponto de vista da Análise do Discurso, a construção do objeto de discurso, que tem relação não apenas com aquilo que constitui o processo de elaboração do texto (processo de textualização²¹), mas também com o discurso e a história, de acordo com os pressupostos da ADf.

2.5.2 O objeto de pesquisa

Em uma redação de vestibular, o escrevente tem como maior desafio não fugir ao tema proposto. Organizar suas inúmeras representações em função das várias regiões por onde esse tema circula na sociedade, impõe não só a fixação de uma *formação discursiva* que dará coerência ao texto, mas também o risco de incorrer em contradições em função da posição dessa *formação discursiva* no *interdiscurso*²² na passagem de uma região para outra. Ora, o tema é o material básico para a constituição do objeto de discurso e, portanto, este último é também afetado por diferentes campos e *formações discursivas*.

O processo de referenciação é, portanto, dinâmico, posto que

no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos – situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos. (KOCH, 2009, p. 57).

Partindo dessa assunção e conectando-a à perspectiva discursiva, é possível afirmar que a referenciação é o processo que, na elaboração do texto, leva em conta a mobilização de *formações discursivas* e suas relações de aliança, de confronto, de reprodução com outras formações discursivas, ou seja, o escrevente produz um sujeito em seu texto que se filia a uma determinada formação discursiva e por meio dela, promove a discursivização²³ do mundo por meio, principalmente, do diálogo com

²¹ Conferir Costa Val, 2004.

²² Conferir nota nº 19.

²³ Cf. Koch e Marcuschi (1998). Assumimos que, para o contexto da presente pesquisa, o que melhor traduz a noção de discursivização, conceito este utilizado nos estudos semióticos de modo geral, seria a idéia de que existe um processo pelo qual o discurso mobiliza os sentidos e esse processo é intrínseco à própria atividade discursiva.

outras formações discursivas. Esse processo de mobilização dos sentidos por meio do discurso, produz o efeito de textualização, que se dará por meio de estratégias, tais como a paráfrase, a retomada, a remissão, a formulação, a reformulação, construindo e reconstruindo objetos de discurso, que se constroem e se reconstroem ao longo do processo de produção escrita. Isso caracteriza, sob a perspectiva adotada na presente pesquisa, mais uma evidência do caráter autorreflexivo constitutivo da escrita.

Um outro aspecto do processo de referenciação no texto escrito é o fato de que mobiliza o sentido e a forma em função daquilo que o escrevente imagina ser representativo do seu interlocutor. Nesse complexo processo de referenciação que se estabelece entre a linguagem, o mundo e o outro, o escrevente negocia a construção dos sentidos a partir de duas possibilidades, intrínsecas à linguagem: trazer os fatos do mundo para a linguagem ou trazer a linguagem (enquanto um fato do mundo) para a própria linguagem. Em outras palavras, a linguagem é constantemente acionada pelo escrevente, ora como uso, ora como menção. Desse modo, o escrevente pode tratar, em seu texto, dos fatos do mundo por meio da linguagem, ou trazer a própria linguagem para o “jogo” discursivo, inter-relacionando subcódigos em uma relação que, de alguma forma, a linguagem coloca-se como o objeto de discurso no processo de referenciação.

As ideias até aqui expostas convergem para a propriedade autorreflexiva da linguagem, concebida como o uso da linguagem para se referir à própria linguagem enquanto fato do mundo. O lugar teórico de observação dos dados é, pois, aquele em que se dá o trabalho de formulação do discurso (plano do *esquecimento n° 2*), plano que Pêcheux & Fuchs (1975) classificam como semi-consciente, tomado, no entanto, como ponto de mediação com o plano do *esquecimento n° 1*, aquele totalmente inconsciente, relativo ao esquecimento de que o sujeito não é o centro do sentido.

Em outras palavras, a concepção de autorreflexividade que está em jogo neste caso é o movimento de um escrevente que lida com a referenciação a partir da linguagem que “olha” para a própria linguagem e se apoia na sua autorreflexividade para negociar sentidos.

Assumindo, neste estudo, a hipótese de que uma forma de se observar a propriedade autorreflexiva da linguagem está no fato de que o escrevente é levado à reflexão sobre a forma e o sentido adequados, pode-se afirmar que sua busca é, como

ficou dito, produzir uma interlocução eficaz, com a adesão de seu destinatário. Esse trabalho do escrevente com a linguagem caracteriza, pois, um movimento autorreflexivo do escrevente, visando convencer seu interlocutor a aderir ao seu ponto de vista. Nesta perspectiva, a autorreflexividade tem uma função argumentativa, pois busca a adesão de um auditório (no caso das redações, marcado pela imagem que o escrevente tem de seu leitor, pois os sentidos não existem previamente à enunciação: constituem-se justamente naquilo que resulta do processo discursivo - enquanto jogo de imagens²⁴), de modo a abrir a possibilidade de se estabelecer como estratégia argumentativa. Dada essa característica da autorreflexividade de buscar a adesão do auditório, observa-se que ela não pode ser restrita apenas à instância metaenunciativa, entendida nos limites do uso de dispositivos coesivos para correferência ou mesmo unicamente a partir de aspectos metalinguísticos. Em vez disso, esses dispositivos para autorreferência estão ligados, por um lado, à circularidade da linguagem que comenta sua própria existência, possibilitando a menção à própria formulação assim como o estabelecimento de regiões de circulação do sentido ou, mais precisamente, de *formações discursivas*. Por outro lado, esses dispositivos para autorreferência estão ligados às propriedades semióticas da língua que a distinguem de outros sistemas, permitindo-lhe, com exclusividade, traduzi-los. Propomos, neste trabalho, que a autorreflexividade seja um movimento inerente também à produção do discurso e que, no texto, o escrevente busca organizar os objetos de discurso (produtos do processo de referenciação), colocando-os em função da direção argumentativa pretendida, considerada a imagem que o escrevente constrói de seu leitor.

Ao lidar com essas possibilidades da linguagem, o escrevente constrói uma representação do seu interlocutor que se estrutura a partir da materialidade linguística (o sistema de uma dada língua) e da materialidade histórica (na mobilização dos sentidos a partir do discurso, entendidos como acontecimento), presentes nas *formações discursivas* que serão acionadas pelo escrevente na construção dos sentidos (PÊCHEUX, 2012:1988).

Em suma, o processo acima mencionado prevê os seguintes passos:

²⁴ O jogo das imagens atuantes no discurso é assumido na presente pesquisa a partir de Pêcheux 2014:1969 (AAD 69): “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (2014, p.82).

1. Em um primeiro momento, o escrevente procura mobilizar a materialidade da língua em função do que imagina ser representativo do seu interlocutor (o leitor) quanto ao tema proposto;
2. Em um segundo momento, o escrevente, para fazer essas escolhas, volta-se necessariamente para a língua e para os sentidos que um dado tema imporia;
3. O terceiro passo se estabelece como o momento autorreflexivo, em que o escrevente é levado a refletir sobre a forma e o sentido adequados para engajar o destinatário em seu discurso;
4. Em um quarto e último passo, o escrevente lida, do ponto de vista da linguagem, com campos semânticos e subcódigos (os vários subsistemas da língua), recortando, no discurso, *formações discursivas* que situam o interlocutor na relação entre a língua e a história.

Assim, podemos definir a autorreflexividade, baseando-nos na perspectiva até aqui estabelecida, como um retorno à linguagem, a partir da materialidade linguística e histórica, em busca de ajustes dos objetos de discurso à imagem que o escrevente tem daquilo que é representativo de seu leitor, com o objetivo de atender à demanda que uma dada situação de escrita impõe ao escrevente.

2.6 Estabelecimento de categorias de análise

- **O jogo entre generalização e particularização**

Partindo do conceito de autorreflexividade aqui proposto, foi selecionada como forma de abordagem dos dados, obtidos das redações que compõem o *corpus*, a relação entre generalização e particularização como processos argumentativos. Esses dois aspectos foram selecionados devido ao fato de serem acionados em diversos textos como forma de mobilizar a linguagem como objeto de discurso, com a finalidade de construir a argumentação que buscará a adesão do interlocutor na situação específica de avaliação que constitui a redação de vestibular. Outra

justificativa está no fato de o tratamento do *corpus* que se mostrou mais produtivo ter sido o de partir do jogo entre a generalização e a particularização, possibilidades estas que encerram, de forma determinante, o modo de colocar a própria linguagem como objeto de referenciação.

- **A noção de generalização**

Concebemos a generalização como o efeito de universalidade alcançada no processo de referenciação, que, de modo geral, serve para estabelecer um ponto de conexão entre o destinatário e o modo como o tema é conduzido para conseguir a adesão desse destinatário. Nesse sentido, a generalização se encarrega, em primeiro plano, de estabelecer o ponto de partida para a organização da referenciação para, em um segundo momento, oferecer a possibilidade de argumentação que pode ocorrer ainda na perspectiva da generalização, mantendo o efeito de universalidade dos argumentos, ou de particularização, exemplificando, argumentando ou demonstrando as ideias particulares que corroborem com as estratégias argumentativas mobilizadas pelo escrevente.

Por meio da análise do material selecionado como *corpus*, foi possível melhor especificar a relação entre a autorreflexividade e o processo de generalização na escrita dos vestibulandos, bem como os efeitos de sentido resultantes desse processo. A autorreflexividade, no processo de generalização, está situada justamente entre a organização da referenciação e a construção da argumentação, como uma linha mestra que conduz os sentidos, permitindo ao escrevente refletir sobre a forma e os sentidos adequados para conduzir sua linha argumentativa (mantendo o efeito de generalização, ou ainda, optando por uma restrição de escopo ao acionar um processo de particularização) e engajar o destinatário em seu discurso.

Ao situar a autorreflexividade na escrita entre a referenciação e a argumentação, verificamos a existência de uma relação cronotópica²⁵ que rege esse processo, permitindo assim melhor defini-lo, de forma analítica, por meio de dois aspectos, em que o primeiro define como surge a autorreflexividade na generalização,

²⁵ Evocamos o conceito de cronotopo em conformidade com Bakhtin (2011:1975), segundo apresentação feita no capítulo 2 desta tese.

estabelece a autorreflexividade da linguagem na escrita. Note-se que esse momento autorreflexivo instaura o investimento cronotópico que tem a função de conectar o desenvolvimento do tema com o que o sujeito supõe ser pertinente para adequar o texto ao interlocutor, buscando sua adesão.

- **A noção de particularização**

Concebemos o procedimento de particularização como o efeito de restrição da abrangência imposta ao processo de referenciação, que, de modo geral, estabelece uma determinada circunstância, seja uma instância de delimitação de cada caso particular a partir de um conceito ou ideia universal, seja a relação direta que conecta um elemento particular a um elemento referenciado no texto. Nos textos analisados, a particularização é pontual e menos frequente que a generalização²⁶.

Uma possibilidade que se coloca para a assimetria entre frequências é a necessidade que o escrevente tem de controlar (ou ao menos de tentar controlar) a deriva²⁷ que se impõe ao processo de referenciação na escrita. O escrevente aciona estratégias específicas, tais como a exemplificação como forma de delimitação, de ilustração ou mesmo de retomada, na qual busca ancorar as estratégias argumentativas acionadas, ou seja, utiliza-se da particularização para orientar ou especificar o que há de mais geral naquilo que mobilizou para a escrita. Interessante observar que, nesse jogo entre o particular e o geral, o escrevente sempre corre o risco de perder o direcionamento argumentativo, já que nem sempre os casos particulares evocados se enquadram perfeitamente nas ideias gerais. Assim, a particularização tende a circunscrever uma temporalidade e uma espacialidade na escrita, circunstanciando aquilo que se estabeleceu de forma generalizante, nem sempre de forma precisa.

Essa forma de circunstanciação pela circunscrição de um tempo e de um espaço na escrita – ou, ainda, uma temporalidade e uma espacialidade, posto que tempo e espaço não são conceitos com sentidos unos - poderia ser definida como cronotópica, por considerarmos o modo autorreflexivo de constituição do processo de

²⁶ Algo que pode ser observado no contraste entre as oito formas diferentes de ocorrência de generalização e as duas formas de particularização que os escreventes acionam em seus textos, conforme se observa mais adiante.

²⁷ “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.” (PÊCHEUX, 2012: 1988, p. 53).

particularização. Mais precisamente, observamos que, devido à relação de escopo que as estratégias de particularização mantêm com o processo de referenciação, a autorreflexividade na particularização também é caracterizada por dois aspectos:

1º aspecto da particularização: é o mesmo aspecto da generalização: a autorreflexividade se estabelece entre a construção da referencialidade e o processo argumentativo;

2º aspecto da particularização: marca uma circunstanciação cronotópica (e não textual, como ocorre no 2º aspecto da generalização), como um lugar específico que conecta o tema no mundo e o processo argumentativo no interlocutor (o leitor)²⁸ e no mundo.

Nessa concepção de particularização, o primeiro aspecto se daria da mesma forma como ocorre na generalização (entre a organização da referenciação e a construção da argumentação) e o segundo aspecto pela circunstanciação cronotópica, ao especificar um lugar para o tema desenvolvido e para o leitor, frente à argumentação.

Nesse segundo aspecto da particularização, o que de fato a define é a circunstanciação cronotópica. O cronotopo no mundo social e histórico não é apenas textual, é cronotópico no sentido de marcar uma circunstanciação e de atribuir lugares específicos para o tema e para o interlocutor. Nesse sentido, referenciação e argumentação seriam referenciação circunstancial cronotópica no mundo (social e histórico) e formulação actancial-argumentativa, que situa o interlocutor no mundo (social e histórico).

Para melhor ilustrar e sumarizar a concepção de particularização na escrita e sua relação com a autorreflexividade, conforme o que se expôs anteriormente, apresentamos o Quadro 2 a seguir:

²⁸ O processo de particularização está relacionado às diferentes formas de produção da personalidade no texto e é um dos modos de construir a autorreflexividade no processo argumentativo a partir de um posicionamento discursivo do sujeito.

Quadro 2 – Aspectos da relação entre particularização e autorreflexividade

Ao comparar o quadro 1 ao quadro 2, evidenciamos o seguinte:

- a) a relação cronotópica pode se constituir em uma forma de caracterizar a autorreflexividade na escrita;
- b) diferentes tipos de cronotopos caracterizam o processo de generalização e o processo de particularização;
- c) enquanto a generalização se caracteriza por um cronotopo textual, a particularização se caracteriza por um cronotopo circunstancial;
- d) o processo de referenciação e o processo de argumentação também adquirem diferentes características e funções frente aos processos de generalização e particularização; e
- e) diferentes relações cronotópicas revelam diferentes tipos de autorreflexividade na escrita.

Assim, caracterizamos a generalização e a particularização a partir das relações autorreflexivas e cronotópicas que mantêm com a escrita. A relação cronotópica coloca-se como uma forma de caracterizar a autorreflexividade frente aos processos de generalização e particularização, revelando a dimensão de tais processos na escrita do gênero redação de vestibular.

- **Relação entre generalização e particularização no *corpus* analisado**

A generalização é mais acionada nas redações devido ao seu efeito universalizante e de indeterminação, de modo que o escrevente acredita não se comprometer tanto com o que diz, supondo assim correr menos riscos quanto à busca do acordo com o seu destinatário, ao lidar com os sentidos do texto. Já a particularização, quando aparece, dá um efeito de ancoragem dos sentidos ao texto, um efeito circunstanciador e controlador do que é geral, restringindo o seu escopo de atuação. Como ficou dito, essa passagem à particularização é um momento de risco para o escrevente na medida em que podem ser rompidos os nexos com as formulações mais gerais. Há, nessa passagem, um exemplo de autorreflexividade da linguagem para consigo própria, já que as formulações generalizante e particularizante remetem umas às outras, fato possibilitado pelo caráter autorreflexivo dessa dupla passagem.

Uma forma que temos para lidar com essas estratégias é formular a relação generalização/particularização em termos de maior ou menos aderência, em conformidade com a proposta de Corrêa (1987, p.58). Nesta proposta, o termo *aderência* é utilizado para identificar marcas situacionais da relação entre, no caso das redações, o escrevente, o leitor e o objeto do discurso. Mínima aderência se refere à generalização e máxima aderência, à particularização.

Em outras palavras, quando há mínima aderência, há máxima indeterminação, e o oposto se verificaria na particularização, em que o escopo é mais preciso e ancorado em elementos que buscam maior proximidade do leitor. O movimento entre aderência máxima e mínima e, portanto, entre máxima e mínima determinação textual, constitui, na organização mais ampla do texto, o exemplo mais claro de autorreflexividade da linguagem na construção do texto.

Com o quadro 3 a seguir, pretendemos mostrar a relação entre generalização (mínima aderência) e particularização (máxima aderência), bem como suas relações de escopo de sentido e aproximação/distância do leitor:

Quadro 3 – Generalização/particularização X aderência

	ADERÊNCIA	INDETERMINAÇÃO	ESCOPO	RELAÇÃO COM O LEITOR
GENERALIZAÇÃO	mínima	máxima	amplo	mais distante
PARTICULARIZAÇÃO	máxima	mínima	restrito	mais próxima

O Excerto 1, ilustra a relação de generalização/particularização e mínima/máxima aderência por meio de um exemplo retirado de uma das redações do *corpus*:

Excerto 1

Não obstante, **a África, vítima de um processo denominado neocolonialismo**, deparou-se com uma invasão européia que não respeitou os limites étnicos que o continente tinha. Como consequência, houve diversos conflitos internos, **de povos que tinham a mesma etnia**, além da imposição da cultura dos invasores. - SP_03 (§3)

Ao final deste fragmento de texto, predomina o efeito de particularização. No entanto, o mesmo fragmento começa com o elemento generalizante “África” de escopo amplo, tornando imprecisa a relação espacial construída no que toca às nações africanas e seus histórias particulares. Em seguida, aparece outro elemento generalizante *povos*, mas engendrado por uma relação de particularização a partir do termo *etnia*, que restringe o escopo de povos. Esse exemplo é bastante comum, no que se refere às estratégias de argumentação de que o escrevente se vale em sua escrita, pois, em todas as redações, é possível encontrar-se um termo ou ideia generalizante que desencadeia outras relações de sentido dentro do texto, mantendo, com maior ou menor eficácia, a unidade temática e a coerência quanto à filiação discursiva. Isso explicaria a recorrência à mínima aderência para lançar mão de um tema, com a possibilidade da ocorrência pontual de máxima

aderência na tentativa de ajustar os sentidos junto ao leitor, ao buscar conter a deriva dos sentidos.

Por sua vez, há que se ressaltar o aspecto da autorreflexividade presente na passagem de um a outro tipo de formatação (generalizante ou particularizante). Como se pode observar, no exemplo dado (explorar África em relação a povos de mesma etnia, mostrando o vice-versa prospectivo (catáfora) e retrospectivo (anáfora) no interior do próprio texto).

- **O uso de 1ª e 3ª pessoas**

Todas as redações, de alguma forma, acionam estratégias de generalização e particularização (sendo a generalização mais frequente), variando apenas as formas de interpelação do interlocutor. A totalidade dos textos apresentam certa regularidade, de modo que eles podem ser classificados em duas categorias: (A) o predomínio da 3ª pessoa; ou (B) a alternância entre 3ª e 1ª pessoa, a saber:

- A) Texto marcado apenas pela alternância entre generalização e particularização em 3ª pessoa: são textos que buscam um efeito de neutralidade na referência ao interlocutor, em que generaliza-se algum aspecto acerca do tema para, em seguida, extrair dele um elemento particular, que pode servir de exemplificação, proposta de reflexão ou mesmo de contextualização, conforme excerto 2 abaixo:

Excerto 2

As Fronteiras **impostas pelo homem para demarcar** um país ou até mesmo uma propriedade significam um limite, o qual é colocado a fim de evitar invasões e mostrar que aquela área tem um dono, alguém que manda. (...) É um **risco que muitos correm** em prol da conquista territorial. – SP_03 (§1)

Neste trecho, percebe-se o predomínio da 3ª pessoa e as considerações de cunho generalista (homem; muitos). No primeiro enunciado, o escrevente define o conceito de fronteiras por meio da associação do conceito a toda humanidade, constituindo assim uma formulação referencial. No segundo enunciado, o termo

destacado (“é um risco que muitos correm”) é utilizado como argumento, também genérico, sobre o problema estabelecido pela temática colocada na proposta de redação.

B) Texto marcado pela alternância entre generalização e particularização, em que a 3ª e a 1ª pessoas estão presentes. Um exemplo desta possibilidade é dado no excerto abaixo:

Excerto 3

Todos sabemos que fronteiras são a parte limítrofe de um espaço em relação a outro, e foram criadas afim de que houvesse mais ordem em todos os lugares do planeta (...) – 03. SP_01 (§1).

Nesse exemplo, é produzida a generalização a partir da 1ª pessoa (do plural), em que o escrevente insere a si e ao leitor em uma mesma instância de conhecimento do conceito de fronteiras, de modo a buscar, na interlocução, a adesão ao seu ponto de vista como ponto de partida para a reflexão que será proposta ao longo do texto.

As ocorrências de 3ª e 1ª e 3ª pessoas se articulam com o jogo entre a particularização e generalização, sem, necessariamente, estarem vinculados exclusivamente a um ou a outro. Retomemos, para concluir, o excerto 1. Como foi possível constatar, o primeiro trecho destacado (“a África, vítima de um processo denominado neocolonialismo”) estabelece um conceito mais geral (de África), sem que haja preocupação em maximizar a aderência, tomando maior distancia do leitor por meio de um escopo amplo de sentido e causando um efeito de máxima indeterminação. A seguir, nesse mesmo excerto, verificamos o segundo trecho destacado (“de povos que tinham a mesma etnia”), que retoma o termo “África” por meio de uma reformulação que não necessariamente estabelece o mesmo objeto de discurso. Essa retomada constrói um escopo mais restrito sobre a consideração inicialmente feita sobre o termo “África”, maximizando a aderência e minimizando a indeterminação, de modo que a relação com o leitor, que era inicialmente mais distante, torne-se, assim, mais próxima. Com isso, percebe-se um jogo: introduz-se um tema por meio da generalização e controla-se a deriva dos sentidos por meio da

particularização como uma forma de condução dos caminhos da leitura, na perspectiva do destinatário.

Para o contexto da presente pesquisa, esse jogo que se constata no excerto 1, exemplifica como a autorreflexividade, no processo de generalização, está situada entre a organização da referenciação e a construção da argumentação, no momento em que o escrevente estabeleceu a conexão entre “África” e “neocolonialismo”. Os sentidos produzidos por essa relação, foram conduzidos na escrita, ao mesmo tempo que o escrevente é levado a refletir sobre a forma e os sentidos adequados para conduzir sua linha argumentativa, conforme seu projeto de texto ou mesmo daquilo que julga ser representativo da escrita frente ao destinatário. Essa construção textual culmina na particularização (estabelecida entre “África” e “povos de mesma etnia”). Essa relação cria, por meio da restrição de escopo e da maximização da aderência, um cronotopo que situa as diferentes etnias africanas num mesmo tempo e espaço frente ao outro elemento de desenvolvimento do tema: o neocolonialismo. É justamente esse o jogo que conduziu a argumentação, no contexto do excerto 1 analisado.

2.7 A construção dos dados

A generalização e a particularização foram capturadas por meio de critérios estabelecidos a partir da análise das estratégias das quais os escreventes se valem para argumentar. A seguir, expomos e descrevemos os critérios que correspondem às estratégias de generalização e particularização. Importante salientar que esses critérios não foram previamente selecionados: foram levantados a partir da investigação das estratégias pelas quais os escreventes construíam generalizações e particularização em seus textos e, a partir desse levantamento, os dados foram agrupados conforme foram surgindo.

Existe um jogo entre a generalização e a particularização que estabelece processos argumentativos, como já mencionado. Esses processos podem ser evocados pelos escreventes por meio de diversas estratégias, por isso, selecionamos as mais acionadas nas produções textuais analisadas. Nesta seção, descrevemos essas estratégias, as quais denominamos critérios, pois constituem a forma de entrada nos dados.

Foram verificadas, por meio da leitura e primeira análise do material, as ocorrências de generalizações e particularização, organizadas nas subseções 2.7.1 (estratégias de generalização) e 2.7.2 (estratégias de particularização). Nessas duas subseções, que encerram o capítulo sobre a metodologia, encontram-se os critérios analisados, a definição assumida para cada critério seguido de um exemplo que o ilustra.

2.7.1 Estratégias de generalização

As estratégias de generalização mostraram-se mais numerosas, de acordo com a análise feita sobre o *corpus*, no que se refere à relação entre particularização e generalização. Com relação às estratégias de generalização, foram verificadas ocorrências cujas classificações concentram-se em oito critérios, descritos a seguir:

I. Argumentação pela inclusão do destinatário, marcada pelo verbo na primeira pessoa do plural

Assumimos que, ao utilizar a primeira pessoa do plural desinencial ou marcada pelo pronome com sentido inclusivo, há um movimento do escrevente no sentido de levar o leitor a aderir ao argumento construído.

Excerto 04

Sabemos que desde tempos há muito passados, o riso tem sido ‘um santo remédio’. – DO_1 (§1, 1.1).

II. Expressão temporal marcando duração indefinida

Certas expressões temporais constituem-se marcadores universalizantes e, ao indefini-las, o escrevente encontra uma forma de marcar uma temporalidade sem a necessidade de especificá-la ou comprometer seu argumento com essa temporalidade evocada.

Excerto 05

Na contemporaneidade, nota-se um aumento na quantidade de programas classificados como humorísticos (...). – DO_1 (§2, 1.1).

Nesse tipo de estratégia, foram computadas também ocorrências em que o aspecto contribui para a indefinição temporal, como ilustra o exemplo abaixo, por meio do advérbio “hoje”, que, embora marcando sua significação temporal canônica usual, marca, preferencialmente, o tempo que transcorre (aspecto permansivo).

Excerto 06

Hoje existem até programas de humor para que as pessoas possam ter um momento contagiante (...). – DO_06 (§1, 1.2)

III. Assunção de voz coletiva (marcada por expressões quase proverbiais e apelos ao senso comum)

Os escreventes, em seus textos, se valem de uma voz coletiva que pode ser marcada por diversas estratégias, tais como uso de marcas proverbiais²⁹, apelos ao senso comum, clichês e expressões de ampla utilização, regras morais de comportamento presumidas como gerais, ditados populares, expressões mencionadas entre aspas que nem sempre representam citações formalizadas e argumentos que acionam uma voz coletiva, ou ainda argumentos supostos como partilhados.

Excerto 07

(...) entender e respeitar esses limites torna o convívio em sociedade mais saudável e harmonioso.” – DO_1 (§6, 1.2,3)

IV. Ausência de determinantes definidos em enumerações

²⁹ Assumimos o termo “marcas proverbiais” no sentido cunhado por Alves (2013), que propõe denominar marcas proverbiais “tanto o próprio provérbio quanto suas variações” (p. 14). Isso que a autora denomina variações sobre o provérbio, engloba, além do próprio provérbio, estruturas proverbiais modificadas ou adaptadas, enunciados que, de alguma forma, remetem a provérbios, seja pelo sentido ou pela estrutura composicional, ou seja, toda expressão, cristalizada ou não, que remeta a algum tipo de provérbio, seja pela forma de estruturação, contendo expressões sintáticas, métrica ou rimas próprias de algum provérbio, seja pela relação de sentidos construída (paráfrase de provérbio, alusão ao efeito de sentido comumente provocado por algum provérbio).

Estabelecem-se a partir de enumerações, listas de itens, elementos de um determinado conjunto, que compõem as partes de um todo ou recortes feitos a partir de um tema, mencionados sem a imposição de determinante definido. O não uso de determinantes definidos é uma característica a ser destacada porque pode contribuir para marcar o procedimento de generalização.

Excerto 08

(...) explorados em **teatros, filmes, novelas, canções** e demais apresentações. – DO_1 (§1, 1.2)

V. Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas

Estabelecem-se a partir de termos genéricos que são utilizados para marcar o tema ou resgatá-lo, produzindo o encadeamento temático na progressão do texto, sem a imposição de determinantes definidos, uma vez mais, marcando a característica de contribuir para o procedimento de generalização.

Excerto 09

Quando falamos em **limites**, logo pensamos em fronteiras (...) – DO_1 (§5, 1.1)

VI. Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante

Marcado pelo uso de elementos dêiticos que impõem função universalizante para o termo sobre o qual tem escopo (em vez de especificar tal termo).

Excerto 10

(...) caso não saibamos distinguir **os** limites entre o riso do humor e o da grosseria. – DO_1 (§4, 1.4,5)

VII. Falsas delimitações

Falsas delimitações são caracterizadas pela tentativa do escrevente de delimitar o tema ou aspectos relacionados a ele, por meio de expressões gerais e amplas que tornam a delimitação pouco precisa.

Excerto 11

Quando tocamos em assuntos que são importantes para **um certo grupo de pessoas** (...) – DO_2 (§2, 1.3)

VIII. Modalização Deôntica

Geralmente a modalização deôntica é tratada a partir da noção de obrigatoriedade e de permissão. Adotaremos, nesse estudo, uma ampliação do escopo da modalidade deôntica, conforme revisão da classificação dos modalizadores deônticos proposto em Nascimento (2010)³⁰ em quatro eixos, a saber: a) o obrigatório; b) o proibido; c) o permitido, e; c) o facultativo. Essa subcategorização coloca-se em uma perspectiva semântico-pragmática, permitindo analisar-se determinadas nuances da modalização deôntica que vão além da noção geral de obrigatoriedade e da negação ao capturar também a relação de possibilidade (desdobrada nas relações de permissão e facultatividade), de modo que seja possível observar melhor o efeito modalizador que recai sobre o dizer, o modo de apropriação da palavra alheia e o ajuste do dizer ao outro.

A relação de obrigação (conforme se verifica no excerto 13), aparece com bastante frequência marcada pelo verbo “dever”, em menor frequência, com o verbo ter ou outras formas que indiquem obrigação.

Excerto 12 – (obrigação)

Devemos usar muito mais nossa inteligência, amor próprio e caráter ao invés de se deixar levar (...) – OS_7 (§6, 1.1,2)

A relação de proibição, nesse tipo de modalidade, muito comumente é marcada pelo uso de verbo “dever” associado a alguma partícula de negação (“não

³⁰ Essa perspectiva é especialmente importante para a presente pesquisa, pois Nascimento (2010) trata o fenômeno da modalização deôntica pela perspectiva semântico-pragmática, ampliando as possibilidades classificatórias e suprimindo a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o tema em relação à perspectiva restrita à natureza retórica ou formalista, que tratam a modalização deôntica apenas como aquela marcada pelo sentido de obrigação (e, raras vezes, de possibilidade). Essa simplificação tende a não considerar outros aspectos relevantes no que se refere à construção dos sentidos. A classificação mais detalhada amplia o escopo desse tipo de modalidade, de forma a permitir a observação de aspectos importantes da produção escrita.

deve”, “nunca deve”, etc). Algumas vezes, aparecem ainda com o verbo “poder” associado à partícula de negação (“não pode”), conforme se verifica no excerto 14:

Excerto 13 – (proibição)

Sendo maneiras de prevenir o caos, ou impor limites, as fronteiras **não devem ser descartadas** de nosso cotidiano. – SP_4 (§4, 1.1,2)

A relação de possibilidade, subcategorizada em permissão ou facultatividade, não é estabelecida apenas por uma palavra ou expressão, mas principalmente pelo efeito de sentido construído no enunciado, de modo que se colocam como modalizações por vezes mais sutis, por vezes mais complexas.

A relação de possibilidade, estabelecida pela permissão, se dá quando há, no enunciado, um efeito de permissão, autorização ou consentimento, em geral, de um sujeito em relação a outro, ou de um sujeito em relação a uma situação específica, conforme exemplifica o excerto 15 a seguir:

Excerto 14 – (permissão)

(...) devemos destruir essas fronteiras, não necessariamente geográficas, mas as da ambição, preconceito, vaidade, inveja (...) para que desse jeito **possamos** nos preocupar com problemas mais graves (...)– SP_1 (§4, 1.5,6)

A possibilidade como facultatividade se dá quando há opcionalidade no fato modalizado, de modo que se evidencie que pode ocorrer ou não, independentemente de outros fatores que incidam sobre tal fato, sem que haja uma regra geral que estabeleça, por exemplo, uma permissão como uma forma de concessão. Assim, a facultatividade se coloca como uma forma mais simples de possibilidade³¹, em que algo simplesmente pode ou não ocorrer, conforme se observa no excerto 16, a seguir:

³¹ A distinção entre relações de permissão e facultatividade foram expostas por questão ilustrativa e explicativa. Generalizamos, para análise, ambas modalizações como pertencentes ao eixo da possibilidade, devido ao fato de que uma distinção pormenorizada não interfere na análise e nos resultados da pesquisa, tampouco afeta o modo de análise.

Excerto 15 – (facultatividade)

(...) levar a vida de maneira espontânea sabendo rir e usar o humor para distrair ou solucionar problemas, assim **podemos evitar doenças** ocasionado pelo estresse como a depressão (...)”– DO_6 (§5, 1.2,3)

2.7.2 Estratégias de particularização

As estratégias de particularização mostraram-se mais escassas, de acordo com a análise feita sobre o *corpus*, no que se refere à relação entre particularização e generalização. Com relação às estratégias de particularização, foram verificadas ocorrências apenas por meio dos dois critérios, descritos a seguir:

I. Argumento pela ilustração ou exemplo

Constitui-se de um argumento bastante comum que estabelece, a uma asserção, uma amostra de como esta afirmação se apresenta na realidade presumida pelo escrevente, conforme exemplifica o excerto 17 a seguir:

Excerto 16

“...um **exemplo de falta de limites** são as brincadeiras que tem como objeto ...”
DO_1 (§5, 1.3)

II. Pergunta Retórica

Estabelecem-se como questionamentos elaborados pelo escrevente como uma forma de problematizar o tema em desenvolvimento ou estimular a reflexão do leitor sobre o assunto ora em desenvolvimento, conforme exemplifica o excerto 18 a seguir:

Excerto 17

“... mas remédio para que exatamente?” DO_3 (§1, 1.2)

Capítulo 3 – Análise

3.1 Considerações iniciais

Este capítulo tem por objetivo apresentar, descrever e interpretar os dados obtidos do *corpus* a partir da verificação dos critérios anteriormente descritos. Os processos de generalização e de particularização foram organizados, ambos, da seguinte forma: em um primeiro momento, apresentamos os dados de cada instituição, sempre divididos em duas tabelas, sendo a primeira contendo o cruzamento dos critérios de análise em relação ao número de redações que apresenta ocorrências (e suas respectivas porcentagens do total de redações) e a segunda, contendo o cruzamento dos critérios de análise em relação ao números de ocorrências (e suas respectivas ocorrências em relação ao total de ocorrências). Após descrever cada instituição, fornecemos uma tabela geral, unindo os dados de todas as instituições no que se refere ao total de redações e o total de ocorrências, para que, a partir do conjunto de dados descritos individualmente e no conjunto, possamos levantar algumas questões relacionadas ao que denominamos, na presente pesquisa, de autorreflexividade da linguagem e, mais especificamente, de autorreflexividade da escrita.

Essa forma de análise dos dados é bastante importante para captar o retorno que o escrevente faz à linguagem a partir da materialidade linguística e histórica³², permitindo, desse modo, evidenciar a autorreflexividade da linguagem. Devido ao fato de que, na escrita, a autorreflexividade ocorre no momento em que o escrevente é levado a refletir sobre a forma e o sentido adequados para engajar o destinatário em seu discurso, a separação metodológica entre a generalização e a particularização se justificam, tanto como forma de entrada nos dados como forma de explicação da autorreflexividade da linguagem, pois, de alguma maneira, estão sempre presentes nos textos em forma de estratégias que são mobilizadas pelos escreventes na elaboração do que julgam ser próprio do gênero com o qual estão lidando.

³² Conferir seção 2.5.2.

3.2 Análise dos dados obtidos do *corpus*

Nesta primeira seção, buscamos descrever, interpretar e comentar as tabelas que foram obtidas a partir da leitura e recolha das ocorrências em generalização e particularização, nos textos que compõem o *corpus*. Essa primeira etapa, de levantamento de informações sobre os critérios de análise já propostos, fornecerá os dados para argumentar em favor das hipóteses levantadas acerca da autorreflexividade na escrita dos alunos pré-universitários.

3.2.1 Processo de generalização

Nesta seção, apresentamos os dados relacionados às ocorrências de generalização, distribuídas em 4 subseções. Nas três primeiras, são apresentados os dados relativos a cada instituição analisada e, na última subseção, são apresentados os dados em conjunto das três instituições.

3.2.1.1 UFGD

No corpus obtido no vestibular da UFGD, a partir de 25 amostras de textos selecionados aleatoriamente, foram verificadas as seguintes ocorrências, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1– Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização – UFGD

	Critérios							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Total de redações com ocorrências	20	17	25	13	11	22	14	17
% de redações com ocorrências	80%	68%	100%	52%	44%	88%	56%	68%

Na tabela 1, é possível verificar os critérios que são encontrados na maioria das redações. Consideramos, inicialmente e em ordem decrescente, aqueles de frequência acima de 60%, a saber:

Critério **III** (Assunção de voz coletiva) - encontrado em 100% das redações do *corpus*;

Critério **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante) - encontrado em 88% das redações;

Critério **I** (Argumentação pela inclusão do destinatário marcado pelo verbo na primeira pessoa do plural) - presente em 80% das redações;

Critérios **II** (Expressão temporal marcando duração indefinida) e **VIII** (Modalização deôntica) - ambos presentes em 68% das redações.

Estes dados mostram, de imediato, que os escreventes sempre e de alguma forma acionam a voz coletiva em seus textos, algo bastante revelador, pois demonstra que os critérios **I e VI**, apesar de serem verificados em grande parte das redações, não são absolutos, de modo que alguns escreventes não se valeram desse recurso. De modo geral, 7 dos 8 critérios são encontrados em mais da metade das redações. O único critério que é verificado em menos da metade das redações (44%), é o critério **V** (Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas).

Faz-se necessário, ainda, verificar estes dados em relação ao número total de ocorrências, considerando que muitas redações apresentam de uma a várias ocorrências de um determinado critério ao longo de seus textos, de modo a dar a perceber se as altas ou baixas frequências se confirmam igualmente no número de redações e no número de ocorrências. Verifiquemos a tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Quantidade total de ocorrências do procedimento de generalização no conjunto das redações – UFGD

	Critérios							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Nº total de ocorrências	83	27	115	26	14	41	27	31
% de ocorrências	22,8%	7,42%	31,6%	7,14%	3,85%	11,26%	7,41%	8,52%
Total de redações: 25								
Total de ocorrências: 364								

A tabela 2 traz dados bastante representativos no que se refere às quantidades de ocorrências do procedimento de generalização. Do total de 25 redações da UFGD, foram encontradas 364 ocorrências, distribuídas pelos 8 critérios de análise, nas redações que mostram ao menos uma ocorrência de cada critério em questão. O número total de ocorrências, bem como o percentual relacionado, confirma o critério **III** (Assunção de voz coletiva) como o de maior incidência, perfazendo 31,6% das ocorrências de todo o *corpus*, seguido do critério **I** (Argumentação pela inclusão do destinatário marcado pelo verbo na primeira pessoa do plural) que perfaz o total de 22,8% do *corpus*, e, em terceiro lugar, o critério **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante), totalizando 11,26% do *corpus*.

A soma das ocorrências destes três critérios mais acionados perfaz o total de 65,66% do total de ocorrências do material analisado, algo que demonstra o peso que estes critérios tem em relação aos demais verificados, de modo que percebemos a necessidade que os escreventes têm de acionar, por meio de uma voz coletiva, dizeres de fácil identificação pelo leitor, o que permite a inserção do leitor nas considerações propostas no texto (por meio da presença da 3ª pessoa do plural com sentido inclusivo), bem como do acionamento de dêiticos de função generalizante (como é o caso das ocorrências do critério **VI** - Determinante como quantificador universal ou

expressão generalizante³³) frente aos enunciados em que aparecem. O critério menos frequente é o V (Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas), que perfaz um total de 3,85% das ocorrências, confirmando também sua escassez já verificada na tabela anterior, do número de redações com ocorrências. A coincidência entre as duas tabelas, no que se refere ao fato de ambas confirmarem os critérios mais acionados e os menos acionados, tanto em relação ao número de redações com ocorrência, como no número total de ocorrência verificadas consolida a força que estes dados têm para a análise e interpretação que se desenrolará nas próximas seções, após a descrição dos dados dos demais vestibulares.

3.2.1.2 UNIFIEO

No corpus obtido no vestibular da UNIFIEO, a partir de 25 textos selecionados aleatoriamente, foram verificadas as seguintes ocorrências do procedimento de generalização, conforme números da tabela 3, a seguir:

³³ As ocorrências do critério VI permitem identificar um uso bastante peculiar dos dêiticos, mais especificamente, dos determinantes, que aparecem em maior frequência na forma de artigos definidos. Vejamos um exemplo retirado de um texto fornecido pela UFGD:

“Embora eu acredite no poder de uma boa risada, penso ser necessário refletir sobre as consequências do humor para a sociedade” DO_1 (§4, 1.1,2)

Nesse exemplo, destacamos o trecho “as consequências do humor” em que o artigo “as”, em vez de especificar, indetermina. Exerce, portanto, a função de indeterminar a expressão referencial sobre a qual tem relação de escopo, de modo a permitir que o efeito de sentido produzido seja anunciar que existem consequências do humor e não há propósito ou necessidade de especifica-las. Importante salientar ainda que isso acontece sem que seja necessariamente um uso intencional por parte do falante. Ao contrário, assumimos, tendo em vista o material analisado, que o mais provável é que o escrevente não faça uso consciente da partícula dêitica nessa função, com esse sentido. As questões relacionadas ao comportamento dos dêiticos no material analisado e sua relação com a generalização é analisada mais detidamente na seção 3.4 do presente capítulo.

Tabela 3 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização – UNIFIEO

	CRITÉRIOS							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Total de redações com ocorrências	12	18	25	20	6	25	24	14
% de redações com ocorrências	48%	72%	100%	80%	24%	100%	96%	56%

A tabela 3 evidencia que os critério **III** (Assunção de voz coletiva) e critério **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante) são de ocorrência absoluta. Em seguida, verifica-se o critério **VII** (Falsas Delimitações) que deixou de figurar apenas em 1 texto e o critério **II** (Expressão temporal marcando duração indefinida) que aparece em 18 das 25 produções dessa instituição, perfazendo 72% do total de redações. É bastante relevante observar que o predomínio do critério **III** em todos os textos, com 100% de ocorrências, é algo recorrente (ver tabela 1), bem como o critério **VI**, que na tabela 1 deixava de aparecer em apenas 3 redações (perfazendo sua presença em 88% das redações). No inventário da tabela 3, aparece em todos os textos algo que reforça o peso desses critérios enquanto estratégias comuns mobilizadas pelos escreventes em seus textos.

Os critério **I** (Argumentação pela inclusão do destinatário marcado pelo verbo na primeira pessoa do plural) e o critério **VIII** (Modalização deôntica) aparecem em aproximadamente metade dos textos (respectivamente, presentes em 48% e 56% dos textos) e a menor incidência verificada está relacionada ao critério **V** (Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas), encontrado em apenas 6 textos (24%), configurando-se como o critério menos numeroso. A maior e menor incidência dos critérios verificados no total de redações dessa instituição demonstra regularidade, conforme se verifica ao comparar as tabelas 1 e 3, pois ambas trazem os critérios **III** e **VI** como os mais incidentes e o critério **V** como o menos incidente, demonstrando que isso não

configura uma idiossincrasia desta ou daquela instituição, mas algo que faz parte do universo da escrita em redações de vestibular. No entanto, necessitamos ainda dos dados da tabela 5 para confirmar categoricamente essas afirmações para confirmar essa linha de argumentação. Verifiquemos a tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Quantidade total de ocorrências do procedimento de generalização no conjunto das redações – UNIFIEO

	CRITÉRIOS							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Nº total de ocorrências	54	27	136	34	6	91	59	26
% de ocorrências	12,5%	6,53%	31,6%	7,95%	1,48%	21%	12,94%	6%
Total de redações: 25								
Total de ocorrências: 433								

Destacamos, na tabela 4, a soma total de 433 ocorrências encontradas nas 25 redações dessa instituição, totalizando 69 ocorrências a mais que a UFGD (364 ocorrências, conforme tabela 2). Essa tabela evidencia o total de ocorrências de cada critério de modo que se possa observar de fato o que os escreventes dessa instituição (UNIFIEO) mobilizam para a elaboração de sua escrita em comparação às outras instituições. Como já anteriormente afirmado, o fato de os mesmos dados serem levantados em 3 diferentes instituições de ensino superior fornece informações fiáveis acerca de estratégias comuns aos escreventes em situação de exame vestibular de modo geral, algo que pode vir a caracterizar o que é próprio desse gênero em dadas condições de produção dos discursos.

Do total quantificado, verificamos que o critério **III** é o mais numeroso (136 ocorrências, 31,6% do total), seguido do critério **VI** com 91 ocorrências (perfazendo 21% do total), seguido dos critérios **I** e **VII**, com percentuais muito próximos (respectivamente 12,5% e 12,94%), diferindo em duas ocorrências. Esse equilíbrio entre os critérios **I** e **VII** não se verifica na tabela 2 (UFGD), em que o critério **I** apresenta pouco mais que o dobro de ocorrências do critério **VII**. Curiosamente, o

critério **III**, o mais numeroso em todas as instituições de ensino superior verificadas no *corpus* levantado para o presente estudo, apresenta exatamente a mesma porcentagem na tabela 2 e na tabela 4: 31,6% (tabela 2, 115 ocorrências do total de 364 e tabela 4, 136 ocorrências do total de 433). Esse equilíbrio é bastante significativo e reforça a importância dessa estratégia para os escreventes em relação ao gênero em questão.

Com relação aos critérios menos numerosos em ocorrências, temos, o critério **V**, contando com apenas 1,48% das ocorrências, seguido do critério **VIII** (6%) e o critério **II** (6,53%). Mais uma vez, comparando com a tabela 2, dessa vez as menores incidências, temos os critérios **II** e **VIII** em margens muito próximas nas duas instituições (UFGD e UNIFIEO). Na tabela 2 verifica-se como menores incidências, respectivamente, os critérios **IV** (7,14%), **II** (7,42%) e o **VIII** (8,52%). No que se refere então às mais baixas incidências, as duas instituições trazem dados bastante próximos, divergindo quanto aos critérios **IV** e **V**. Essa divergência traduz-se como uma singularidade que será melhor explicada ao contrastarmos esses mesmos dados com aqueles obtidos dos textos da terceira instituição a ser analisada, a FUVEST, nas tabelas 5 e 6.

3.2.1.3 FUVEST

No *corpus* obtido no vestibular da FUVEST, a partir de 25 textos selecionados aleatoriamente, foram verificadas as seguintes ocorrências, conforme números da tabela 5, a seguir:

Tabela 5 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização – FUVEST

	CRITÉRIOS							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Total de redações com ocorrências	15	18	25	17	23	25	12	17
% de redações com ocorrências	60%	72%	100%	68%	92%	100%	48%	68%

Na tabela 5, os critérios que imediatamente mostram sua relevância é, mais uma vez, o critério **III** (Assunção de voz coletiva), que está presente em todos os textos, com 100% de ocorrências, algo recorrente (pois as tabelas 1 e 3 também apresentam os mesmos resultados) bem como o critério **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante), que na tabela 1 deixava de aparecer em apenas 3 redações (perfazendo sua presença em 96% das redações) e na tabela 3 também apresenta 100% de ocorrências. Ao verificar essas semelhança entre as três instituições, percebemos a força desses dados, em que a voz coletiva está sempre presente na escrita do vestibulando, bem como a forte tendência em ocorrer o uso especializado dos determinantes em função generalizante.

Nessa tabela, também aparecem com alta frequência os critérios **V** (Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas), constatado em 23 textos (92% do total), seguido do critério **II** (Expressão temporal marcando duração indefinida), que aparece em 18 textos (perfazendo 72% do total), seguido dos critérios **IV** (Ausência de determinantes definidos em enumerações) e **VIII** (Modalização deôntica), ambos presentes em 17 textos (68% do total). Os critérios em que verificamos os mais baixos percentuais de ocorrências em relação aos 25 textos são os critérios **I** (Argumentação pela inclusão do destinatário marcado pelo verbo na primeira pessoa do plural), que mesmo assim está presente em 15 textos, o que perfaz 60% do total (representando mais da metade do total) e **VII** (Falsas Delimitações), sendo este último o menos frequente,

aparecendo em 12 textos, o que perfaz o total de 48%, único critério que está presente em (pouco) menos da metade das redações. Um dado curioso que pode ser levantado a partir do critério **VII** é o fato de não encontrar correspondência percentual em relação às outras instituições, pois na tabela 3 (UNIFIEO) está presente em quase todos os textos (24, correspondendo a 96% do total), estabelecendo-se como um dos mais altos percentuais dessa tabela, e na tabela 1 (UFGD), está presente em 14 textos, perfazendo o total de 56%.

Esses dados mostram que o critério **VII** é bastante flutuante, variando em cada instituição, de modo que deixa em aberto a possibilidade de uma investigação mais aprofundada para saber se há algum outro elemento que interfira no seu acionamento, seja provocando seu uso ou mesmo bloqueando-o. O mesmo pode ser dito em relação ao critério **I**, pois também não apresenta um padrão regular de ocorrências, do ponto de vista numérico (tabela 5 - 15 textos, 60%; tabela 3 - 12 textos, 48%; tabela 1- 20 textos, 80%), mesmo que sejam diferenças menos extremas que as verificadas em relação ao critério **VII**. Verifiquemos a tabela 6 a seguir:

Tabela 6 – Quantidade total de ocorrências do procedimento de generalização no conjunto das redações – FUVEST

	CRITÉRIOS							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Nº total de ocorrências	67	42	82	30	56	80	13	38
% de ocorrências	16,42%	10,3%	20,1%	7,35%	13,73%	19,6%	3,18%	9,32%
Total de redações: 25								
Total de ocorrências: 408								

Do total de 25 redações da FUVEST foram encontradas 408 ocorrências (conforme mostra a tabela 6), distribuídas pelos 8 critérios de análise. Esse número é compatível com o número de ocorrências encontrado nas outras duas instituições (UFGD: 364 ocorrências e UNIFIEO: 433 ocorrências). Ao estabelecer o cálculo médio de ocorrências (401, aproximadamente, de um total de 1205 ocorrências em

todo o *corpus*), verificamos que os números da FUVEST mais se aproximam desta média.

O número total de ocorrências, bem como o percentual relacionado, confirma o critério **III** (Assunção de voz coletiva) como o de maior incidência, perfazendo 20,1% das ocorrências de todo o *corpus* (total de 82 ocorrências encontradas nos 25 textos. Note-se que, ao comparar esse mesmo critério com o que se verificou nas outras duas instituições, a FUVEST apresentou o menor número de ocorrências de Assunção de Voz Coletiva, o que se verifica ao comparar-se a tabela 6 com a tabela 4, que conta com 31,6% (total de 136 ocorrências) e a tabela 2, que conta com 31,6% (total de 115 ocorrências).

O segundo maior número de ocorrências incide sobre o critério **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante), com 80 ocorrências (19,6%), apenas duas ocorrências a menos que o critério **III**. Ainda sobre o critério **VI**, podemos observar que, na tabela 4, constam 91 ocorrências (21% do total), 2º critério mais numeroso, de modo que FUVEST e UNIFIEO apresentam a mesma regularidade. Na tabela 2, observam-se 41 ocorrências (11,26% do total), perdendo apenas para o critério **I** (com 83 ocorrências – 22,8% do total) e critério **III**. Apesar dessa última instituição fugir ao padrão das outras duas, é ainda um dos mais numerosos, de modo que é possível observar a relevância dos critérios **III** (Assunção de voz coletiva) e **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante) para a escrita nas redações de vestibular³⁴.

Ainda sobre os critérios mais numerosos, seguem na sequência os critérios **I** (Argumentação pela inclusão do destinatário marcado pelo verbo na primeira pessoa do plural) com 16,42%, **V** (Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas) com 13,73% e **II** (Expressão temporal marcando duração indefinida) 10,3%. Os menos numerosos, abaixo da faixa dos 10%, são os critérios **VIII** (Modalização deôntica), com 9,32%, **IV** (Ausência de determinantes definidos em enumerações), com 7,35% e **VII** (Falsas Delimitações), com 3,18%.

O critério **VII**, o menos numeroso, contando com apenas 13 ocorrências, apresentou, na tabela 4, 59 ocorrências (12,94% do total - 3º maior critério em

³⁴ Esse fato será melhor explorado em seção específica (3.3) deste capítulo, na qual algumas hipóteses serão levantadas.

número de ocorrências) e na tabela 2, apresentou 27 ocorrências (7,41% do total – 2º critério menos numeroso), de modo que não se verifica um padrão relacionado ao uso deste recurso nos diferentes instituições. Essa grande variação quanto ao uso de falsas delimitações necessita de uma observação mais minuciosa, de modo que se observe se há algum outro fator incidindo sobre o seu aparecimento ou sua restrição nos textos das diferentes instituições.

Na subseção seguinte, buscamos fazer uma comparação dos resultados obtidos das três instituições.

3.2.1.4 UFGD, UNIFIEO e FUVEST

Essa subseção tem por objetivo reunir os dados das três instituições e observá-los em conjunto, com a finalidade de constatar o que de fato é relevante dentre os critérios analisados e se algumas observações prévias e individualizadas se confirmam no conjunto dos dados.

Observemos, primeiramente, na tabela 7, a quantidade de redações em que se verificou pelo menos uma ocorrência de cada critério nas redações das três instituições analisadas e, na sequência, na tabela 10, a quantidade total de ocorrência em generalização, distribuída ao longo dos 8 critérios analisados, bem como suas respectivas porcentagens.

Tabela 7 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de generalização nas três instituições

		CRITÉRIOS							
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Total de redações com ocorrências	UFGD	20	17	25	13	11	22	14	17
	UNIFIEO	12	18	25	20	6	25	24	14
	FUVEST	15	18	25	17	23	25	12	17
TOTAL	75	47	53	75	50	40	72	50	48
TOTAL %	100%	62,6%	70,6%	100%	66,6%	53,3%	96%	66,6%	64%
% de redações com ocorrências	UFGD	42,5%	32,08%	33,3%	26%	27,5%	30,6%	28%	35%
	UNIFIEO	25,6%	33,96%	33,3%	40%	15%	34,72%	48%	30%
	FUVEST	31,9%	33,96%	33,4%	34%	57,5	34,72%	24%	35%

A tabela 7, dividida em duas partes, apresenta o agrupamento dos dados das três instituições: a primeira parte (superior) apresenta a soma do número de redações em que se verificou, ao menos, uma ocorrência de cada critério, a soma desses números e, na linha subsequente, a porcentagem que isso representa do total dos 75 textos que constituem o *corpus*. Na parte inferior da tabela, a soma total de textos é subdividida nas porcentagens relativas a cada uma das três instituições.

Note-se que, nessa tabela, todos os critérios contam com mais de 50% de textos em que se verificam a presença de ocorrências, de modo que aquilo que mais interessará nesses dados são as frequências máximas ou próximas a elas (aqueles que apresentam 100% de ocorrências, ou mesmo números próximos disso).

Esses números mostram os critérios que se configuram como estratégias sempre presentes nos textos dos vestibulandos, que não estão sujeitos às variações regionais ou institucionais, sendo, portanto, possível afirmar que esses critérios indicam a representação que a comunidade dos escreventes têm do gênero redação de vestibular de modo geral. Isso posto, observa-se que os critérios **III** (Assunção de voz coletiva) e **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante) definem, sob o aspecto da generalização, o gênero em questão. Faz-se necessário, então, explorar melhor as características da escrita de vestibular e, mais especificamente, do gênero redação de vestibular, em detrimento desses dois critérios, verificando-se se há uma relação entre esses critérios e a definição de autorreflexividade discursiva elaborada e discutida na presente pesquisa.

Um outro dado relevante obtido pela quantificação, nessa tabela, é a discriminação detalhada, feita na parte inferior da tabela, de cada instituição individualmente, pois revela qual, dentre as três, apresenta maior número de textos com ocorrências. Para que seja possível observar esses dados com maior clareza, destacamos, em forma de síntese, os critérios que apresentam maiores números de textos com ocorrências, do conjunto das três instituições, conforme se verifica na tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – Critério com MAIOR FREQUÊNCIA em textos com ocorrências

	UFGD	UNIFIEO	FUVEST
I	42,5%		
II		33,96%	33,96%
III	33,3%	33,3%	33,4% ³⁵
IV		40%	
V			57,5%
VI		34,72%	34,72%
VII		48%	
VIII	35%		35%

³⁵ Com relação ao critério **III** da tabela 8, constatamos 100% de textos com ocorrências, de modo que as três instituições ocupam a posição de maiores frequências. Consequentemente, a diferença de 0,01% (um centésimo percentual) que aparece relacionado à FUVEST é explicada apenas pela necessidade de arredondamento, de forma que a soma das três instituições dêem exatos 100%.

Na tabela 8, é possível verificar com clareza qual instituição apresenta maior número de textos em cada um dos critérios. No critério **I** (Argumentação pela inclusão do destinatário marcado pelo verbo na primeira pessoa do plural), a UFGD apresentou o maior número de textos com ocorrências (42,5%, equivalente a 20 textos do total de 47). No critério **II** (Expressão temporal marcando duração indefinida), verificamos os maiores números entre a UNIFIEO e a FUVEST, ambas com 33,96% dos textos com ocorrências (18 textos cada instituição, do total de 53 textos com ocorrências nesse critério. Com relação ao critério **III** (Assunção de voz coletiva), todas as instituições apresentaram textos com ocorrências, de modo que o propósito dessa tabela, que é o de asseverar os critérios com maior ocorrência, não se aplica a esse critério (ou, em última análise, todas as instituições apresentam esse critério com os maiores números de ocorrências). A instituição que apresentou maiores percentuais do critério **IV** (Ausência de determinantes definidos em enumerações) foi a UNIFIEO, com 40% de textos com ocorrências (equivalente a 20 textos do total de 50). Com relação ao critério **V** (Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas), a FUVEST apresenta os maiores números de todos: 57% (equivalente a 23 textos do total de 40). No critério **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante), temos a mesma quantidade entre UNIFIEO e FUVEST, com 34,72% (equivalente a 25 textos cada, do total de 72 textos). O critério **VII** (Falsas Delimitações) apresentou maiores ocorrências na UNIFIEO, com 48% de textos com ocorrências (equivalente a 24 textos do total de 50). Por último, o critério **VIII** (Modalização deôntica), apresentou as maiores frequências entre a UFGD e a FUVEST, com 35% (equivalente a 17 textos cada uma, do total de 48).

Ao observar os números de critérios com maiores frequências por instituição, verificamos que:

- a) UFGD: conta com os maiores números de textos com ocorrência no critério **I**;
- b) UNIFIEO: conta com os maiores números de textos com ocorrência(s) nos critérios **IV** e **VII**;
- c) FUVEST: conta com os maiores números de textos com ocorrência(s) no critério **V**;

- d) Constatou-se o mesmo número entre as 3 instituições no critério **III**;
- e) Constatou-se o mesmo número entre UFGD e FUVEST no critério **VIII**;
- f) Constatou-se o mesmo número entre UNIFIEO e FUVEST nos critérios **II** e **VI**;
- g) Não constatou-se mesmos números entre UFGD e UNIFIEO.

No que se refere às estratégias de generalização, esses dados trazem alguns indícios do que é representativo de cada instituição, bem como o que é representativo do gênero em questão. Os dados que apresentam maioria apenas em uma instituição, com porcentagens que se distanciam daquelas obtidas das outras instituições, revelam-se idiossincráticos, caracterizando certas práticas de escrita mais localizadas (institucionalmente), como é o caso dos critérios **I** (UFGD), **IV** e **VII** (UNIFIEO) e **V** (FUVEST).

Os dados que apresentam os mesmos números entre as três instituições ou entre duas instituições, ou ainda o mesmo número entre duas instituições com os números da terceira instituição bastante aproximados e que totalizam a presença de tal critério em número superior a 90%, revelam o que é próprio **do gênero** ora em análise, tal como se verifica nos critérios **III** (maiores números entre as três instituições), e o critério **VI** (maiores números entre UNIFIEO e FUVEST, com números da UFGD bem aproximados - diferença de 4,12% - e soma total dos textos nesse critério de 96%). Os critérios para os quais verificamos maior número de ocorrência entre duas instituições, mesmo que a terceira instituição apresente números muito próximos das outras duas, mas com porcentagens mais baixas de textos com ocorrências (inferiores a 70%), apresentam certo equilíbrio do acionamento do critério em questão, mas são inconclusivos para afirmar-se algo relacionado ao gênero ou às instituições.

Passamos, a seguir, à tabela 9, em que verificamos aos menores números de ocorrências em cada critério, por instituição.

Tabela 9 – Critério com MENOR FREQUÊNCIA em textos com ocorrências

	UFGD	UNIFIEO	FUVEST
I		25,6%	
II	32,08%		
III			
IV	26%		
V		15%	
VI	30,6%		
VII			24%
VIII		30%	

Na tabela 9, em que foram relacionados os mais baixos números de textos com ocorrências em generalização nas três instituições, é importante observar que os números de alguns critérios estão bem equilibrados, pois, a menor porcentagem difere da maior porcentagem em uma margem menor ou igual a 5%. É o caso dos critérios **II**, **VI** e **VIII**. O critério **III** não foi relacionado devido à constatação do mesmo número entre as três instituições, posto que há 100% de textos com ocorrências em todo o *corpus*. Em consequência disso, restam como dados mais relevantes aqueles das instituições que apresentaram números abaixo dos 30%, como ocorreu nos critérios **I**, **IV**, **V** e **IV** e **VII**. Esse fato leva-nos a subdividir os dados da tabela em duas categorias: menor frequência absoluta, em que se reúnem todos os dados, sem discriminação, e menor ocorrência relativa, em que se reúnem apenas os dados com porcentagens abaixo de 30 pontos, a saber:

a) <u>menor frequência absoluta:</u> • UFGD: critérios II, IV e VI; • UNIFIEO: critérios I, V e VIII • FUVEST: critério VII.	b) <u>menor frequência relativa:</u> • UFGD: critério IV e VI; • UNIFIEO: critérios I e V • FUVEST: critério VII.

Ao observar a menor frequência absoluta, verificamos que UFGD e UNIFIEO têm o mesmo número de critérios com mais baixas frequência de textos (3 cada uma), destacando a FUVEST como a instituição que apresenta o menor número de critérios com baixa ocorrências de textos (apenas 1). Essa observação se mantém para a menor

frequência relativa, pois se estabelecem em apenas dois critérios: um da UFGD e um da UNIFIEO, mantendo ainda o único critério com menor número da FUVEST.

A diferenciação entre menor frequência absoluta e relativa mostrou-se uniforme na indicação da instituição que traz menos critérios com menor frequência de textos (FUVEST), de modo que a principal contribuição que essa divisão oferece para a análise da Tabela 9 consiste em considerar a frequência relativa como frequência de fato. Retomamos esse dados na seção 3.3, em que outras relações são estabelecidas para caracterização do gênero e das instituições. Observemos, a seguir, a tabela 10, que traz dados relativos ao total de ocorrências dos 8 critérios, nas três instituições.

Tabela 10 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações nas três instituições

		CRITÉRIOS							
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Total de ocorrências por instituição	UFGD	83	27	115	26	14	41	27	31
	UNIFIEO	54	27	136	34	6	91	59	26
	FUVEST	67	42	82	30	56	80	13	38
TOTAL	1205	204	96	333	90	76	212	99	95
% de ocorrências	UFGD	40,6%	28,2%	34,5%	29%	18,4%	19,4%	27,2%	32,6%
	UNIFIEO	26,4%	28,2%	40,8%	37,7%	7,9%	42,9%	59,6%	27,4%
	FUVEST	33%	43,6%	24,7%	33,3%	73,7%	37,7%	13,2%	40%

Nessa tabela, que reúne os dados das três instituições analisadas, observamos, primeiramente, que foram encontradas 1205 ocorrências de generalização. Esse total está dividido entre os 8 critérios analisados da seguinte forma: o critério **I** (Argumentação pela inclusão do destinatário marcado pelo verbo na primeira pessoa do plural) conta com 204 ocorrências, o critério **II** (Expressão temporal marcando duração indefinida) conta com 96 ocorrências, o critério **III** (Assunção de voz

coletiva) conta com 333 ocorrências, o critério **IV** (Ausência de determinantes definidos em enumerações) conta com 90 ocorrências, o critério **V** (Ausência de determinantes definidos marcados por itens lexicais de cunho conceitual para a definição de temas) conta com 76 ocorrências, o critério **VI** (Determinante como quantificador universal ou expressão generalizante) conta com 212 ocorrências, o critério **VII** (Falsas Delimitações) conta com 99 ocorrências e o critério **VIII** (Modalização deôntica) conta com 95 ocorrências.

Dessa distribuição das ocorrências, verificamos que se destacam três critérios com os maiores números, todos eles acima de 200 ocorrências. São eles, em primeiro lugar, o critério **III**, com 333 ocorrências, o critério **VI**, com 212 ocorrências e o critério **I**, com 204 ocorrências. Todos os demais critérios tem números abaixo das 100 ocorrências, sendo os critérios **II**, **IV**, **VII** e **VIII** na média de 90 ocorrências cada. O critério menos frequente de todos foi o **V**, com 76 ocorrências.

Esses números reforçam resultados parciais dados nas análises feitas anteriormente em cada instituição, apontando os critérios **III** e **VI** como os mais numerosos e, portanto mais frequentes, mais acionados nos textos de modo geral. O que os dados parciais por instituição não puderam revelar, mas que se torna evidente a partir da tabela 10, é a importância do critério **I**, que ficou em terceiro lugar em maiores quantidades, com números muito próximos do critério **VI**. Isso posto, observamos que esses três critérios com maior número de ocorrências revelam ser, eles mesmos, estratégias importantes para adequar a escrita ao que a comunidade dos escreventes julga ser representativo do gênero e o que julga ser importante para adequar o texto ao seu destinatário, portanto, são estratégias que parecem ter-se tornado constitutivas na escrita do gênero redação de vestibular.

Todos os demais resultados (critérios **II**, **IV**, **VII** e **VIII**) estão uniformemente estruturados em usos menos frequentes, de modo que são estratégias também comuns, que podem, no entanto, ser acionadas ou não pelos escreventes e, assim, não estão atreladas ao que é considerado pelos escreventes como constitutivo do gênero em questão. O critério **V**, com 76 ocorrências, é o menos frequente de todos e isso mostra sua raridade enquanto estratégia de generalização. Algumas presunções sobre o acionamento desse critério são levantados na seção 3.3 deste capítulo.

Com relação aos dados que constam na parte inferior da tabela 10 (as porcentagens de ocorrências de cada instituição por critério analisado), encontramos dados igualmente importantes. Para melhor observar esses dados, relacionamos, a cada critério, as instituições que trazem as maiores frequências, conforme se verifica na tabela 11, e as instituições que trazem as menores frequências, conforme se verifica na tabela 12, ambas a seguir:

Tabela 11 – Critério com MAIOR FREQUÊNCIA de ocorrências

	UFGD	UNIFIEO	FUVEST
I	40,6%		
II			43,6%
III		40,8%	
IV		37,7%	
V			73,7%
VI		42,9%	
VII		59,6%	
VIII			40%

A tabela 11 permite uma observação mais nítida com relação as maiores frequências em ocorrências de cada critério, conforme a síntese organizada a seguir:

- a) UFGD: conta com os maiores números de ocorrência apenas no critério **I**;
- b) UNIFIEO: conta com os maiores números de ocorrência(s) nos critérios **III, IV, VI e VII**;
- c) FUVEST: conta com os maiores números de ocorrência(s) no critério **II, V e VIII**;
- d) Não se constatou mesmo número entre nenhuma das três instituições.

Antes de analisar esses dados, estabeleçamos a comparação com a tabela 8³⁶, que traz os maiores números de ocorrências em textos em que os critérios aparecem ao menos 1 vez. Note-se que em ambas as tabelas 8 e 11, a UFGD mantém o mesmo

³⁶ Essa comparação não leva em consideração os critérios em que houve coincidência numérica entre as três instituições na tabela 8, pois na tabela 11 não se constata mesmos números entre instituições em nenhum critério.

resultado: maioria de textos com ocorrência e maioria de ocorrência no critério **I**³⁷. A UNIFIEO mantém os mesmos resultados para os critérios **IV** e **VII** (maioria em número de textos e número de ocorrências nesses critérios). A FUVEST mantém os mesmos resultados apenas para o critério **V** (maioria em número de textos e número de ocorrências nesse critério). Essa comparação justifica sua importância pelos critérios coincidentes entre as três tabelas, pois, com isso, é possível verificar a importância de tais critérios para essas instituições.

Voltando agora o olhar apenas para a tabela 11, verificamos que, em relação às instituições que mais apresentam a maior quantidade de critérios com maioria de ocorrências, temos em primeiro lugar a UNIFIEO, com maioria nos critérios **III**, **IV**, **VI** e **VII**; em segundo lugar, a FUVEST com maioria nos critérios **II**, **V** e **VIII** e, por fim, a UFGD com maioria apenas no critério **I**. Esses dados se referem a maior utilização de estratégias de generalização por instituição, o que permite afirmar que, na comparação entre as três instituições, a UNIFIEO generaliza mais e a UFGD generaliza menos.

Resta saber o que as menores ocorrências têm a contribuir para com os resultados já obtidos e, para isso, passemos à tabelas 12 a seguir:

Tabela 12 – Critério com MENOR FREQUÊNCIA de ocorrências

	UFGD	UNIFIEO	FUVEST
I		26,4%	
II	28,2%	28,2%	
III			24,7%
IV	29%		
V		7,9%	
VI	19,4%		
VII			13,2%
VIII		27,4%	

Nessa tabela, em que reunimos os mais baixos números de ocorrências em generalização nas três instituições, é importante observar as instituições que

³⁷ É importante lembrar que o critério **I** é o terceiro critério com maior número de ocorrências (204, conforme a tabela 10)

apresentam o maior número de critérios com a menor frequência de ocorrências. Temos novamente, em primeiro lugar, a UNIFIEO, com a menor frequência nos critérios **I**, **II**, **V** e **VIII**. Esse resultado revela uma singularidade e uma idiossincrasia dessa instituição, pois conta com quatro critérios com maior número de ocorrências e outros quatro critérios com menor número de ocorrências (ou seja, conta com maiores frequências nas tabelas 11 e 12)³⁸. Uma singularidade que se concentra na UNIFIEO está no fato de que, se ela é a que mais generaliza para determinados critérios, por um lado, também é, por outro lado, a que menos generaliza para determinados critérios. Em segundo lugar, temos a UFGD com a menor frequência de ocorrências em três critérios (**II**, **IV** e **VI**) e, em último lugar, a FUVEST, com menores frequências de ocorrências em apenas dois critérios (**III** e **VII**).

Por fim, podemos estabelecer uma relação entre as instituições a partir das aproximações por meio das frequências mais próximas, ou seja características comuns que aproximam algumas das instituições analisadas, a saber:

- a) aproximação da UFGD E FUVEST, distanciando estas duas instituições da UNIFIEO, conforme análise da frequência do critério **VII**;
- b) aproximação da UFGD E UNIFIEO, distanciando estas duas instituições da FUVEST, conforme análise das frequências dos critérios **II**, **III**, **V**, **VIII**³⁹;
- c) aproximação da UNIFIEO E FUVEST, distanciando estas duas instituições da UFGD, conforme análise das frequências do critério **I**, **IV** e **VI**.

Com essas informações, encerramos uma primeira análise feita sobre as generalizações. Essas primeiras análises forneceram dados obtidos por meio da descrição, comparação e explicação, que se convertem em hipóteses para uma discussão mais aprofundada na seção 3.3, em que formulamos interpretações desses dados à luz do conceito de autorreflexividade.

³⁸ Uma vez que esse resultado se conecta a outras informações acerca dessa mesma instituição (a UNIFIEO, já comentada em seções anteriores) deixamos para comentá-los com maiores detalhes na seção 3.3 do presente capítulo.

³⁹ Considerando que no critério **VIII**, a diferença de frequência entre as três instituições é muito pequena, de modo que não seja possível afirmar que seja uma aproximação tão significativa, entre a UFGD e a UNIFIEO com relação a esse critério.

3.2.2 Processo de particularização

É importante notar, em primeiro lugar, a diferença entre as estratégias de generalização e de particularização, por meio do número de critérios estabelecidos (a partir do material) para capturar uma e outra. Enquanto para generalização dispomos de 8 critérios (correspondentes a 8 diferentes estratégias generalizantes), o processo de particularização dispõe de 2 diferentes estratégias possíveis de realização na escrita, conforme o que se verificou no *corpus* analisado. São elas: **I**. Argumento pela ilustração ou exemplo, e; **II**. Pergunta Retórica.

Nesta seção, apresentamos os dados relacionados às ocorrências de particularização, distribuídas em quatro subseções. Nas três primeiras, são apresentados os dados relativos a cada instituição analisada e, na última subseção, são apresentados os dados em conjunto das três instituições.

3.2.2.1 UFGD

No corpus obtido no vestibular da UFGD, a partir de 25 amostras de textos selecionados aleatoriamente, foram verificadas as seguintes ocorrências, conforme números das tabelas 13 e 14, a seguir:

Tabela 13 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização – UFGD

	CRITÉRIOS	
	I	II
Total de redações com ocorrências	8	12
% de redações com ocorrências	32%	48%

A tabela 13, referente à UFGD, apresenta o critério **II** (Pergunta Retórica) com frequência maior nos textos analisados do que o critério **I** (Argumento pela ilustração

ou exemplo). O critério **II** está presente em 12 textos, do total de 25 (correspondendo a 48%), e o critério **I** está presente em 8 textos do total de 25 (correspondendo a 32%).

Note-se que ambos os critérios estão presentes em menos de 50% dos textos, de modo a reforçar o fato de que a particularização é menos acionada nos textos, ou seja, são estratégias mais raras e não estão incorporadas na representação que os escreventes têm da escrita, tampouco do gênero em questão, com o qual tiveram que lidar no exame vestibular. Verificamos, a seguir, se isso se confirma nos dados das outras instituições.

Na tabela 14, a seguir, verificamos, desse total de textos que apresentam ao menos uma ocorrência de um desses casos de particularização, o número de ocorrências totais em um e outro critério.

Tabela 14 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações – UFGD

	CRITÉRIOS	
	I	II
Nº total de ocorrências	10	22
% de ocorrências	31,25%	68,75%
Total de redações:	25	
Total de ocorrências:	32	

Na tabela 14, referente à UFGD, o critério **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo) conta com 10 ocorrências distribuídas em 8 textos e o critério **II** (pergunta retórica), com 22 ocorrências distribuídas nos 12 textos em que ocorrem ao menos uma vez. Das 32 ocorrências que perfazem o total, o critério **I** corresponde a 31,25%, e o critério **II** corresponde a 68,75%, o que resulta em maioria significativa de ocorrências nesse último critério.

As tabelas 13 e 14 confirmam a particularização por meio de perguntas retóricas como o recurso mais acionado, apesar da escassez que se verificou no acionamento de estratégias particularizantes nos textos analisados. Por isso, é

importante verificar como isso aparece nas outras duas instituições. Passemos à próxima instituição analisada.

3.2.2.2 UNIFIEO

No corpus obtido no vestibular da UNIFIEO, a partir de 25 amostras de textos selecionados aleatoriamente, foram verificadas as seguintes ocorrências do procedimento de particularização, conforme as tabelas 15 e 16, a seguir:

Tabela 15 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização – UNIFIEO

	CRITÉRIOS	
	I	II
Total de redações com ocorrências	4	4
% de redações com ocorrências	16%	16%

A tabela 15, referente à UNIFIEO, apresenta maior escassez em relação ao uso da particularização, em que se verifica a presença de ocorrências apenas em 4 textos nos critérios **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo) e **II** (pergunta retórica). Note-se que os dois critérios não ocorrem nos mesmos 4 textos: verificou-se que tanto o argumento pela ilustração/exemplo quanto a pergunta retórica ocorreram em textos distintos, de forma que não é possível estabelecer uma relação entre ambas quando acionadas, algo que reforça também a sua raridade.

A presença das estratégias representadas pelos critérios **I** e **II** perfaz o total de 16% do total de textos analisados. Observa-se uma queda significativa em relação às ocorrências verificadas na UFGD, algo que já indica um número de ocorrências ainda menor, conforme se verifica na tabela 16 a seguir, em que se constata a quantidade de ocorrência presentes nos textos analisados da UNIFIEO.

Tabela 16 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações – UNIFIEO

	CRITÉRIOS	
	I	II
Nº total de ocorrências	4	5
% de ocorrências	44,44%	55,56%
Total de redações:	25	
Total de ocorrências:	9	

Na tabela 16, referente à UNIFIEO, constata-se apenas 9 ocorrências, sendo 4 do critério **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo), o que corresponde a 44,44% das ocorrências e 5 ocorrências do critério **II** (pergunta retórica), perfazendo o total de 55,56% das ocorrências. Verificamos, assim, a queda acentuada no número de ocorrências (32 ocorrências da UFGD, conforme tabela 14, que representa uma queda de 71,8% nas ocorrências, se compararmos às 9 ocorrências da tabela 16).

Essa queda mostra inconstância no uso da particularização pela ilustração ou pela pergunta retórica. A inconstância na utilização e o uso escasso ou raro desses recursos, ao que tudo indica, são dados relevantes para caracterizar o papel da particularização na produção do escrevente pré-universitário. Para melhor constatar o peso desses resultados, passemos à análise dos dados fornecidos pela última instituição, na seção seguinte.

3.2.2.3 FUVEST

No corpus obtido no vestibular da FUVEST, a partir de 25 amostras de textos selecionados aleatoriamente, foram verificadas as seguintes ocorrências, conforme números das tabelas 17 e 18, a seguir:

Tabela 17 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização – FUVEST

	CRITÉRIOS	
	I	II
Total de redações com ocorrências	9	8
% de redações com ocorrências	36%	32%

Na tabela 17, referente à FUVEST, observamos que existem nove textos com, ao menos, uma ocorrência do critério **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo), equivalente a 36% dos textos dessa amostra, e 8 textos com ocorrência(s) do critério **II** (pergunta retórica), que perfaz o total de 32% dos 25 textos fornecidos pela FUVEST. Ao compararmos os critérios **I** e **II**, verificamos o equilíbrio entre eles, com relação ao número de textos em que aparecem, na tabela 17 (FUVEST, critério **I** - 9 ocorrências e **II** - 8 ocorrências) e tabela 15 (UNIFIEO, critério **I** - 4 ocorrências e **II** - 4 ocorrências).

A tabela 13 (UFGD, critério **I** - 8 ocorrências e **II** - 12 ocorrências), difere das tabelas 15 e 17, pois há uma certa distância entre o número de textos com ocorrências, além de trazer o maior número de textos em que o critério **II** aparece, quando relacionamos as 3 instituições, em oposição à tabela 13 (UNIFIEO), que traz a menor incidência de usos das estratégias de particularização das três instituições. Esses dados corroboram com a análise do efetivo número de ocorrências encontrados nos textos, em que os casos de particularização descritos pelos critérios **I** e **II** aparecem, conforme atesta a tabela 18 a seguir e a análise contrastiva feita entre as tabelas 18, 16 e 14.

Tabela 18 – Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações – FUVEST

	CRITÉRIOS	
	I	II
Nº total de ocorrências	11	13
% de ocorrências	45,83%	54,17%
Total de redações:	25	
Total de ocorrências:	24	

Nessa tabela, referente à FUVEST, verificamos o total de 24 ocorrências nos textos em que aparecem, sendo 11 do critério **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo), o que corresponde a 45,83% das ocorrências e 13 ocorrências do critério **II** (pergunta retórica), perfazendo o total de 54,17% das ocorrências. Os dados apresentados pela FUVEST estão na média, consideradas as três instituições, em que a UNIFIEO apresenta o menor número de ocorrências (9) e a UFGD apresenta o maior número de ocorrências.

No conjunto das três instituições, temos o total de 65 ocorrências, distribuídas nos dois critérios de particularização, da seguinte forma: 25 ocorrências do critério **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo) e 40 ocorrências do critério **II** (pergunta retórica). O número de ocorrências em pergunta retórica supera as ocorrências em ilustração pelo exemplo em 62 (5%). Em uma primeira análise, constatamos que os escreventes particularizam mais pela pergunta retórica do que pelo recurso da ilustração. No entanto, não é possível afirmar que os escreventes têm maior familiaridade com a estratégia de particularização representada pelo critério **II** do que com a estratégia representada pelo critério **I** devido ao baixo número geral de ocorrências (principalmente se compararmos com as ocorrências em generalização) e a inconstância de suas presenças nos textos, posto que todas as três instituições mostraram um número de textos com ocorrências em particularização sempre abaixo da metade do número total de textos, nos dois critérios analisados.

De modo geral, verificou-se a inconstância na distribuição das ocorrências nos dois critérios, em que os únicos números que mais se aproximam são relacionados ao critério I (pergunta retórica), na tabela 14 (UFGD, 10 ocorrências) e a tabela 18 (FUVEST, 11 ocorrências). Todos os demais números de ocorrências verificados nas tabelas 14, 16 e 18, nos dois critérios, divergem, sem que seja possível estabelecer um padrão relacionável ao modo como os escreventes acionam as estratégias de particularização em seus textos.

Assim sendo, a própria inconstância no número de ocorrências verificadas nas três instituições analisadas (UFGD UNIFIEO e FUVEST) fornece, de imediato, dois dados pertinentes:

- 1) o processo de letramento escolar não municia o escrevente, formalmente, com estratégias de particularização, tais como a ilustração pelo exemplo e a pergunta retórica, no que se refere ao gênero redação de vestibular. Quando o escrevente lança mão dessas estratégias em sua escrita, são outros fatores que estariam interferindo, de modo que os escreventes, ou não se sentem confortáveis para se utilizarem dessas estratégias, ou não sentem a necessidade de fazer uso dessas formas de particularizar, ou mesmo não sabem mobilizar tais estratégias para a escrita; e
- 2) essas formas de particularização não se conectam ao que o escrevente julga ser representativo do gênero em questão, pois não há indícios de que os escreventes sejam levados a se valerem de tais estratégias para ajudar a adequar o seu texto ao leitor. Seriam, então, outros elementos que estabeleceriam as representações que o escrevente faz do gênero redação de vestibular.

3.2.2.4 UFGD, UNIFIEO e FUVEST

Essa subseção tem por objetivo reunir os dados das três instituições e observá-los em conjunto, com a finalidade de constatar o que de fato é relevante

dentre os critérios analisados e se algumas observações prévias se confirmam no conjunto dos dados.

Observemos, primeiramente, na tabela 19 a quantidade de redações em que se verificou pelo menos uma ocorrência de cada critério nas redações das três instituições analisadas:

Tabela 19 – Quantidade de redações com ocorrências de procedimento de particularização nas três instituições

		CRITÉRIOS	
		I	II
Total de redações com ocorrências	UFGD	8	12
	UNIFIEO	4	4
	FUVEST	9	8
TOTAL	75	21	24
TOTAL %	100%	28%	32%
% de redações com ocorrências	UFGD	38,1%	50%
	UNIFIEO	19,05%	16,67%
	FUVEST	42,85%	33,33%

Na tabela 19, em que os dados das três instituições são contrastados, é possível verificar que, do conjunto de 75 textos, 21 contém ocorrências do critério **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo), o que corresponde a 28% do total de textos, e 24 textos trazem alguma ocorrência do critério **II** (pergunta retórica), perfazendo 32% do total.

Ao subdividir essas porcentagens pelas três instituições, observamos qual a porcentagem pela qual cada instituição é responsável, em cada um dos critérios. No critério **I**, a UFGD detém 38,1% do total, a UNIFIEO, 19,05% e a FUVEST 42,85% do total de textos com ocorrências desse critério. Com relação ao critério **II**, a UFGD detém 50% do total, a UNIFIEO, 16,67% e a FUVEST 33,33% do total de textos com ocorrências. Desses dados, é importante destacar que, no critério **I**, o maior número de

textos com ocorrências concentra-se na FUVEST (42,85%) e o menor está na UNIFIEO (19,05%). Com relação ao critério **II**, o maior número de textos com ocorrências está localizado na UFGD (50%), que também detém o maior número de redações com ocorrências em particularização, e o menor número de textos com ocorrências está na UNIFIEO (16,67%), sendo esta última instituição, detentora dos números mais baixos em ambos os critérios. Como forma de sintetizar esses dados, apresentamos as tabelas 20 e 21 a seguir.

Tabela 20 – Critério com maior frequência em textos com ocorrências

		UFGD	UNIFIEO	FUVEST
Crítérios	I			42,85%
	II	50%		

Por meio da tabela 20, evidenciamos o peso que a FUVEST tem para o conjunto de textos com ocorrência de particularização pela ilustração ou exemplo (com 42% dos textos com ocorrências), e o peso que a UFGD tem para o conjunto de textos com particularização pelo uso de pergunta retórica (contando com 50% de textos com ocorrências) e, principalmente, para o conjunto de textos em que se constata o uso de algum dos dois tipos de particularização. Verifiquemos a tabela 21 a seguir:

Tabela 21– Critério com menor frequência em textos com ocorrências

		UFGD	UNIFIEO	FUVEST
Crítérios	I		19,05%	
	II		16,67%	

A tabela 21 evidencia um outro dado bastante importante: a UNIFIEO detém os mais baixos números de textos com particularização nos dois critérios, algo que pede que acionemos alguns dados relacionados às condições de produção do gênero redação de vestibular, a fim de aventar algumas hipóteses explicativas para tais números. Para confirmar a relevância desses dados, faz-se necessário passarmos à descrição e análise da tabela 22, que traz os números de ocorrências no conjunto das três instituições estudadas, a seguir.

Tabela 22– Quantidade total de ocorrências no conjunto das redações nas três instituições

		CRITÉRIOS	
		I	II
Total de ocorrências por instituição	UFGD	10	22
	UNIFIEO	4	5
	FUVEST	11	13
TOTAL	65	25	40
% de ocorrências	UFGD	40%	55%
	UNIFIEO	16%	12,5%
	FUVEST	44%	32,5%

A tabela 22 apresenta o total de 65 ocorrências em estratégias de particularização, sendo 25 do critério **I** (Argumento pela ilustração ou exemplo), que perfaz 38,46% do total, e 40 ocorrências do critério **II** (pergunta retórica), que perfaz 61,54% do total de ocorrências.

Observemos, a seguir, qual é a porcentagem de cada instituição, em cada um dos critérios. No critério **I**, a UFGD detém 40% do total, a UNIFIEO, 16% e a FUVEST 44% do total de ocorrências desse critério. Com relação ao critério **II**, a UFGD detém 55% do total, a UNIFIEO, 12,5% e a FUVEST 32,5% do total de ocorrências. Desses dados, é importante destacar que, no critério **I**, o maior número de ocorrências concentra-se na FUVEST (44%) e o menor está na UNIFIEO (16%). Com relação ao critério **II**, o maior número de ocorrências está localizado na UFGD (55%), que também detém o maior número de ocorrências em particularização (32 ocorrências no total), e o menor número de ocorrências está na UNIFIEO (12,5%), sendo esta última instituição, detentora dos números mais baixos em ambos os critérios. Estes dados confirmam a tendência apresentada pela tabela 19 (números totais de textos com ocorrências nas três instituições) e, ao apresentar a síntese desses dados, de modo semelhante ao que foi apresentado nas tabelas 20 e 21, obtemos as tabelas 23 e 24 a seguir.

Tabela 23 – Critério com maior frequência em ocorrências

		UFGD	UNIFIEO	FUVEST
Crítérios	I			44%
	II	55%		

Na tabela 23, mais uma vez observamos o peso que a FUVEST tem para o conjunto de ocorrência de particularização pela ilustração ou exemplo, e o peso que a UFGD tem para o conjunto de ocorrências de particularização pelo uso de pergunta retórica. Ao considerarmos os usos de particularização como estratégia argumentativa, os números em si ainda são muito baixos, se comparados com o que se verificou em relação às estratégias de generalização. No entanto, um olhar mais atento para os usos que efetivamente foram feitos, apontam para a UFGD como a instituição que mais utiliza dessas estratégias de modo geral, seguida da FUVEST em 2º lugar. Observemos, a seguir, a tabela 24, que traz os dados relativos às menores frequências em ocorrências:

Tabela 24 – Critério com menor frequência em ocorrências

		UFGD	UNIFIEO	FUVEST
Crítérios	I		16%	
	II		12,5%	

A tabela 24 confirma um outro dado bastante importante: a UNIFIEO detém os mais baixos números de ocorrências em particularização nos dois critérios (somando 9 ocorrências no total). Isso reforça a necessidade de olhar mais atentamente para fatores externos aos dados para verificar o que isso pode representar: 1) para a escrita; 2) para a concepção que o escrevente tem do gênero redação de vestibular, e 3) para a caracterização do processo de particularização enquanto estratégia argumentativa, conforme exploramos na seção 3.3.

3.2.3 Conclusões parciais da análise dos dados

A análise dos dados feita nas seções anteriores (3.1 e 3.2) forneceram elementos que ajudaram a construir uma visão mais detalhada sobre o modo de

acionamento das estratégias de generalização e de particularização nos textos analisados, bem como o efeito que as propriedades autorreflexivas da linguagem têm na construção de tais estratégias na produção escrita.

Outra contribuição da análise feita sobre os textos dos vestibulandos se refere à organização das representações dos escreventes sobre a escrita de modo geral, sobre a escrita, especificamente, do gênero redação de vestibular. Essas representações têm a função de estabelecer o lugar da autorreflexividade da linguagem na produção do texto escrito por vestibulandos em situação de avaliação.

Esses resultados e contribuições fornecidos pela análise dos dados são interpretados e comentados, com maiores detalhes, nas seções seguintes, organizadas a partir das singularidades observadas.

3.3 Fatos singulares fornecidos pelos dados

Nesta seção, reunimos dados obtidos nas seções 3.1 e 3.2, com a finalidade de elaborar, com maior propriedade, explicações no que se refere ao que denominamos propriedade autorreflexiva da linguagem. As análises feitas a seguir nas seções 3.3.1 a 3.3.4 visam à interpretação e explicação desses dados à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos já apresentados. Na seção 3.3.5 apresentamos a conclusão do capítulo.

3.3.1 Referenciação, personalidade e autorreflexividade

Pessoalidade é um conceito que tomamos da etnografia, mais especificamente, nos trabalhos sobre escrita acadêmica de Street (2000, 2006) e Besnier (1991, 1995). Street (2000), valendo-se do conceito de intertextualidade apresentado em Bakhtin (1981), propõe que a escrita é fundamentalmente intertextual e essa intertextualidade se dá por meio da mescla entre textos e vozes. Diferentes vozes são, por sua vez, o aspecto central da identidade e da personalidade, pois o escrevente as constrói a partir dessas relações intertextuais.

A personalidade na escrita faz emergir questões bastante oportunas para a reflexão sobre a escrita de vestibular, tal como o modo de interação dos sistemas de

representação nesse tipo de produção escrita. Segundo Street (2006), a escrita está sempre associada às imagens sociais e identidades. Nesse sentido, a identidade e a personalidade são constitutivas das práticas de escrita. Nossa caracterização da personalidade parte do ponto de vista da etnografia, mas não se restringe unicamente a ele. O propósito da etnografia, conforme estabelecido por Lillis (2008), é o de produzir a pesquisa pautada na coleta e análise de dados empíricos tirados de “contextos”⁴⁰ do mundo real”, em vez de serem produzidos sob condições experimentais criadas pelo pesquisador. Um objetivo chave é o pesquisador mostrar os sentidos desses eventos à partir das perspectivas de participantes, por isso, nesse campo, os dados são recolhidos de uma série de fontes, tomando a observação e/ou conversações relativamente informais como ferramentas chaves. No presente trabalho, os dados empíricos tirados de “contextos do mundo real” e a própria noção da etnografia serão aproximados da perspectiva enunciativo-discursiva para a finalidade de aproveitá-los nos estudos sobre a escrita numa perspectiva enunciativo-discursiva.

3.3.1.1 Concepção etnográfica de personalidade

Para propor uma noção de personalidade adequável à caracterização dos aspectos da autorreflexividade, conforme propomos na presente pesquisa, partimos dos estudos antropológicos e etnográficos, por encontrar, nesses estudos, bastante elaboração teórica e analítica da noção, no que se refere ao papel da escrita na sociedade. Resgatada a noção de personalidade das áreas de pesquisa mencionadas, levantamos características relevantes à nossa pesquisa, para que sejam operacionalizadas na análise dos textos. Como essas áreas de pesquisa trabalham com concepções de escrita sob a perspectiva do letramento, faz-se importante ressaltar que partimos da concepção de letramento como prática social, acrescentando que, como tal, a escrita é aqui tomada como constitutivamente dialógica.

Compreendemos a personalidade como o efeito resultante de um conjunto de traços que identificam determinado modo de se constituir como pessoa. Ressaltamos

⁴⁰A ideia de contexto, algo bastante evocado nos estudos etnográficos, é discutida nesta seção pelo fato de que não existe uma noção homogênea de contexto aos estudos da linguagem, de modo que é necessária uma reflexão sobre tal noção para operar com ela.

que uma forma de caracterização da personalidade: é pensá-la a partir de um conjunto de valores e significados que definem uma certa concepção social de moral, reguladora daquilo que é culturalmente adequado ou não⁴¹.

A ideia de personalidade esbarra necessariamente na noção de pessoa que tem um papel importante nos estudos antropológicos e, conseqüentemente, nos estudos etnográficos.

Ao olhar para a personalidade, Harris (1989) propõe a distinção entre indivíduo, *self*⁴² e pessoa, como uma forma de buscar uma definição melhor elaborada de personalidade para os estudos antropológicos de modo geral. De alguma forma, essas três noções se distinguem entre si e se fundem umas às outras, como desdobramentos possíveis de uma mesma noção. O principal elemento comum a essas três noções é, sem dúvida, a linguagem que as atravessa (mas não da mesma forma).

A ideia de indivíduo estaria ligada à pessoa no mundo, o ser humano considerado um membro de um conjunto maior: a humanidade. A ideia de *self*, por sua vez, seria construída como o lugar da experiência humana – interação entre homem e mundo. A ideia de pessoa seria, por fim, definida por meio dos papéis sociais (identitários) atribuído e assumido pelos membros das diferentes comunidades – interação entre homem e sociedade.

A noção de indivíduo não partiria de uma distinção social e se daria num plano puramente ontológico. O *self* estabeleceria uma relação entre indivíduo e mundo por meio da experiência, tornando-o um lugar da experiência humana, ou seja, um sujeito cultural e, nesse ponto, implicaria uma noção de identidade. A pessoa, por sua vez, implicaria um *status* social; iria além do individual e do puramente cultural, pois seria um sujeito social.

Portanto, a construção da pessoa se dá nos papéis sociais que são, também, construções históricas. Essa é uma ideia particularmente importante para esta tese, pois, uma vez que a personalidade se define a partir de uma concepção de pessoa, faz-

⁴¹ A relação entre personalidade e moralidade, mais especificamente a moralidade como reguladora do modo de se constituir como pessoa é particularmente importante para discutir os resultados da subseção em que tratamos da coincidência entre modalização deontica e assunção da voz coletiva. Essa relação é mais explorada adiante.

⁴² *Self* pode ser traduzido como “si mesmo” ou “si próprio”. No entanto, preferimos deixar o termo original para não arriscar perder certas nuances pensadas por Harris (1989) para o termo no âmbito de sua pesquisa e, principalmente, porque o termo é usado em nossa pesquisa apenas nessa introdução da seção, não frutificando em maiores desdobramentos no decorrer do capítulo, posto que nosso interesse nesta digressão é, de fato, a noção de personalidade e sua produção no texto.

se importante estabelecer um ponto de partida para tal noção. Nosso ponto de partida é, então, a pessoa que se constitui sócio-historicamente. Por meio das definições apresentadas, é possível afirmar que:

- (1) a noção de pessoa da etnografia, por ser socialmente constituída, de alguma forma se define por meio da linguagem, e;
- (2) a noção de pessoa é definida por uma dimensão temporal (histórica, não no sentido de história como narrativa de fatos passados, mas como aquilo que constitui o sujeito) e uma dimensão espacial (social, não apenas no sentido da organização de uma coletividade, mas do aspecto constitutivo das práticas sociais que remetem a um sujeito histórico - inclusive as relações de poder que também o constitui). Portanto, a personalidade tem um aspecto cronotópico que a define (cf. BLOMMAERT E FINA, 2015⁴³).

Ao partir de uma noção de pessoa que se define por uma dimensão social e histórica, encontramos os primeiros pontos comuns à etnografia que fornecem subsídios para possibilitar uma definição de personalidade na linguagem, sempre afetada pelo histórico e pelo social.

Situando a discussão sobre personalidade no âmbito dos estudos do letramento, Street (2007), ao observar as práticas de letramento no plano do poder e da ideologia, busca caracterizar essas práticas para além da questão das habilidades técnicas, com a finalidade de demonstrar sua complexidade e variedade. Para o autor, é necessário levar em consideração a existência de modos variados pelos quais as atividades de leitura e escrita são representados socialmente e, nesse sentido, as práticas de letramento são indissociáveis da identidade e personalidade, pois

⁴³ Esses autores partem de uma visão pragmática sobre o cronotopo (e não histórica, como é formulada originalmente) ao afirmarem que as identidades sociais são construídas cronotopicamente, em uma perspectiva etnográfica. Nessa perspectiva, as diferentes identidades sociais são construídas e modificadas cronotopicamente, algo que se revela na linguagem por meio de uma certa construção de pessoa.

quaisquer que sejam as formas de leitura e escrita que aprendemos e usamos, elas são associadas a determinadas identidades e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar. (STREET, 2007, p. 466)

A personalidade, sob a perspectiva etnográfica, é determinada pela articulação de um sujeito que é socialmente construído em comunhão com os componentes ideológicos dominantes (de certa maneira, pressupondo que o sujeito acessa e conecta-se diretamente a esses componentes). Considerada essa perspectiva, a noção de pessoa assume diferentes possibilidades representacionais, tais como a organização da moralidade, a reflexão sobre a própria cultura, uma forma de representação da sociedade e do que há de social nas relações humanas de forma geral, estabelecendo assim uma noção de pessoa bastante complexa e ambígua, dada a possibilidade de evocação de diferentes facetas da noção.

Ao propor uma noção de sujeito socialmente construído, Street (2007) estabelece que as diferentes práticas de letramento implicam diferentes concepções de pessoa, dadas as determinações estruturais de dominação ideológica atuantes tanto sobre a personalidade quanto sobre o letramento. Ao pensar que as práticas de letramento envolvem mais do que habilidades técnicas, o autor propõe que as diversas situações de uso da língua são culturalmente estabelecidas a partir dos diferentes papéis sociais e respectivas representações e, por isso, letramento e personalidade estão interligados.

Transpondo esses padrões ideológicos do letramento para o nosso objeto de pesquisa, observamos que o escrevente, quando se vê diante da proposta de redação, entra em um jogo em que assume ou recusa certas identidades associadas a essa prática. Em outras palavras, as práticas de letramento estão constitutivamente relacionadas à personalidade, de modo que seja possível verificar em cada gênero discursivo (entendidos como produto de tais práticas) a construção de diferentes aspectos de personalidade e identidade. Interessa-nos, nesse processo de construção da personalidade, observar, particularmente, quais os aspectos de personalidade e identidade estão relacionados à escrita da redação de vestibular e sua relação com outro aspecto constitutivo da linguagem, objeto de estudo na presente tese: a autorreflexividade.

Considerando os letramentos como lugares de negociação ⁴⁴ e de transformação, a personalidade poderia ser vista como um produto dessa negociação, pois os escreventes tanto podem rejeitar como aderir a certas posições no seu modo de condução dos sentidos no texto, o que se tornam evidente por meio da emergência das marcas de pessoa na superfície do texto. A negociação por parte dos escreventes se daria - na perspectiva de Street (2007) - sob a égide de um letramento dominante que se imporia sobre as práticas escritas sob o efeito de neutralidade, mas não só limitado a ele. Mesmo marcando-se como o único autorizado em certas práticas letradas, mesmo impondo-se a partir de um lugar privilegiado, mesmo distinguindo-se culturalmente pela marginalização de outras práticas sociais de letramento; o letramento dominante não estaria livre do julgamento por parte do escrevente que marca sua posição pessoal em relação a ele.

Importante notar que, para esse autor, as práticas de letramento não se restringem e nem podem ser caracterizadas apenas pelas habilidades técnicas comunicativas que as constituem: devem ser vistas também por meio dos aspectos sociais e institucionais que também as constituem e, por isso, há de se considerar com cautela a visão pedagógica do processo, que é importante, mas não pode ser o único lugar de análise dessas práticas. Essas práticas afetariam o sujeito, tanto quanto o sujeito igualmente interferiria nelas e as afetaria.

O sujeito se apropria dessas práticas para atingir objetivos pessoais, sociais e institucionalmente impostos e não é uma *tabula rasa* ao ingressar no letramento escolar, pois já está inserido em práticas languageiras que certamente interferirão na aquisição de novos letramentos, assim como sua inserção em novas práticas letradas modifica as práticas de seu domínio prévio.

Ao considerar que a personalidade é constitutiva das práticas letradas, Street (2007) traz à tona um novo elemento: a emoção como um aspecto de caracterização da personalidade. O autor remonta à pesquisa de Besnier (1988) para afirmar que a

⁴⁴ Em conformidade com Street (2007), que afirma serem os letramentos lugares de negociação, pois os letramentos dominantes não são sempre imediatamente aceitos pelos sujeitos, que negociam suas posições conforme lhes dão a ser certos traços de identidade e cultura. Esse processo, no entanto, não pode ser considerado produto direto da aquisição de um letramento, pois a negociação dos papéis sociais em uma instância de letramento é diferente a cada caso e circunstância, de modo que seria impossível estabelecer padrões resultantes de uma ou outra recorrência. Na perspectiva do autor, existem variedades de letramentos. Em cada instância de letramento, os sujeitos negociam seus papéis e cada negociação leva os sujeitos à percepção de um letramento dominante e daquilo que é dominante em cada letramento.

caracterização da forma de expressão da emoção não pode ser generalizada a todas as práticas letradas. Besnier (1988) demonstrou que a comunicação oral e a comunicação escrita podem manifestar a emoção de diferentes maneiras, por exemplo, de forma mais encoberta ou mais explicitada, o que mostra que a expressão da emoção é particular a cada prática de letramento, a cada cultura, a cada meio. Um dado bastante relevante da pesquisa desse autor foi demonstrar que, contrariando o que normalmente se supõe, a escrita nem sempre é usada com a finalidade de neutralizar a emoção do sujeito. A depender de diversos fatores contextualizantes, a escrita pode mais evidenciar os aspectos da personalidade do que escondê-los. Isto abre para a constatação de que a escrita, mesmo em situações formais de interlocução, pode ser usada para inscrever traços do sujeito na construção textual da personalidade. Como a emoção é um aspecto da personalidade e tem sempre uma especificidade, a personalidade não apresenta uma característica única, generalizável para todas as práticas, mas se caracteriza, de forma particular, a cada prática de letramento e, assim, teríamos diferentes manifestações da personalidade a cada prática letrada. As práticas letradas, portanto, são específicas de uma cultura (e ajustadas localmente), e não universais.

Os ajustamentos locais das práticas de letramento (e esta é, sem dúvida, uma força de adequação própria dessas práticas), permitem observar a ilusória universalidade no entorno da redação de vestibular e de todo o universo cultural e letrado que a embasa. De um lado, há uma pressão institucional pela adequação do texto ao que é esperado no gênero redação de vestibular, e, de outro lado, o conjunto das experiências e letramentos acumulados pelo sujeito, que buscam, na redação de vestibular, um lugar para se legitimar. Uma das causas desse conflito centra-se no fato de as práticas de letramento vernaculares (aquelas que não são adquiridas pelas vias formais) serem comumente (e de alguma forma) desprestigiadas no processo de escolarização. Esse desprestígio é contraproducente, pois aquilo que faz parte do repertório dos alunos poderá, de alguma forma, influenciar novas práticas adquiridas em contexto escolar, podendo afetar, inclusive, o modo como o letramento é adquirido.

Para tratar mais detidamente da relação entre emoção e personalidade, recorreremos a Besnier (1991, 1995), que embasa sua pesquisa numa reflexão sobre os

modelos autônomo e ideológico de estudo do letramento na perspectiva etnográfica. Ressalta que a preocupação central do modelo autônomo de letramento está nas habilidades comunicativas e na interferência direta dessas habilidades nas estruturas sociais, processos culturais e cognitivos. Com relação ao modelo ideológico, define-o pela investigação de aspectos provenientes da relação entre o letramento e as dinâmicas socioculturais, associa as práticas sociais às estruturas de poder e considera o letramento uma construção heterogênea, em oposição direta ao modelo autônomo. Por essa definição, o modelo ideológico tem o seu foco voltado ao que há de particular nas práticas sociais de letramento. Para o autor, interessa a formulação metodológica do modelo ideológico, propondo, no entanto, caminhos para olhar para aspectos generalizantes nessas práticas por meio daquilo que o modelo ideológico revela em suas particularidades.

Dentro desse quadro teórico-metodológico, a pesquisa de Besnier (1991) tomou por material duas práticas de letramento distintas (ou, na perspectiva enunciativo-discursiva dois gêneros distintos): cartas pessoais e sermões religiosos escritos. A partir desse material, observou processos sociais, tais como a afetividade, definições locais de pessoa e gênero. Mesmo que a pesquisa tenha se focado em uma comunidade distinta, a forma como a pesquisa foi conduzida permite estabelecer aspectos gerais às práticas letradas, sobretudo no que se refere à construção de um conceito de personalidade.

O autor destaca, inicialmente, um primeiro e primordial aspecto da relação entre personalidade e letramento, localizado no prestígio que um letramento escrito tem em diferentes comunidades, de modo que o letramento em si implique em um aspecto da personalidade, pois os diferentes letramentos assumem papéis centrais em contextos⁴⁵ comunicativos bastante específicos.

⁴⁵ Importante observar o uso frequente do termo “contexto” nas pesquisas etnográficas de modo geral. A caracterização da personalidade em Street (2007) e Besnier (1991, 1995) faz-se sobre esta base. Como esse termo oferece certa problematização para os estudos metodologicamente embasados em perspectiva enunciativa-discursiva, é necessário discutir: (1) o que é o contexto na perspectiva etnográfica; (2) como se dá a transposição desse conceito para adequada discussão do conceito de personalidade nesta tese, e; (3) quais as implicações dessa transposição para a caracterização da personalidade em nossa perspectiva teórica e metodológica. Essa discussão é feita nas seções seguintes.

Com relação à comunidade Nukulaelae⁴⁶ estudada por Besnier (1991), o autor observou que o gênero⁴⁷ carta pessoal consiste em uma importante prática de letramento catalisadora da pessoalidade, sobre o qual o autor fundamenta suas principais considerações. Este gênero, na comunidade estudada, é utilizado fundamentalmente para: (1) monitorar relações de reciprocidade econômica (troca de mercadorias, pedido/oferta por ajuda material e financeira); (2) enviar notícias pessoais; (3) aconselhar, do ponto de vista moral, ajustes de comportamento ao moralmente aceito pela comunidade, e (4) reforçar laços de afetividade e empatia, partilhar sentimentos (expressos de forma mais aberta e com maior intensidade do que pessoalmente/oralmente). Em todas essas quatro funções, de alguma forma, a afetividade (emotividade, de modo mais amplo) está sempre presente, e o autor atribui a isso ao fato de a carta ser uma prática ligada às situações igualmente emotivas por elas representadas. Em outras palavras, a emotividade que permeia os diferentes contextos sociais igualmente permeia as práticas de letramento que representam tais contextos.

Outro gênero estudado pelo autor, o sermão religioso, ocorre na escrita e na oralidade de forma inter-relacionada (a escrita como memória e organização para o oral), e, em contraste com as cartas pessoais, não estabelece a mesma carga de emotividade, mas tem a importante função de definir e reforçar certos papéis sociais no seio da comunidade, algo que não ocorre em situações menos formalizadas. Nesse gênero, especificamente, há uma preocupação particularizada com o uso dos pronomes (que não se verifica em outros gêneros e em situações cotidianas) que tem como efeito a individualização da pessoa como uma “unidade social autônoma”, de modo a dar ênfase específica à natureza sociocêntrica da pessoalidade (BESNIER, 1994). Em outras palavras, a pessoalidade estabelece a ressignificação da identidade social e constrói, por oposição às outras práticas, uma definição de pessoa amalgamada na identidade social.

⁴⁶ Esta comunidade é localizada em um pequeno atol pertencente ao arquipélago de Tuvalu, no Pacífico sul e foi objeto de estudo sobre letramento. Este estudo foi conduzido na tese de doutorado de Besnier, publicada como livro em 1995.

⁴⁷ Em sua pesquisa, Besnier faz sempre menção a essas situações comunicativas como práticas letradas, conforme os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos etnográficos. Em nossa pesquisa, fazemos a opção teórica pela perspectiva enunciativo-discursiva em grande parte fundamentada pelas concepções teóricas de Bakhtin e, assim, tratamos essas práticas letradas na perspectiva dos gêneros discursivos, conforme já estabelecido em Bakhtin (2011).

Besnier (1991) propõe, a partir das duas práticas analisadas, que a pessoalidade é a base sobre a qual os indivíduos fundamentam as dinâmicas sociais e interacionais, dado o fato de que o conceito de pessoa é percebido como um sistema complexo de significados mais ou menos autônomos, fundamentados em diferentes contextos sociais, que se desenvolve de forma bastante particular em cada comunidade e em cada prática social de letramento. Isso reforça a ideia de que a pessoalidade é constitutivamente relacionada ao letramento.

Besnier (1995) afirma que a pessoalidade pode ser vista como uma categoria sociocultural que desempenha a função de atribuir e obter significados específicos do letramento. É, portanto, uma noção complexa, construída sempre localmente, fruto de um conflito de forças que a sustenta e a define. Com relação à noção de pessoa, os diferentes gêneros identificam diferentes representações: enquanto as cartas pessoais apresentam um sujeito⁴⁸ vulnerável emocionalmente às experiências e circunstâncias da vida, os sermões apresentam os sujeitos distribuídos em relações assimétricas de poder, conhecimento e moralidade.

Retomamos mais uma vez a questão que envolve o termo contexto: este é colocado no trabalho de Besnier (1991) como situação em que o letramento ocorre. De alguma forma, ao recorrer a esse termo, o autor remete ao que se pode denominar situações imediatas e históricas que envolvem as práticas sociais. No entanto, é necessário discutir o estatuto de tais considerações sobre o que seriam e o que representariam as situações imediatas e históricas na linguagem.

Uma grande contribuição da pesquisa do autor para o campo de estudos da etnografia é ter identificado caminhos que apontam para a inter-relação entre o letramento e o contexto em que ocorre, de modo a traçar um panorama que justificasse o estudo das práticas de letramento em determinadas comunidades a partir do modelo ideológico (que explora como o letramento interage com as categorias sociais e os processos comunicativos), dado que a abordagem por meio do modelo autônomo consideraria essas práticas apenas em um campo mais restrito de análise e

⁴⁸ Assumimos, nesta tese, que a relação entre sujeito e pessoa se estabelece por meio da assunção de que a pessoa é uma figura construída pelo sujeito (na linguagem). Em outras palavras, a pessoalidade é uma construção do sujeito e pode ser apreendida como uma figura textual, erigida segundo valores e crenças que estão na base dos posicionamentos do sujeito do discurso.

não permitiria observar a complexidade e heterogeneidade do processo, tornando a ideia de contexto ainda mais fechada e pouco definida.

Uma importante reflexão, que podemos fazer a partir dessas considerações sobre os gêneros do discurso, é a de que cada gênero conduz a diferentes aspectos da noção de pessoa, que diferem pelas ligações interacionais, sociais e ideológicas. Essas ligações não são intrínsecas à escrita em si, mas resultantes dos significados socioculturais das diferentes práticas de letramento e interferem na escrita a partir das diferentes vozes que elas evocam (ou seja, diferentes letramentos acionam diferentes vozes). A pessoalidade, nessas relações, é apenas uma das possíveis dinâmicas socioculturais, um recurso de mediação que atribui significado e faz interface com as diferentes práticas de letramento.

Isso é particularmente relevante para o estudo da redação de vestibular. Considerar a redação de vestibular como uma prática de letramento é estabelecer que os letramentos *per se* não condicionam os indivíduos, mas são adaptados e potencializados para responder às necessidades sociais e comunicativas. A pessoalidade, considerada um dos elementos de mediação de uma prática social de letramento, passa a ser um importante índice para evidenciar certas relações estabelecidas tacitamente entre o escrevente e a escrita do gênero em questão⁴⁹. Do ponto de vista da enunciação escrita, a pessoalidade seria, portanto, uma instância instaurada pelo sujeito que estabelece a figura de pessoa como uma forma de organizar o texto e auxiliar o sujeito na condução dos sentidos, negociando-os com o leitor.

No entanto, para que seja possível estabelecer com maior propriedade as questões que envolvem a linguagem a partir da noção de pessoalidade, é necessário adaptá-la a esse novo campo. Para isso, fazemos uma reflexão sobre dois conceitos que se situam no cruzamento entre as metodologias etnográficas⁵⁰ e dos estudos da linguagem: a intertextualidade e o contexto.

⁴⁹ A heterogeneidade da noção de pessoalidade se dá pelo fato de que esta noção não é intrínseca ao letramento, mas variável conforme se constroem as relações entre as diversas práticas de letramento, as situações que as legitimam e o contexto sócio-histórico da comunidade em que se estabelece.

⁵⁰ Importante observar que, para a discussão da noção de pessoalidade, não é apenas o aspecto sociocultural da perspectiva etnográfica que nos interessa, mas, especificamente, que esse aspecto tem um cunho histórico.

Observemos, nas próximas seções, uma discussão mais aprofundada sobre a intertextualidade e a ideia de contexto, bem como suas relações e implicações para a presente pesquisa.

3.3.1.2 Pessoalidade e intertextualidade

A intertextualidade faz uma importante e necessária interface entre os estudos etnográficos sobre letramento e os estudos com foco voltado para a linguagem. Todorov (1981, apud Kristeva, 1986), em seu estudo sobre o princípio dialógico de Bakhtin, situa a concepção de intertextualidade⁵¹ como algo constitutivo do (ou mesmo sinônimo de) dialogismo. No âmbito dos estudos bakhtinianos, a intertextualidade pode ser definida por meio da concepção de polifonia, pois todo enunciado tem, ao menos, duas vozes que estão presentes: a do sujeito enunciador e seu interlocutor. Assim, a intertextualidade, em um nível mais particular, estaria presente em toda relação entre enunciados (pois não existe enunciado desprovido de uma dimensão intertextual: ela sempre está, de alguma forma, presente), e em um nível mais amplo, nas relações intersubjetivas.

Street (2000) parte também de certa concepção bakhtiniana de intertextualidade para afirmar que a escrita acadêmica é fundamentalmente intertextual. Para esse autor, a intertextualidade se dá por meio de uma mescla entre textos e vozes. Diferentes vozes, definiriam a identidade do escrevente e, nesse sentido, essas vozes são o aspecto central da identidade e da personalidade⁵².

Ainda na perspectiva etnográfica, voltamos a atenção para o estudo de Egan-Robertson (1998), que se preocupou com a relação entre intertextualidade e personalidade, mais especificamente na investigação sobre como a compreensão das relações entre letramento, intertextualidade e personalidade e como contribuem para a compreensão sobre o processo de aprendizagem da escrita e leitura. Na concepção dessa autora, a inclusão ou marginalização dos alunos no contexto escolar e nas

⁵¹ O termo “intertextualidade” nunca apareceu na obra de Bakhtin. Estabelece-se junto à obra deste por meio de considerações de Kristeva (2012: 1967) correlacionado ao conceito de dialogismo. Não temos como objetivo, na presente pesquisa, pormenorizar a relação entre o dialogismo e a intertextualidade.

⁵² A noção de identidade volta-se para concepção particular de individualidade enquanto a personalidade evoca as ações e as considerações sobre a pessoa que emerge de dentro do modo como uma cultura (no sentido etnográfico do termo) organiza-se por meio de suas práticas discursivas (EGAN-ROBERTSON, 1998).

práticas sociais de letramento se dá exclusivamente por meio da pessoalidade, algo que tem efeito nos significados do letramento. A perspectiva de que a pessoalidade refere-se à construção dos papéis sociais mostra o peso que isso tem na forma de caracterização das práticas letradas a partir dos diferentes papéis que os indivíduos assumem em tais práticas. Esses diferentes papéis sociais estariam, então, diretamente associados às diferentes vozes que são evocadas nas práticas por meio das atividades com as quais os alunos lidam.

Ao observar especificamente a relação dos alunos com a escrita, Egan-Robertson (1998) verificou que a pessoalidade não só permite a definição dos papéis sociais como também interfere na forma do escrevente conceber a atividade escrita de modo geral e sua própria relação com a escrita. Em outras palavras, segundo a autora, a pessoalidade é estabelecida no modo de construção da identidade do escrevente na prática da atividade escrita, que culmina na identificação de um sujeito que representa, na produção escrita, tal identidade.

Partindo de uma concepção bakhtiniana, encontramos um ponto de apoio para transpor a noção de pessoalidade para a nossa pesquisa, de orientação teórico-metodológica enunciativo-discursiva. Para tal intento, apoiamo-nos em Bakhtin (2011), mais especificamente nos escritos sobre os gêneros do discurso, e em Corrêa (2013), para interpretar a abordagem feita pelos estudos do letramento sobre a intertextualidade, em termos das relações intergenéricas que caracterizam os gêneros do discurso. Se as diferentes vozes encontradas nos textos definem a pessoalidade e a identidade, e tais vozes são próprias do dialogismo que caracteriza a atividade de produção textual, é possível ampliar essa noção de pessoalidade para a caracterização dos gêneros do discurso, considerando-os como espaço de trânsito dessas vozes, e as relações intergenéricas como o processo em que tais vozes se constroem e se reconstroem.

Essa abordagem justifica-se pelo fato de que nossa pesquisa não tem a mesma orientação epistemológica dos estudos etnográficos e por isso não seria possível usar a noção de pessoalidade tal como é construída nesses estudos e simplesmente transpô-la para a presente pesquisa: é necessário que se proceda a uma reconstrução. Para isso, reconstruímos, além da noção de pessoalidade, a noção de contexto, outra noção

proveniente dos estudos etnográficos sobre letramento, que será explicada e adaptada para nosso intento na próxima seção.

3.3.1.3 Pessoaalidade, contexto e discurso

Para tratar da noção de contexto sob a ótica discursiva, evocamos as noções de acontecimento e discurso, conforme Pêcheux (2012), e tratamos brevemente das questões relacionadas às condições de produção do discurso para, em seguida, tratar, sob a perspectiva de Corrêa (2013), da noção de *acontecimento discursivo* (Pêcheux, 2012) em relação à ideia de contexto. Tal digressão se justifica justamente para que seja possível efetuar a passagem da noção de contexto da etnografia por uma problematização que permita situar o significado (ou os significados) de tal noção para o discurso.

3.3.1.3.1 Condições de produção e funcionamento do discurso

Como ponto de partida, é importante observar que discutir uma concepção de discurso passa também pela reflexão sobre o que há de social e histórico no discurso. Igualmente, a ser válida, uma concepção de texto também segue os mesmos pressupostos. Pêcheux (2012) observa que o texto é mais que a materialidade linguística, pois os sentidos que os discursos mobilizam por meio de seus enunciados são selecionados a partir do diálogo entre as vozes constituídas socialmente, que, por sua vez, estabelecem o gênero mais apropriado para se manifestarem.

Com relação à relevância da história para os estudos discursivos, é especialmente importante observarmos o conceito de acontecimento observável em Pêcheux (2012), que recorre à caracterização do enunciado como acontecimento. Considerando que o enunciado é um acontecimento que relaciona a atualidade e uma memória, não é possível, nesta perspectiva explicar a discursividade por meio de proposições lógicas e estáveis, de respostas unívocas, sendo assim necessário atuar sobre a compreensão do funcionamento dos discursos, exatamente no ponto em que as relações lógicas não mais conseguem fornecer o aparato explicativo a este

funcionamento, ou seja, as relações retóricas e pragmáticas em que se dão os discursos.

A opacidade dos enunciados pode ser constatada na sua materialidade por meio de uma rede de relações associativas implícitas. Nesse sentido, é de fundamental importância considerar a presença dos sujeitos, bem como o modo de transição e comunicação destes sujeitos nos diversos espaços sociais, e as consequências diretas relacionáveis a este aspecto. Ao não considerar o sujeito nessa relação, obteríamos um efeito ilusório de unificação, limitando as possibilidades de percepção do funcionamento discursivo. Em outras palavras, não é possível refletir sobre o discurso sem refletir sobre o sujeito.

Os espaços sociais das diversas ações humanas aparentam ser logicamente estabilizados em relação ao funcionamento do discurso. Nesses espaços discursivamente construídos, supõe-se que o sujeito tem pleno domínio do que fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação. Por isso que a homogeneização que essa lógica impõe condiciona as representações em que transitam os enunciados, pois a suposição de um espaço discursivo estabilizado faz com que o sujeito tenha a certeza de que domina o dizer, mais precisamente, de que domina a estrutura dos enunciados traduzidos por estas pressuposições lógicas. É exatamente aquilo que Pêcheux e Fuchs (1975: p.13) caracteriza como esquecimento nº 1, em oposição ao esquecimento nº 2, plano da formulação do discurso, em que o sujeito, num movimento semi-consciente, fixa uma preferência, esquecendo-se, ao mesmo tempo, que a formulação preferida por ele não é a única.

A idéia de que os espaços estabilizados seriam impostos do exterior, como imposições ao sujeito pragmático, expressa a necessidade da homogeneidade que a lógica oferece. A homogeneidade nesse sentido é confortável, pois transparece o sentido de unificação, sustentada pela concepção de estrutura presente nos enunciados. Pêcheux e Fuchs (1975) dá como exemplo desta homogeneidade lógica que domina o cotidiano, a multiplicidade de pequenos sistemas lógicos “portáteis” presentes no cotidiano e os sistemas de relações interpessoais, sobre o modo como tomamos decisões ou ações responsivas baseadas em sistemas binários. Um dos prejuízos da universalidade lógico-enunciativa é, conforme já mencionado, considerar

que o sujeito tem controle sobre as estruturas de enunciação e, de posse deste controle, também controla o dizer e a produção dos sentidos.

Nesse sentido, o autor estabelece os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (doravante ADf), propondo uma análise do discurso que olha para os discursos, tipos de enunciados, as formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano e com o ordinário do sentido. Assim, os pressupostos da ADf, segundo Pêcheux, para dar conta destas questões poderiam ser resumidos a três aspectos:

1) Estabelecer gestos de descrição das materialidades discursivas, reconhecendo a realidade desta materialidade, que é a língua, como uma forma de abordar aquilo que se estabelece nela por meio de métodos que não envolvam a lógica e suas especificidades, levando em consideração a heterogeneidade constitutiva da língua e do discurso, dado o fato de que os sentidos por vezes escapam às normas que possam ser estabelecidas para circunscrevê-los. Essa descrição, no entanto, é exposta à mobilidade própria da língua, que consiste no fato de que todo enunciado é suscetível do deslocamento do sentido, tornando-se “outro, diferente de si mesmo” (1975, p. 53);

2) Todo enunciado pode ser descrito como uma série de pontos de deriva possíveis que oferecem lugar à interpretação. No entanto, não é na interpretação que a ADf encontra o seu objetivo, e sim na verificação do modo de funcionamento do discurso. Tomando-se como ponto de partida esse objetivo, é possível verificar que o próprio sentido de interpretação é heterogêneo e submetido às relações de alteridade. Os saberes não são visíveis na forma epistêmica, mas como rede de memórias, que não são aprendidas pela simples interação, de sujeitos inscritos em filiações históricas. Desta forma, o funcionamento do discurso é apreendido pela alternância entre a descrição e a interpretação, de modo não hierarquizado, mas sem que sejam misturadas sem discernimento. A descrição de um enunciado coloca em jogo um outro discurso formando uma espécie de espaço virtual de leitura do enunciado.

3) O risco de inscrever um discurso em uma categoria fixa seria justamente absorver o acontecimento desse discurso na estrutura desta categoria, pois a estrutura tende a funcionar como memória que antecipa o discurso, tendo como consequência o apagamento do acontecimento, pois este seria absorvido e sobreposto às possíveis

interpretações. Apenas pelo fato de existir, todo discurso marca a possibilidade de se desestruturar e reestruturar, adentrando filiações sócio-históricas, (uma vez que se constitui como um efeito desta filiação) e o deslocamento em seu espaço, devido à alteridade que o constitui. Isto não deve ser tomado como constatação de uma suposta delimitação lógica dos deslocamentos de filiações, mas as regularidades em que os discursos se inserem devem ser levadas em consideração, de modo a detectar interpretações que identificam tomadas de posições pelos sujeitos.

Partindo desses pressupostos, Pêcheux promove a ruptura com a pragmática ao substituir o conceito de circunstância, situação e contexto pelo de condições de produção (doravante CP). Este movimento tem como objetivo inserir o estudo do discurso no campo das instituições, marcadas pelo histórico e social⁵³.

Com o conceito de CP, a história é colocada em um nível de maior importância, de modo que se possa compreender como os processos de transformação social dão forma à noção de acontecimento. Esta noção é crucial para a ADf por sua relação com a enunciação, ao considera-lo um fato único, que não se estabelece como repetição, ao contrário do conceito de enunciado. Pêcheux (2012) afirma que o acontecimento foge à estrutura, mas o autor não nega que se possa analisar o discurso como estrutura, apenas mostra como isto pode limitar a análise. Nesse sentido, o discurso é estrutura e acontecimento: estrutura porque se mostra estável num determinado momento e acontecimento porque revela o processo histórico que constituiu os enunciados dos quais se vale para mover os sentidos, integrando assim uma rede de memórias (relacionadas ao interdiscurso⁵⁴).

⁵³ Em contrapartida, essa concepção gera controvérsias, tal como a da ambiguidade contida no termo, ao se considerar que é possível inferir interpretações psicológicas: a imagem que um sujeito faz de seu interlocutor poderia ser interpretada como a imagem do “outro” enquanto representação imaginária, resultante de um processo histórico-social de interpelação. Este problema teórico foi evidenciado por Pêcheux e Fuchs (1975:71) ao afirmarem que “... o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciator.”

⁵⁴ A noção de interdiscursividade caminha pela obra de Pêcheux junto às noções de ideologia. Para Pêcheux (2009, p. 148) “Toda formação discursiva dissimula pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. Isso equivale a dizer que o sujeito tem a impressão de que o sentido é transparente e o domina. Denomina assim interdiscurso o “todo complexo com dominante” das formações discursivas (FDs), e isto revela que é este o ponto em que os sentidos se constroem ao mesmo tempo que o interdiscurso impõe-se sobre a FD (que não pode ser imposta ao sujeito pelo interdiscurso).

Por fim, destacamos que duas contribuições importantes de Pêcheux em relação aos estudos discursivos estão justamente nas considerações de que o discurso é formado por dois eixos:

1. o eixo do acontecimento, em que os enunciados são gerados, que se constitui em múltiplas temporalidades, ou seja, considerando que as CPs de um discurso são caracterizadas pela amplidão da historicidade⁵⁵ ao se considerar suas múltiplas durações; e
2. o eixo do interdiscurso⁵⁶, em que agem a memória (memória social e memória historiográfica, e não a noção psicológica de memória) e os já-ditos,

⁵⁵ Com relação à relevância da história para os estudos discursivos, é especialmente importante observarmos o conceito de acontecimento observável em Pêcheux (2012), que contribui sobremaneira para a compreensão das condições em que se dão as relações discursivas, revelando formas de se ler o discurso a partir da materialidade do texto e o modo como compreender as condições de produção dos discursos. As idéias marxistas, para este autor, têm grande importância na formulação de suas reflexões, e devem ser estudadas em conjunto com outras perspectivas, pois o marxismo por si mesmo não fornece uma explicação para os fatos do mundo. É nesse contexto que Pêcheux recorre à caracterização do enunciado como acontecimento: ao considerar que o enunciado é um acontecimento que relaciona a atualidade e uma memória, não é possível, nesta perspectiva, explicar a discursividade por meio de proposições lógicas e estáveis, de respostas unívocas, sendo assim necessário atuar sobre a compreensão do funcionamento dos discursos exatamente no ponto em que as relações lógicas não mais conseguem fornecer o aparato explicativo a este funcionamento.

⁵⁶ É necessário lembrar aqui a relação que se estabelece entre formações discursivas (FDs) e o interdiscurso: Pêcheux (2012), refletindo sobre a noção de FDs, alerta para o perigo de se considerar esta noção a partir das definições de Foucault (1986), pois na perspectiva deste autor é possível inferir que o discurso promova o assujeitamento de modo automático, pressupondo-se uma estrutura de sentidos, consequentemente estabelecida como repetição e antecipação, de modo que a noção de acontecimento estabeleça-se hierarquizada e absorvida pela estrutura e que apenas nesta última residam as interpretações. No entanto, também não é possível afirmar que aquilo que assujeita é o interdiscurso. As FDs, de fato, não podem ser impostas ao sujeito pelo interdiscurso. Por isso é mais operacional a concepção de interdiscurso como exterior específico (POSSENTI, 2003), pois o sujeito não pode se encontrar no exterior da FD que o domina. A noção de interdiscurso de Pêcheux (*op. cit.*) lembra a noção de universo de discurso na interpretação de Charaudeau e Maingueneau (2012), pois um discurso nasce da relação que estabelece sobre outros discursos, e não de um resgate de seus próprios elementos. Nessa abordagem, o texto é mais que a materialidade linguística, pois os sentidos que os discursos mobilizam por meio de seus enunciados são selecionados a partir do diálogo entre as vozes constituídas socialmente, que, por sua vez, selecionam o gênero mais apropriado para se manifestarem. Não é possível, assim, refletir sobre o discurso ou, mais precisamente, sobre o interdiscurso sem implicar, no primeiro, as questões ideológicas: o interdiscurso também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas, de modo que os pré-construídos, que estão presentes nas diferentes FDs, transpareçam estes fatos concernentes à ideologia. O pré-construído é, nesse sentido, uma reformulação da noção de pressuposição. O interdiscurso põe à disposição dos sujeitos a posição segundo a qual falam a partir do já-dito, restrito a duas condições: 1) A universalidade deve significar efeito de universalidade para uma certa FD (ou para um sujeito em sua relação com uma certa FD), e; 2) Nem todos os pré-construídos estão disponíveis (ou impostos) ao sujeito, mas apenas aqueles a que ele efetivamente tem acesso.

e se coloca exatamente entre a formação ideológica (dado que a ideologia dominante sempre incide no interdiscurso) e a formação discursiva, em uma relação de interdependência.

3.3.1.3.2 Contexto e acontecimento discursivo

A noção de acontecimento discursivo, a partir de prévia exposição feita na seção anterior, coloca-se como um importante balizador da noção de contexto. Segundo Corrêa (2013) o acontecimento discursivo, que se estabelece igualmente no discurso e no texto, é delimitado como “contornos do acontecimento de linguagem”. Para melhor situar a ideia de contexto na produção escrita por meio da reflexão sobre tais contornos, na perspectiva do autor, são apresentadas quatro aproximações, das quais destacamos a primeira.

Essa primeira aproximação situa-se na questão da ampla utilização da ideia de contexto sem maior preocupação em estabelecê-la a partir de uma reflexão teórica que a legitime. Não basta pensar na relação entre as palavras e o contexto, entre a linguagem e o contexto, apenas vislumbrando o apoio de uma instância institucional, pois isso culmina em atribuir a responsabilidade pela produção dos sentidos apenas a uma noção de contexto difusa e pouco delimitada. Partindo desta problematização inicial sobre a questão do contexto, o autor propõe seis enquadramentos para reflexão sobre a relação entre contexto e linguagem:

- (1) Um primeiro enquadramento da ideia de contexto permite pensá-la a partir de contornos como a situação presencial e imediata, um ponto de partida para a construção de definições mais apuradas. Esta consideração, construída na ideia de situação presencial, põe em jogo o espaço do sujeito enunciador.
- (2) Outra possibilidade de enquadramento seria tomar o acontecimento discursivo como resultante de situações concretas de uso da língua. Nessa consideração, toma-se como fator determinante, além do espaço, uma certa noção de pessoa, que se estabelece a partir da cristalização de

determinados usos da linguagem. Ao caracterizar as implicações dessa cristalização para a linguagem (e, neste sentido, voltamo-nos mais atentamente para a produção escrita), Corrêa (2013) ressalta que esse processo revela, dentre outras coisas, o caráter híbrido da produção escrita que se marca pela presença, principalmente, de saberes não provenientes do processo de escolarização que, por sua vez, atravessam os saberes escolarizados⁵⁷.

- (3) É possível ainda enquadrar o acontecimento discursivo a partir de uma idéia de contexto que passasse pelas seis funções da linguagem, conforme formuladas por Jakobson (1975), que explicaria quais elementos estão imediatamente implicados em um ato de comunicação. Para a noção de acontecimento discursivo, tal aproximação seria ainda insuficiente, pois nenhuma das seis funções de Jakobson isoladamente seria suficiente para explicar o contexto e pelo fato de sua validação depender da atribuição de maior força à fala (supostamente contextualizada), que impõe à escrita (supostamente descontextualizada) relação de dependência.
- (4) Outra possibilidade seria pensar o contexto como “ritual” (perspectiva de aproximação pragmática), entendido como a junção dos elementos que participam de um determinado ato de fala (situação, pessoas, linguagem), que se centra em tais atos de fala e reforça o caráter de convencionalização da linguagem. Nesta aproximação, o acontecimento discursivo se tornaria mais estático e resultaria na cristalização do ritual.
- (5) O contexto como esfera de atividade humana: aproximação que se fundamenta na concepção de gêneros do discurso de Bakhtin (2011). Estabelece os gêneros do discurso como catalizadores da atividade humana no mundo, ou seja, os gêneros do discurso estão ligados às

⁵⁷ Esta é uma consideração especialmente importante para repensar a noção de pessoalidade na linguagem a partir do modo como é elaborada nas teorias sobre letramento nos estudos etnográficos, por estabelecerem que a noção de pessoa é construída em uma prática de letramento a partir, (também, e principalmente) da interferência de outros letramento anteriores (sobretudo os não escolarizados) com os quais os sujeitos tiveram contato.

diferentes esferas de atividade humana. Dessa relação, constrói-se a noção de enunciado concreto, que se opõe à noção de enunciado como produto do processo de enunciação pela relação de acabamento que impõe: enquanto o enunciado, produto da enunciação, delimita-se na situação de uso, o enunciado concreto prevê que sua delimitação caracteriza-se por meio da réplica, dando-lhe acabamento de sentido. Essa aproximação se caracteriza pela dialogia, em que os enunciados constroem-se por meio da retomada dos já-ditos⁵⁸.

- (6) Contexto como condições de produção do discurso: aproximação que se estabelece a partir dos pressupostos da Análise do Discurso Francesa (ADF), em que tais condições de produção do discurso se constituem a partir de uma relação de forças de natureza social e histórica que se impõem sobre o discurso, a partir das imagens que os sujeitos constroem de si e dos referenciais⁵⁹.

Em uma segunda aproximação, Corrêa (2013) propõe a ideia de *acontecimento discursivo* (PECHEUX, 2012) em relação aos textos falados e escritos, situando-o mais especificamente na questão bastante comum da dicotomia entre fala e escrita. Essa dicotomia é pensada a partir da oposição entre modalidades e não dos textos. Essa oposição situa-se em uma concepção de situação presencial que definiria o contexto das modalidades falada e da escrita. Nessa definição de contexto, não estariam inclusas as representações dos interlocutores e do referente na relação de produção de sentido, de modo que excluiria, inclusive, a abordagem pela concepção de enunciado concreto e gêneros discursivos.

Ao considerar a escrita como modo de enunciação, é possível pensar no *continuum* de práticas sociais na produção textual que caracterizariam os textos a

⁵⁸ Esse contorno é particularmente interessante para pensar a noção de personalidade a partir da ideia de que o acontecimento discursivo ganha uma caracterização social e histórica, em que os enunciados transitam entre gêneros (ou práticas sociais de letramento), ganhando novos sentidos e atribuindo igualmente novos sentidos aos diferentes letramentos.

⁵⁹ Ao relacionar essa aproximação à atividade escrita, é possível pensar o contexto em que a produção escrita se dá, não apenas a partir da situação concreta de produção, mas também a partir das representações que tal atividade envolve, algo que certamente se reflete na caracterização do gênero, pois tais representações que o sujeito faz são a matéria com que ele constrói a personalidade, influenciando o modo como será representada no texto.

partir da noção de gênero textual, mas ainda assim deixando de lado as modalidades. Para considerar as modalidades oral e escrita como modos de enunciação e, mais especificamente, a produção escrita, é necessário aproximar-se da noção de acontecimento discursivo a partir dos seus aspectos sociais e históricos, ou seja, como gêneros do discurso.

Conceber a produção escrita a partir dos gêneros do discurso e da noção de enunciado concreto desestabilizaria a noção de contexto para a produção escrita. Essa desestabilização seria necessária para evidenciar o que há de social e histórico na linguagem e abandonar a concepção pouco dinâmica de contexto como normalmente é vista, ora como situação presencial, ora como um espaço definido e demarcado, ou mesmo como um quadro de acontecimento fechado hermeticamente numa determinada esfera de prática social, passando “de uma visão funcional-situacional para uma visão sócio-histórica” (CORRÊA, 2013, p.88).

Assumir a escrita como um modo de enunciação, portanto, permite associar a escrita a sua heterogeneidade constitutiva, bem como as suas relações intergenéricas, em que os gêneros não apenas se estabelecem num *continuum*, mas se inter-relacionam e se intra-relacionam.

Por meio da perspectiva aqui revista e proposta e, principalmente, considerando a viabilidade para a noção de pessoalidade nesta pesquisa, é insuficiente uma ideia de contexto apenas como situação presencial em que se privilegia o espaço do sujeito. Também é insuficiente considerar o contexto apenas como resultado das situações de uso por estabelecer uma noção de pessoalidade cristalizada, desprovida de dinamicidade. As funções da linguagem de Jakobson (1975) são igualmente limitadoras por permitirem reforçar a idéia de fala contextualizada e escrita descontextualizada. A ideia de contexto como ritual, situada na junção dos elementos comunicativos também se mostra insuficiente pela ausência de historicização que propomos ser essencial para refletir sobre a linguagem.

Resta, então, estabelecer o que há de importante em tais noções, adequando-as à uma perspectiva que igualmente considere a relevância da sociedade e da história. Nesse sentido, evocamos a possibilidade de igualmente interpretar o que os etnógrafos denominam contexto em termos das esferas de atividade humana, que definem os gêneros do discurso e as condições de produção do discurso (ressistematizadas na

noção de *interdiscurso*), perspectivas afeitas à linha teórico-metodológica adotada na presente pesquisa.

É nessa perspectiva que será feita a leitura da noção de contexto que delimita, nos estudos sobre letramento anteriormente apresentados, a noção de pessoa e, mais especificamente, a noção de pessoalidade, uma vez que o interesse da presente pesquisa é apresentar essa noção em suas características fundamentais e transpô-la para o estudo da produção escrita em uma perspectiva enunciativo-discursiva.

Partindo, pois, desse novo entendimento, em que a pessoalidade é uma figura construída no texto pelo sujeito do discurso, é importante ressaltar que esse sujeito é atravessado pelos discursos com os quais teve contato e justamente nisso o interdiscurso tem a sua importância: definir os modos pelos quais o sujeito é atravessado pelos diferentes discursos e, conseqüentemente, o modo como estabelecerá no texto a figura de pessoa. Concebida dessa forma, a noção de pessoalidade deixa de ser apenas um recurso teórico-descritivo e passa a ser também um recurso linguístico que possibilita a explicação de determinados fatos da linguagem e, mais especificamente, determinados fatos da produção escrita.

3.3.1.4 Pessoalidade e autorreflexividade

Para a presente pesquisa, é fundamental a preocupação com a caracterização do sujeito, e uma das considerações que se mostrou bastante evidente é a de que a pessoalidade está diretamente relacionada ao modo como o sujeito se constitui na escrita.

Em princípio, caracterizamos a pessoalidade conforme vista nas pesquisas de orientação teórico-metodológica da etnografia, e nesta perspectiva, o sujeito do discurso, embora afetado por diferentes práticas letradas, é uma construção que prioriza os objetos tal como empiricamente constatáveis, havendo menos preocupação com as representações atinentes a um plano mais opaco da linguagem. Essa é uma das justificativas para a adaptação da noção de pessoalidade.

Do ponto de vista adotado em nossa pesquisa, ela é produto da plurivocidade⁶⁰, e, justamente por isso, trazemos, na presente seção, as considerações de pessoalidade na perspectiva enunciativo-discursiva, em que o sujeito não é unívoco (ou seja, não é coincidente consigo mesmo), bem como suas implicações teóricas, e as consequências dessa nova apropriação do conceito para a presente pesquisa. Isso é algo bastante relevante pois partimos de uma concepção em que, no processo de referenciação⁶¹, a palavra não é correspondente exata do mundo por causa da interferência do sujeito no processo, de modo que cabe ao sujeito construir essa relação (mas não ao sujeito tomado como indivíduo empírico apenas). Esse processo é justamente aquele que organiza os objetos de discurso e o sujeito não existiria nesse processo caso a linguagem e o mundo fossem diretamente (e homogeneamente) conectáveis.

Da perspectiva enunciativa de Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade da linguagem se manifesta de forma mostrada (considerando como formas mostradas aquelas linguisticamente descritíveis, que inscrevem o outro na linearidade) e pela heterogeneidade constitutiva (ou seja, não marcada em superfície, pois é um princípio que fundamenta a própria linguagem). As formas de heterogeneidade mostrada, segundo a autora, inscrevem o outro na sequência do discurso e podem se manifestar, por exemplo, no discurso direto, aspas, na formas de retoque, glosa, discurso indireto livre ou ironia.

Essas noções se constroem a partir do exterior da linguística, estabelecendo concepções do sujeito e de sua relação com linguagem. Para a autora, a linguística explicitar esse exterior, pois este se volta implicitamente ao interior, ou seja, a própria linguagem.

A heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso é apoiada na consideração do discurso como produto de interdiscursos e do sujeito. A heterogeneidade mostrada consiste em formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do discurso. Nessa perspectiva, os fatos da linguagem são determinados fora dos

⁶⁰ A opacidade dos enunciados pode ser constatada na sua materialidade por meio de uma rede de relações associativas implícitas. Nessas associações, é de fundamental importância considerar a presença dos sujeitos, bem como o seu trânsito por diversos espaços sociais.

⁶¹ Conforme proposto em Mondada e Dubois, 1995.

domínios do sujeito e, por isso, o dialogismo é construído no interior do discurso. Como consequência, a palavra é sempre uma palavra alheia, sem neutralidade e atravessada pelos discursos socialmente constituídos. A implicação direta dessa forma de estabelecer o dialogismo é a interpretação do sujeito fora do centro de intencionalidade, que ignora a “maquinaria estrutural do discurso”, que se apoia na crença de que é fonte do dizer, quando é apenas o suporte. Essa é uma ilusão constitutiva e necessária ao sujeito, que negocia os sentidos com a heterogeneidade constitutiva da linguagem, pois ele não coincide consigo mesmo, nem com o interlocutor.

Partindo dessa concepção de sujeito, Authier-Revuz (1998) propõe que o dizer é afetado pelos quatro campos de não-coincidência, a saber, da não-coincidência interlocutiva, do discurso consigo mesmo, entre as palavras e as coisas e das palavras consigo mesmas. Essas não-coincidências são formas de heterogeneidade constitutiva da linguagem com as quais o sujeito negocia ao entrar no jogo da enunciação.

Interessa-nos particularmente a ideia de não-coincidência interlocutiva, em que o sujeito não é coincidente consigo mesmo, dado o fato de que os sentidos não são de fato partilhados inteiramente entre os interlocutores. A ideia de não-coincidência constitui a grande diferença da perspectiva de Authier-Revuz com a noção de personalidade defendida pela etnografia. O sujeito sempre busca o ajuste ao dizer do outro por meio do ajuste do próprio dizer, perante as possibilidades de recepção do outro, também pelo fato de que os dizeres não pertencem ao sujeito, mas são tomados, contraditoriamente, em função (mas sem determinação estrita das diferentes atividades languageiras com as quais têm contato).

Essa negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva cria uma configuração metaenunciativa que caracteriza o modo pelo qual se manifesta. Esse processo, por sua vez, se instaura na enunciação a partir da modalização autonímica, definida por Authier-Revuz (1998, p.177) como a forma que “implica uma atividade languageira de auto-representação do dizer pelo enunciador”, e que, por sua vez, delimita os fatos pontuais de não-coincidência. Isso ocorre, pois

(...) o locutor faz uso das palavras inscritas no fio de seu discurso (sem ruptura sem autonímia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra. Sendo assim, sua figura normal de utilizador das palavras é desdobrada, momentaneamente, por uma outra figura, a de

observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim designado – marcado por aspas, itálico, uma entonação e/ou qualquer forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um outro estatuto. (AUTHIER-REVUZ, 1982. p. 92)

Dentro do panorama estabelecido em nossa pesquisa, mais especificamente, no processo de referenciação, conforme analisamos nas redações de vestibular, interpretamos a configuração metaenunciativa (em que o sujeito negocia os sentidos no texto), e a modalização autonímica (que define o modo como essa negociação se estabelece), em termos de procedimentos autorreflexivos.

Nossa argumentação inicial propõe uma revisão do processo de referenciação para a escrita do vestibular, a partir da ideia de que há um investimento cronotópico que organiza os objetos de discurso, construído especificamente entre o processo de referenciação e o processo de argumentação. Esse investimento cronotópico – marcado pela discrepância entre tempos/espacos que produzem o efeito de abertura entre o (já-)enunciado e a enunciação – caracteriza a autorreflexividade na escrita e é responsável pela caracterização dos processos de generalização (por mínima aderência ao enunciado) e particularização (por máxima aderência ao enunciado).

Retomando igualmente nossa consideração sobre o engajamento do leitor na escrita, remetemos à noção de autorreflexividade já apresentada. Na perspectiva que estamos defendendo, a autorreflexividade:

- (1) possibilita ao escrevente a reflexão sobre a forma e os sentidos tidos como necessários para engajar o seu leitor, e;
- (2) é acionável ao longo do processo de referenciação e de construção dos objetos de discurso de forma a marcar a presença do sujeito (e não de elidi-lo).

A pessoalidade está, portanto, diretamente relacionada à autorreflexividade. Isso se dá, pois a pessoalidade é a instância em que o escrevente, quando se vê diante da proposta de redação, entra no jogo de assumir ou recusar certas identidades associadas a essa prática; rejeita ou adere a certas posições que se refletem no seu modo

de lidar com os sentidos no texto; que configuram a personalidade, por meio da emergência das marcas de pessoa na superfície do texto.

Isso posto, considerando a perspectiva segundo a qual o sujeito é não-coincidente consigo mesmo, propomos que a personalidade seja considerada, formalmente, como um dos modos pelos quais a autorreflexividade se manifesta na redação de vestibular. Portanto, a personalidade ganha um estatuto de construção textual-discursiva submetido em relação ao exterior que lhe é constitutivo e manifesta esse exterior no processo de autorreflexividade. Portanto, essa manifestação da personalidade pela autorreflexividade dá à personalidade um caráter ativo, mas como um efeito das determinações que recebe do exterior. A manifestação da autorreflexividade é caracterizada pelas relações cronotópicas que, por sua vez, interferem no processo de referenciação e de argumentação. Em outras palavras, as relações cronotópicas no processo de referenciação e de argumentação são construções languageiras que exprimem as determinações do exterior. Elas produzem o procedimento, também languageiro, da autorreflexividade, o qual permite ler, no fim do caminho, a pessoa ou a personalidade com a especificidade das práticas letradas em que o escrevente se insere e a partir das quais constrói essas figuras textuais.

3.3.1.5 Os dados

A análise das redações das três instituições identificou as seguintes formas de manifestação da personalidade⁶² nos textos:

1. A marca de pessoa, que conduz a referenciação no texto em 1ª pessoa ou 3ª pessoa;
2. A construção do efeito de regra moral por meio da coincidência entre VC (assunção de voz coletiva) e MD (modalização deôntica) nos mesmo enunciados em que ocorrem.

⁶² As marcas da personalidade encontradas nos textos se referem exclusivamente ao modo como estabelecemos o critério de análise, fundamentado a partir da relação entre generalização e particularização. Não temos a intenção (ou pretensão) de estabelecê-las como as únicas formas de manifestação da personalidade na escrita, mas de apresentá-las como resultado do modo de análise a partir de nossas escolhas teóricas e metodológicas.

Uma vez proposto o processo de referenciação e argumentação, observamos, nos textos analisados, o funcionamento de cada uma dessas manifestações na produção da autorreflexividade e, a partir desta última, na configuração da personalidade do escrevente.

3.3.1.5.1 Estratégias de referenciação em 3ª ou 1ª pessoa

Nas redações analisadas, foi possível constatar que uma das formas pelas quais a remissão à pessoa é construída nos textos é a partir do uso de 3ª pessoa ou do uso de 1ª pessoa, com pontuais marcas de 1ª. Para fins de simplificação, denominamos os textos com marcas de 1ª pessoa como “textos com 1ª pessoa”, já que, de forma mais pontual ou mais frequente, essas marcas não chegam a caracterizar o texto como sendo em 1ª pessoa, mantendo-se, portanto, a sua caracterização como de 3ª pessoa. Constatou-se que há predomínio de “textos com primeira pessoa”, como mostra a Tabela 25. Essa tabela apresenta a frequência de uso de textos em 3ª pessoa e de textos com 1ª pessoa, segundo as instituições de origem dos alunos.

Fornecemos a seguir alguns exemplos de trechos de textos com a presença de marcas de 1ª pessoa:

Excerto 18 - FUVEST

SP_01 (§ 1):

Todos sabemos que as fronteiras são a parte limítrofe de um espaço em relação a outro, e foram criadas afim de que houvesse mais ordem em todos os lugares do planeta; porém, infelizmente nem todo plano é perfeito, e o que foi feito para a ordem acabou se tornando, inúmeras vezes, motivo de guerra.

Excerto 19 - FUVEST

SP_01 (§ 3):

Sem falarmos no grande número de pessoas que morrem tentando atravessar ilegalmente – pois legalmente é quase impossível para pessoas humildes – fronteiras de grandes potencias em busca de uma vida mais digna.

Nos excertos 18 e 19, obtidos de um mesmo texto da FUVEST, observamos a 1ª pessoa marcada na desinência dos verbos (no plural), logo no início de cada parágrafo. Essa é a forma mais comum de referenciação em 1ª pessoa que os textos

apresentam e se coloca como uma estratégia usual aos escreventes, no sentido de buscar a proximidade ou mesmo a adesão do leitor ao ponto de vista construído.

Excerto 20 - UFGD

DO_01 (§ 5):

Quando falamos em limites, logo penso em fronteiras, e que estas devem ser respeitadas, pois, demarcam um território que talvez eu não tenha permissão para entrar; um exemplo de falta de limites são as brincadeiras que tem como objeto os traços mais marcantes da aparência dos outros: nariz; orelha; peso; altura, e podem ser identificadas como “*Bulling*”.

Excerto 21 - UFGD

DO_01 (§ 6):

Ao meu ver refletir sobre os limites do Eu e as fronteiras do outro, no humor ou nas demais atuações sociais é sempre cabível, pois entender e respeitar esses limites torna o convívio em sociedade mais saudável e harmonioso. E mesmo que as mazelas sejam muitas, e a graça pareça pequena o importante é sorrir.

Nos excertos da UFGD, também retirados de um mesmo texto, observamos, no excerto 20, a presença de 1ª pessoa desinencial, com alternância entre o uso do plural e do singular, causando o efeito de aproximação do leitor. No excerto 21 a 1ª pessoa é marcada pelo pronome possessivo “meu” na expressão cristalizada “ao meu ver”, que tem o efeito de estabelecer o sujeito enunciador em um lugar que legitima seu ponto de vista.

Excerto 22 - UNIFIEO

OS_01 (§ 1):

O que podemos falar sobre há época em que Estamos Vivendo. Muitas pessoas acham que beleza e tudo mais não é. Tem coisas muito mais importantes, como valor, família respeito e conteúdo.

Excerto 23 - UNIFIEO

OS_01 (§ 3):

Todos somos diferentes raça, cor, cabelo esquecem que somos seres humanos. Há prazeres muito melhores do que ficar malhando ou em clínica de estética, como uma festa em família, amigos ou até mesmo brincar com o filho. A sociedade vem pregando os valores estéticos junto com a mídia porque tudo que é magro vende e o que é gordo no conceito deles não, se continuar assim cada vez mais terão casos de anorexia e pessoas doentes em função da beleza exigida pela sociedade vamos para com isso vamos viver que é o mais importante porque beleza quando você fica velho acaba e as lembranças da vida continuarão em sua memória.

Mais uma vez, nos excertos 22 e 23 da UNIFIEO, é possível observar a presença de 1ª pessoa desinencial, na busca da adesão do leitor ao ponto de vista construído, sendo que, no excerto 23, constatamos também a presença da forma de tratamento “você” fazendo referencia direta ao leitor e trazendo-o para dentro da exemplificação circunscrita à linha argumentativa escolhida.

Passemos à análise da tabela 25 a seguir. Importante notar que, por meio dessa forma de caracterização da autorreflexividade, buscamos estabelecer como esse procedimento produz a construção da pessoalidade ao construir os objetos de discurso.

Tabela 25 – Textos em 3ª pessoa X textos com 1ª pessoa

	Número textos em 3ª pessoa	Número de textos com 1ª pessoa
FUVEST	10	15
UNIFIEO	09	16
UFGD	03	22
Total	22	53

A tabela 25 mostra que, dos 75 textos das 3 instituições analisadas, há predomínio de textos com 1ª pessoa⁶³. O total de 53 ocorrências de textos escritos em 1ª pessoa representa 70,6% do total de textos das três instituições enquanto as 22

⁶³ Os textos enquadrados em 1ª pessoa variam desde aqueles que apresentam unicamente uma ocorrência de primeira pessoa até textos em que a 1ª pessoa é predominante no texto como um todo.

ocorrências, que perfazem o total de textos escritos em 3ª pessoa nas três instituições, representa 29,4%.

Isso mostra uma preferência por construir a referência a partir da inclusão do próprio sujeito. A força deste fato se verifica igualmente nas três instituições, pois todas apresentam maiores ocorrências em textos com 1ª pessoa do que só em 3ª pessoa, sempre acima de 15 textos dos 25 de cada instituição. O maior número de ocorrências se verifica na UFGD, que conta com 22 textos com 1ª pessoa e o menor número de ocorrência se verifica na FUVEST, com 15 textos.

Interessante notar que a inclusão do sujeito nos textos faz com que os escreventes construam a argumentação de forma mais elaborada e mais conectada às informações estabelecidas sobre o tema, enquanto textos com o predomínio de 3ª pessoa, com poucas exceções, ou não apresentam argumentos ou apresentam argumentação pouco relacionada ao tema.

Isto ocorre porque os textos em 3ª pessoa se mostram, em sua maioria, predominantemente referenciais: descritivos, expositivos (apresentando inúmeros exemplos ou narrando casos que se enquadram no tema proposto para discussão), sem um trabalho mais apurado na construção de um ponto de vista⁶⁴ para discussão do tema. Muitos deles são elaborados a partir de enunciados curtos ou mesmo de parágrafos curtos (parágrafos de um enunciado), que se limitam a construir “retratos” situacionais, sem maior envolvimento com o tema⁶⁵.

Com relação ao predomínio de textos com 1ª pessoa, conforme atesta a tabela 25, é interessante observar que esses dados contrariam aquilo que é normativamente proposto em todo o processo de escolarização, no que se refere ao ensino da escrita

⁶⁴ A tese de Esvael (2011) trabalha especificamente sobre a construção do ponto de vista dominante em redações de vestibular e observa alguns fatos bastante importantes e peculiares sobre a argumentação. Segundo a autora, o ponto de vista dominante, nesse gênero, é sempre construído a partir de outros pontos de vista, toma as coletâneas de textos da proposta como perguntas e responde a elas diretamente. Outra característica, bastante pertinente à presente pesquisa, coloca-se na perspectiva de que a argumentação é sempre construída a partir de uma representação social sobre o tema e a coletânea de textos na orientação da escrita da redação de vestibular, ao se estabelece em uma tonalidade deontica, algo que impõe a explicitação de valores atrelados aos temas discutidos e da valorização dos diferentes saberes mobilizados para o texto. Isso vem de encontro à importância da modalização deontica no processo argumentativo, consequentemente da construção do ponto de vista dominante no gênero redação de vestibular.

⁶⁵ Observamos que os textos elaborados exclusivamente em 3ª pessoa também têm um ponto de vista dominante. No entanto, nesse caso, a dificuldade é tratar de um tema sem envolvimento. Importante notar que o escrevente nunca produz o desenvolvimento de um tema sem ponto de vista, mas é possível fazê-lo sem envolvimento, embora, pelo que os resultados apresentam, pareça ser algo muito mais difícil para os alunos.

voltada para a preparação para a escrita do vestibular. Ao considerar o que comumente se divulga, em manuais de redação e textos didáticos, com relação ao modo de construção da personalidade na escrita, é frequente a idéia de que a 3ª pessoa deve ser preferida à 1ª pessoa, pois causaria o efeito de apagamento do sujeito. Um exemplo disso pode ser observado em trechos retirados de um manual produzido para auxiliar à escrita acadêmica (FRANÇA, 2004)⁶⁶

Em textos acadêmicos como monografias, dissertações, teses (...) é indicado usar a 3ª pessoa do singular, porque a ação verbal centra-se no narrador da mensagem, mesmo quando se trata do próprio autor ou autores. (FRANÇA, 2004, p.3)

A autora faz a ressalva de que os textos acadêmicos sempre tem marcas evidentes de subjetividade e objetividade, cabendo ao escrevente saber quando selecionar um ou outro. A concepção de subjetividade e objetividade, para França (2004), está conectada às marcas de pessoa encontradas no texto. No trecho citado, está em jogo o uso de uma pretensa objetividade que a autora julga ser construída nestes tipos de texto. Indica-se que seja utilizada a 3ª pessoa quando o autor se anunciar como narrador da mensagem. Com isso, na perspectiva de França (*op.cit.*), na escrita acadêmica, existe uma dicotomia portador vs. anunciador da mensagem, em que o primeiro estabelece marca de subjetividade e indica o uso de 1ª pessoa, e o último estabelece a marca de objetividade, para a qual se indica o uso de 3ª pessoa. Importante notar que tais critérios estão orientados por uma construção textual ideal e ideologizada, em que tais marcas supostamente poderiam ser plenamente controladas pelo escrevente no fio do discurso.

No trecho a seguir, verificamos a instrução para o uso de 1ª pessoa:

Os textos acadêmicos também podem se apresentar na 1ª pessoa do singular ou plural, mas devem ser evitados, porque apresentam seus argumentos com opiniões e vivências pessoais. A

⁶⁶ O manual em questão foi publicado pela UFMG com o objetivo de auxiliar os alunos em relação à escrita acadêmica. As instruções sobre o modo como tratar a personalidade nos textos técnico-acadêmicos passam pelos mesmos critérios dos manuais voltados para a escrita do vestibular e os livros didáticos de Ensino Médio, de forma que os exemplos citados ilustram a cultura em torno do que se considera para a prática de escrita escolar/acadêmica, em relação ao tema abordado, de modo geral.

ação verbal centra-se no próprio autor ou autores. (FRANÇA, 2004, p.4)

Note-se a observação de que há a possibilidade do uso de 1ª pessoa em textos acadêmicos seguida da instrução de restrição “devem ser evitados”, justificada pela afirmação de que esta estratégia reduziria os argumentos a opiniões e relatos pessoais, reforçando, desse modo, a estratégia de busca da objetividade no texto escrito, por meio do efeito de apagamento do sujeito.

No entanto, a força que a subjetividade tem na escrita vai além da questão do apagamento do sujeito. Primeiro, porque, na perspectiva discursiva, o sujeito está sempre presente, em 3ª ou em 1ª pessoa, distinguindo-se apenas quanto à pessoalidade construída (marcada por maior ou menor envolvimento no desenvolvimento do tema). Segundo, porque, mesmo com as instruções presentes nas práticas de ensino de produção textual e nos materiais didáticos, de evitar ou restringir o uso de 1ª pessoa (devido à sua relação com o efeito de não-apagamento do sujeito), a 1ª pessoa é muito frequente nos textos, conforme atesta o material analisado.

A produção de diferentes pessoalidades oferece interessantes possibilidades para explicação do que ocorre nesse predomínio “contraditório” (ou não desejado, a partir de pressupostos estabelecidos ao longo do processo de escolarização) do uso de 1ª pessoa, na maioria dos textos analisados. A ideia de que o sujeito é definido por meio dos papéis sociais (que são, também, construções históricas) encontra lugar também na forma como a pessoalidade é construída no texto, em função do modo pelo qual o escrevente lida com os temas que deve desenvolver (com maior ou menor grau de envolvimento).

Voltando a Street (2006), podemos explorar um pouco mais a questão da pessoalidade e sua força na escrita, já que, para o autor, a pessoalidade é um campo ideologicamente estruturado, um lugar de articulação dos componentes ideológicos, sejam eles dominantes ou dominados. Essa é uma visão etnográfica da pessoalidade que se fundamenta na interculturalidade, em que, por meio de uma síntese de inúmeros estudos sobre o tema, o autor busca mostrar a complexidade que envolve a noção de pessoa e como isto está presente nas práticas de letramento (consequentemente, também nas práticas de escrita). Essa perspectiva auxilia a entender a escolha predominante de textos com 1ª pessoa para a construção dos

objetos de discurso (referenciação) devido ao fato de que, do ponto de vista etnográfico, a noção de pessoa assume diferentes possibilidades representacionais, tais como a organização da moralidade, a reflexão sobre a própria cultura, a forma de representação da sociedade e do que há de social nas relações humanas, proporcionando ao sujeito amplas possibilidades de referenciação e de recursos ao construir a argumentação.

Do ponto de vista discursivo, por sua vez, a referenciação levada a efeito em textos com 1ª pessoa, legítima, nos textos analisados, o lugar de negociação do sujeito com a opacidade da linguagem, pois a construção do ponto de vista produz o efeito de que o sujeito, ao rejeitar ou aderir mais livremente a certas posições, refletiria seu modo único de condução dos sentidos (evidenciado por meio da emergência das marcas de pessoa na superfície do texto). O ponto de vista assim construído evidencia, como marca de pessoalidade, a força que a marca de 1ª pessoa tem para a negociação dos sentidos, contrariando a instrução amplamente difundida no processo de escolarização no que se refere à busca pela neutralização do sujeito no texto como forma de alcançar a objetividade (entendida, corriqueiramente, como distanciamento do sujeito e, aqui, como construção da pessoalidade).

Enquanto, em Besnier (1995), a pessoalidade pode ser vista como uma instância de construção da emotividade em uma prática de linguagem, algo que explicaria a força do sujeito em se marcar na escrita; do ponto de vista da ADf, ela pode ser vista como produto textual-discursivo dos usos de marcas de pessoa e de seu funcionamento – marcado sócio-historicamente – quanto ao envolvimento ou distanciamento em relação ao objeto de discurso construído no texto.

Outro aspecto importante a ser considerado ainda como explicação para a maior presença de textos com 1ª pessoa, está pautado nas ideias de que:

- (1) o escrevente, quando toma contato com o letramento escolar já tem uma história de letramento que não pode ser ignorada e que certamente interferirá nas práticas letradas com as quais esses escreventes terão contato; e

- (2) cada gênero discursivo estabelece diferentes possibilidades de organização da pessoalidade.

Ao considerar tais aspectos, estabelecemos que a partir de (1) é possível propor que as instruções normativas produzidas ao longo do processo de escolarização não são os únicos elementos a reger a aquisição dos diferentes letramentos, pois a história de letramento dos escreventes interfere nesse processo e redimensiona as práticas letradas escolares, de modo que há a oportunidade para o aparecimento de um quadro não esperado (ou não previsto) nos textos, como é o caso da presença de textos com 1ª pessoa em quantidade tão significativa.

A partir de (2), observamos que os gêneros discursivos dão indicações quanto à pessoalidade que, no entanto, por sua vez, pode redimensionar-se em detrimento do que é estabilizado pelo gênero. Isso explicaria o fato de que os textos com 1ª pessoa são maioria nas três instituições, e não apenas em uma ou outra instituição. Isso permite afirmar que a pessoalidade não é um fator institucional: no âmbito do estudo da escrita na perspectiva adotada para a presente pesquisa, passa a ser também um fator discursivo.

Assim, a manifestação da pessoalidade pela marcação de 1ª pessoa, nas redações de vestibular, mostra uma forma particular pela qual, no processo de referenciação (e a argumentação), constrói-se a pessoalidade, considerada em nossa perspectiva como o modo de instaurar o procedimento autorreflexivo na escrita das redações de vestibular.

A seguir, verifiquemos como os dados apresentam essa forma de caracterização da pessoalidade que exploramos até a presente seção.

3.3.1.5.2 A construção da referência em 3ª ou com 1ª pessoa e os processos de generalização/particularização

Atentemos para o modo como os escreventes constroem a pessoalidade no processo de referenciação, particularmente pela relação entre presença de diferentes marcas de pessoa e processos de generalização/particularização. Constata-se, conforme já mencionado, que a maioria dos textos apresenta o predomínio da referenciação com 1ª pessoa. Conforme já mencionado, os poucos textos verificados

com predomínio da 3ª pessoa apresentam características particulares, tais como serem de caráter predominantemente descritivos ou expositivos, caracterizando-se pela ausência ou pouca elaboração da argumentação.

Estabelecemos a análise e a comparação entre o excerto 19 (que apresenta um parágrafo produzido em 3ª pessoa) e o excerto 20 (que apresenta um parágrafo produzido em 1ª pessoa). Observamos nos excertos a ocorrência da oposição entre generalização e particularização e igualmente entre a referenciação em 3ª e com 1ª pessoa. Nesses excertos, a relação pessoalidade/identidade pode ser analisada do ponto de vista do conteúdo temático (ao verificar-se como se estabelecem as relações entre sentido e mundo) e da *construção composicional*⁶⁷, ao verificar as possibilidades de distribuição das marcas pessoais de 3ª e com 1ª pessoa.

Do ponto de vista do *conteúdo temático*, no excerto 19 há uma relação vítima/opressor estabelecida sobre “África” e povos da África, que identifica uma posição ideológica do sujeito. Essa posição é construída também como uma identidade que caracteriza a posição em que esse sujeito se coloca frente à relação de opressão/dominação, conforme verificamos a seguir.

Excerto 24

Não obstante, **a África, vítima de um processo denominado neocolonialismo**, deparou-se com uma invasão européia que não respeitou os limites étnicos que o continente tinha. Como consequência, houve diversos conflitos internos, **de povos que tinham a mesma etnia**, além da imposição da cultura dos invasores. – SP_03 (§3).

Neste excerto, observando a *construção composicional*, mais especificamente na construção de uma oposição evidenciada entre generalização e particularização (que se estabelece como uma estratégia argumentativa do escrevente), verificamos que o procedimento dominante para condução do argumento é o da particularização, em que o continente africano e os povos de mesma etnia levam a uma especificação em relação a todos os outros continentes e a todas as outras etnias africanas.

⁶⁷ Fazemos remissão direta às noções de *conteúdo temático* e *construção composicional*, conforme proposto em Bakhtin (2011) e analisamos os excertos por meio da proposição desse autor, sobre o modo como se caracterizam os gêneros do discurso.

No entanto, é dentro do escopo mais geral de “África”, que o escrevente circunscreve os “povos que tinham mesma etnia” como argumento que apoia a relação de causa/consequência (mais especificamente apresentando um fato e o efeito que dele resulta) construída no parágrafo, como um exemplo de elemento particular daquilo que é mais geral. Esta estratégia, que combina dominância de particularização e jogo entre generalização e particularização, é bastante acionada em textos que apresentam argumentos pelo exemplo como forma de conduzir a argumentação. A dominância da particularização é um outro elemento que marca a posição enunciativa do escrevente, elemento de construção da pessoalidade e da identidade. O processo linguístico da particularização, ao construir uma pessoalidade para o escrevente, articula essa pessoalidade com aspectos sociais e históricos que o marcam como sujeito. Em outras palavras, o escrevente é, textual-discursivamente, mostrado como pessoa, mas é socio-historicamente determinado como sujeito.

Já o efeito de neutralidade buscado pelo predomínio da 3ª pessoa caracteriza a exposição de um problema, mais do que a construção de uma linha argumentativa, algo falha em posicionar plenamente o sujeito quando este se defronta com a discussão do tema.

A seguir, analisamos o excerto 25 em relação às mesmas questões:

Excerto 25

Tendo em vista tanto sofrimento **que a humanidade já passou** pelo mesmo motivo e continua passando contemporaneamente, **deveríamos destruir essas fronteiras**, não necessariamente **as geográficas, mas as da ambição, preconceito, vaidade, inveja**, para que assim todos os povos possam viver com mais qualidade e sem desigualdades sociais (...). SP_01 (§4).

Neste excerto, é produzido o efeito de generalização como introdução à argumentação (a humanidade, retomada pela desinência de 1ª pessoa no uso inclusivo de “deveríamos”), em que o sujeito se insere como participante da comunidade de luta contra as injustiças sociais, que deveria agir em relação às fronteiras. Coordena-se, nesta argumentação, o objetivo generalizado em “fronteiras”, do qual se estabelece a particularização para os tipos de fronteiras que deveriam ser destruídas (não apenas

as geográficas, mas as da ambição, do preconceito, vaidade e inveja). Como se pode observar, também o procedimento linguístico da generalização pode marcar uma posição enunciativa e, portanto, a pessoalidade e a identidade. Nesse caso, porém, é o pertencimento a um grupo, ou seja, o aspecto coletivo, geral, que é ressaltado.

O efeito argumentativo alcançado nesse excerto é reforçado pela referenciação em 1ª pessoa, elemento inclusivo da generalização (o ser humano) que, ao lado da própria generalização, participa da construção de uma pessoalidade (aquela ligada ao ser humano em geral) e se estabelece como fator estratégico na organização dos argumentos e da forma de o escrevente se posicionar sobre o tema. Ao incluir o sujeito na argumentação, reforça-se o efeito moralizador, construindo uma auto-imagem de uma pessoa engajada e participante, que conhece e reflete criticamente sobre os problemas do homem em geral (forma de pessoalidade produzida nesse caso).

Esse efeito alcançado por meio da marca de referenciação com 1ª pessoa, amplia o campo de negociação com a heterogeneidade constitutiva da escrita, algo que não foi obtido no exemplo dado no excerto 19. Isso caracteriza diferentes formas de autorreflexividade na escrita de vestibulandos, o que marca, por sua vez, diferentes formas de pessoalidade possíveis no gênero redação de vestibular.

Finalizando essa seção, trazemos uma interessante inter-relação entre duas formas de marcar a pessoalidade: pela referenciação com 1ª pessoa (conforme tratada nesta seção) e pela coincidência entre VC (assunção de voz coletiva) e MD (modalização deôntica) – explorada em detalhes na seção seguinte.

Essa inter-relação se refere, sobretudo, à elaboração da argumentação nos textos. Observou-se que há uma forte tendência dos textos a apresentarem um efeito de construção de regras morais como forma de condução do tema e de construção da argumentação. De modo geral, esse efeito de regras morais é obtido por meio da coincidência de VC e MD nos enunciados em que ocorrem.

Dos textos analisados, aqueles elaborados a partir da referenciação unicamente em 3ª pessoa não apresentaram a construção do efeito de regras morais, nem a coincidência entre VC e MD (que pode resultar em tal efeito argumentativo) e raramente apresentam alguma construção argumentativa consistente. Os textos em que há presença de 1ª pessoa, ao contrário, frequentemente apresentam a combinação

entre VC e MD (em que se verifica o efeito de regras morais) e, quando não apresentam, trazem alguma outra estratégia argumentativa mais consistente que aquelas mobilizadas nos textos referenciados unicamente em 3ª pessoa. Esse fato é um indicativo de que a referência com 1ª pessoa e a coincidência entre VC e MD são duas formas de produção da pessoalidade que cooperam na condução dos sentidos do texto e na elaboração da argumentação.

Consideramos que o efeito de regra moral obtido pela coincidência entre VC e MD é também produção de pessoalidade, pois consiste no trabalho de adequação do texto à situação de escrita. Conforme já foi detalhado na apresentação da pessoalidade nos estudos sobre o letramento, essa noção se relaciona à organização das representações da moralidade, isto é, dos valores morais que orientam o desenvolvimento da argumentação sobre o tema. Na próxima seção, exploramos em detalhes essas considerações.

3.3.2 Voz Coletiva e Modalização Deôntica

3.3.2.1 Considerações iniciais

Nesta seção, buscamos observar especificamente os casos em que o critério **III** (assunção de voz coletiva) e critério **VIII** (modalização deôntica se combinam nos mesmos enunciados em que ocorrem, pois, em uma primeira análise dos dados, observou-se que há uma tendência à combinação da modalização deôntica à voz coletiva nos mesmos enunciados. Os dados mostram que há maior ocorrência de voz coletiva do que de modalização deôntica. A singularidade que se observa é que esta última, embora bem menos frequente, vem preferencialmente combinada com a primeira e, por isso, estabelecemos, nesta seção: (1) a análise mais detalhada dessa combinação; (2) como se manifesta; e (3) sua relação com o conceito de pessoalidade e autorreflexividade.

Verificou-se que a tendência de combinação da modalização deôntica (doravante MD) com a assunção de voz coletiva (doravante VC), em geral, produz um efeito de regras morais, as quais se colocam na escrita como formas pelas quais os

escreventes conduzem a argumentação. Por essas características previamente observadas é possível afirmar que MD e VC:

1. são estratégias generalizantes;
2. ao se unirem nos enunciados em que ocorrem, constituem-se como uma nova forma de generalização, acionada pelo escrevente para ajustar o dizer à atividade escrita com a qual está lidando, e;
3. estabelecem-se como marca de pessoalidade, devido ao efeito de regras morais que assumem nos textos. A noção de pessoa oferece diferentes possibilidades representacionais, tal como a organização da moralidade (BESNIER, 1991). A pessoalidade, nesse sentido, consiste no trabalho do sujeito para adequar seu texto à situação de escrita, mais especificamente recorrendo ao efeito de moralidade para conduzir a direcionalidade argumentativa e produzir o engajamento do leitor.

Para esclarecer um pouco mais as afirmações feitas no item (3) à luz dos pressupostos de nossa pesquisa, retomamos a ideia de que a pessoalidade é uma das formas de manifestação da autorreflexividade na redação de vestibular. Participam dessa forma de manifestação da autorreflexividade relações cronotópicas que, ao lado de criar o efeito de separação entre enunciado e enunciação – distância própria da remissão do dizer sobre o dizer –, interferem no processo de referenciação e de argumentação. Consideramos que a pessoalidade é um dos modos de instaurar o procedimento autorreflexivo. Essa relação entre pessoalidade e autorreflexividade parte de certas propriedades da pessoalidade já apresentadas, tais como ser um recurso de mediação, de atribuição de significados, que faz interface entre as diferentes práticas de letramento e a escrita.

Neste sentido, caracterizamos, inicialmente, a combinação entre VC e MD a partir da relação com o sujeito. A necessidade de um posicionamento do sujeito na escrita o leva a buscar estratégias para argumentar, o que caminha lado a lado com a construção dos objetos de discurso. Como as marcas de pessoalidade participam do

processo de referenciação e remetem ao modo pelo qual o sujeito se instaura no discurso, produzindo uma direção argumentativa específica. Esse fenômeno ocorre, por exemplo, com construções que produzem o efeito de regras morais. Consideramos, então, a combinação entre VC e MD uma marca de pessoalidade que, especificamente na redação de vestibular, apresenta-se como um recurso importante aos escreventes, uma vez que está presente em uma quantidade significativa de textos analisados, conforme verificaremos mais adiante.

Observemos, mais detidamente, os elementos que são colocados em jogo na combinação entre VC e MD. A VC, especificamente, está presente em todos os textos de vestibular, das três instituições analisadas. Os tipos de VC que mais aparecem nos textos analisados (marcas proverbiais, senso comum) caracterizam-se como acionamento da palavra alheia e tem a função de organizar os temas propostos, adequando-os ao que os escreventes julgam ser pertinente para alcançar o leitor.

Na atividade escrita, a VC se marca pelos dizeres acionados pelos escreventes para ajustar o texto à discussão de um determinado tema. Mesmo quando o escrevente se utiliza dos textos da coletânea, o discurso citado é submetido à valoração, momento em que o escrevente vale-se da VC.

É frequente, também, que a VC se apresente como um tipo de estratégia de reformulação, com a função de organizar o texto e, no caso das redações de vestibular (que é uma situação de avaliação), assumindo também o papel de orientar a argumentação no sentido de buscar a adesão do leitor. Do ponto de vista discursivo, a reformulação pela assunção de uma VC traz sempre a palavra alheia e se revela como uma forma de apreensão social do discurso de outrem garantida pelo respaldo do coro da coletividade.

Neste sentido, evocamos a perspectiva de Charaudeau e Maingueneau, (2008, p.420), que definem a reformulação como uma relação de paráfrase⁶⁸, pois “consiste em retomar um dado utilizando uma expressão linguística diferente daquela empregada para a referenciação anterior”. Nessa relação, a retomada na escrita pode ter função explicativa, com foco na significação, ou uma função imitativa, que situa-se mais no plano do significante, buscando reproduzir as características mais

⁶⁸ É importante salientar que não é objetivo desta pesquisa discutir o conceito de paráfrase ou de reformulação. Esses conceitos são evocados com a intenção de melhor definir a linha argumentativa em relação ao objeto tratado nesta seção.

relevantes de uma determinada formulação. Daunay (1997) identifica a reformulação como uma atividade parafrástica importante para definir o modo como o escrevente organiza a própria escrita, constituindo-se, segundo o autor, como uma importante ferramenta didática.

Mesmo quando os escreventes produzem atividades escritas em que é possível pesquisar materiais diversos e apropriar-se formalmente da voz de outrem por meio do discurso citado, essa apropriação pode revelar-se também como algo problemático, dadas “as dificuldades dos alunos se posicionarem como sujeitos enunciativos nos textos que eles precisam produzir” (BOCH e GROSSMANN, 2015), o que se dirá em situações menos formalizadas (em que os escreventes tem maior liberdade de articulação da escrita e percebem a menor necessidade de valerem-se das práticas escolares) ou de fontes escassas (como é o caso das situações de avaliação, como o exame vestibular).

Com relação à modalização⁶⁹ deôntica, de modo geral, é utilizada quando há necessidade de posicionamento em relação a um tema polêmico ou mesmo para estabelecer ações ou regras em relação ao direcionamento dado no tema desenvolvido. MD é assumida na presente pesquisa a partir da perspectiva de Nascimento (2010), que propõe a revisão da classificação dos modalizadores deônticos em três eixos, a saber: a) o obrigatório; b) o proibido; c) possibilidade (permitido/facultativo)⁷⁰. Essa subcategorização coloca-se em uma perspectiva semântico-pragmática, permitindo que sejam analisadas determinadas nuances da MD que vão além da noção geral de obrigatoriedade (direção canônica da MD), de forma que seja possível observar melhor o efeito modalizador que recai sobre o dizer, o modo de apropriação da palavra alheia e o ajuste do dizer ao outro. Ao tratar o fenômeno da MD pela perspectiva semântico-pragmática, Nascimento (*op.cit.*) amplia o escopo de atuação da MD, abrindo-a para outros sentidos além do sentido de obrigação. Por isso, uma

⁶⁹ Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 336), independentemente do tipo de modalização, ela “pode ser explicitada por marcas, ou manter-se no implícito do discurso, mas ela esta sempre presente, indicando a atitude do sujeito frente a seu interlocutor, a si mesmo e a seu próprio enunciado” (p. 337). A ideia de que a modalização age tanto no explícito quanto no implícito é particularmente interessante na associação da autorreflexividade com as propriedades modalizadoras do discurso. Esse argumento será mais bem explorado no final desta seção.

⁷⁰ O trabalho desse autor demonstra como são tênues os limites entre o permitido e o facultativo (e não há subsídios teóricos suficientes sobre o tema que estabeleçam de modo claro a diferença entre ambos); assim, consideramos, na análise, permitido/facultativo uma única categoria que denominamos “possibilidade”.

análise que restringe a MD apenas ao sentido de obrigação tende a não considerar mais amplamente as possibilidades de construção dos sentidos dentro do escopo dessa modalização. A classificação mais detalhada amplia, portanto, o escopo desse tipo de modalização, de forma a permitir a observação de aspectos importantes para a produção escrita, tais como as relações de endereçamento (BAKHTIN, 2011), a construção da argumentação e a forma de condução do tema.

Interpretamos, no âmbito da presente pesquisa, a combinação entre a MD e VC como recursos de construção da pessoalidade. Conforme já foi exposto, a autorreflexividade é constitutiva da linguagem e, conseqüentemente, da escrita, na qual ela se marca como uma volta sobre o escrito. Como os processos autorreflexivos auxiliam na organização da escrita, dado que a autorreflexividade permite ao escrevente refletir sobre as estruturas necessárias para conduzir a argumentação e engajar o leitor por meio de retornos ao dizer, é, principalmente, nessa última consideração que nos apoiamos para propor que a combinação entre MD e VC constitui uma estratégia argumentativa que se estabelece a partir de uma forma de se construir a pessoalidade nos textos. Essa combinação põe em jogo duas estratégias generalizantes distintas (que são utilizadas na escrita com propósitos específicos) em um mesmo enunciado como forma de organizar a argumentação. Essas duas estratégias generalizantes dialogam entre si no mesmo enunciado, com vista a ajustar esses dizeres à pessoalidade que julga ser apropriada para a prática de letramento em questão, o gênero redação de vestibular.

3.3.2.2 Modo de análise dos dados

A análise da MD combinada com a VC leva em consideração as características da MD que, conforme já visto, não se restringe a uma única categoria. Quando se manifesta, este tipo de modalização pode se subespecificar em eixos que constroem relações de sentido bastante particulares. Isso posto, para a análise da MD combinada com a VC foram utilizadas as subespecificações propostas por Nascimento (*op. cit.*): o obrigatório, o proibido, a possibilidade. A seguir são fornecidos alguns exemplares dessas ocorrências:

1) Eixo da obrigação

Excerto 26

(...) o riso deve ser um instrumento de paz, não de discórdia e desunião.

DO_3 (§6, l. 4)

No excerto 26, verificamos a modalização pelo efeito de obrigação, marcado pelo verbo “dever”, que tem escopo sobre “o riso” e “instrumento de paz” e estabelece a relação de necessidade entre “o riso” e “instrumento de paz”.

2) Eixo da proibição

Excerto 27

Não podemos nos esquecer que o humor não pode ultrapassar os limites se não só deus na causa. - DO_4 (§5, l. 1,2,)

No excerto 27, verificamos a modalização pelo efeito de proibição, marcado pela partícula negativa junto ao verbo “poder”, que estabelece, na relação de sentidos, uma restrição de limites para o humor.

Nos casos de obrigação e proibição, evidenciam-se marcas dessas modalizações, seja pelos verbos que exprimem tais relações de sentido, seja por partículas auxiliares (como o advérbio de negação). A modalização deôntica que exprime a relação do que é permitido/facultativo (relação de possibilidade) se constrói de forma marcada na superfície do texto com o auxílio de outros elementos não tão evidentes. Vejamos, a seguir, dois casos de modalização pelo eixo do permitido/facultativo (eixo da possibilidade), descritos detalhadamente.

3) Eixo do permitido/facultativo (eixo da possibilidade)

Excerto 28

O emocional do ser humano interfere em todos os outros aspectos físicos e psicológicos dos mesmos. O humor, portanto, pode ser visto como um remédio para a alma (...) - DO_7 (§1, l. 1,2,3)

No excerto 28, verificamos a modalização pelo efeito de possibilidade, marcado parcialmente pelo verbo “poder”. Em uma leitura possível, por meio de uma construção metafórica (humor = remédio), o trecho grifado traz o efeito de síntese em relação ao enunciado anterior, ampliando seu potencial explicativo junto ao leitor. Essa síntese também busca um efeito de conclusão lógica ao que foi dito mas deixando implícito, por meio da modalização, que essa é uma leitura possível, evitando que o sujeito se comprometa com uma conclusão de caráter mais restritivo. O que ocorre nesse caso pode ser definido como uma concessão atribuída à flexibilização do sentido da palavra, em que o leitor é convidado a legitimar o uso desta, para fins de validação do projeto argumentativo do texto. Um outro exemplo deste mesmo caso é:

Excerto 29

(...) a conscientização para a escolha destes (limites) pode evitar maiores problemas futuros. - DO_7 (§5, l. 2,3)

No excerto 29, verificamos a modalização pelo efeito de possibilidade, marcado pelo verbo “poder”, em que o sujeito indica ao leitor um dos benefícios da conscientização, sem se comprometer com uma asserção categórica sobre este conceito com o qual está lidando, deixando assim implícito que a conscientização não é a única solução para os problemas aos quais se refere, mas uma possibilidade para tal.

Por meio da análise dos excertos correspondentes aos casos de modalização pela relação de possibilidade é possível verificar que essa forma de conta com alguma construção implícita, sobre a qual a marca modal terá escopo, que pode se definir por uma relação de causa e efeito, uma construção metafórica, definição ou ajuste de sentido para um determinado termo. Independentemente da estratégia, haverá sempre uma relação de sentido auxiliar construída sob o escopo da marca de modalização para validar o sentido de possibilidade.

A seguir, passamos à descrição dos dados relativos à combinação entre MD e VC e a explicação desses dados frente à nossa proposta de abordagem.

3.3.2.3 Análise dos dados de combinação entre MD e VC

Para um melhor detalhamento dos dados desta seção, foram quantificadas as ocorrências e feita a análise descritiva. Essa análise retoma e especifica, com maior clareza, alguns dados já analisados anteriormente neste capítulo, e a estes adiciona novos dados, conforme é possível verificar, a seguir, nas tabelas 25 a 33. Essas tabelas foram organizadas da seguinte forma:

- as tabelas 26, 27 e 28 trazem os dados do total de redações (por instituição de procedência) em que ocorre pelo menos um caso de VC e MD e também os totais gerais de ocorrências de VC e MD;
- a tabela 29 traz um comparativo entre o total de ocorrências de modalidades deontica e o total de ocorrências de MD combinadas com VC, para verificação da porcentagem que este último representa frente ao primeiro. A tabela 30, em contrapartida, traz o número de ocorrências de MD não-combinada, para ser tomada como termo de comparação e caracterização;
- as tabelas 31, 32 e 33 apresentam a discriminação dos três subtipos de MD - obrigação, proibição e permitido/facultativo (possibilidade) - encontrados nos casos em que coincidem a MD e VC, e as porcentagens representativas de cada tipo de modalidade em relação ao total de ocorrências de combinação entre MD e VC. A tabela 33 traz uma síntese das três tabelas anteriores, com a finalidade de apresentar os dados de modo mais claro e facilitar a descrição e análise desses dados.

A seguir, descrevemos os dados em detalhes para, então, analisar seus resultados em relação à noção de autorreflexividade apresentado na presente tese.

Tabela 26 – UFGD – A combinação de VC e MD

	VC	MD	VC + MD
total de ocorrências	115	31	22
total de redações em que ocorre pelo menos um caso	25	17	13
% de redações com ocorrências	100%	68%	52%

Do total de redações da UFGD, foram verificadas 115 ocorrências de VC, que estão presentes em todos os textos e 31 ocorrências de MD, que estão presentes em 17 dos 25 textos. A combinação entre MD e VC somam um total de 22 ocorrências em 13 dos 25 textos. Em um primeiro momento, estes dados mostram que a VC sempre é acionada pelos escreventes enquanto a MD é acionada pela maioria dos escreventes, mas não em todos os textos. No entanto, verificamos que há um número significativo de MD que são combinadas com VC, pois, das 31 ocorrências de MD, 22 são combinadas. Esse tipo de MD combinadas está presente em 13 dos 25 textos, ou seja, em mais da metade dos textos da UFGD (52%).

Tabela 27 – UNIFIEO – A combinação de VC e MD

	VC	MD	VC + MD
total de ocorrências	136	26	23
total de redações em que ocorre pelo menos um caso	25	14	13
% de redações com ocorrências	100%	56%	52%

Do total de redações da UNIFIEO, foram verificadas 136 ocorrências de VC, que estão presentes em todos os textos e 26 ocorrências de MD, que estão presentes em 14 dos 25 textos. A combinação entre MD e VC soma um total de 23 ocorrências e está presente em 13 dos 25 textos, ou seja, mais da metade dos textos da UNIFIEO (52%). Esta tabela mostra proporcionalmente maior número de ocorrências de MD

combinada com VC nos textos da UNIFIEO do que a UFGD, pois das 26 ocorrências de MD, apenas 3 não são combinadas.

Tabela 28 – FUVEST – A combinação de VC e MD

	VC	MD	VC + MD
total de ocorrências	82	38	31
total de redações em que ocorre pelo menos um caso	25	17	15
% de redações com ocorrências	100%	68%	60%

Do total de redações da FUVEST, foram verificadas 82 ocorrências de VC, que estão presentes em todos os textos e 38 ocorrências de MD, que estão presentes em 17 dos 25 textos. A combinação entre MD e VC somam um total de 31 ocorrências em 15 dos 25 textos, ou seja, mais da metade dos textos da FUVEST (60%). O número de ocorrências de MD combinada com VC também se mostrou bastante alto nos dados da FUVEST, pois, das 38 ocorrências de MD, apenas 7 não são combinadas.

As tabelas 26, 27 e 28 trazem algumas singularidades marcadas no modo como os dados foram organizados, os quais enumeramos, a seguir, de forma resumida:

- VC é uma estratégia presente em todos os textos;
- MD é uma estratégia bastante importante para a escrita do gênero redação de vestibular. Mesmo que não seja tão amplamente utilizada como a VC, esta estratégia está presente na maioria dos textos nas três instituições. Isso mostra que essa estratégia é um recurso com o qual os escreventes normalmente contam;

- A maioria dos casos de MD é combinada com os casos de VC, e também estão presentes na maioria dos textos nas três instituições. MD combinada com VC aparece como um recurso preferível à MD não-combinada.

Essa síntese mostra algumas regularidades das estratégias ora em análise. Tomando-se não o total de redações como base de cálculo, mas o total geral de ocorrências de MD e de MD+VC, obtém-se a seguinte distribuição de acordo com cada uma das três instituições:

Tabela 29 – MD combinada nas três instituições

	UFGD	UNIFIEO	FUVEST
Total de ocorrências de MD	31	26	38
Total de ocorrências de [MD + VC]	22	23	31
% de [MD + VC]	71%	88,5%	81,6%

A tabela 29 tem o objetivo de mostrar de forma clara qual é a porcentagem de MD combinada com VC do total geral de ocorrências de MD. Verificamos que os percentuais são bastante altos, sempre acima dos 70%. O mais alto percentual corresponde às ocorrências da UNIFIEO (88,5%) e os mais baixos estão relacionados à UFGD (71%), de modo que as ocorrências da FUVEST (81,6%) se colocam na média entre as outras duas instituições.

Esses altos índices de combinação entre MD e VC registrado nas três instituições mostram uma tendência ao uso desta estratégia como forma de argumentação, de modo que é possível afirmar que esta é uma estratégia argumentativa do gênero redação de vestibular, logo, uma forma de caracterizar este gênero. Isto é particularmente importante, pois significa que a MD raramente é acionada sem o apoio de algum tipo de enunciado já amalgamado como um dizer coletivo, algo que daria segurança ao escrevente para argumentar. Observamos que a personalidade se constrói, portanto, com base no recurso argumentativo expresso por meio da combinação entre MD e VC, que, na relação de sentidos, transparece como efeito de regras morais, regras de convivência social, recomendações para a boa convivência em sociedade, caracterização de conceitos morais e outros próprios (ou

que o escrevente julga ser próprios) da estrutura social vigente, ou seja, pontos de vista seguros, que o escrevente, na qualidade de sujeito do discurso, julga ser aquilo que o seu leitor espera.

Como nem toda MD é combinada com VC, é relevante caracterizar também o tipo de MD que ocorre isoladamente. A tabela 30, a seguir, mostra os números relativos a essas ocorrências:

Tabela 30 – MD não-combinada com VC

	UFGD	UNIFIEO	FUVEST
Total de ocorrências de MD não-combinada com VC	9	3	7
% MD não-combinada	29%	11,5%	18,4%

Verificamos, nos casos de MD não-combinada, um total de 9 ocorrências da UFGD, perfazendo o total de 29% do total de ocorrências em MD, 3 ocorrências da UNIFIEO, perfazendo um total de 11,5% das ocorrências, e 7 ocorrências da FUVEST, perfazendo o total de 18,4%. A modalização não-combinada ocorre de modo bastante escasso, como se pode verificar nos percentuais sempre abaixo de 30%, em que o mais alto é o da UFGD (29%) e o mais baixo é o da UNIFIEO (11,5%). Essas ocorrências de MD que não acionam VC conjuntamente são casos isolados, que decorrem da produção da modalização com finalidades diversas ou se enquadram em construções bastante específicas, conforme é possível observar nos excertos 30, 31 e 32 a seguir, que reproduzem alguns desses casos:

Excerto 30 – MD não-combinada com VC

O descobrimento de novos planetas, o avanço no sequenciamento genético, o descobrimento da cura para certas doenças, etc, nos mostra que não existem fronteiras para o conhecimento. Tal constatação, por si só, deveria significar um alento para todos nós (...) - SP_7 (§2, l. 2,3,4)

No excerto 30, a ausência de uma VC é justificada pela enumeração feita para elaboração de uma noção de conhecimento, o que mostra que construções que tem

como alvo restritivamente a função referencial tendem a evitar VC. No trecho grifado, é possível constatar o uso do verbo “dever” com o sentido de obrigação, entretanto amenizada pela desinência de modo-tempo do verbo (futuro do pretérito) que estabelece um certo grau de distanciamento do efeito de obrigação, demonstrando certa consciência do sujeito enunciador, pois percebe que “deveria significar” e deixa implícito que isso não é necessariamente uma verdade.

Essa forma de construção da MD produz como efeito de sentido uma conclusão a uma afirmação anterior e um julgamento sobre essa afirmação, auxiliando a construção da argumentação. Isso corrobora a afirmação de Nascimento (2010), de que, mesmo que os efeitos de sentido alcançados pela MD sejam diversos, este tipo de modalização, em geral, “funciona como estratégia argumentativa que é utilizada para o locutor, não só para imprimir seu ponto de vista no enunciado, mas interagir com seu interlocutor” (2010, p. 43). Em outras palavras, ao ponto de vista assumido, agrega-se a construção de uma personalidade na interação. Com isso, é possível constatar que, de modo geral, a MD no gênero redação de vestibular está, de forma direta ou indireta, sempre em favor da construção da argumentação e da personalidade.

Excerto 31– MD não-combinada com VC

Podemos sim, ser sinceros com todo aquele público que queremos atingir e inclusive com nós mesmos . - OS_20 (§5, l. 2)

O excerto 31 apresenta todo o 5º parágrafo do texto nº 20 da UNIFIEO, um parágrafo curto e pouco desenvolvido que marca a MD no verbo “poder” logo no início do parágrafo e traz o sentido de possibilidade (permitido/facultativo). O efeito de possibilidade tem escopo sobre a asserção “ser sincero”, reforçando a força argumentativa impressa sobre tal asserção. Isso faz com que a modalização seja, neste caso, um elemento intensificador da argumentação.

Dado o grande número de ocorrências de VC ao longo desse texto (3 ocorrências no texto, em parágrafos distintos), tudo leva a crer que, se o escrevente tivesse desenvolvido mais o parágrafo, haveria a possibilidade de nele inscrever mais um tipo de voz coletiva que de alguma forma se conectaria com a MD de

possibilidade (algo que na verdade ocorre, mas indiretamente, pois a MD se conecta com os sentidos presentes nos parágrafos anteriores).

Excerto 32– MD não-combinada com VC

O riso não só expressa alegria, como também transmite à outras pessoas. Isso é de extrema importância em uma sociedade, porém o bom humor deve vir acompanhado de bom senso e piedade - DO_22 (§1, l. 1,2,3)

No excerto 32 consta todo o primeiro parágrafo do texto nº 22 da UFGD. Esse parágrafo inicia o texto com uma definição de “riso” e sua função social para, então, estabelecer a conexão entre riso e bom humor, modalizando esse último por meio do verbo “dever”, com efeito de obrigação. Nesse excerto, a MD tem a função de estabelecer as características positivas do bom humor (verbo “dever” tem escopo sobre “bom humor”, “bom senso” e “piedade”, estabelecendo a conexão de sentido entre os três termos). Unindo a definição inicial de “riso” (sua função social e a consequente conexão com o bom humor) e suas características positivas, temos um parágrafo inicial do texto marcado pela construção de uma definição que estabelece a linha argumentativa no restante do texto.

Essa forma quase tautológica com a qual o escrevente conduziu esse início do texto provavelmente inibiu a possibilidade de uso de VC nos enunciados desse parágrafo. A MD que se constata nesse excerto, mesmo que não esteja em favor da construção direta da argumentação (dada a característica referencial impressa em todo o parágrafo) apresenta a linha argumentativa que será desenvolvida ao longo do texto, de modo que seja possível afirmar que a MD (indiretamente) é, mais uma vez, uma ferramenta em favor da construção da argumentação no texto.

A caracterização dos casos feita por meio da análise dos excertos 30, 31 e 32 foram importantes para demonstrar que o uso da MD não-combinada com a VC é quase uma exceção, algo justificado não apenas pelo maior número de ocorrências em que a modalização é combinada, mas pelas características muito particulares que as modalizações não-combinadas assumem (bem como condições bastante específicas para que ocorram), que se constituem mais como um desvio ao que os escreventes

normalmente fazem em seus textos do que uma regra de fato, conforme se verificou na descrição e análise de cada excerto.

As próximas tabelas (31, 32 e 33) quantificam os três eixos de MD já mencionados para que seja possível observar de modo mais detalhado o comportamento da MD combinadas com VC.

Tabela 31 – UFGD – tipo de MD

	Obrigação	Proibição	Possibilidade
Número de ocorrências por tipo de modalização	8	5	9
% do total de MD + VC	36,4%	22,7%	40,9%

Na tabela 31 é possível constatar, do total de MD combinadas com VC, o equilíbrio entre as modalizações pela obrigação e pela possibilidade (permitido/facultativo), observando que esta última é mais numerosa pois conta com uma ocorrência a mais (9 ocorrências). O tipo de modalização menos acionada é a de proibição, que conta com 5 ocorrências.

Há, no entanto, um certo equilíbrio entre os eixos, pois os três tipos de MD contam com porcentagens acima dos 20%, estabelecendo uma média entre 22% e 41%, o que leva à observação de que não há um tipo de modalização absolutamente preferencial nos textos da UFGD (apenas que a proibição é o tipo de MD menos acionada). Resta saber se as ocorrências encontradas nos textos das outras duas instituições (tabelas 32 e 33) indicam resultados semelhantes.

Tabela 32– UNIFIEO – tipo de modalização

Na tabela 32, é possível constatar, do total de modalizações deônticas

	Obrigação	Proibição	Possibilidade
Número de ocorrências por tipo de modalização	13	4	6
% do total de MD + VC	56,5%	17,4%	26,1%

combinadas com VC, o maior acionamento da modalização pelo efeito de obrigação, em relação às demais, pois conta com mais da metade dos casos de MD combinada (13 ocorrências, correspondente a 56,5% das ocorrências). Nos outros dois eixos, é possível perceber um certo equilíbrio, pois no eixo da possibilidade (permitido/facultativo) verificamos 6 ocorrências (26,1% do total de ocorrências), e no eixo da proibição verificamos 4 ocorrências (17,4% do total de ocorrências).

Diferentemente das ocorrências encontradas nos textos da UFGD (tabela 30), nos da UNIFIEO o eixo da obrigação é mais numeroso, seguido do eixo da possibilidade (permitido/facultativo). Assim como ocorre com os textos da UFGD, os textos da UNIFIEO também apresentam os mais baixos índices de ocorrência no eixo da proibição. A seguir, na tabela 33, verificamos como se distribuem os três eixos de subcategorização da MD combinada nos textos da FUVEST.

Tabela 33 – FUVEST – tipo de modalização

	Obrigação	Proibição	Possibilidade
Número de ocorrências por tipo de modalização	17	3	11
% do total de MD + VC	54,8%	9,7%	35,5%

A tabela 33 mostra resultados bastante semelhantes aos da UNIFIEO, pois do total de MD combinadas com VC, o maior acionamento da modalização foi pelo efeito de obrigação, contando com mais da metade dos casos de MD combinada (17 ocorrências, correspondente a 54,8% das ocorrências).

Nos outros dois eixos, ao contrário do que ocorre nos textos da UNIFIEO, há uma maior distância entre o eixo da possibilidade (permitido/facultativo) em que verificamos 11 ocorrências (35,5% do total de ocorrências), e o eixo da proibição, em que verificamos apenas 3 ocorrências (9,7% do total de ocorrências). Diferentemente das ocorrências da UFGD (tabela 31), e assim como o que se verifica nos textos da UNIFIEO, o eixo da obrigação nos textos da FUVEST é mais numeroso, seguido do eixo da possibilidade (permitido/facultativo). Os textos da UFGD, UNIFIEO, a

FUVEST apresentam igualmente os mais baixos índices de ocorrência no eixo da proibição.

De forma a melhor sintetizar os dados das tabelas 31, 32 e 33, organizamos a tabela 34 a seguir:

Tabela 34 – UFGD, UNIFIEO e FUVEST – tipo de modalização

	Obrigação	Proibição	Possibilidade
Número de ocorrências por tipo de modalização	38	12	26
% do total de MD + VC	50%	15,8%	34,2%
Total geral de ocorrências = 76			

A tabela 34 fornece uma viso mais geral do fenmeno da MD combinada com a VC nos trs eixos analisados (obrigao, proibicao e possibilidade). possvel verificar, no total das ocorrncias por cada tipo de MD nas trs instituies, que o eixo da obrigao o mais numeroso (38 ocorrncias, que corresponde a 50% das ocorrncias de MD + VC), seguido do eixo da possibilidade (26 ocorrncias, que corresponde a 34,2% das ocorrncias de MD + VC) e, por ltimo, o eixo da proibicao com o menor nmero de ocorrncias (12 ocorrncias, que corresponde a 15,8% das ocorrncias de MD + VC). possvel constatar que o eixo da possibilidade se aproxima mais do eixo da obrigao em nmero de ocorrncias, e ambos os eixos aparecem como os mais acionados nos textos dos vestibulandos das trs instituies, no que se refere MD combinada com VC. Em oposio, o eixo da proibicao o menos acionado nas trs instituies, pois corresponde a menos de 1/5 das ocorrncias de MD combinada com VC.

As regularidades encontradas nas tabelas 31, 32 e 33, que foram sintetizadas e descritas por meio da tabela 34, podem ser resumidas em trs afirmaes, conforme se verifica nos itens a seguir:

- Ao acionar a MD juntamente à VC, os escreventes dão preferência, em geral, ao eixo da obrigação ou da possibilidade (permitido/facultativo) majoritariamente;
- a MD combinada com voz coletiva mais acionada é a do eixo da obrigação;
- o eixo de MD menos acionado é o da proibição.

Os dados mostram que os escreventes modalizam mais pelo eixo da obrigação, pois as ocorrências correspondem à metade dos dados (50%), seguido do eixo da possibilidade (permitido/facultativo), correspondente a 34,2% dos dados e, por último, o eixo menos acionado, o da proibição, correspondente a 12% das ocorrências.

No início desta seção, afirmou-se que a combinação entre MD e VC produz, em geral, um efeito de regras morais que, num concerto de diferentes vozes institucionais, caracterizam a construção da personalidade e organizam a argumentação (algo que foi justificado detalhadamente por meio dos dados e da análise de excertos correspondentes aos dados). Observou-se também que a VC é uma estratégia de reformulação que ajuda o escrevente a organizar o tema e, consequentemente, organizar o texto a fim de, também, orientar a argumentação para buscar a adesão do seu leitor. Igualmente observou-se que a MD é uma estratégia bastante importante para a construção da argumentação, pois permite o ajuste dos dizeres entre a *possibilidade* e a *obrigação*, produzindo uma linha argumentativa planejada para esse tipo de texto, em relação à qual a *proibição* seria, supostamente, uma marca de subjetividade menos recomendável.

Essas constatações são importantes para explicar porque a MD combinada com a VC é mais acionada que a MD não-combinada. A justificativa está no fato de que, na construção da argumentação, MD e a VC exercem funções complementares: VC exerce função explicativa e MD exerce função de ajuste sobre a voz coletiva acionada. Juntas, estabelecem-se como marca de personalidade e alcançam o seu potencial argumentativo devido a esse efeito de sentido (em geral, construído por meio de regras morais). Essa é, portanto, uma estratégia autorreflexiva que auxilia o sujeito na organização dos sentidos do texto por meio de retornos ao dizer. A

sobreposição da MD sobre VC em si já é uma forma de se estabelecer um dizer sobre o dizer.

Observa-se, nos dados analisados, que a combinação entre MD e VC coloca em jogo duas estratégias generalizantes distintas em um mesmo enunciado, como forma de organizar a argumentação. Essas estratégias generalizantes dialogam entre si no mesmo enunciado, de modo a ajustar os dizeres àquilo que julga ser apropriado para este gênero escrito.

Com isso, constatamos também que a combinação entre MD e VC, enquanto estratégia argumentativa, é uma característica do gênero redação de vestibular pois os dados mostram que a MD mais bem sucedida nos textos é aquela combinada com VC, posto que, nos casos em que a MD ocorre de modo não-combinada, a organização da argumentação e dos sentidos (consequentemente, do texto) não parecem tão consistentemente quanto nos casos combinadas.

Para melhor mostrar a eficácia da MD combinada com VC enquanto estratégia de argumentação, observamos os efeitos de sentido construídos por essa estratégia, bem como a organização do tema e dos argumentos, por meio da análise dos excertos 33 a 39⁷¹ a seguir.

Excerto 33

O humor é necessário e eficaz no enfrentamento das batalhas da vida, mas nós não podemos permitir que ele se torne um instrumento de discórdia e humilhação, como muitas vezes vem sendo transmitido pela mídia. - DO_3 (§5, l. 1,2,3)

O excerto 33 traz um enunciado composto por dois trechos em que se observa o estabelecimento de uma regra moral. No primeiro trecho grifado, é possível perceber a VC que caracteriza a regra moral assumida pelo escrevente como geral, em que coloca o humor como uma necessidade para a vida (por meio da MD de obrigação) e, em seguida, no segundo trecho (não podemos permitir que ele se torne

⁷¹ Esses excertos foram extraídos apenas dos textos da UFGD, pois se mostrou relevante, na análise, observar a construção da argumentação sobre um mesmo tema, de modo a dar conta das singularidades sobre a condução do tema e a utilização das estratégias argumentativas (particularmente quanto à estratégia de combinação de MD e VC) para tanto.

um instrumento de discórdia e humilhação), modaliza por meio da proibição para estabelecer os limites do humor, anunciado como benéfico no primeiro trecho grifado.

O escrevente busca, por meio de construção da regra (primeiro grifo) e depois dos seus limites (segundo grifo) mostrar ao leitor a ponderação entre os aspectos positivos (a regra) e os negativos (os limites) daquilo que propõe, como uma forma de mostrar o domínio do argumento e do conhecimento que cerca esse argumento, prevendo suas possibilidades e estabelecendo a conexão com valores que julga serem positivos. Essa forma de construção da VC com a MD tem o objetivo de mostrar um sujeito ponderado, que respeita o bom senso nas relações humanas, demonstrando o equilíbrio entre o humor positivo, eficaz e necessário, e o humor negativo, prejudicial, fundamentando-se no senso comum que polariza o humor entre o positivo e o negativo. Com isso, o escrevente aciona a palavra alheia em uma instância em que acredita não dar margem à discordância e instrumentaliza-a de maneira argumentativa.

Excerto 34

Não podemos nos esquecer que o humor não pode ultrapassar os limites se não só Deus na causa. Fica uma certeza sorrindo demonstramos quem somos de verdade, então sorriam e sejam felizes. - DO_4 (§5, 1.1,2,3)

No excerto 34, a VC é apreendida por meio do estabelecimento de uma regra moral, em que é imposto um limite para o humor (mesmo que não se tenha revelado qual seria esse limite) seguido de uma espécie de aforisma coloquial (“só Deus na causa”) que serviria de justificativa para o limite exposto. A MD, semelhante ao exemplo dado no excerto 26, também ocorre por meio da proibição (“não podemos esquecer...” / “o humor não pode...”), acionando-se assim uma voz consensual, regra moral dos limites (mesmo sem discriminar quais seriam esses limites e porque seriam limites) que devem ser estabelecidos socialmente. No entanto, a linha argumentativa neste excerto, mostra-se prejudicada pela forma disjuntiva que o comentário na sequência à parte grifada segue, pois pauta-se em uma VC que evoca uma positividade vazia e desconectada de sentido com a relação de limites construída anteriormente.

Excerto 35

O Brasil é um dos povos mais alegres do mundo, daí o nosso otimismo e espírito acolhedor. Sabemos que a diferença para o remédio e o veneno é a dose, por isso devemos ter controle do humor para utilizá-lo como arma a favor da população brasileira.(...) - DO_5 (§2, 1.2,3,4)

É possível verificar, no excerto 35, a ocorrência de VC na forma de marca proverbial, representada pela citação de um ditado popular sem aspas (primeiro grifo), justificada por meio da relação de obrigação que caracteriza a MD (no segundo grifo). Marcas proverbiais são comumente acionadas como voz coletiva por assegurarem uma ideia consensual que não daria margem à contestação, garantindo ao sujeito certo domínio sobre o dizer. Especificamente, no excerto analisado, há um efeito de regra moral construída por meio da ideia de que o humor é bom, mas é necessário que se imponha limites, conectado à ideia de que o brasileiro será um povo melhor se souber impor esses limites. Verificamos, nesse caso, que a combinação entre MD e VC é uma estratégia importante para alcançar tal efeito argumentativo.

Excerto 36

Portanto devemos levar a vida de maneira espontânea sabendo rir e usar o humor para distrair ou solucionar problemas, assim podemos evitar doenças ocasionado pelo *stress* como a depressão.(...) - DO_6 (§5, 1.1,2,3)

É possível perceber no excerto 36 a presença da VC por meio do estabelecimento de apelo ao senso comum (a ideia de viver com alegria) concomitante ao estabelecimento de uma modalização pela obrigação (obrigação de viver bem). Esta forma de construção que conjuga simultaneamente o apelo ao senso comum com a relação de obrigação adquire um efeito de regra moral, ou seja, uma instrução positiva de como viver bem em sociedade por meio da instrumentalização do humor. Ao fazer isso, essa forma de construção da VC se justifica a partir do enfoque sobre os benefícios para a saúde física e mental dos indivíduos, e se coloca, dessa forma, como argumento ao modo de condução do tema.

Excerto 37

O emocional do ser humano interfere em todos os outros aspectos físicos e psicológicos dos mesmos. O humor portanto, pode ser visto como um remédio para a alma, que dentro dos devidos limites torna-se capaz de pacificar e acalmar os ambientes mais hostis. (...) - DO_7 (§1, 1.1,2,3,4)

Mais uma vez, é possível perceber, por meio do excerto 37, uma VC combinada com MD, construída por uma expressão proverbial (“o humor é remédio para a alma”) e modalizada por uma relação de possibilidade que recai justamente sobre a expressão proverbial evocada pela VC. Nessa ação conjunta entre VC (que traz um dizer coletivo) e a MD de possibilidade, o trecho grifado coloca-se como uma conclusão lógica para a afirmação anterior (sobre o emocional do ser humano) e dá margem ao argumento sobre o limite do humor (subsequente à parte grifada), construindo assim uma linha argumentativa que mostra o benefício do humor, metaforizada na imagem de um remédio, em que o limite seria a dose necessária. Esse é um típico exemplo de MD combinada com VC da qual os escrevente se valem para articular a argumentação ao tema proposto, pois escolhem uma VC que julgam ser amplamente aceita e a modalizam em favor da direção argumentativa que se julga ser esperada pelo leitor, de modo a não correr riscos ao escolher um posicionamento sobre o tema e os comentários diretamente relacionados a esse posicionamento.

Excerto 38

(...) Conseguir transformar uma situação difícil, trágica em algo cômico é complicado, mas ao mesmo tempo divertido para aqueles que assistem. Nesse ponto de vista não se deve colocar limites, porém é preciso respeitar o outro. (...) - DO_8 (§6, 1.2,3,4,5)

No excerto 38, é possível observar uma forma de construção diferente da linha argumentativa que os excertos anteriores vinham seguindo. Isso pode ser observado no segundo trecho grifado - a negação sobre o verbo “dever” - que traz o sentido de proibição, ajustada pela relação de obrigação, impressa na expressão “é preciso”. Esse equilíbrio entre forças (a proibição e a obrigação) produz o efeito de possibilidade, estabelecendo o modo como se deve avaliar a VC presente no primeiro grifo. Desse jogo entre proibição e obrigação, emerge uma regra moral que se pauta pelo ajuste

entre os opostos (a passagem do trágico para o cômico) colocado como modo de abordagem do tema, e o consequente posicionamento do sujeito sobre esse modo de abordagem, equilibrado pelo efeito de possibilidade impresso na MD (não se impõe limites mas, ao mesmo tempo, limita-se pelo respeito ao outro).

Essa é uma forma de se construir a argumentação pela tentativa de prever todas as possibilidades de ajuste ao tema, em que um sujeito endereça o seu dizer a destinatários distintos (aqueles que tiram algo de positivo da tragédia e aqueles que creem que não se deve fazer humor de eventos trágicos, por exemplo). É perceptível, mais uma vez, uma característica comum aos textos e, provavelmente, uma característica própria do gênero redação de vestibular: uma vez que o efeito de regras morais é construído como marca de personalidade e se coloca como forma de condução da argumentação, o cuidado com as representações construídas, a tentativa de prever a interpretação do leitor em forma de um pré-julgamento sobre o que é esperado dizer em uma situação de exame, tornam-se formas de acomodar, no texto, esse efeito de regras morais e, ao mesmo tempo, são consequências dos contornos impostos ao texto e, nele, a construção da personalidade.

O resultado claro disso está na postura mais conservadora assumida pelos escreventes, que buscam argumentos, de algum modo, ponderados e equilibrados e que sejam pautados em valores postos como consensualmente aceitos de modo amplo, e talvez seja essa uma explicação possível à construção da personalidade por meio dos efeitos de regras morais obtidos pela combinação entre MD e VC.

Excerto 39

Portanto não permita limites a felicidade e muito menos ao riso, pois é ele que dará forças para acreditar que é possível mudar, uma sensação que não deve ser controlada e sim vivida sem culpa. Porque até nos piores momentos ainda podemos encontrar motivos para rir. - DO_10 (§5, 1.1,2,3,4)

Por fim, é possível observar, no excerto 39, uma VC construída por meio do estabelecimento de um apelo a um senso comum de positividade (o humor como força para a vida, vontade de viver). Neste excerto, verificamos várias ocorrências da VC agindo conjuntamente à MD: o primeiro grifo, que se marca pela MD de proibição

sobre os limites à felicidade (que tem, na asserção feita no segundo grifo, a sua explicação), o terceiro grifo, que se marca pela MD de proibição sobre o controle da felicidade e o quarto grifo, marcado pela MD de possibilidade, com relação de escopo sobre “motivos para rir”. No conjunto, essas ocorrências da combinação entre MD e VC, que se verificam no excerto, constroem um argumento circular que sempre reforça a mesma posição sobre o tema (neste caso, a defesa de uma felicidade sem limites colocada como uma estratégia de viver bem), estruturada a partir do argumento inicial (grifos 1 e 2) e sua paráfrase (os grifos 3 e 4). Essa forma de condução da argumentação é também bastante utilizada nos textos examinados das três instituições e caracteriza uma forma bastante usual de acionamento da MD combinada com VC.

A partir da descrição e análise feita nos excertos 33 a 39, retirados dos textos da UFGD, observamos que a questão do “limite ao humor” está sempre presente, pois faz parte das instruções dirigidas aos escreventes que, por sua vez, acionam estratégias diversas para atingir o objetivo, produzir um texto adequado ao que o julgam ser esperado pelo leitor/examinador e ao que julgam ser próprio do gênero redação de vestibular. Devido ao apelo frequente às instruções⁷² para não fugir do tema e conduzi-lo “adequadamente”, os escreventes sentiram, de modo geral, a necessidade de discutir o tema a partir de uma determinada noção de limite que deveria ser construída no texto, e a estratégia preferida para alcançar esse objetivo se deu por meio da instituição de regras morais que participam da construção da personalidade.

De modo mais detalhado, observamos que, a partir da proposta de redação, em que o problema a ser discutido era justamente o limite à questão do humor na sociedade brasileira, os escreventes deram preferência às formas de acionar determinada voz coletiva que, de alguma maneira, remetesse aos limites que deveriam ser discutidos, colocando, assim, a MD como catalizadora da linha argumentativa. Desse modo, a combinação de VC com o eixo de modalização escolhido deram vazão à construção de regras morais *ad hoc*, que buscaram, como efeito de sentido, mostrar normas de boa convivência e formas generalizantes de se representar os conceitos ligados ao tema, presumivelmente assumidas como consensuais.

⁷² Essas instruções estão sempre presentes nas escolas e nos cursinhos; são elementos que permeiam o imaginário do escrevente no que se refere às representações sobre o gênero redação de vestibular.

A necessidade do escrevente em se posicionar perante um tema o leva a mobilizar estratégias com os recursos que tem à mão. Diante da necessidade de se posicionar, a VC coloca-se como o recurso preferencial dos escreventes. Os tipos de voz coletiva mais acionados pelos escreventes são aqueles que retomam as normas de convivência e as expressões proverbiais ou quase-proverbiais. No entanto, essas formas de fazer alçar a voz coletiva aliadas às MDs (em sua maioria caracterizadas como obrigação ou possibilidade) levam essas vozes coletivas a se generalizarem como regras morais, utilizadas nos textos como formas de argumentação. Posto que tanto as estratégias de VC como a MD são estratégias generalizantes, ao se unirem nos enunciados em que ocorrem, participam da construção da pessoalidade e se estruturam como novas formas de generalização acionadas pelos escreventes para ajustar o dizer à atividade escrita com a qual está lidando. Em comparação ao discurso citado, em que o escrevente se vale da heterogeneidade mostrada marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990) como uma forma de ajustar o dizer em relação ao seu interlocutor, as generalizações até aqui descritas buscam o mesmo efeito, tanto pela heterogeneidade mostrada marcada como não-marcada, pois, conforme observado, nem toda MD constrói seu efeito modalizador por meio de elementos marcados na superfície do texto.

3.3.2.4 Algumas considerações sobre a combinação entre MD e VC

A análise dos excertos 33 a 39, bem como das tabelas 26 a 34, fornecem importantes informações sobre a forma de construção da argumentação nos textos a partir da utilização da estratégia generalizante que aciona MD e VC nos mesmos enunciados. A regularidade com que se percebe a VC concomitante às estratégias de MD mostra uma forma recorrente pela qual os escreventes ajustam o dizer ao seu destinatário, na busca de obter sucesso na produção dessa atividade escrita, sobretudo considerando-se que se trata de uma situação de avaliação (o exame vestibular).

Dentre os resultados que foram obtidos por meio dessas análises, temos a confirmação de que VC é uma estratégia presente em todos os textos e que MD é uma estratégia importante para a escrita do gênero redação de vestibular, pois ambas estão presentes na maioria dos textos nas três instituições (sendo VC em todos os textos), de

modo a comprovar que os escreventes normalmente contam com esse recurso na escrita de redações de vestibular.

Observamos ainda que a maioria dos casos de MD é combinada com os casos de VC, e também estão presentes na maioria dos textos nas três instituições, ou seja, MD combinada com VC aparece como um recurso preferível à MD não-combinada. A MD não-combinada, de modo geral, é caracterizada por parágrafos muito curtos e pouco desenvolvidos ou parágrafos fortemente caracterizados pela referencialidade, em que há a preocupação de definir um tema, estabelecer um conceito ou caracterizar algo que se conecta diretamente ao tema tratado e à linha de argumentação que o texto segue.

Ao acionar a MD combinada à VC, os escreventes dão preferência, em geral, ao eixo da obrigação ou da possibilidade (permitido/facultativo) majoritariamente, de modo que a modalização pelo sentido de permissão tem uma importância tão grande quanto a modalização pelo sentido de obrigação, na escrita de redação de vestibular (mesmo considerando que a MD combinada com voz coletiva mais acionada é a do eixo da obrigação). Em contrapartida, o eixo de MD menos acionado é o da proibição e, devido aos baixos índices de ocorrências, não mostrou-se tão relevante para a caracterização do gênero em estudo.

Algo que se mostrou também bastante importante na análise foi estabelecer que o uso da combinação entre MD e VC participa da construção da personalidade que pode se instrumentalizar no texto como estratégia argumentativa. Como esse uso é algo recorrente nos textos das três instituições, é possível afirmar também que esta é uma estratégia argumentativa própria do gênero redação de vestibular, algo reforçado pelo fato de que MD raramente é acionada sem o apoio de algum tipo de enunciado já amalgamado como um dizer coletivo, algo que se mostrou como um alicerce para a argumentação, pois dá maior segurança ao escrevente para se posicionar perante o tema. Em outras palavras, a MD mais bem sucedida é aquela que coincide com VC no âmbito do gênero redação de vestibular, pois, quando não coincide, falha em se estabelecer como estratégia argumentativa perante o projeto de desenvolvimento do tema alçado pelo escrevente, mostrando a força dessa marca de personalidade.

Outro dado importante constatado nessa subseção do capítulo de análise, são os subsídios que os dados fornecem para estabelecer que a combinação entre a MD e

VC é uma das formas de manifestação da autorreflexividade na escrita. Posto que os processos autorreflexivos auxiliam na organização da escrita, dado que a autorreflexividade permite ao escrevente refletir sobre aquilo que é necessário para condução da argumentação, engajando o leitor, por meio de retornos ao dizer e da assimilação que faz da significação, consideramos a combinação (e o diálogo) entre MD e VC uma marca da construção da pessoalidade, articulada com a autorreflexividade da escrita. Uma vez que coloca em jogo duas estratégias generalizantes distintas em um mesmo enunciado, como forma de organizar a argumentação, a combinação entre MD e VC permite o ajuste dos dizeres àquilo que o escrevente julga ser apropriado para o gênero redação de vestibular.

Isso pode ser justificado pelo fato de que VC exerce função explicativa e MD exerce função de ajuste sobre a voz coletiva. Juntas, alcançam o seu potencial argumentativo devido ao efeito de sentido resultante (regras morais), ao favorecimento à organização do tema, à forma de condução dos sentidos e à força impelida para adesão à argumentação. Essa é, portanto, uma estratégia autorreflexiva, pois consiste em uma generalização que auxilia o sujeito na negociação (e organização) dos sentidos do texto por meio de retornos ao dizer. A sobreposição da MD sobre VC já é uma forma de se estabelecer um dizer sobre o dizer.

Por fim, resgatando uma consideração feita no início desta seção, sobre o conceito de modalização proposto por Charaudeau e Maingueneau, (2008, p. 336), é possível, tecer algumas considerações entre a modalização e a autorreflexividade. Esses autores definem a modalização como algo necessário para a enunciação dado que ela expõe a posição do sujeito em relação à atividade de linguagem. A modalização está sempre presente, seja por meio de marcas no texto seja de modo implícito. Esta é mais uma justificativa para a consideração do efeito de regras morais como participante da construção da pessoalidade.

A ideia de que a modalização age tanto no explícito quanto no implícito é particularmente interessante para a concepção de autorreflexividade da presente pesquisa. Observando-se que a MD pela possibilidade, conforme os dados analisados, age mais no implícito do que as modalizações pela obrigação ou pela proibição. Sempre que a MD pelo eixo da possibilidade é acionada na escrita parece haver uma tentativa de o escrevente marcar-se, para o leitor, como flexível e consciente de que

haveria outras opiniões possíveis. Em suma, especificamente a VC combinada com MD no eixo da possibilidade, além de se colocar como uma forma do dizer dobrar-se sobre si, é um gesto autorreflexivo de um sujeito que visa a construir um efeito específico de pessoalidade no texto, a saber, aquele que o mostre como ponderado e consciente da diversidade argumentativa perante seu leitor. Esse gesto autorreflexivo é mais uma das formas de manifestação do caráter dialógico da linguagem devido à interferência direta da alteridade, que está sempre presente, impondo, de alguma forma, a imagem do outro sobre o sujeito enunciador.

3.3.3 Questões relacionadas às condições de produção e às instituições

Um fato que deve ser mencionado sobre as instituições, relaciona-se às condições específicas de produção dos textos a elas destinados. No caso da UNIFIEO, trata-se especificamente do fato de que é uma instituição particular (a única dentre as três). Por ser uma instituição privada, seu exame vestibular é uma mera formalidade para o ingresso, de modo que se presume que as redações não foram produzidas pela maioria dos escreventes, com o rigor que normalmente se aplicariam se fosse uma instituição pública, com número restrito de vagas e com uma avaliação de redação de caráter eliminatório e classificatório.

Dadas essas informações, é possível justificar as maiores e menores frequências em generalização, a forma de uso das falsas delimitações (critério VII), em que há uma grande variação no uso dessa estratégia (é o terceiro menos numeroso na UFGD, é o de menos incidência na FUVEST, e o 3º mais usado na UNIFIEO), assim como o critério V, com 76 ocorrências, é o menos frequente de todos e isso mostra sua raridade enquanto estratégia de generalização. Não se trata de estigmatizar a instituição, mas, ao contrário, explicar como esse recurso argumentativo pode ser útil para uma argumentação menos comprometida com o risco da reprovação⁷³.

É o caso também da tendência a usar mais enumeração e falsas delimitações. Isso revela um caráter quase informal da produção textual já que a produção do texto não é tomada pelo escrevente como discriminativa para sua avaliação. É apenas o

⁷³ Não temos, no entanto, intenção de explorar essa questão pelo fato de que a construção da argumentação nesse sentido se colocaria como um desvio considerável dos objetivos propostos na presente pesquisa.

cumprimento de uma exigência de escrever uma redação. Isso não significa, no entanto, que alguns dos escreventes deixaram de se empenhar em produzir um texto mais adequado à situação formal de avaliação. Mesmo assim, há elementos em comum entre as três instituições que mostram que, em todas elas, a situação formal de produção se estabeleceu, pois, de alguma forma, todos os escreventes formulam algum modo de entrada no tema e de articulação da argumentação.

O fato dos textos da UNIFIEO deterem os mais baixos números de ocorrências em particularização nos dois critérios analisados (somando 9 ocorrências no total) reforça a necessidade de olhar mais atentamente para esses fatores externos mencionados, pois, ao que tudo indica, a raridade da particularização pela ilustração ou pela pergunta retórica as estabelecem como estratégias mais complexas e que exigem maior trabalho com a organização do tema e das estratégias de argumentação. Algo que justifica isso, do ponto de vista da autorreflexividade, são os dois momentos autorreflexivos exigidos para sua construção, sendo o primeiro estabelecido entre o processo de referenciação e da busca pela argumentação, e o segundo, que se dá pela circunstanciação cronotópica.

Assim, observamos como o fator instituição privada se articula com o fator representação da escrita e do gênero: é justamente por conta dessa característica institucional (o fato de a UNIFIEO ser uma instituição privada de ensino superior) que se constrói a forma de concepção do gênero redação de vestibular, no contexto da UNIFIEO, funcionando como uma dos condicionantes da escrita dos vestibulandos e da representação que tais escreventes fazem da escrita nesse contexto. Sobre isso, incide uma gama de estratégias de generalização e particularização, ou seja, estratégias autorreflexivas e cronotópicas, que se acomodam sobre tais condições de produção.

A UFGD e a FUVEST, com condições de produção semelhantes no que se refere a número de vagas, eliminação e/ou classificação, distinguem-se, em função do exposto, das condições de produção da UNIFIEO, de modo a apresentar também distinções relacionadas ao modo de acionamento das estratégias de particularização e de generalização.

3.3.4 Referenciação e pessoalidade

A pessoalidade na escrita faz emergir questões bastante oportunas para a reflexão sobre a escrita de vestibular, tal como o modo de interação dos sistemas de representação nesse tipo de produção escrita.

Como vimos, segundo Street (2006), a escrita está sempre associada às imagens sociais e identidades. Nesse sentido, a identidade e a pessoalidade são constitutivas das práticas de letramento. Isto equivale a dizer que o jogo de imagens criado pelas representações dos participantes do discurso está na base da construção da pessoalidade.

Ao considerar o que comumente se divulga, em manuais de redação e textos didáticos, com relação ao modo de adequação da pessoalidade na escrita, é frequente a idéia de que a 3ª pessoa deve ser preferida à 1ª pessoa, pois causa o efeito de apagamento do sujeito. Um exemplo disso pode ser observado em trechos retirados de um manual produzido para auxiliar à escrita acadêmica (FRANÇA, 2004)

Em textos acadêmicos como monografias, dissertações, teses (...) é indicado usar a 3ª pessoa do singular, porque a ação verbal centra-se no narrador da mensagem, mesmo quando se trata do próprio autor ou autores. (FRANÇA, 2004, p.3)

A autora faz a ressalva de que os textos acadêmicos sempre trazem marcas de pessoalidade e impessoalidade, cabendo ao escrevente saber quando selecionar um ou outro. No trecho citado, está em jogo o uso da impessoalidade. Indica-se que seja utilizada a 3ª pessoa quando o autor se anunciar como narrador da mensagem. Com isso, França (*op.cit.*) estabelece, para a escrita acadêmica, a dicotomia portador vs. anunciador da mensagem, em que o primeiro traz marca de pessoalidade e indica o uso de 1ª pessoa, e o último traz a marca da impessoalidade, para a qual se indica o uso de 3ª pessoa.

No trecho a seguir, verificamos a instrução para o uso de 1ª pessoa:

Os textos acadêmicos também podem se apresentar na 1ª pessoa do singular ou plural, mas devem ser evitados, porque apresentam seus argumentos com opiniões e vivências

pessoais. A ação verbal centra-se no próprio autor ou autores. (FRANÇA, 2004, p.4)

Note-se a observação de que há a possibilidade do uso de 1ª pessoa em textos acadêmicos seguida da instrução de restrição “devem ser evitados”, justificado pela afirmação de que esta estratégia reduziria os argumentos a opiniões e relatos pessoais, reforçando, desse modo, a estratégia de busca da impessoalidade no texto escrito, por meio do efeito de apagamento do sujeito.

No entanto, a força que a pessoalidade tem na escrita vai, como ficou dito, além da questão do apagamento do sujeito. Primeiro, porque, na perspectiva discursiva, adotada para a presente pesquisa, o indivíduo sempre é posto na posição de sujeito, que sempre está presente, de uma forma ou de outra, restando saber como está construído e quais outras posições assume. Segundo, porque, mesmo com as instruções presentes nas práticas de ensino de produção textual e nos materiais didáticos, de evitar ou restringir o uso de 1ª pessoa, devido à sua relação com o efeito de não-apagamento do sujeito, a alternância entre 1ª e 3ª pessoas sempre aparecem nos textos, conforme atesta o material analisado para a elaboração da presente pesquisa.

Do ponto de vista de uma concepção de gênero bakhtiniana (BAKHTIN, 2011) podemos afirmar que a pessoalidade interfere diretamente no conteúdo temático, que se constitui como um domínio de sentido ideologicamente constituído, interferindo e modalizando sobre as relações de sentido.

Verifiquemos, a seguir, a análise do modo como os escreventes mobilizaram a pessoalidade no processo de referenciação, em suas produções, e a relação entre a pessoalidade e os processos de generalização/particularização. Constata-se que os textos sempre transitam entre 1ª pessoa e a 3ª pessoa.

Voltando ao o excerto 1 (repetido aqui como excerto 40), podemos observar a ocorrência da oposição entre generalização e particularização em 3ª pessoa. Nesse excerto, a relação pessoalidade/identidade pode ser analisada do ponto de vista do conteúdo temático, ao verificar-se como se estabelecem as relações entre sentido e mundo, e da estrutura composicional, ao verificar as possibilidades de distribuição das marcas pessoais de 1ª e 3ª pessoa.

Do ponto de vista do conteúdo temático, no excerto 40 há uma relação vítima/opressor estabelecido sobre “África” e povos da África, que identificam uma posição ideológica do sujeito. Essa posição é construída também como uma identidade que caracteriza a posição em que esse sujeito se coloca frente à relação de opressão/dominação, conforme verificamos a seguir.

Excerto 40

Não obstante, **a África, vítima de um processo denominado neocolonialismo**, deparou-se com uma invasão européia que não respeitou os limites étnicos que o continente tinha. Como consequência, houve diversos conflitos internos, **de povos que tinham a mesma etnia**, além da imposição da cultura dos invasores. – SP_03 (§3).

Neste exemplo, observando aspectos relacionado à estrutura composicional e conectando-as à oposição entre generalização e particularização, que se estabelece como uma estratégia argumentativa do escrevente, verificamos que o procedimento dominante é o da particularização, em que o continente africano e os povos de mesma etnia levam a uma especificação em relação a todos os outros continentes e a todas as outras etnias africanas. No entanto, é dentro do escopo mais geral de “África”, que o escrevente inscreve os “povos que tinham mesma etnia” como argumento que apoia a relação de causa/consequência (mais especificamente apresentando um fato e o efeito que dele resulta) construída no parágrafo, como um exemplo de elemento particular daquilo que é mais geral. Esta estratégia, que combina dominância de particularização e jogo entre generalização e particularização, é bastante acionada em textos que apresentam argumentos pelo exemplo como forma de conduzir a argumentação. A dominância da particularização é um outro elemento que marca o lugar de fala do escrevente (marca de personalidade e de identidade) já que o processo linguístico da particularização se articula diretamente com aspectos sociais e históricos.

A seguir, mais um exemplo que se enquadra na característica descrita nesta seção:

Excerto 41

Tendo em vista tanto sofrimento **que a humanidade já passou** pelo mesmo motivo e continua passando contemporaneamente, **deveríamos destruir essas fronteiras**, não necessariamente **as geográficas, mas as da ambição, preconceito, vaidade, inveja**, para que assim todos os povos possam viver com mais qualidade e sem desigualdades sociais (...). SP_01 (§4).

Neste exemplo, é produzida a generalização como ponto de partida (a humanidade, retomada pela desinência número-pessoal em “deveríamos”, em que o sujeito se insere como participante da comunidade de luta contra as injustiças sociais, que deveria agir em relação às fronteiras. Coordena-se, nesta argumentação, o objetivo generalizado em “fronteiras”, do qual se estabelece a particularização para os tipos de fronteiras que deveriam ser destruídas (não apenas as geográficas, mas as da ambição, do preconceito, vaidade e inveja). Como se pode observar, também o processo linguístico da generalização pode marcar um lugar de fala e, portanto, a pessoalidade e a identidade. Nesse caso, porém, é o pertencimento a um grupo, ou seja, é o aspecto coletivo, geral, que é ressaltado.

3.3.5 Conclusão das análises

As análises empreendidas no capítulo 3 permitem levantar algumas considerações acerca do modo de acionamento das estratégias de generalização e de particularização nos textos analisados, bem como o efeito que as propriedades autorreflexivas da linguagem têm na construção dessas estratégias na produção escrita.

Foi possível observar os vários aspectos pelos quais a pessoalidade se revela na escrita das redações de vestibular como uma manifestação da autorreflexividade na escrita. Nas estratégias de generalização, fizeram-se presentes, nos textos analisados, os recursos da modalização deôntica e da assunção de voz coletiva, os quais fogem à instrução formal, comum no ensino médio e nos cursinhos preparatórios para o vestibular. Esses recursos foram estabelecidos a partir de um movimento do sujeito na construção textual de uma pessoalidade, figura textual cuja conformação depende da

prática de letramento produzida e, portanto, do gênero do discurso e de suas características ligadas a uma esfera de atividade humana.

Constatou-se que os processos autorreflexivos auxiliam na organização da escrita, pois permitem ao escrevente engajar o leitor, por meio de retornos ao dizer e da assimilação que faz da significação. A voz coletiva revelou-se uma das formas de manifestação da autorreflexividade na escrita, particularmente quando combinada (em diálogo) com a modalização deôntica. Desse modo, ao colocar em jogo duas estratégias generalizantes distintas em um mesmo enunciado, como forma de organizar a argumentação, o escrevente parece atribuir à combinação entre modalização deôntica e voz coletiva o estatuto de recurso próprio do gênero redação de vestibular. Ao efetuar uma análise minuciosa sobre esse recurso argumentativo, observamos que a voz coletiva exerce função explicativa enquanto a modalização deôntica exerce função de ajuste sobre a voz coletiva. Juntas, constroem-se como estratégia argumentativa devido ao efeito de sentido resultante: a um só tempo, o de uma explicação coletivizada que se ajusta a um valor moral e o de um ajuste moral que se garantiria numa explicação de assunção coletiva. Esse efeito de sentido é sempre colocado, portanto, como regras morais, julgamentos feitos sobre um aspecto polêmico do tema, em que se posiciona de modo a antever argumentos confiáveis aos quais se deposita plena convicção de sua força de adesão, como argumento universal e irrefutável, algo que favorece a organização do tema, a forma de condução dos sentidos e a força impelida para a conquista da adesão à argumentação. Essa é, portanto, uma estratégia autorreflexiva, pois consiste em uma generalização que auxilia o sujeito na negociação (e organização) dos sentidos do texto por meio de retornos ao dizer.

Outra constatação da análise se refere à caracterização das representações dos escreventes sobre a escrita de modo geral, sobre a escrita do gênero redação de vestibular e sobre as instituições a que submeteram suas produções escritas. Essas representações tem a função de estabelecer o lugar da autorreflexividade da linguagem em relação à escrita e à produção do gênero em questão. O exame vestibular, visto como um evento de letramento, naturalmente impõe que certas representações sejam construídas. Essas representações provêm da inevitabilidade de ter que lidar, de algum modo, com o dizer sobre o dizer, a autorreflexividade da

linguagem, que, ao que tudo indica, na escrita, se ramifica em tipos distintos, em que cada instância em que ela se dá busca efeitos definidos na escrita, bem como funções especializadas na organização do texto.

Capítulo 4 - Considerações finais

A investigação sobre 75 redações dos exames vestibulares da UFGD, UNIFIEO e FUVEST levou em consideração a análise das estratégias pelas quais os escreventes buscaram adequar o seu texto ao leitor ao ter que lidar com o processo de referenciação e de argumentação.

Partimos de uma hipótese inicial, de que a autorreflexividade é um movimento da produção do discurso que, no texto escrito, torna-se uma das formas de o escrevente organizar os objetos de discurso e construir a argumentação. Num conjunto de textos em que a argumentação obedece a dois padrões, o da generalização e o da particularização (em geral, combinados nos textos), foram levantados critérios relativamente a cada um desses procedimentos. Observamos, então, que a autorreflexividade é construída nos textos a partir de marcas que revelam a criação de uma figura de pessoa, circunscrita nos textos a partir de estratégias recorrentes de marcação de pessoa e apropriadas aos dois padrões argumentativos descritos.

Uma das formas mais evidentes de construção da pessoalidade observada a partir dos dados analisados refere-se à combinação entre modalização deôntica e voz coletiva, e de uma forte tendência à referenciação em 1ª pessoa, contrariando uma expectativa acerca do gênero redação de vestibular: da referenciação exclusivamente em 3ª pessoa como forma de “apagamento” do sujeito, normalmente recomendado no ensino médio e nos cursinhos preparatórios para o vestibular. No entanto, é necessário levar-se em conta que a pessoalidade não se manifesta apenas por meio de marcas de pessoa verbal, dado que essas marcas podem aparecer ou não, enquanto o sujeito está sempre presente. Esse fato permite afirmar que a figura de pessoa, já mais ou menos prevista pelo tipo de prática de letramento (ou, em outro viés teórico, pelo gênero do discurso produzido), é instaurada no texto, de forma marcada ou não. A questão é que, ao ser marcada por essa ou aquela estratégia, essa marcação pode revelar características singulares de um determinado gênero textual, no sentido de desafiar o escrevente a atender uma certa demanda quanto ao modo de construção dos sentidos e à organização argumentativa de um texto.

A construção de uma figura de pessoa nos textos é uma força que rompe as barreiras da instrução escolar formal sobre a produção do texto. Ao verificarmos a

quantidade significativa de textos em 1ª pessoa, pudemos estabelecer o fato de que a referência em 1ª pessoa parece facilitar a argumentação, pois permite ao escrevente um lugar de segurança para aderir a certas linhas argumentativas e se colocar em uma posição em que parece “se falar” com maior propriedade, algo que não se verifica nos textos em 3ª pessoa. Em outras palavras, parece haver uma expectativa quanto ao uso de 1ª pessoa (do singular – como um chamamento à identificação à personalidade assim construída – ou, de forma mais evidente, do plural) no sentido de produzir, com a maior destreza e domínio de argumentação possível, a inclusão do leitor. Isso posto, verificamos que os textos que apresentaram unicamente a referência em 3ª pessoa não foram tão eficientes na construção dos argumentos quanto os textos em 1ª pessoa. Naturalmente, esse dado não é um indicativo de que uma forma de referência é melhor do que a outra na construção de um ponto de vista que dê a orientação argumentativa do texto, mas parece revelar um aspecto singular do gênero redação de vestibular.

Ainda tratando da questão da construção da argumentação, verificamos que a assunção de voz coletiva é uma estratégia que está presente em todos os textos, de modo a caracterizar o gênero estudado na presente pesquisa. A voz coletiva é uma estratégia generalizante que, ao se combinar com as formas de modalização deôntica, outra estratégia generalizante, gera uma nova estratégia generalizante que se caracteriza pela construção de uma regra moral com a função de construir ou reforçar o ponto de vista dominante que se estabelece no texto. Essa estratégia não é mais do que uma particular construção textual da personalidade, estabelecida pelo sujeito (do discurso) como um movimento autorreflexivo de construção de uma figura de pessoa (no texto).

Observamos, portanto, que a construção textual da personalidade está sempre relacionada à autorreflexividade que, instaurada nos textos cronotopicamente – efeito de hiato, forjado entre enunciado e enunciação – revela-se, nos textos analisados, como o modo de construção de uma identidade para o escrevente. Na relação entre duas instâncias de tempo e espaço, a pessoa circunscreve-se nos textos como uma figura textual que caracteriza, talvez, um dos principais aspectos da autorreflexividade na escrita. A inclusão do leitor por meio de combinação de estratégias generalizantes e retornos ao dizer, marcados em 1ª pessoa, é verificada como algo predominante no

gênero redação de vestibular, algo que talvez se coloque além das barreiras do gênero em questão e se espraie como característica a ser esperada em outros tipos de produção textual.

Os resultados apontam que a consideração da autorreflexividade como um mecanismo ligado à não-coincidência do dizer abre-se para inúmeras explorações didáticas, dentre as quais se destacam: a paráfrase, a reformulação, a problematização da produção de uma voz coletiva, a visada crítica quanto ao uso da modalização deôntica, os funcionamentos ligados à construção do texto em 1ª ou em 3ª pessoa, assim como a problematização da construção puramente intuitiva de padrões argumentativos ligados à generalização e/ou à particularização dos argumentos utilizados.

Referências bibliográficas

- ALVES, G. O. **Marcas proverbiais em redações de vestibular**. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2013.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. Caderno de Estudos Linguísticos 19. Campinas: IEL, 1990. p. 25-42.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].
- _____. **Formes du temps et du Chronotope dans le Roman (Essais de poétique historique)**. In: Esthétique et Théorie du Roman. Mesnil-sur-l'Estrée, Ed. Gallimard, 2011 [1975].
- _____. **The Dialogic Imagination: Four essays** by M. M. Bakhtin. University of Texas Press, Slavic Series, n. 1. Trad. HOLQUIST, M.; EMERSON, C. Austin/Londres: University of Texas Press, 1981.
- BESNIER, N. **Literacy and the Notion of Person on Nukulaelae Atoll**. American Anthropologist, New Series, vol. 93, n. 2. 1991. P. 570-587
- _____. **Christianity, authority, and personhood: Sermonic discourse on Nukulaelae Atoll**. The Journal of the Polynesian Society. vol.103, n. 4. Auckland (NZ) University of Auckland.1994. p 339-378.
- _____. **Literacy, Emotion, and Authority: Reading and writing on a Polynesian atol**. Studies in the Social and Cultural Foundations of Language 17. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- BEZERRIL, G. S.; PEREIRA, R. A. **O Conceito de Cronotopo em Bakhtin e o Círculo: matizes rebelaianas**. Revista Intertexto, Uberaba, UFTM, v.4, n. 2, 2011. p. 35-49.
- BLOMMAERT, J.; DE FINA, A. **Chronotopic identities: On the timespace organization of who we are**. in: Tilburg Papers. Culture Studies, 153. 2015.
- BORILLO, A. **Discours ou Metadiscours?** in: *Métalangue, Metadiscours, Métacommunication*. DRLAV Revue de linguistique. N. 32. Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1985, p. 91-151.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. Trad. KOMESU, F. 3a ed. São Paulo, Contexto. 2012.
- CORRÊA, M. L. G. **Relações intergenéricas na análise indiciária de textos escritos**. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 45, n. 2. Campinas, 2006. p. 205-224.

_____. **“O Nome de Jéová é Proteção”:** Uma análise de seu discurso. *in:* Orlandi, E. P. (org.) *Palavra, Fé, Poder*. Campinas, Ed. Pontes, 1987. p. 53-63.

_____. **Heterogeneidade da escrita no ensino: das modalidades às relações intergenéricas.** *in:* (Coord.) Pereira, L. A.; Cardoso, I. *Reflexão sobre a escrita: o ensino de diferentes gêneros de textos*. UA editora, Aveiro, 2013. P. 67-91.

COSTA VAL, M. G. **Texto, textualidade e textualização.** *in:* CECCANTINI, J. L. T.; PEREIRA, R. F.; ZANCHETTA Jr., J. *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação – Língua Portuguesa*. v. 1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p. 113-128.

CULIOLI, A. **La formalisation en linguistique.** *Cahiers pour l’analyse*, n. 9. Paris: Seuil, 1968. P. 106-117.

DAUNAY, B. **La paraphase dans le commentaire de texte littéraire. Pratiques: Linguistique, littérature, didactique,** Centre de recherche sur les mediations (CREM) – Université de Lorraine, 1997. P. 97-124.

DINU, M.-C. **Le Métalangage en classe de FLE: Une autre définition de la “persone gramaticale.** Avant publication. (Hal.archives-ouvertes.fr/doc). Bucaresti, 2009.

DUCROT, O. **O Dizer e o dito.** Campinas, Editora Pontes, 1987.

DUCROT, O; SCHAEFFER, J.-M. **Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage,** Éd. du Seuil, 1995

EGAN-ROBERTSON, A. **Learning About Culture, Language, and Power: Understanding Relationships Among Personhood, Literacy Practices, and Intertextuality.** *Journal of Literacy Research*. vol. 30, n. 4. 1998. p. 449-487

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FRANÇA, J. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 7. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HYLAND, Ken. **Metadiscourse. Continuum Discourse.** Series. Continuum, London. 2005.

JUBRAN, C. C. A. S. A. **A metadiscursividade como recurso textual-interativo em entrevista televisiva.** *in:* BARROS, K. S. M. (org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: Editora da UFRN, 1999, p.9-19.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas.** 2a. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2009

_____. **MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva.** Delta, v. 14, n. 1998, p. 169-190.

KRISTEVA, J. **A palavra, o diálogo e o romance.** *Introdução à semánalise.* Trad. FERRAZ, L. H. F.. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2012 (1967).

LIMA, F. F. **Metadiscursividade e Persuasão em Entrevista com Candidatos à Prefeitura de São Paulo.** Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** Cortez Editora, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso.** Trad. Freda Indursky. 3ª ed. Campinas, Editora Pontes/Editora da UNICAMP, 1997

MONDADA, L; DUBOIS, D. **Construction des Objets de Discours et Categorisation: une approche des processus de référénciation.** Revue Tranel (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), Neuchâtel, vol. 23, p.273-302, 1995.

NASCIMENTO, E. P. **A Modalização Deôntica e suas Peculiaridades Semântico-Pragmáticas.** Fórum Linguístico, Florianópolis v. 7, n.1, 2010. P. 30-45.

NELE, B., et al. **Bakhtin e o Cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas.** Trad. BORGES FILHO, O., et al. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69).** in: GADET, F., HAK, T. (orgs) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014 [1969].

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas, Pontes, 2012 [1988].

_____. **Papel da memória.** in: Achard, P. et al. *Papel da memória* (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999.

_____. **La semantique et la corpure saussurienne** in.: PÊCHEUX, M. *L'inquietude du discours.* Textes choisis par D.Malidier. paris: Cendres. 1990

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

_____. ; C. FUCHS. **Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours.** Langages, 9º année, nº. 37, 1975. p. 7-80.

PÉCORA, A. **Problemas de Redação.** 3a. Edição, São Paulo, Martins Fontes, 1989.

PERELMAN, C. & TYTECA, L. **O Tratado da Argumentação: a nova retórica.** Trad. Galvão, M. E. de A. P. 2a. Edição, São Paulo, Martins Fontes, 2005 [1958].

POSSENTI, S. **Observações sobre o interdiscurso.** Revista Letras. Curitiba, n. 61, especial. 2003. p. 253-269.

RESENDE, L. M. **Atividade Epilinguística e o Ensino de Língua Portuguesa.** Revista do GEL, S. J. Do Rio Preto, v.5, n.1, p. 95-108, 2008.

REY-DEBOVE, J. **Le Metalangage.** Collection L'ordre des Mots. Le Robert, Paris: Armand Colin, 1978.

RISSO, M. S. **A propriedade autorreflexiva do metadiscorso.** In: BARROS, K. S. M.(org.). *Produção textual: interação, processamento, variação.* Natal: Editora da UFRN, 1999, p. 203-214.

_____; & JUBRAN, C. C. A. S. **O discurso autorreflexivo: processamento metadiscursivo do texto.** DELTA, v.14, especial, p. 227-242, 1998.

ROMERO, M. **Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi.** ReVEL, v. 9, n.16, 2011.

STREET, B. **Academic Literacies.** Students Writing in The University: Cultural and Epistemological Issues. J. B. Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia, 2000.

_____. **Perspectivas Interculturais sobre o Letramento.** in: *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 8. São Paulo, 2007. P. 465-488

TODOROV, T. Mikhail Bakhtine: **Le Principe Dialogique. Suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine.** Éditions du Seuil, Paris, 1981.

VOLOSHINOV, V.N.; M.M. BAKHTIN. **Discurso na vida e na arte: sobre a poética sociológica.** Tradução para uso didático feita por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, s.d. [1926].

Anexos

Anexo A – Transcrição das redações da FUVEST

SP_1

A Queda das Fronteiras

SP_01 (§ 1):

Todos sabemos que as fronteiras são a parte limítrofe de um espaço em relação a outro, e foram criadas afim de que houvesse mais ordem em todos os lugares do planeta; porém, infelizmente nem todo plano é perfeito, e o que foi feito para a ordem acabou se tornando, inúmeras vezes, motivo de guerra.

SP_01 (§ 2):

Um bom exemplo histórico que envolveu nossa nação foi a guerra do Paraguai, país que tentou tomar posse de parte do território brasileiro, argentino e uruguaio. Outro exemplo, desta vez atual que podemos acompanhar diariamente pela imprensa é o conflito israelo-palestino que ocorre há anos com intuito de tomar posse da terra santa de cada religião envolvida.

SP_01 (§ 3):

Sem falarmos no grande número de pessoas que morrem tentando atravessar ilegalmente – pois legalmente é quase impossível para pessoas humildes – fronteiras de grandes potencias em busca de uma vida mais digna.

SP_01 (§ 4):

Tendo em vista tanto sofrimento que a humanidade já passou pelo mesmo motivo e continua passando contemporaneamente, deveríamos destruir essas fronteiras, não necessariamente as geográficas, mas as da ambição, preconceito, vaidade, inveja, para que assim todos os povos possam viver com mais qualidade e sem desigualdades sociais, para que desse jeito possamos nos preocupar com problemas mais graves, importantes para a existência da humanidade.

SP_2

Voltas e Mais Voltas

SP_02 (§ 1):

De maneira natural estão os limites colocados pela natureza no mundo. São eles que definem onde começamos e terminam as paisagens.

SP_02 (§ 2):

O Homem, aproveitando-se dessas divisões entre elementos físicos já existentes no planeta, como rios, vales montanhas e mares, estabeleceu as fronteiras políticas, separando assim os países.

SP_02 (§ 3):

Entretanto, os animais não respeitam as fronteiras definidas pelo Homo Sapiens; eles migram somente obedecendo a forças de ordem natural.

SP_02 (§ 4):

Muito se fala de ampliação das fronteiras de todo tipo, mas enquanto o ser humano não obedecer à sua própria natureza e percebê-la de maneira mais efetiva para o seu desenvolvimento; com ou sem fronteiras continuaremos a dar voltas sem saber para onde.

SP_3

As Fronteiras sem Limites?

SP_03 (§ 1):

As fronteiras impostas pelos homens para demarcar um país ou mesmo uma propriedade significam um limite, o qual é colocado a fim de evitar invasões e mostrar que aquela área tem um dono, alguém que manda. A ultrapassagem dele resulta em conflitos ideológicos e sociais, causando a morte daqueles que se submeteram a tamanha façanha. É um risco que muitos correm em prol da conquista territorial.

SP_03 (§ 2):

As duas maiores guerras mundiais resultam de invasões feitas por países poderosos, os quais possuem os melhores armamentos e não se importam com o significado real de um limite geográfico. Havia o desejo de ampliar as suas fronteiras, mesmo que para isso fosse necessário arriscar vidas. O que lhes importa verdadeiramente é a mobilidade para além da linha divisória que os seus territórios possuem.

SP_03 (§ 3):

Não obstante, a África, vítima de um processo denominado neocolonialismo, deparou-se com uma invasão europeia que não respeitou os limites étnicos que o continente tinha. Como consequência, houve diversos conflitos internos de povos que tinham a mesma etnia, além da imposição da cultura dos invasores.

SP_03 (§ 4):

Portanto, as fronteiras geográficas, ao invés de exporem o seu significado de limite, atraem aqueles que se interessam em ampliar a sua devida demarcação da área, visto que se prova quem realmente tem poder.

SP_4**Barreiras Invisíveis****SP_04 (§ 1):**

Todos os dias, nos deparamos com centenas de fronteiras. Às vezes vemos na televisão algo sobre revoltas em fronteiras, ou então encontramos a fronteira de nossos conhecimentos enquanto escrevemos um texto.

SP_04 (§ 2):

Por si só, fronteiras são substantivos abstratos. Ninguém vê um muro quando sai de São Paulo e entra em outra cidade. Ou então uma placa de “fim de linha” ao terminar um pensamento complexo. Mesmo assim, elas existem para lembrar-nos de nossos limites – geográficos, físicos, mentais ou espirituais. Sem elas o mundo poderia tornar-se um grande caos, uma vez que não haveria aquela linha que distingue condutas boas e ruins, que demarcam áreas de governo, que determina o privado e o comunitário.

SP_04 (§ 3):

Ao mesmo tempo, podemos ser presos pelas barreiras formadas por fronteiras. Como um exemplo palpável, temos o muro entre EUA e México, que permite maior controle de quem entra e sai dos países - e esmaga o direito humano de ir e vir livremente. Em se tratando de algo etéreo, podemos citar as fronteiras impostas à nós pela sociedade, que nos diz o que fazer, quando fazer e como fazer, prendendo-nos em nós mesmos e barrando nossos desejos e anseios.

SP_04 (§ 4):

Sendo maneiras de prevenir o caos ou impor limites, as fronteiras não devem ser descartadas de nosso cotidiano. Elas se fazem necessárias para que possamos manter o mundo com uma certa ordem, porém essa ordem deve respeitar os direitos de todos os seres vivos de existir e co-existir em harmonia ou então de nada valerá.

SP_5**A Guerra do Pensamento****SP_05 (§ 1):**

Ao procurar no dicionário a definição da palavra “fronteira” encontra-se como um dos significados “o fim” ou “o limite”. Atualmente, para a humanidade, uma das maiores fronteiras é a do pensamento.

SP_05 (§ 2):

Em um mundo tão grande como o que vivemos, com diversos povos com suas muitas diferenças, quebrar barreiras tornou-se algo extremamente complicado, no entanto, extremamente importante.

SP_05 (§ 3):

É necessário que as diferenças de populações se aceitem. Não é preciso que uma introduza a cultura alheia na sua própria cultura, mas é importante aceitar o pensamento dos outros.

SP_05 (§ 4):

Atualmente vivemos em um planeta em que as divergências de opiniões predominam. Muitas vezes, elas não precisam nem ser entre povos de países diferentes. O fato é que esta barreira criada entre as pessoas acaba, muitas vezes, gerando conflitos e guerras.

SP_05 (§ 5):

Nós somos diferentes do que pode parecer hoje em dia, privilegiados por possuímos tão vasta diferença de etnias. Privilégio este que está ficando para trás e que, caso não mudemos, pode até causar a extinção de grupos que, por pensarem e agirem diferentes de nós, hoje não damos a devida importância.

SP_05 (§ 6):

Assim sendo, precisamos quebrar esta barreira de pensamento que acabou nos sendo imposta, para então criarmos mais um “o fim”: “o fim” das barreiras culturais, “o fim” das guerras.

SP_6

Eterno Refazer de Bainhas

SP_06 (§ 1):

De ambições napoleônicas e questões palestinas, de impérios turcos e sonhos bolivianos com vista pro mar. É disso que é feita a grande colcha global. Não cobre todos e de tanto ser puxada pra lá e pra cá, acaba se desfazendo.

SP_06 (§ 2):

A matéria prima é um tanto frágil, mas mais que suficiente pra qualquer encomenda.

SP_06 (§ 3):

De um mundo cada vez mais globalizado, surge cada vez mais necessidade de claras demarcações de território.

SP_06 (§ 4):

A tecnologia e a internet vendem um mundo sem fronteiras. Em contraponto o mundo não aluga, empresta ou parece estar aberto a qualquer tipo de negociação. Enquanto isso, multiplicam-se os conflitos étnicos, políticos, religiosos, etc.

SP_06 (§ 5):

A disputa entre católicos e protestantes insiste em continuar na Irlanda. Israelenses e palestinos disputam a terra santa numa guerra sem fim.

SP_06 (§ 6):

Diferentes tribos travam guerras civis na África, a diversidade dos povos na Índia se choca em infindáveis conflitos.

SP_06 (§ 7):

A Europa vem se fragmentando assustadoramente desde o fim da Guerra fria.

SP_06 (§ 8):

Virtualmente as fronteiras se apagaram, na realidade elas estão explodindo. Haja linha pra costurar.

SP_7**As Diferentes Fronteiras****SP_07 (§ 1):**

A fronteira do conhecimento não é o seu fim, ela não é fixa... A fronteira não se cansa de nos surpreender com o passar do tempo, ela sempre aumenta e supera as nossas expectativas.

SP_07 (§ 2):

O descobrimento de novos planetas, o avanço no sequenciamento genético, o descobrimento da cura para certas doenças etc. Nos mostra que não existem fronteiras para o conhecimento. Tal constatação, por si só, deveria significar um alento para todos nós, mas não nos basta porque existem fronteiras intransponíveis que impedem que essas descobertas sejam usufruídas por um número considerável de pessoas.

SP_07 (§ 3):

Enquanto a fronteira do conhecimento nos dá a impressão de que caminhamos na direção de um mundo melhor, a realidade se encarrega de mostrar, aos que estão dispostos a encara-la de frente, que existem fronteiras nas relações entre homem e mulher, entre etnias, religiões, enfim, fronteiras sociais que não marcam diferenças que com certeza devem existir, elas vão além, marcam o fim, o limite entre o ter e o não ter, entre o ser e o não ser. O que nos faz perceber que existem fronteiras e fronteiras ... e as que parecem simples de superar se revelam mais difíceis.

SP_8**Não Há Fronteiras****SP_08 (§ 1):**

Desde que as terras são consideradas sinônimos de poder, as fronteiras são consideradas de disputas. Isso ocorre porque quanto mais se possui regiões, maior é a sua importância perante o mundo.

SP_08 (§ 2):

Fronteiras são criadas e desrespeitadas impostas a povos, como, por exemplo, na conferência de Berlim. Nela a África foi dividida entre as potências imperialistas, porém muitas tribos passam por guerras até hoje devido à essas imposições.

SP_08 (§ 3):

A vontade de possuir regiões vai além da preocupação em manter a paz entre os países. Na época do descobrimento das Américas, Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Tordesilhas, uma linha imaginária que limitava as terras de cada país. Com o início das bandeiras no Brasil, Portugal desrespeitou o Tratado e, visando seus próprios interesses, expandiu suas fronteiras sem se preocupar com as consequências desse ato.

SP_08 (§ 4):

Enquanto existem povos que disputam por terras alheias, outros brigam para ter a sua própria. É o caso dos palestinos e judeus em Israel. Esse estado foi criado pela ONU após a Segunda Guerra Mundial, todavia os judeus vivem em constantes disputas por fronteiras com os palestinos e com os países vizinhos. A mais atual delas está ocorrendo na faixa de Gaza.

SP_08 (§ 5):

Tendo como um dos seus significados ser a linha divisória entre regiões, a fronteira vai muito além disso. Ela separa povos, causa guerras e também pode ser fruto delas, isso porque, para os homens, para a conquista de fronteiras não há fronteiras.

SP_9**Fronteiras Culturais de uma Nação****SP_09 (§ 1):**

As fronteiras das nações modernas se aprofundaram em diversos sentidos e são compostas por diversos elementos culturais.

SP_09 (§ 2):

As fronteiras culturais são fáceis de serem percebidas, já as fronteiras artificiais, como a linguagem por exemplo é um importante instrumento de identificação política para os líderes das nações, bem como ao cidadão comum para identificar um outro indivíduo e a qual grupo ele pertence, e assim estabelecer critérios para efetivar uma ligação, passando por cima das diferenças pessoais em relação ao outro.

SP_09 (§ 3):

As fronteiras de hábito de um povo geralmente são marcadas pelo seu alcance social cultural. Guerras são travadas cotidianamente para expandir o poder cultural de um povo.

SP_09 (§ 4):

Estas fronteiras também são estabelecidas para proteger a cultura e os seus membros, ou seja, distinguir aqueles que fazem parte daqueles que estão lá do lado de fora.

SP_09 (§ 5):

Tais nuances se estabelecem num movimento histórico que atravessa as relações de trabalho no plano internacional e continuam assegurar economicamente as relações sociais de produção cultural de um povo.

SP_09 (§ 6):

Mediante a tantas diferenças de identidade, etnia, ethos, isto é, fronteiras culturais de uma nação cabe destacar a fronteira psicológica do eu-egocêntrico de uma nação em relação a outra simultaneamente ao seu alterego distanciado e segregado ou quando complacente unido.

SP_10**As Fronteiras do Preconceito****SP_10 (§ 1):**

Diferenças sociais, religiosas, raciais e políticas são fatores que implicam na mobilidade das fronteiras. Mas todos esses fatores têm o preconceito como pano de fundo.

SP_10 (§ 2):

Um bom exemplo sobre esse assunto é o Brasil. Se a família real não tivesse vindo para o Brasil em 1808, provavelmente hoje o Brasil seria dividido em diversos pequenos países. Os costumes existentes nos grupos do país até então, eram muito diferentes. A família real trouxe os valores da Europa, facilmente assimilados pelos brasileiros, pois o povo europeu era visto como um povo especial, uniformizando um padrão de vida brasileiro.

SP_10 (§ 3):

Outro caso é dos judeus que recusaram-se a manter relações com pessoas de outras culturas para que não haja miscigenação, assim excluem-se formando grupos como os japoneses que ao virem para o Brasil formaram suas colônias para sua cultura não morrer.

SP_10 (§ 4):

A URSS dividiu-se em vários países após a guerra, pois já não havia mais um ideal igualitário entre os povos

SP_10 (§ 5):

O mundo poderia não ter delimitação de fronteiras, pois assim seria melhor. Mas isso só será possível quando todos forem movidos pelas mesmas ideias, ou quando um for capaz de aceitar e respeitar a opinião do outro.

SP_11

Fronteira – Sinônimo de Guerra?

SP_11 (§ 1):

A definição das fronteiras geográficas entre países sempre foi motivo de disputas. Seja para exibir seu poderio, ou para ter a possibilidade de manter sua cultura intacta, ou por mera preservação econômica do país.

SP_11 (§ 2):

Mas até que ponto é válida essa disputa tão sem limites? Para se manter uma suposta unidade é correto matar e morrer indiscriminadamente? Sim, os bascos tem direito a manter viva suas particularidades culturais, assim como os mexicanos têm direito a tentar uma vida melhor nos Estados Unidos. Mas essa delimitação e/ou manufaturação de fronteiras realmente precisa ser feita de maneira violenta?

SP_11 (§ 3):

Certamente que não! A humanidade já atingiu um ponto de evolução científica e cultural que não justifica esses barbarismos pré-históricos. Porque ao ligarmos a televisão ainda assistimos a ataques violentos entre judeus e palestinos? Acredito que atualmente isso ultrapassou as disputas históricas e sim que a cultura da intransigência, do “eu sou melhor que o meu vizinho e pronto!” é enormemente engrandecida e incentivada pela economia capitalista e apoiada pela mídia.

SP_11 (§ 4):

Talvez nossa esperança resida na atual crise do capitalismo. Quem sabe se o dinheiro deixar de ser a mola propulsora da sociedade possamos sonhar com fronteiras que realmente só delimitem espaços geográficos pacíficos ... ou que elas nem precisem existir.

SP_12

A Fronteira do Homem é o seu Próximo

SP_12 (§ 1):

A liberdade representa uma necessidade primordial do homem que, teoricamente, nasce livre. Ocorre que, como ser social, ele é obrigado a observar certos limites que se impõem entre si mesmo e o outro. Nesse contexto, surge a noção de espaço, fazendo com que ele delimite um território físico ou não e passe a chamá-lo de seu. Assim nasceu a ciência do direito. Há, porém, aqueles que deixam o bom senso de lado e insistem em violar os direitos alheios, usando, muitas vezes, de força bruta para fazê-lo.

SP_12 (§ 2):

No ano em que se comemora o sexagenário da “Declaração dos Direitos do Homem”, documento que veio tentar legitimar aquilo que constitui um valor inalienável e inerente a todo ser humano, não se pode esquecer de um pensador inglês, Hobbes, ao afirmar que “o homem é o lobo do homem”. Em seu afã de satisfazer seus desejos e anseios fisiológicos, as pessoas acabam esquecendo da velha máxima que diz: “O direito de um termina onde começa o do outro”. Isso faz com os conflitos sejam constantes e intermináveis, já que nenhuma das partes quer ceder. Exemplo disso são as questões religiosas, étnicas, ideológicas e separatistas que o mundo tem vivenciado. No Brasil, tal a forma mais flagrante de intolerância com que as torcidas organizadas se enfrentam é o desrespeito para com as crianças e os idosos.

SP_12 (§ 3):

A incapacidade do homem de respeitar o direito do outro, faz com que ele invista contra seu próximo. Não adianta criar leis e Estatutos se não houver mecanismos para fazê-los serem cumpridos.

SP_13

“Viver sem Fronteiras”

SP_13 (§ 1):

Assim diz uma propaganda de uma operadora de celular. Isso dá a impressão de liberdade, de não se ter um limite. Será que o homem é ilimitado?

SP_13 (§ 2):

O Homem, há muito tempo não se limita somente a sonhar, mas faz de sua fronteira o seu maior ideal. Grandes homens como Galileu Galilei, Leonardo da Vinci, Santos Dumont, entre muitos outros, foram exemplos de como atravessar essas fronteiras, nas quais muitos fizeram dela o seu habitat, não transpondo-as.

SP_13 (§ 3):

A busca do homem de romper fronteiras foi literalmente cumprida com a sua chegada à lua, sua maior conquista, mostrando assim que o céu foi o limite.

SP_13 (§ 4):

A tecnologia esta mostrando que o homem é limitado. O computador, o celular, as curas de doenças antes incuráveis, estão cada vez mais acessíveis à população.

SP_13 (§ 5):

Não somente o homem trabalha para o seu bem estar, mas para a sua destruição, também. Novos armamentos, bombas são criadas e aprimoradas visando lucro e poder.

SP_13 (§ 6):

Assim, o homem cria seu próprio limite, mas graças aos céus, as barreiras não são intransponíveis, apenas por um breve momento.

SP_13 (§ 7):

“Tim!” (idéia)

Viver sem fronteiras!

SP_14**Tendência ao Infinito****SP_14 (§ 1):**

Dizem que usamos apenas dez por cento de nosso cérebro durante nossa vida. Se essa afirmação fosse verdadeira, traçaríamos imediatamente a linha que define a fronteira de nossa mente.

SP_14 (§ 2):

De todos os fatores que compõem nossa inteligência, não há um sequer que não possa ser estimulado e otimizado através do estudo constante, da vivência cotidiana e da percepção inerente ao ser humano. Como prova temos a verdade de que nenhum ser humano é igual ao outro: sua memória, a criatividade, etc. Até os místicos podem dizer que carregamos conosco conhecimentos e habilidades de outras vivências não pertencentes a esse espaço-tempo.

SP_14 (§ 3):

Embora não haja debate contra tais informações, há também os fatores limitantes pela própria definição da vida, um pode sofrer de estresse, depressão, cansaço, condições que não permitam o indivíduo atingir sua capacidade máxima. Além de estar a mercê dos acontecimentos do universo a sua volta que não dependem de si mesmo.

SP_14 (§ 4):

Concluindo, a mente por si só tem fronteiras que tendem ao infinito, a ninguém faltam os instrumentos, mas sendo a vida real o ser humano está fadado a nunca saber o virtual alcance de sua inteligência.

SP_15

“Viver sem Fronteiras”

SP_15 (§ 1):

O slogan de uma propaganda de telefonia móvel – “Viver sem fronteiras” – nos mostra a quantas anda o processo de globalização no mundo contemporâneo, que transcende as barreiras de tempo e espaço. Mas podemos dizer que realmente não existem mais fronteiras no mundo?

SP_15 (§ 2):

Os países estão formando blocos, como é o caso da União Européia, unificando sua política externa e economia. Mas com a rejeição do Tratado de Lisboa, que visava um governo para a U.E., percebemos que os países ainda querem garantir sua soberania nacional.

SP_15 (§ 3):

Mais recentemente a lei que decreta a unificação da língua portuguesa foi ratificada, visando promover a integração dos países da CLPL. Mas ao invés de integração, criou-se uma polêmica que envolve desde a futilidade da mudança até questões de interesse econômicos, como os lucros ou prejuízos que as editoras terão com a nova regra.

SP_15 (§ 4):

A presença ou não de barreiras depende de interesses políticos, econômicos e sociais. Temos ainda muitas fronteiras a serem transpostas, e isso não será possível, pois cada país possui sua história e sua cultura; mas se os interesses, ou lucros, forem comuns ainda existirão blocos, acordos e globalização.

SP_16**Sonhos sem Fronteiras****SP_16 (§ 1):**

Não existem fronteiras para quem tem sonhos. Ainda que se ergam diante da humanidade muros e divisões, nossa imaginação obstinada há de ser maior para rompermos as barreiras abstratas ou concretas.

SP_16 (§ 2):

Tornando o impossível um ideal de vida, desta forma nossa criatividade se sobreponha a qualquer limite imposto.

SP_16 (§ 3):

É uma tarefa árdua combater fronteiras, posto que quase sempre elas reforçam o gosto amargo de impossibilidade e incapacidade. Elas são para: impedir migrações, demarcar territórios dos países. Dislacerando liberdade ou para manter a ordem.

SP_16 (§ 4):

Mas toda a superação, é uma divisão que pode se reverter em exclusão ou conflito. Se ao longe em Gaza ou Cisjordânia ouvissem um sussurro lúcido, palestinos e israelenses de dividir fronteiras e territórios de acordo com o número de suas populações e ocupações? Mas logo constatamos que existem barreiras maiores que a pátria e a religião – o ódio.

SP_16 (§ 5):

As palavras implícitas sobre o conceito de limite são tácitas, não obstante causa de guerras.

SP_16 (§ 6):

Criamos dogmas divisórias, algumas fronteiras sempre existirão, embora aqueles que acreditam em ideias de transformação podem fazer do mundo um lugar mais justo com menos fronteiras onde os sonhos são possíveis.

SP_17**As Fronteiras da Linguagem****SP_17 (§ 1):**

Não há fronteiras que limitem uma língua. Um astronauta, quando contemplava o planeta do espaço, disse que, visto dali, o mundo não tinha fronteiras. Mas ao rés do chão tem. Temos muros que separam casas, arame farpado que distanciam países; meridianos que dividem florestas e desertos. Temos também desconfiança a quem quer superar os limites que alcançamos nas ciências; incompreensão aos que querem ultrapassar nosso pensamento. A imposição de limites talvez seja uma necessidade da humanidade. Talvez tenhamos herdado essa tendência de ancestrais mais primitivos, como chimpanzés, que também limitam áreas nas matas para apenas uma família ou grupo social explorar seus recursos naturais. Seja por necessidade, ou medo; seja uma característica herdada ou não, o fato é que nos acostumamos a delimitar tudo, a impor fronteiras ao que é necessário e ao que não é; ao que é possível limitar e ao que é impossível impor limites. Este é o caso de uma língua. Toda língua nasce, floresce, multiplica-se viva através de uma criança que aprende a ver o mundo e organizar seus pensamentos através de suas palavras. O medo que faz alguns querer proteger sua língua dos termos invasores estrangeiros, ou o instinto irresistível de domá-la com novas normas gramaticais, por melhor que sejam suas intenções, é tão impossível como tentar impedir que o ar atravesse o arame farpado das fronteiras. O tempo moldará cada língua em formas que não podemos prever, muito menos impedir. E não há o que temer. Sempre foi assim, desde o princípio. E estaremos muito bem, obrigado.

SP_18**Respeito****SP_18 (§ 1):**

As fronteiras geográficas normalmente são motivos de discórdia, guerras entre nações em todo o mundo. Às vezes construindo verdadeiras muralhas para garantir a integridade territorial.

SP_18 (§ 2):

Os chineses construíram a Grande muralha para impedir que os bárbaros que moravam ao lado em terras mais áridas invadissem suas terras.

SP_18 (§ 3):

Com o fim da Segunda Guerra Mundial a Alemanha é dividida em Alemanha Ocidental e Oriental, proporcionando disparidades socioeconômicas e culturais com a queda do muro de Berlim dá-se a unificação e nitidamente as diferenças pobre e ricos.

SP_18 (§ 4):

Na descolonização da África não foi respeitado as fronteiras étnicas e culturais, misturando povos com diferenças étnicas, religiosa e cultural, até hoje alguns países enfrentam guerra civil.

SP_18 (§ 5):

Atualmente os EUA estão construindo um muro na fronteira com o seu vizinho México para evitar a entrada de imigrantes não legalizados e indesejáveis em seu território.

SP_18 (§ 6):

Portanto é fundamental que as fronteiras e limites geográficos de cada país sejam respeitado para que exista mais paz e respeito no mundo e menos discórdia entre os povos.

SP_19

Fronteira: frágil conceito

SP_19 (§ 1):

Respeito é uma palavra a qual todos conhecem e que implica tolerância com os costumes, hábitos e a cultura do outro mas nem sempre essa tolerância é praticada e o espaço alheio, às vezes, acaba sendo invadido.

SP_19 (§ 2):

É certo delimitar fronteiras entre o que se quer proteger e o que pode significar ameaça é essa extensão. Dessa forma, o meu espaço é determinado pelo entendimento do outro e pelo conhecimento acordado dos meus limites. Isso também vale para as marcações territoriais e fronteiriças.

SP_19 (§ 3):

O território de cada país é, portanto, determinado através de um conjunto de elementos culturais e grupais que são reconhecidos e respeitados pelo vizinho. Ou pelo menos deveriam, mas essas fronteiras são passíveis de mobilidade de acordo com movimentos sociais e políticos de outros grupos. Daí, a manifestação da preocupação por segurança e a polêmica a respeito da invasão desses espaços, sempre asseguradas por uma linha “imaginária” e subjetiva à qual os territórios têm que respeitar.

SP_19 (§ 4):

Foi o que aconteceu esse ano com a ação do exército colombiano quando este achou-se no direito de invadir o território equatoriano para fins de proteção de sua própria política. Nessa operação desmontaram uma força armada das Farc's localizadas no espaço equatoriano, gerando uma polêmica a respeito desse frágil conceito de fronteira e mostrando desrespeito às linhas divisórias entre os dois países, e intolerância às forças governamentais do Equador. Fica a polêmica: até que ponto o limite do meu vizinho deve ser respeitado?

SP_20

Igualdade Constitucional: Fronteira Social?

SP_20 (§ 1):

O fenômeno da urbanização não planejada em boa parte das cidades mais ricas do Brasil gerou, justamente, a questão da expansão das fronteiras que entraram no

mapa de maneira indesejada, porque era impossível, às elites, ignorar as periferias paulistanas, as cidades – satélites que circundam Brasília e os famosos morros do Rio de Janeiro, entre outras áreas marginalizadas que poderiam ser citadas.

SP_20 (§ 2):

Com a libertação dos escravos, um grande número de pessoas ficou sem moradia, sem trabalho e – como nos tempos da escravidão – permaneceu sem dignidade, afinal, os republicanos que tanto pregaram a abolição, não pensaram no futuro próximo: o que cada ex-escravo faria com a “Carta de Alforria” em mãos?

SP_20 (§ 3):

O jeito foi o negro acomodar-se conforme as migalhas que encontrava ... E assim, formaram-se os barracos, as favelas, a falta de higiene, as doenças ...

SP_20 (§ 4):

Como fechar os olhos para isso que está tão perto de nós (parece que não há fronteira ...)? Como olhar para uma realidade tão distinta, diferente, distante (parece que a fronteira é ampla, agora forte como a muralha chinesa)?

SP_20 (§ 5):

Viver nesse dilema parece ter sido a vida de muitos brasileiros, aqueles que são iguais aos outros perante a Constituição de 1988, aqueles que fazem doações aos seus “irmãos brasileiros” quando há calamidades naturais nas regiões mais pobres, mas que não dignos de cobrar de seus representantes políticos soluções duradouras e não medidas paliativas para resolver os problemas que, por incrível que possa parecer, são esperados pelos brasileiros todos os anos em certos meses, por conta das reais fronteiras urbanas que ainda ignoram boa parte da população.

SP_21

Fronteiras do Mundo

SP_21 (§ 1):

O mundo tem assistido a vários episódios desagradáveis devido a disputa por territórios, principalmente em países onde muitas pessoas estão marginalizadas levando-nos a pensar em divisão de fronteiras. Recentemente podemos assistir a questão entre Israelenses e Palestinos devido à disputa por um território que faz fronteira com ambos países. Levando muitas famílias a total decadência.

SP_21 (§ 2):

Se olharmos a história do mundo, podemos ver este fato de divisão do território em fronteiras já vem a muitos e muitos anos, pois sabemos que a África e Ásia foram divididas por colonizadores que os dividiram em territórios, demarcando assim fronteiras gerando algum conflito entre nações. Em nosso país podemos ver que disputas por territórios ou fronteiras também ocorre e muito como é o caso dos sem terra que invadem a propriedade dos outros tomando para si as terras alheias e depois a dividindo entre seus membros, quando do outro lado vemos os proprietários que se utilizando das massas de manobra que lhe restam utilizam-se do capital para se fazer a

ordem sem fronteiras retirando os invasores de suas propriedades. Coisa semelhante ocorre no Rio de Janeiro onde tem suas comunidades neutralizadas por traficantes e milícias ocorrendo que quando a polícia invade a fronteira, muitos inocentes morrem sem que muitas vezes o poder desses meliantes seja neutralizados. Claramente podemos associar a divisão de fronteiras com todas as coisas que estão aí: violência, egoísmo, destruição, pois infelizmente tudo que está a divisão do poder, das classes ou do dinheiro sempre terá essas coisas e quase que humanamente impossível separá-las.

SP_21 (§ 3):

Precisamos refletir para que tenhamos uma humanidade melhor que saiba conviver com mais humanidade, mesmo enfrentando vários problemas.

SP_22

Abolição da Desigualdade

SP_22 (§ 1):

A luta para ser o melhor é, e sempre foi a tentativa de ultrapassar uma fronteira social, vivemos na incessante luta de sermos bem vistos pela sociedade, detentora dos meios para uma vida digna e confortável.

SP_22 (§ 2):

Uma vaga de emprego, o vestibular, ser aceito dentro de um grupo seleto de pessoas; tudo isso e até o Darwinismo social é a tentativa de ultrapassar fronteiras.

SP_22 (§ 3):

O ser humano é condicionado a não só ultrapassar mas estender suas fronteiras, assim como a Primeira e Segunda Guerra onde milhões de pessoas foram mortas com a desculpa de aumentar as fronteiras. Mas até quando isso é aceitável, até quando essa luta não vai terminar por destruímos uns aos outros?

SP_22 (§ 4):

Podemos notar que o principal símbolo do capitalismo são as fronteiras, onde poucos tem muito, onde o dinheiro é o que impera, e determina quem é aceito e tem seu espaço na sociedade, daquele que é marginalizado.

SP_22 (§ 5):

Entretanto enquanto vivermos em uma sociedade totalmente individualista, que exclui aquele pela sua condição social, ou sua raça ou seja lá pelo que for, as fronteiras serão importantes, pois essas manterão viva a sede que temos de ultrapassá-las, mas temos que transpor com altruísmo, parcimônia, passividade, para que elas deixem de existir e possamos viver em uma nação igualitária, sem divisão social, política ou qualquer outra que cause dano à humanidade.

SP_23

Imagine

SP_23 (§ 1):

Fronteiras limitam territórios e a sua existência impede que a Austrália, Chile e México sejam uma coisa só. O mundo não é uma única porção de terra, o mundo é heterogêneo. Diferenças econômicas, sociais, religiosas, raciais não deixam de ser fronteiras e essas disparidades acabam por afastar mais do que o limite territorial propriamente dito.

SP_23 (§ 2):

O mundo presencia os mais diversos tipos de guerras, conflitos e revoluções uma vez que o espaço do outro não é respeitado. E se não houvesse fronteiras? John Lennon em sua canção “Imagine” questionou como seria um mundo sem essas diferenças que permeiam nossas vidas, um mundo onde as pessoas vivem em paz, vivem para o hoje.

SP_23 (§ 3):

Talvez Lennon seja mesmo um sonhador. Talvez romper essas fronteiras seja um tanto quanto utópico, mas na Era da Informação, num mundo em que por meio de um computador com internet pode-se obter informações de lugares com uma realidade tão distante daquela onde vivemos, é inadmissível que não haja respeito e tolerância com a diferença do outro.

SP_23 (§ 4):

É preciso que não nos deixemos afetar se o outro não compartilha dos mesmos ideais, não possui a pele da mesma cor, não possui a mesma religião ou situação financeira. Essas fronteiras só evidenciam o quanto cada continente, país, cidade e pessoa é único. Imagine que essas “fronteiras” tornem o mundo e os seres que o habitam ainda mais belo, é fácil se você tentar.

SP_23 (§ 5):

É possível que a tolerância com essas disparidades seja tão utópica quanto a canção de John Lennon e que esperar por isso seja sonhar demais, entretanto ainda há pessoas que lutam por isso. Lennon, se vivo, o faria. Espera-se que um dia você se junte a nós.

SP_24

Fronteiras na Sociedade

SP_24 (§ 1):

Viver em sociedade significa conhecer e de certa forma obedecer a varias fronteiras, que servem como limites, parâmetros de como devemos agir, de como e quando devemos exercer nosso papel dentro dela.

SP_24 (§ 2):

As regras implícitas e até mesmo as explícitas são maneiras de se cercar, delimitar nossas ações. São capazes de separar pessoas de bom caráter, consciente de seus deveres dentro de uma sociedade, de uma pessoa que não teria condições de participar dela.

SP_24 (§ 3):

Vivemos cercados de fronteiras. Temos de Saber até onde vai nossos limites e onde começa o do outro, Saber até que ponto podemos melhorar no nosso trabalho e quando não depende mais de nós, até onde podemos interferir na vida de nossos filhos e onde devemos deixar que caminhem sozinhos. É importante conhecermos nossos próprios limites e respeitá-los.

SP_24 (§ 4):

Se todos tivéssemos a consciência de que para vivermos em sociedade é preciso o respeito às suas regras e aos limites que elas impõem, poderíamos encontrar aí, quem sabe, a fronteira que separaria o bom do mau convívio em sociedade.

SP_25

SP_25 (§ 1):

Fronteiras são como barreiras que nos incitam a superá-las, seja nas áreas psicológicas, da ciência do pensamento ou da linguagem. Estas fronteiras se estabelecem como o fim de uma etapa e o início de uma outra. Uma transição de um estado seja geográfico ou psicológico para um outro.

SP_25 (§ 2):

Uma das maiores fronteiras presentes na vida do ser humano na época atual tem sido a que está entre a ganância do ser humano e a preservação do seu próprio planeta.

SP_25 (§ 3):

Chamamos isto de consciência global no entanto esta consciência só veio curar a consequência de uma doença que está intrínseca ao comportamento humano.

SP_25 (§ 4):

Sendo cientificamente comprovado que o planeta em sua natureza tem a capacidade de ostentar as necessidades de todos os seres humanos sem esgotar seus recursos naturais, há de se questionar por qual motivo nem os recursos naturais se mostram suficientes nem averiguamos as necessidades de todos os seres humanos satisfeitas. Trata-se de uma fronteira.

SP_25 (§ 5):

Uma das poucas fronteiras que o ser humano não foi capaz de superar completamente no decorrer de sua jornada pela história. Esta fronteira tem sido a causa de todos os males da humanidade e a causa da devastação planetária e da desigualdade social.

SP_25 (§ 6):

Esta fronteira que precisa ser superada para que haja felicidade mutua.

ANEXO B – Transcrição das redações da UFGD

DO_01

Rir é bom, mas rir de tudo é grosseiro.

DO_01 (§ 1):

Sabemos que desde tempos à muito passados, o riso tem sido “um santo remédio”, explorado em teatros, filmes, novelas, canções e demais apresentações.

DO_01 (§ 2):

Na contemporaneidade, nota-se um aumento na quantidade de programas classificados como humorísticos, com a promessa do riso garantido, à qualquer preço e modo, mas acredito que é preciso repensar o conceito sobre humor que tais programas articulam.

DO_01 (§ 3):

Haja vista que muitos dos quadros que julgam engraçados não passam de ofensas e grosserias, podem inclusive causar danos emocionais e psicológicos nos participantes/vítimas, estes por sua vez não encontram tanta graça neste tipo de humor ofensivo.

DO_01 (§ 4):

Embora eu acredite no poder de uma boa risada penso ser necessário refletir sobre as consequências do humor para a sociedade. Uma vez que rir nos leva à outro estado de espírito, tomando-nos melhores companhias, pode também nos tornar presenças indesejáveis caso não saibamos distinguir os limites entre o riso do humor e o da grosseria.

DO_01 (§ 5):

Quando falamos em limites, logo penso em fronteiras, e que estas devem ser respeitadas, pois, demarcam um território que talvez eu não tenha permissão para entrar; um exemplo de falta de limites são as brincadeiras que tem como objeto os traços mais marcantes da aparência dos outros: nariz; orelha; peso; altura, e podem ser identificadas como “Bulling”.

DO_01 (§ 6):

Ao meu ver refletir sobre os limites do Eu e as fronteiras do outro, no humor ou nas demais atuações sociais é sempre cabível, pois entender e respeitar esses limites torna o convívio em sociedade mais saudável e harmonioso. E mesmo que as mazelas sejam muitas, e a graça pareça pequena o importante é sorrir.

DO_02

A força do “trabalho”

DO_02 (§ 1):

“Rir é o melhor remédio”. Não só na medicina, mas em vários contextos diferentes, essa afirmação se comprova: uma gargalhada pode destruir uma tensão de guerra; uma discórdia entre dois amigos pode ser resolvida com um olhar comediante sobre a matéria do conflito. Esses exemplos e outros mostram que o humor positivo pode ser a cura para tantos males sociais e emocionais quanto para a medicina em problemas de saúde. A questão colocada em cima do humor e da comédia atualmente é até que ponto a comédia passa a gerar conflito ao invés de alegria e alívio, e assim, se tornando uma arma perigosa.

DO_02 (§ 2):

Independente da situação, a barreira que transforma a comédia em algo ofensivo é o mesmo: o orgulho social ou individual. Quando tocamos em assuntos que são importantes para um certo grupo de pessoas, os seres humanos tendem a encarar com uma seriedade rigorosa e imponente. Ao ter esse determinado assunto tomado por uma certa zombaria, nosso instinto como indivíduos é de proteger a integridade e seriedade que temos sobre tal conceito, pois o orgulho individual ou social sobre o mesmo nos torna impassíveis e fechados, gerando tensão e agressividade.

DO_02 (§ 3):

Quando o ser humano perde esse orgulho e passa a aceitar a necessidade de alguns comentários, as características satíricas e zombarias da comédia perdem seu poder destrutivo e passam a ser, por pura expressão, passivos e livre de qualquer agressão. O riso volta a ser emitido por todos, do zombador comediante ao zombado, e a convivência passa a ser, em todos os seus aspectos, mais alegre.

DO_03**DO_03 (§ 1):**

Constantemente ouvimos a velha e famosa frase: “Rir é o melhor remédio”, mas remédio para que exatamente?! Bom, eu diria que rir é o melhor remédio para praticamente tudo, principalmente para os males da depressão e do estresse provenientes da agitação do século XXI.

DO_03 (§ 2):

Já observou que as pessoas desaprenderam a rir, hoje em dia grande parte dos programas humorísticos transmitem a risada como um deboche, um rir dos erros e defeitos dos outros, como se o riso fosse algo que denigre a imagem de quem se ri.

DO_03 (§ 3):

A vida seria muito mais leve se rissemos mais, mas não dos erros alheios, mas dos nossos próprios erros principalmente, como seria mais fácil superar nossas falhas com uma boa dose de humor, ao invés das deprimentes doses de culpa e acusação que tanto mal tem causado.

DO_03 (§ 4):

O povo brasileiro é alegre, é um povo que ri, é claro não podemos esquecer que a população brasileira também sofre com o desemprego, fome, miséria, corrupções e descaso dos governantes, mas como é mais leve o sofrimento enfrentado com um sorriso no rosto, com doses diárias de bom humor.

DO_03 (§ 5):

O humor é necessário e eficaz no enfrentamento das batalhas da vida, mas nós não podemos permitir que ele se torne um instrumento de discórdia e humilhação, como muitas vezes vem sendo transmitido pela mídia.

DO_03 (§ 6):

Vamos nos rebelar, enfrentar o sistema, rir de nós mesmos é a nossa melhor forma de protesto contra a humilhação que o humor tem inspirado, o riso deve ser um instrumento de paz, não de discórdia e desunião.

DO_04

Sorrir é o melhor remédio

DO_04 (§ 1):

Indiscutivelmente sorrir horas sem parar ou dar uma boa gargalhada é um dos meios mais divertido que encontramos de fugir nem que seja por um curto ou longo espaço de tempo dos problemas e das tantas dificuldades que enfrentamos em nossa sociedade.

DO_04 (§ 2):

Com o passar dos anos, esquecemos de nos divertir, seja sozinho ou com a família, deixamos momentos importantes de lado. Infelizmente é isso que a sociedade nos força a nos tornarmos, pessoas que cada vez mais buscam o sucesso financeiro e que deixam de lado uma das coisas boa da vida que é dar um belo sorriso no rosto.

DO_04 (§ 3):

(...) O riso tem um poder e tanto pois quando ainda somos bebês sorrimos de tudo e para todos e quem está a nossa volta também se encanta com aquele sorriso enorme no rosto. Durante a nossa juventude ainda procuramos nos divertir esbanjando a alegria no rosto e sempre tem um amigo contando piada que sabe das alegrias aos ambientes de tristeza. Quando nos tornamos adultos perdemos a exência do humor do riso nos tornamos pessoas estressadas com pouca paciência, não nos importamos muito com o que está acontecendo a volta.

DO_04 (§ 4):

Felizmente tem aquelas horas de humor para nos alegrar quando não gosta de um show de stundup, nesse tipo de show tem diversas formas de humor. Ouve-se esta piada uma certa vez um senhor de 60 anos estava com sua amante na rodovia a mais de 160 km/h dirigindo um fiat 147.O policial o parou e perguntou – o senhor sabe que estava a mais de 160km/h. O senhor respondeu – sim seu guarda eu sei! Então o policial disse vou lhe tirar a carteira. Falou o senhor – se fizer isso seu guarda, eu agradeço e muito, faz 20 anos que estou tentando tirar e nunca consegui.

DO_04 (§ 5):

Não podemos nos esquecer que o humor não pode ultrapassar os limites se não só Deus na causa. Fica uma certeza sorrindo demonstramos quem somos de verdade, então sorriam e sejam felizes.

DO_05

O humor e o riso na sociedade brasileira

DO_05 (§ 1):

Viver com tanta cobrança no trabalho, em casa, na escola é difícil, por isso ter senso de humor é fundamental para driblar as adversidades. O riso é natural, inspontâneo e muitas vezes incontrolável. Achamos simpáticas, atraentes e cordiais as pessoas que sorriem. Psicanalistas sabem que guardamos informações melhor na memória quando sorrimos ou choramos.

DO_05 (§ 2):

O Brasil é um dos povos mais alegres do mundo, daí o nosso otimismo e espírito acolhedor. Sabemos que a diferença para o remédio e o veneno é a dose, por isso devemos ter controle do humor para utilizá-lo como arma a favor da população brasileira. Pode ser na saúde, com a liberação de serotonina e adrenalina contra o stress, nas equipes de trabalho com otimismo e motivação, ou aliviando a dor em hospitais com pacientes em unidade de tratamento intensivo (UTis), câncer, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), além da educação e outros.

DO_05 (§ 3):

Apesar da grande alegria brasileira presenciamos constantemente crimes por intolerância em casas, ruas, escolas, no cenário político. O humor usado grosseiramente para escancorar, depreciar, tirar chacota, bullying, sem tato e a sensibilidade necessárias, desrespeitando as diferenças. É por isso que tudo deve ter um limite.

DO_05 (§ 4):

Rir nos momentos sérios é negar a realidade e a importância do fato presente. Quando a tragédia é imensa vira comédia e podemos tirar proveito disso. Como cidadãos devemos cobrar uma postura íntegra com relação ao humor, tanto na censura de desenhos, filmes, horários, inclusive no cenário político.

DO_05 (§ 5):

Como mais valem as mãos que fazem do que as bocas que oram, vamos agir. Nosso povo já nasceu com o dom do riso, porque não dar um bom dia? Sorrir é ser solidário, é importar-se com o bem estar do outro, é transmitir amor, otimismo e esperança. Isso nós temos de sobra. Por isso vamos nos unir e mãos à obra. A vida ganha sentido quando temos com quem compartilhar, e nada melhor do que um belo e alegre sorriso.

DO_06

A solução

DO_06 (§ 1):

O humor e o riso está presente em nossa vida desde quando nascemos, com o primeiro olhar que temos deste mundo. É tão frequente e espontâneo que não conseguimos mais viver sem ele, é uma solução para uma boa convivência na sociedade brasileira.

DO_06 (§ 2):

No decorrer da nossa vida se deparamos com situações que é inevitável não rir, pode ser uma piada ou até alguém que tropeça na rua. Hoje existem até programas de humor para que as pessoas possam ter um momento contagiante e poder esquecer problemas frustrantes.

DO_06 (§ 3):

Por outro lado o humor às vezes pode ultrapassar limites quando ofende ou deprime a imagem de uma pessoa, assim tornando o humor uma forma de agredir moralmente, podendo ocasionar brigas, intrigas ou até bullying.

DO_06 (§ 4):

Entretanto o humor tem que ser racional e sadio, evitando agressão verbal, tornando uma distração. O humor e o riso é uma terapia para quem quer viver hoje na sociedade brasileira, porque não podemos fazer tudo seriamente e do jeito que queremos, sempre vai haver alguém que vai levar à vida sorrindo e tornando das pequenas coisas uma maneira de rir para solucionar problemas extressantes.

DO_06 (§ 5):

Portanto devemos levar a vida de maneira espontânea sabendo rir e usar o humor para distrair ou solucionar problemas, assim podemos evitar doenças ocasionado pelo estresse como a depressão. O mundo nunca será do nosso jeito, então temos que levar sorrindo e assim enfrentamos os desafios que temos na vida.

DO_07

Limites são necessários

DO_07 (§ 1):

O emocional do ser humano, interfere em todos os outros aspectos físicos e psicológicos dos mesmos. O humor portanto, pode ser visto como um remédio para a alma, que dentro dos devidos limites torna-se capaz de pacificar e acalmar os ambientes mais hostis. Porém, mal aplicado, pode se tornar um grande e poderoso vilão, visto que, existem ocasiões em que o comprometimento com a seriedade é de extrema importância.

DO_07 (§ 2):

Educação, saúde, política, religião, diversidade. Humoristas tem marcado presença no cotidiano do Brasileiro. Uma tirinha no jornal, um programa de televisão, rádio, internet. Porém certos assuntos são delicados e nem toda a sociedade aceita, como boa intensão, o fato de tentar se fazer rir de suas problemáticas.

DO_07 (§ 3):

Casos em que são afetados diretamente um grupo específico de pessoas, com certas diferenças e particularidades, como homossexuais, ou deficientes, por exemplo, são alvos de humoristas quê muitas vezes se tornam um incômodo com piadas exageradas, preconceituosa e de mal gosto.

DO_07 (§ 4):

Também as escolas, tem enfrentado, com frequência, um grande problema com alunos que se tornam agressivos por serem motivos de risos para seus colegas, que acreditam apenas estar fazendo humor.

DO_07 (§ 5):

Acredito que, se por limites, aos assuntos retratados por humoristas, seja uma atitude muito drástica, mas a conscientização para a escolha destes pode evitar maiores problemas futuros. Que as piadas venham apenas para provocar risos e não conflitos.

DO_08

Humor: do choro ao riso

DO_08 (§ 1):

A sociedade brasileira é composta por inúmeros humoristas, e a cada dia esse número aumenta. Diariamente programas de televisão revelam novos talentos do humor. Uma tarefa nada fácil já que fazer humor não é algo tão simples como se pensa. É preciso ter criatividade, saber improvisar e o mais importante, traçar um caminho para tirar dos outros, até mesmo daqueles mais sérios, uma boa gargalhada.

DO_08 (§ 2):

Humoristas como Ari Toledo, apesar de suas piadas pesadas, sabia bem como nos fazer rir.

DO_08 (§ 3):

Se pudéssemos dar um giro por esse Brasil a fora, iríamos nos deparar com estilos diferentes de humor. Sim, estilos pois para muitos humor é comparado com um estilo de vida, mais teria um mais adequado?

DO_08 (§ 4):

Um dos maiores apresentadores da televisão brasileira, Silvio Santos, não gosta muito de ser imitado mais qual será o motivo? Talvez porque os humoristas evidenciam um lado que ele mesmo não aceite.

DO_08 (§ 5):

Chegamos, então, a questão: o humor deve ter limites?

DO_08 (§ 6):

A muitos anos ouvi uma frase que dizia assim: “depois que passa a gente ri”, e o humor está relacionado diretamente a ela. Conseguir transformar uma situação difícil, trágica em algo cômico é complicado, mas ao mesmo tempo divertido para aqueles que assistem. Nesse ponto de vista não se deve colocar limites, porém é preciso respeitar o outro. Situações vividas são diferentes de emoções sentidas.

DO_08 (§ 7)

Admiro aqueles que fazem humor com suas próprias experiências, sem expor ninguém, afinal, ninguém, posta de ser humilhado, de ser motivo de riso.

DO_08 (§ 8):

O humor deve ser visto como algo que nos acrescenta, que nos alegre mesmo em situações conturbadas e não visto como um problema diante da sociedade.

DO_09

Sorria, mas não magoe

DO_09 (§ 1):

Quantas vezes alguém te contou aquela história engraçada e você caiu na gargalhada? Ou aquela piada boa que quando você ouve é impossível não rir? Nessas horas você solta um riso tão alto, aqueles longos e demorados que fazem sua barriga doer. Com certeza nessas horas você tem aquela sensação de alegria e felicidade, e se por acaso algo te incomodava ou te fazia triste e tenso, não faz mais, após rirmos há um certo alívio, um prazer tão grande que naquele instante todos os problemas são esquecidos e só aquela sensação boa de alegria prevalece.

DO_09 (§ 2):

Não há quem diga que rir não faça bem ou que não seja bom, todos sabemos que uma boa dose de humor e risos durante o dia de uma pessoa contribui significativamente para a melhoria de seu estado emocional e até para o seu rendimento, seja no trabalho, na escola ou em qualquer outro lugar. Rir é uma arma para qualquer tristeza e uma grande aliada do coração, não só contribui para o bem-estar psicológico, como para a própria saúde do indivíduo.

DO_09 (§ 3):

Mas não vá pensar você que toda piada é realmente engraçada ou que toda brincadeirinha é boa, existem aquelas que machucam e entristecem em vez de alegrar, não há problema nenhum em rir, desde que não seja às custas da infelicidade de alguém, ou já não é felicidade, é maldade, e não faz bem ao coração e muito menos para a saúde, no momento você ri, mas um dia pode te fazer mal, deve haver algum controle ao humor ou isso pode vir a te custar um sorriso.

DO_10

A solução de um problema

DO_10 (§ 1):

A sociedade é feita de muros onde são divididas as classes de modo desigual. Onde os ricos cada vez ficam mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Uma ironia triste. Uma situação que se não fosse trágica, certamente seria cômica.

DO_10 (§ 2):

O engraçado, literalmente é a pouca ou nenhuma importância que a classe “A” e o governo dão a isso. Simplesmente riem.

DO_10 (§ 3):

É possível notar os risos e deboches no rosto de todos, a falta de compromisso com o próximo. Porém, ainda resta uma esperança, de que esse humor satírico se torne de fato um riso de alegria.

DO_10 (§ 4):

Nem tudo está perdido, pode-se acreditar que o humor, felicidade, riso e a alegria podem mudar o mundo. Pois sempre virá acompanhado de prazeres, entusiasmo, intensidade e bem-estar, proporcionado a qualquer um, independente da condição financeira fazendo com que momentos tristes e reais da vida sejam diminuídos.

DO_10 (§ 5):

Portanto não permita limites a felicidade e muito menos ao riso, pois é ele que dará forças para acreditar que é possível mudar, uma sensação que não deve ser controlada e sim vivida sem culpa. Porque até nos piores momentos ainda podemos encontrar motivos para rir.

DO_11

Sorrie e Acene

DO_11 (§ 1):

Estamos vivendo em um período de globalização e tecnologia, onde não há tempo para muitas coisas. Desde o momento que se levanta da cama, começamos uma corrida contra o tempo tendo que lidar com a concorrência, trabalho, família... As vezes pouco se sobra para descontração e lazer, por isso o humor e o riso são uma ótima válvula de escape dos estresses diários.

DO_11 (§ 2):

Hoje, não é mais necessário sentar no sofá e ligar a televisão para assistir um programa de humor. A tecnologia nos permite fazer isso, pelo celular mesmo, é só acessar o site e pronto está lá sem demora, sem horários marcado. Os brasileiros são conhecidos por serem um povo alegre, receptivo sempre com sorriso no rosto, e isso é de grande importância e valia.

DO_11 (§ 3):

Tem coisa melhor que ser recebido por alguém e receber alguém com sorriso no rosto? Se socializar pelo simples fato de ter humor e aceitar o humor do outro e as piadas e trapalhadas, só para disconstrair?

DO_11 (§ 4):

O humorismo não está resumido apenas nos programas que passam nos fins de semana ou disponíveis na internet, mas também na convivência cotidiana, nos casos da vida, com os amigos – até porque não tem momento melhor para palhaçada e risos do que em uma roda de amigos. Renato Aragão – vulgo Didi – em uma entrevista no programa da rede globo disse que o humor tem seus limites e ele por exemplo não faria humor falando de religião.

DO_11 (§ 5):

Isso com certeza é aceitável. Onde cabe fazer travessuras em missa ou em culto? Ou ainda, ficar de risos diante de um desastre, uma morte, pior um velório?

DO_11 (§ 6):

Em virtude disso somos concientes, pelo menos deveríamos ser, que tudo tem limite, até o humor. Existe uma exceçãozinha para cada coisa. Possuímos gerações incríveis de humor – Didi e os trapalhões, Chico Anísio... Eles deixam um legado lindo para os nossos humoristas que vão eclodindo, pois o importante é ser feliz valorizar o momento e se estiver ruim, faça virar humor... sorria e acene.

DO_12

Não há porque controlar o riso

DO_12 (§ 1):

Em uma sociedade que passa por diversos problemas sociais e políticas creio que o humor é a maneira que muitos encontram para esquecer um pouco os problemas do dia-a-dia. De certa forma o riso ajuda a passar por problemas ou encarar a correria de uma maneira mais saudável. Penso que a vida de uma pessoa risonha e humorada seja melhor.

DO_12 (§ 2):

Nos últimos anos uma onda de comédia tomou o Brasil, o humor era feito de uma forma mais tradicional, hoje são diversos sites e programas que utilizam de tudo do cotidiano brasileiro e transformam em piada. Ao assistir esses programas ou navegar por sites percebe-se que não há um limite, e as vezes exageram fazendo o humor virar desrespeito.

DO_12 (§ 3):

É admirável que se faça piada de tudo já que a maneira em que o homem vive não há muita graça. Mas será que tudo pode virar piada?

DO_12 (§ 4):

É preciso que exista um limite que respeite a vida e as pessoas, as vezes nem tudo tem graça. Mas creio que o humor mesmo não tenha um limite. Não se deve dar limite à alegria, o riso ajuda a enfrentar o medo, a passar por situações difíceis, uma pessoa bem humorada é uma pessoa bem disposta, que vive a vida de uma forma mais leve. Em uma sociedade com tantos problemas, com dias corridos para a maioria acho que o humor ajuda grande parte a enfrentar a correria do dia-a-dia, muitas vezes estressante.

DO_12 (§ 5):

Já vivemos dias complicados, então desde que seja saudável, engraçado e não prejudique ninguém para que por limite?

DO_12 (§ 6):

Não há uma explicação para o humor e o riso, nem para o quanto os mesmos fazem bem para a vida. Portanto não vejo um limite para o humor. É preciso uma boa piada, cercar-se de pessoas humoradas para ter uma boa vida. A sociedade brasileira já enfrenta muitos problemas e a dose de humor ajuda os cidadãos a passar pelas dificuldades.

DO_13

Os limites do humor

DO_13 (§ 1):

O ser humano é o único tipo de animal que carece de alegria, bom humor, principalmente nessa sociedade capitalista. Imagine uma pessoa levantar seis horas da manhã, desanimada, pensando no martírio que será o rotineiro dia de trabalho, ter de brigar com os filhos para levantar e se arrumar a fim de ir à escola, além disso, o pior de tudo; ter de aturar no trabalho o patrão, colegas puxa saco, e clientes mal educados. Provavelmente, essa pessoa não teria muitos motivos para sorrir e com certeza precisa esquecer a cansativa rotina de um trabalhador comum. Aí que entra a forma do humor simples, mas muito útil na sociedade: a piada.

DO_13 (§ 2):

Como uma espécie de “alucinógeno lícito”, a piada tem um importante papel na sociedade; a de fazer rir. Vale todo tipo de piada; o da sogra, da loira, do português, do político, advogado, etc. Em geral, são referências à aspectos físicos e sociais; não há limites pois depende apenas da pessoa que ouvir; se ela for levar para o lado pessoal ou moral, não terá graça e então a piada se converte em ofensa; mas se a pessoa levar para o lado do humor: ou vai rir até não querer mais ou demorar para entender a piada (não falo apenas das loiras). O fato é que nós precisamos deixar fluir a essência gostosa das piadas e não levarmos para o lado pessoal, pois é ela que nos dá ânimo para levantar cedo e “encarar” mais um longo dia com muito bom humor.

DO_14

Sorrir é viver

DO_14 (§ 1):

O melhor “remédio” para obter uma vida saudável e uma juventude “eterna”, sem dúvida é o bom humor, mas será que precisamos de motivo para sorrir?

DO_14 (§ 2):

Recentemente fui enviado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para uma missão de ajuda humanitária em Porto Príncipe – Haiti. Foram seis meses no convívio com o povo mais miserável e sem perspectiva de vida das Américas. Mas para a minha surpresa os haitianos são muito alegres, não recordo-me um dia sequer que não os via sorrindo de bom humor, apesar da dificuldade com o idioma era possível entender suas piadas sempre muito bem humoradas. Ao interpelar um morador de rua, fiz-lhe a seguinte pergunta: De onde vem sua alegria? ele me respondeu, estou vivo, esta é minha maior alegria.

DO_14 (§ 3):

Aprendi neste período que bom humor é um estado de espírito, um dom, a melhor maneira de lidar com nossos problemas. Sorriso é um contágio inexplicável para quem o recebe, é uma atitude simples que pode mudar o dia de uma pessoa ou até mesmo de um grupo.

DO_14 (§ 4):

A melhor maneira de enfrentar as adversidades do dia a dia, sem dúvidas, é o bom humor, então lembre-se, você tem o maior dos motivos que existe para sorrir, você tem uma vida.

DO_15

DO_15 (§ 1):

O riso é felicidade, é um momento de pura exaltação psicológica positiva. O humor é irônico, hipócrita e principalmente trágico, embora não se tomam em conta dessa característica.

DO_15 (§ 2):

Impor limites no humor seria um grande desperdício e perda de tempo, afinal, o que seriam das tragédias sem uma bela piada para converter todo o sofrimento em alegria. O humor, assim como toda arte é essencial para que se possa retratar o momento e denunciar algo que está errado. Existem vários tipos de humor, desde os mais leves até o chamado humor negro, que tem como características o preconceito, a discriminação e o racismo. Dificilmente uma piada é feita sem atingir alguma classe ou grupo de pessoas. Até mesmo piadas de caráter religioso são válidas e não devem ser levadas a mal, afinal, o Brasil é um país de grandes dimensões e com uma vasta diversidade cultural, além de ser um Estado laico.

DO_15 (§ 13):

O humor nada mais é do que um drama e todo drama deve ser revertido em um bom conto irônico para que se dêem boas gargalhadas. Não se deve delimitar nada quando se diz respeito ao humor, seria o mesmo que censurar todos os tipos de manifestações públicas, o que colocará o país em uma ditadura disfarçada de democracia.

DO_16

O Humor da Prazeres?

DO_16 (§ 1):

Para mim sim, você muda um dia de uma pessoa quando você faz ela rir, com alguma palhaçada, mostrando a ela que a vida foi feita para a gente sorrir.

DO_16 (§ 2):

Mas como tudo na vida tem seu lado bom tem seu lado ruim. Algumas brincadeiras para mim podem ser sadias, mas para as outras pessoas podem ferir os sentimentos delas e fazer elas perderem o humor de vez. Por isso existem as cautelas, para que você não perca o amigo ou deixe o dia dele pior que já estava.

DO_16 (§ 3):

Quando você poder fazer uma pessoa sorrir faça, porque você vai vê como a fisionomia do rosto dela vai ficar regenerado e trazer aquela vontade de continuar sem desistir.

DO_16 (§ 4):

Rir é o melhor remédio para qualquer situação da sua vida, numa dificuldade que a vida nos traz rir faz seu bom humor voltar de novo e essa pessoa a ser feliz novamente.

DO_16 (§ 5):

Mas novamente repito o humor tem que ter controle, talvez eu não vou gostar, mas para à outra pessoa vai ser humor.

DO_17**Riso no Brasil****DO_17 (§ 1):**

Em meio a tantos problemas da sociedade, os quais chegamos muitas vezes a ficarmos horrorizados, nós utilizamos de uma inesperada ferramenta a fim de encarar-los de forma mais branda. Nós usamos o humor, a comédia, a diversão.

DO_17 (§ 2):

O maior meio de propagação humorística é sem dúvida a televisão, alguns de seus programas em seus episódios tematizam problemas comuns que estão sempre ocorrendo, mas que nunca encontram uma solução, como por exemplo, a corrupção, o descaso com a saúde, educação, com o próprio povo, além é claro, fatos que ocorrem no decorrer do ano, como os protestos, preço alto de alimentos.

DO_17 (§ 3):

Muitos pensam que humoristas brincam com estes temas por eles não se importarem com que vem ocorrendo. No entanto, engana-se quem pensa assim. Em meio às risadas eles nos levam de uma maneira discreta a pensar seriamente pelo que estamos passando. Basta voltarmos a época da ditadura para comprovar isso, se o programa não fosse aprovado pela censura ele não ia ao ar.

DO_17 (§ 4):

Hoje nós possuímos a liberdade de imprensa e de expressão, mas nós ainda não podemos dizer tudo o que queremos, pelo menos não abertamente. Estamos cientes de vários atos ilícitos que ocorrem no país, mas não possuímos provas concretas para acusar alguém. Os programas de humor fazem suas acusações através de suas palhaçadas, chegam a apontar culpados, mas de uma maneira disfarçada, não exatamente nomeando-lhes, eles são apelidos ou alcunhas que levam a pensar na tal pessoa.

DO_17 (§ 5):

Mas afinal, porque tudo isso? Porque não acusar abertamente e trazer o conhecimento a todos de maneira séria? Bem isso é simples, como já foi dito não há uma real certeza, além do mais tais acusações podem ser desrespeitosas, deixam a pessoa deprimida além de claro, se dito com sinceridade não atrairia o gosto do público.

DO_17 (§ 6):

Rir em meio a tudo que possamos é uma forma acima de tudo de pensarmos sobre nossos empecilhos, cuidar para que não repitamos erros, contudo ele deve ser feito de forma branda, sem pesar muito, para que acabemos não ofendendo ou desrespeitando alguém.

DO_18**DO_18 (§ 1):**

O humor é um sentimento que está baseado no pensamento e na realidade de poucos. É alegre, intenso que nos leva a ter emoções que facilitam o cotidiano, que transforma nossos problemas em soluções, e que torna a vida dos bem-humorados um caminho com muito mais saúde e bem estar.

DO_18 (§ 2):

No Brasil o humor vem sendo muito comentado entre os humoristas e por pessoas que consideram a piada em muitos casos, algo que de forma exagerada, acaba não sendo engraçada e torna-se abusiva e ofensiva. Com isso além de magoar alguém ou algo, contribui para críticas e leva a sociedade a desprezar aquilo que isolado em questão acabou não sendo irônico.

DO_18 (§ 3):

Por pertencermos a um país onde há grandes ícones do humor, nem sempre tratar de assuntos como religião ou política no Brasil é algo viável e aceito por todos. Reconhecer a diferença, a opinião ou o credo de uma pessoa, e fazer piadas disso sem desrespeitar ou constranger sua moral e seu limite é um talento que poucos humoristas conseguem fazer, e que por isso uma admiração sempre vai deles pertencer.

DO_18 (§ 4):

Enfim, o humor é algo que mesmo quando estamos tristes, nos leva a sorrir, a emocionar e a repensar naquilo que fizemos e que aos poucos nos concretiza como seres humanos. Uma vida levada com alegria é uma vida feliz, que por mais que o destino tenta nos derrubar, o bom humor com moderação nos levanta e nos aconselha a não desistir, a seguir em frente. Ser bem humorado melhora nossa condição de vida, em uma sociedade onde infelizmente a falta de estrutura nos condena, a melhor solução ainda é o bom humor.

DO_19

Rir é o melhor remédio

DO_19 (§ 1):

Quem vive hoje sem um sorriso? Seja de forma sarcástica ou espontânea, a vida seria um peso se a sociedade fosse tomada pelo mal humor da rotina.

DO_19 (§ 2):

Muitas vezes um simples sorriso já faz toda a diferença para o dia de uma pessoa, pois ele é o alívio da alma quando nos deparamos com algo engraçado, ou que nos faz bem, ou até mesmo em forma de ironia para ridicularizar os mal humores da vida. Rir é uma forma que o psicológico usa para expressar o que está sentindo, assim como a lágrima, aliás não há melhor remédio para curá-la do que passar alegria ao próximo.

DO_19 (§ 3):

Vivemos em um mundo tomado pelo mal humor do serviço e da rotina, uma sociedade fechada, que por medo, muitas vezes não conhece o próprio vizinho, que não enxerga as pessoas em seu caminho, que o capitalismo representa o prazer e não mais os momentos bons. O ser humano acaba esquecendo o verdadeiro valor do sorriso, da alegria e consumir se torna a única forma de satisfação.

DO_19 (§ 4):

Portanto, sorria mais! O riso descomplica a vida e abre portas, o bom humor contagia e acaba fazendo bem a si mesmo e ao próximo, que muitas vezes, ele pode estar esperando por um sorriso seu para que seu dia seja iluminado, pois não existem limites para a felicidade.

DO_20

A falta de graça no humor de hoje em dia

DO_20 (§ 1):

Humor e riso! Essas duas palavras andam juntas desde o início dos tempos e essa constatação se faz pelo fato das pessoas na maioria das vezes aliarem o riso ao humor, só que vindo de outro prisma eu levanto uma questão: só conseguimos rir do que é engraçado? Em alguns casos não, algumas pessoas cujo senso de humor é mais apurado consegue ver graça também em uma cena do cotidiano ou coisas do tipo, mas na maioria das vezes o que percebo é que muitos só ri do humor escrachado da comédia explícita.

DO_20 (§ 2):

O ser humano tem cada vez mais perdido a capacidade de interpretação, o seu senso crítico diminuiu de tamanha forma que ele não compreende mais as entrelinhas! E lamentavelmente o lugar que mais percebo que isso ocorre é o Brasil, mas porque o Brasil?

DO_20 (§ 2):

(...) Essa questão não é difícil de ser respondida, nosso país há tempos não produz algo que possa ser comparado com as grandes comédias americanas, salvo o trabalho do mestre Miguel Falabella que apresenta um verdadeiro humor inteligente a tanto que seu memorável programa de humor toma lá da cá se tornou o 5º melhor programa de humor do mundo. Do restante o que observo é um monte de programas cujo humor é chulo e muitas vezes com o âmparo da figura feminina sensualizada ultrapassando os limites do verdadeiro humor.

DO_20 (§ 3):

Até onde vai os limites do humor? Essa questão fica difícil de ser respondida quando falo de Brasil de algum tempo para cá o brasileiro perdeu o senso de limite, não sabem mais a hora de parar deixando muitas vezes as coisas maçantes, fazendo com que caia no esquecimento.

DO_20 (§ 3):

(...) Esse humor sem limites acaba por gerar o famoso bulling, mal que atinge muitos jovens ultimamente. Desse modo, fazendo uma análise crítica do assunto em pauta, posso concluir que o humor com respeito e seriedade seria a forma ideal, não só para mim, mas para todos.

DO_21

Rir é o melhor remédio

DO_21 (§ 1):

O riso está presente em nosso cotidiano e é uma ótima ferramenta de que dispomos para enfrentar os problemas da vida.

DO_21 (§ 2):

Vários estudos já comprovam que o riso pode ser remédio para muitas enfermidades, principalmente as psicológicas. A risada nos deixa mais leves e sociáveis, traz muitos benefícios.

DO_21 (§ 3):

Contudo, há hora e lugares adequados para essa forma de expressão, porém nem todas as pessoas os respeitam. Há também os limites impostos pelo governo, que é o caso de censura à alguns programas de humor.

DO_21 (§ 4):

Então temos dois limites apenas ao riso, o do governo e o limite do respeito, que depende da moral e da ética de cada pessoa, que implica que o riso deve acontecer no local correto, na hora correta e sem maldade, contando com a aceitação dos demais.

DO_21 (§ 5):

Quando falamos em humor sempre o associamos ao riso, e talvez isso ocorra porque ele esteja constantemente presente no nosso dia-a-dia, seja o mais importante e o melhor estado de espírito. Portanto, quando estiver com algum problema, procure a lado engraçado que existe nas coisas e ria! Assim, você com certeza viverá muito melhor.

DO_22

Bom humor – o segredo para uma sociedade melhor

DO_22 (§ 1):

O riso não só expressa alegria, como também a transmite à outras pessoas. Isso é de extrema importância em uma sociedade, porém o bom humor deve vir acompanhado de bom senso e piedade.

DO_22 (§ 2):

De fato, pessoas felizes são mais eficientes em seu trabalho, integram melhor com as que estão ao seu redor e são menos agressivas. Não há dúvidas de que o Brasil precisa de pessoas assim para crescer intelecto e economicamente.

DO_22 (§ 3):

No entanto, não é necessário ser muito experiente no assunto para saber que tudo em excesso prejudica e isso também ocorre com o riso. Toda sociedade tem seus problemas e rir nessas situações não seria de grande ajuda. É por isso que é importante ter bom senso e piedade, caso contrário transformaríamos uma qualidade tão bela em um grande defeito.

DO_22 (§ 4):

Assim senso, o segredo para usar o humor da forma certa é desenvolver empatia. Isso nos ajudará a rir nas ocasiões certas e a consolar quando preciso. Dessa forma ao invés de ser encarado como um inimigo o riso será a motivação que tanto precisamos para vencer o medo e tornar o Brasil melhor.

DO_23**DO_23 (§ 1):**

O riso é um verdadeiro remédio, rejuvenesce a alma, trata a timidez dos acanhados, e cura até mesmo alguma doença seja ela patológica ou psicológica, entre a psicológica mais conhecida é a doença do coração. O ato de exercê-lo em meio alguma situação demonstra a vontade de comunicar-se sobre um sentimento ou sensação, aliviando assim, possíveis pesos que a falta de humor em cima do cotidiano deixou.

DO_23 (§ 2):

Se toda realidade fosse vista séria e friamente as pessoas não mostrariam os dentes com um sorriso, não zombariam dos seus próprios tropeços ou das suas desgraças, cansaríamos de ver uma criança aprender a andar pois acharíamos isso apenas normas, e por não ter essa graça de poder se comemorar com alegria momentos como este faria com que o peso da vida em cima de nós, se tornasse maior, e as vantagens de se continuar vivendo em um mundo sistemático seriam praticamente nulas.

DO_23 (§ 3):

E o humor existe justamente para que, nesses pequenos fatos possamos aproveitar as alegrias e intensifica-las através de piadas, shows humorísticos a ponto de gerar a falta de ar causada pela crise de risos. Mesmo existindo para causar alegria e descontração, saber utiliza-lo de forma correta evitará possíveis catastrofes na vida de determinado grupo ou pessoa. Pessoalmente, há um limite para piadas de mal gosto ou grosseiras, e o limite seria a exposição e deboche de determinado grupo ou pessoa, sendo que ultrapassar esse limite resultaria em sequelas psicológicas e sociais dificultando qualquer outra atividade que o mesmo vier a fazer.

DO_23 (§ 4):

Existem extremos e é para o lado de um deles que devemos tender para que ninguém saia prejudicado e que o resultado seja apenas o riso, a alegria e a felicidade gerado pelo humor.

DO_24

A sociedade da comédia

DO_24 (§ 1):

A comédia no Brasil ganhou um grande destaque recentemente. Depois de anos (para não dizer décadas) com o mesmo humor de bordões, que tinha como objetivo maior apenas distrair e relaxar a população depois de um duro dia de trabalho, hoje, a comédia se tornou muito mais crítica.

DO_24 (§ 2):

E graças à internet, a sociedade brasileira teve acesso a novos gêneros de comédia, como o “Stand Up” que utiliza um humor bem mais ácido do que os brasileiros estão acostumados.

DO_24 (§ 3):

Surge então um problema, pois a combinação dessa acidez junto a assuntos polêmicos transforma na maioria dos casos, o que seria uma oportunidade de questionamento com uma crítica “descontraída” sobre o tema abordado, em algo sem graça e ofensivo para certos públicos.

DO_24 (§ 4):

E como colocar limites em algo que não é bem definido? Muitas pessoas concordam que o humor chega ao seu limite quando ele deixa de ter graça e começa a ser agressivo de mais, perdendo assim, o seu propósito. Mas isso é relativo. Já que o que pode ser extremamente engraçado e despretensioso para algumas pessoas, para outros, pode não ser.

DO_25

As facetas do humor e do riso

DO_25 (§ 1):

O humor e o riso compõem o ser humano, estando presente no seu cotidiano podendo se apresentar de forma divertida e alegre e outra de maneira áspera provocando danos.

DO_25 (§ 2):

A Cultura Brasileira as apresenta como fortes ingredientes presentes nas manifestações comportamentais usados na forma como encarar as dificuldades diárias. Da maneira positiva traz leveza, facilita o convívio forma vínculos momentâneos ou duradouros propiciando quebra de barreiras psicológicas e emocionais. Nas realidades duras/ásperas em que haja necessidade de ultrapassar obstáculos podem ser um facilitador. Nos ambientes em que o indivíduo está desprovido de necessidades básicas (alimentação, habitação, saneamento) características dos grandes centros urbanos, contribui na busca de melhorias. Outro contexto são ambientes hospitalares que o paciente é submetido a tratamentos longos, severos e doloridos mostram ser eficientes em contribuir para melhora e recuperação do mesmo, muitas vezes antecipando a alta hospitalar. Quando se apresenta de forma negativa pode denegrir de alguma forma as pessoas envolvidas trazendo dor sofrimento, marcas que poderão ser resgatadas em situações semelhantes.

DO_25 (§ 3):

Portanto os benefícios são em sua maioria de aconchego e harmonia, e quando ocorrer os negativos buscar no humor e no riso uma forma leve de driblar o ocorrido.

ANEXO C – Transcrição das redações da UNIFIEO**OS_1**

Viver além da beleza

OS_01 (§ 1):

O que podemos falar sobre há época em que Estamos Vivendo. Muitas pessoas acham que beleza e tudo mais não é. Tem coisas muito mais importantes, como valor, família respeito e conteúdo.

OS_01 (§ 2):

Embora isso já vem de tempos, há mídia e a sociedade pregão em deixar esses valores de lado e se preocupar com beleza pessoas vivem em função de malhar e fazer dieta mas se Esquecem de respeitar o próximo e ajudar a quem precisa. de que adianta a beleza?

OS_01 (§ 3):

Todos somos diferentes raça, cor, cabelo esquecem que somos seres humanos. Há prazeres muito melhores do que ficar malhando ou em clínica de estética, como uma festa em família, amigos ou até mesmo brincar com o filho. A sociedade vem pregando os valores estéticos junto com a mídia porque tudo que é magro vende e o que é gordo no conceito deles não, se continuar assim cada vez mais terão casos de anorexia e pessoas doentes em função da beleza exigida pela sociedade vamos para com isso vamos viver que é o mais importante porque beleza quando você fica velho acaba e as lembranças da vida continuarão em sua memória.

OS_2

A real felicidade

OS_02 (§ 1):

Ter o corpo sarado, realizar cirurgias plásticas, plásticas, malhar, conviver em academias ou com cirurgiões, já se tornaram rotina na vida de alguns. Mas será que tudo isso é realmente necessário para se tornar feliz?

OS_02 (§ 2):

Por todos os cantos onde passamos, vemos casos de pessoas que buscam, através do seu corpo a admiração de todos e a felicidade para si. Onde academias ou cirurgias se tornaram fonte de prazer.

OS_02 (§ 3):

Todavia, nem sempre é desta forma que acontece para todo o bem existe um mal. Observamos por ai casos onde o uso de medicamentos proibidos, como por exemplo a famosa bomba, se torna feliz consigo mesmo, o que se torna extremamente perigoso para a sua saúde.

OS_02 (§ 4):

Além disso encontramos diversos casos de procedimentos cirúrgicos mal sucedidos onde o paciente acaba saindo insatisfeito, com deformações ou até mesmo sem vida.

OS_02 (§ 5):

Porém, com o passar dos tempos o mundo volte a perceber o real sentido da felicidade, ver que para ser feliz basta estar com quem goste ou fazendo o que gosta, que o corpo, a beleza são apenas um adicional para tudo isso.

OS_3

Ostentação ou Saúde

OS_03 (§ 1):

Na minha opinião, o fato das pessoas estar ostentando a forma física não ocorre apenas por mostrar o corpo e sim pela saúde. Tenho visto uma alta frequência de academias, pessoas correndo em parques e muitas atividades similares.

OS_03 (§ 2):

Entretanto, existe também aqueles que praticam por beleza, não é, ao meu modo de ver, uma coisa que prejudicaria.

OS_03 (§ 3):

Hoje em dia, a estimativa de vida caiu muito, devido a casos como a poluição isto acarreta as pessoas estão procurando formas de viver melhor.

OS_03 (§ 4):

Portanto, todas as pessoas devem fazer exercícios físicos para que não caia no sedentarismo, desde que seja moderado. Até por que não é mais possível viver como antes. Nossa sociedade exige isso tanto quanto nossa saúde física e mental.

OS_03 (§ 5):

Creio que com a alta demanda de frequentabilidade de academias não seja só para ostentar e sim para viver melhor, todos devem praticar, mesmo porque existe preços acessíveis para todos até mesmo gratuito.

OS_4

Vaidade é bem estar ou necessidade

OS_04 (§ 1):

Muitas pessoas têm a necessidade de ter o corpo perfeito, escultural, não apenas para a vaidade e sim para ter uma vida feliz e promissora.

OS_04 (§ 2):

O pouco tempo que nos resta durante o dia, devido ao trabalho, escola, afazeres domésticos, ao invés de descansar, ler um livro, sair com os amigos, muitas pessoas só se importam em estar bem fisicamente.

OS_04 (§ 3):

O mundo de hoje, de certa forma, cobra um corpo perfeito o que mais passa nas televisões são mulheres semi-nuas com corpos malhados o mercado pede isso.

OS_04 (§ 4):

Muitas pessoas, para alcançar a perfeição física, fazem de tudo, gastam o que podem e o que não podem com cirurgias, silicones, plásticas que muitas vezes desnecessárias. Hoje em dia não só as mulheres procuram o corpo perfeito, vários homens fazem cirurgias para ter o abdômen de “tanquinho” e muitos colocam silicone.

OS_04 (§ 5):

Portanto, a tendência dessa vaidade por homens e mulheres é crescer cada dia mais, procurando o corpo perfeito e deixando de lado coisas como passear ao parque, conversar com os amigos, que não necessitam de espaço físico.

OS_5

Ser você mesma

OS_05 (§ 1):

Hoje em dia a vaidade conta mais que nossa dignidade, ninguém está interessado em ver como você é de verdade, sendo bonita, você não precisa fazer mais nada.

OS_05 (§ 2):

A beleza conta muito para televisões, revistas, etc. Ter vaidade é ótimo para as mulheres, pois nos sentimos bem, e se não temos vaidade, existe revistas e programas de TVs que ajudam a subir a sua auto-estima, pois você vai ver uma modelo linda e feliz e vai querer ficar igual a ela.

OS_05 (§ 2):

(...)Mas as modelos podem ser lindas e ter de tudo, do bom e do melhor, mas não vai ter as coisas mais simples e que valem muito, pois elas só pensam no trabalho para ficarem bonitas e em forma com o peso dos sonhos, mas não tem tempo para curtir com os amigos, se divertir, descansar.

OS_05 (§ 2):

(...)Na minha opinião, elas devem sentir faltar dessas pequenas coisas e falta principalmente, de comer algum doce/chocolate sem se preocupar com o corpo, o comércio exige muito delas, e proibi de muitas coisas.

OS_05 (§ 3):

Nós mulheres temos um sonho de ser modelo, de aparecer em propagandas de TV, mas é uma cobrança muito grande e nem todas aguentam tanta pressão, pois gera muito dinheiro para a indústria e ao comércio. Por isso, seja você mesma, pois ninguém pode te mudar.

OS_6

Escravos da vaidade

OS_06 (§ 1):

Cuidados com o corpo são sim importantes, porém não são as únicas coisas que merecem o nosso tempo.

OS_06 (§ 2):

As pessoas estão cada vez mais vaidosas; homens e mulheres de todas as idades buscam incansavelmente se encaixa nos padrões de beleza impostos pela sociedade pós-moderna, esquecendo-se muitas vezes de valorizar as pequenas e simples coisas da vida.

OS_06 (§ 3):

Importando-se muito com a opinião alheia e em serem aceitos pela sociedade, perdem horas e horas em salões de beleza, gastam fortunas em tratamentos estéticos, praticamente moram dentro das academias, fazem dietas absurdas e põem em risco a própria saúde.

OS_06 (§ 4):

A maior parte da sociedade se tornou escrava da vaidade e da dita beleza. Não valorizam mais a simplicidade e a beleza de um pôr-do-sol, de um companhia agradável, de uma tarde com os amigos, um almoço em família, um passeio no parque; agora tudo o que fazem e o que pensam é voltado para o cuidado com o corpo, tudo por vaidade.

OS_06 (§ 5):

Aproveitar a vida é mais do que viver em função do corpo, em função da sociedade. É viver para si mesmo, é amar, é sentir, e não só ter. É ser, um ser completo com qualidade e defeitos, é amar a si mesmo e se aceitar como é, seja alto, magro, gordo, baixo, é saber que o que importa não é a aparência e sim o caráter.

OS_7

Hipocrisia da sociedade moderna

OS_07 (§ 1):

Atualmente, vivemos em uma sociedade que cultua cada vez mais o corpo se esquecendo dos valores morais e éticos.

OS_07 (§ 2):

Sociedade fútil, hipócrita, que dá mais valor à um corpo bonito do que à inteligência ou à humildade o que tenta nos tornar cada vez mais rotulados e alienados, induzidos pela mídia.

OS_07 (§ 3):

Somos humanos cada um seu corpo seja ele longilíneo, baixo, gordo, magro, enfim deveríamos ser diferentes uns dos outros, em vez de tentar seguir um “padrão de estética”; cada um tem sua beleza, seu jeito e sua forma.

OS_07 (§ 4):

Entretanto, o afeto e o respeito vêm sendo deixado de lado em nome destes estereótipos “padrões”.

OS_07 (§ 5):

É lamentável perceber que por conta desta vaidade desenfreada, pessoas tentam conseguir o corpo desejado por meio de anabolizantes, remédios (para emagrecimento, dietas mirabolantes e assim pondo a própria saúde em risco.

OS_07 (§ 6):

Devemos usar muito mais nossa inteligência, amor próprio e caráter ao invés de se deixar levar pelas mídias que tentam nos rotular com estereótipos de beleza e corpo perfeito.

OS_8**O padrão de beleza atual****OS_08 (§ 1):**

Na sociedade atual, o corpo magro é cada vez mais buscado. Essa procura gera uma fixação por academias, remédios, “receitinhas”, dietas, etc. Podendo levar essas pessoas a doenças como bulimia, anorexia, além de doenças psicológicas.

OS_08 (§ 2):

Esse tipo físico é sempre mostrado e divulgado por artistas em programas de televisão, “out doors”, cartazes e revistas, o que faz a procura por corpos de modelos ser cada vez maior.

OS_08 (§ 3):

Academias estão cada vez mais cheias e os famosos remédios para emagrecer, cada vez mais vendidos. Essas são algumas das alternativas mais procuradas.

OS_08 (§ 4):

Toda essa fixação, fomenta cada vez mais a superficialidade, onde as pessoas procuram em seus parceiros, os corpos saradas, malhados e definidos. Com isso, perde-se a procura de um bom caráter, amor verdadeiro, companheirismo.

OS_08 (§ 5):

Indo contra tudo isso, estão aqueles que não ligam se estão com uma gordurinha aqui ou ali, pelo contrário, essas pessoas não deixam que os padrões de beleza da modernidade ditem como devem ser.

OS_9

Bonito por fora

OS_09 (§ 1):

No Brasil, estamos vivendo a era digital, no entanto vive-se também a era de ser vaidoso/a, todavia o Brasil se tornou um país consumista onde os únicos que perdem dinheiro somos nós.

OS_09 (§ 2):

Além de consumistas, seres humanos não querem mais cuidar da sua saúde, de acordo com o IBGE cerca de 10% da população sofre com alguma doença causada pelo uso indevido de remédios entre eles anabolizantes.

OS_09 (§ 3):

Academias hoje estão lotadas, pois pais, mães querem “esculpir” o seu corpo para uma data especial ou determinada época do ano, mal sabendo que andar com uma criança no colo e ter essa rotina que têm-se com seus filhos predominava uma boa saúde.

OS_09 (§ 4):

Importar-se com a academia não é o problema esse problema consiste em não ter a paciência para conter um corpo escultural, onde um filho, depois de um anabolizante tomado tem cerca de 85% de chance de nascer com deficiência.

OS_10

Ostentação!!!

OS_10 (§ 1):

Hoje em dia as pessoas se deixam levar pela beleza, quantidade, extatus, fama.

OS_10 (§ 2):

É bem mais fácil hoje alguém fala que ama o dinheiro do que outra pessoa. Quem não é dessa geração pensa que o mundo está perdido, por que em um passado não muito distante pra casar era para a vida toda. Hoje, não e mais normal você escuta que tem mais mães solteiras do que casadas.

OS_10 (§ 3):

O valor que conta agora é ter um corpo escultural e dinheiro. Só com isso você pode conseguir o que pode se chamar amor do dinheiro ou amor do interesse.

OS_10 (§ 4):

A beleza está quando até trabalho as vezes, pode se discriminação sim pode também ser que não sim mais podemos ter certeza que um rostinho bonito move montanhas, abre portas, janelas e muito mais se você tem dinheiro e beleza está na nova era. Ostentação. Se não tem está em um planeta diferente. O tempo passa e tudo muda, o amor que dinheiro da fama pede beleza.

OS_11

Sociedade sarada

OS_11 (§ 1):

Os padrões de beleza hoje em dia é a chave principal para uma pessoa pois com ela você consegue abrir várias portas como, emprego, namoradas e até fama.

OS_11 (§ 2):

Está nova moda pode servir de escudo para pessoas que querem viver de aparência, pois muitas vezes ela se preocupa com a estética e acaba se esquecendo de estar bem mentalmente.

OS_11 (§ 3):

Esses novos padrões de beleza de certa forma podem ajudar a sociedade com isto a pratica de esportes e uma alimentação mais saudável sendo assim prolongando a expectativa de vida.

OS_11 (§ 4):

Porém muitos não buscam a forma certa de ter está qualidade de vida porque muitas vezes ela pode demorar, e acabam buscando formas mais simples e rápidas para obter um “corpo sarado” como anabolizantes que podem mexer com o organismo do indivíduo, levando ele até um obto.

OS_11 (§ 5):

A sociedade se acostumou rapidamente com este padrão sendo assim acaba existindo um grupo fechado excluindo quem não segue este padrão, proporcionando um certo exclusimento que pode levar sérios problemas para a pessoa como a depressão.

OS_11 (§ 6):

Está nova tendência pode ser eficaz e ao mesmo tempo não, ou seja tenha um acompanhamento médico e tenha uma vida saudável onde se sintam bem.

OS_12

O império da beleza

OS_12 (§ 1):

Atualmente o império da beleza tem dominado a cada dia mais a vida de cada pessoa. Se ligarmos a televisão, acessarmos a internet ou até mesmo ao andarmos pelas ruas, nos deparamos de “cara” com propagandas que insentivam o culto a beleza. Sempre expondo e impondo um padrão de beleza. Sempre expondo e impondo um padrão de beleza que muita das vezes não são nem um pouco saudáveis, tais como as dietas “milagrosas” que prometem perda de peso em pouco tempo, porém por outro lado prejudicam a saúde.

OS_12 (§ 1):

(...)Claro que nessas propagandas só mostram o lado que dizem ser bom, sempre escondendo o lado ruim, ou retraindo da ideia das pessoas que aquilo fará mal, ou que compensa muito fazer uso do mesmo, pois a pessoa estará, ou se, enquadrará dentro do padrão de beleza estabelecido pela sociedade.

OS_12 (§ 2):

É cada vez mais nítido o número de pessoas que sofrem algum dano, ou até mesmo veem a perder a vida por causa de dieta perigosas, cirurgias plásticas, mal realizadas ou até mesmo por pratica excessiva de exercícios sem um acompanhamento médico adequado. Infelizmente as pessoas se esqueceram que ser magro, ter um corpo malhado e estar dentro de um padrão de beleza estabelecido pela sociedade, muitas das vezes não trará a felicidade e a paz interior necessária para se estar bem com si próprio, e sim muita das vezes essa “neura” pode acarretar em males para a saúde e deformações que será para o resto da vida, e com isso sim, haverá um descontentamento diário que não terá como ser resolvido.

OS_12 (§ 3):

Portanto antes de entrarmos nas imposições estabelecidas pela sociedade da moda devemos averiguar de forma cautelosa os malefícios e benefícios que os mesmos nos trarão, e se os mesmos servirão de forma saudável e satisfatório para cada um de nós.

OS_13

O culto a beleza

OS_13 (§ 1):

Atualmente podemos reparar que o número de pessoas nas academias é muito maior do que antes. O motivo, nem é mais o mesmo, para manter uma boa saúde ou ter um bom condicionamento físico e sim para ter um corpo considerado “padrão” e “perfeito”.

OS_13 (§ 2):

Um dos motivos para que cada vez mais isso seja comum de se ver, é de que a mídia vem ostentando isso, pois gera muito lucro para a indústria capitalista.

OS_13 (§ 3):

Com certeza se sairmos em um domingo de sol e iremos para algum parque, provavelmente encontraremos não só uma pessoa, mas sim várias exibindo o seu corpo considerado perfeito.

OS_13 (§ 4):

De fato devemos ter cuidado com nosso corpo e nossa saúde, mas não podemos dedicar todo nosso tempo nisso. Devemos sair, se divertir, sentir e aproveitar os outros prazeres da vida,

OS_13 (§ 4):

(...)pois um dia tudo acaba e será que todo aquele esforço e dedicação para chegar naquele padrão escultural terá valido a pena?

OS_13 (§ 5):

É de se pensar e ter a consciência de que nem tudo o que a mídia fala é o certo e que devemos seguir aquilo, pois o que realmente é certo é cada um estar se sentindo bem e feliz.

OS_14

O que realmente somos

OS_14 (§ 1):

Nos dias atuais, a sociedade valoriza os padrões egocêntricos que lhe são oferecidos pela mídia. Comerciais na televisão, na internet e em rádios vendem a ideia de que você pode ter o cabelo perfeito, o corpo perfeito ou até mesmo a vida perfeita adquirindo produtos. Ao ter a oportunidade de alcançar a perfeição, a sociedade compra o que lhe é proposto. Inicia-se, então, um consumismo devorador e uma busca pela intangível perfeição.

OS_14 (§ 2):

O belo, bom e prazeroso se tornaram bens de consumo. Aquilo que era alcançado com muito trabalho e esforço, pode ser parcelado em até dez vezes sem juros. A pós-modernidade deixou para trás tudo que não envolve o capital, tornando as pessoas frias e distantes.

OS_14 (§ 3):

Os padrões de beleza voltam ao modelo romano, em que o corpo escultural é o ápice da perfeição, deixando de lado o indivíduo que possui esse corpo.

OS_14 (§ 4):

Os poucos períodos de tempo que temos junto àqueles que amamos não são mais caracterizados por interações pessoais, foi substituído pelo computador ou a televisão o diálogo.

OS_14 (§ 5):

Percebe-se, portanto, que o homem está esquecendo daquilo que é para atingir o ápice da sua evolução. Porém, abandonar aquilo que faz de nós seres humanos resulta numa “involução”, isto é, o homem deixa de possuir as características de um ser humano, não podendo ser diferenciado de uma máquina quando comparados.

OS_14 (§ 5):

Para que o homem tenha sucesso naquilo que deseja, deve colocar sua essência em primeiro lugar, não vivendo apenas para trabalhar e comprar, mas para sentir prazer a cada momento praticando a sua humanidade. Assim, voltaremos a valorizar aquilo que realmente tem valor; aquilo que nos torna indivíduos racionais, a nossa individualidade. Valorizando mais que o material, poderemos valorizar o ser humano, tal como suas características.

OS_15

O preço por um corpo mais bonito

OS_15 (§ 1):

Esse fato está sendo mais um de todos os grandes erros da sociedade um corpo mais bonito.

OS_15 (§ 2):

Muitas pessoas chega a doenças como anorexia, bulimia entre outras, por achar que está gorda, não se alimenta direito, tudo que come pensa que tá inchando.

OS_15 (§ 2):

Mas isso tudo começa quando as televisões passa desfile de mulheres magras que ganha concurso, a mídia acaba influenciando a população que aquele é o tipo de corpo perfeito.

OS_15 (§ 3):

Outro caso também são as pessoas em academias em certos pontos exercícios físicos faz bem a saúde, mas nem todos estão lá para isso, muitos querem ganhar um corpo mais bonito em pouco tempo toma todo tipo de coisa, como bomba, aplica óleo vegetal no corpo, em casos até o silicone, e isso tudo vai acaba prejudicando a saúde.

OS_15 (§ 4):

O silicone era mais procurado por mulheres, querendo almentar os seios o bumbum, mas hoje em dia cresceu muito o numero de homens que estão usando o silicone para ganhar um corpo mais bonito.

OS_16

A busca do corpo perfeito

OS_16 (§ 1):

Atualmente as pessoas vivem em função da beleza, aquela que a sociedade impõe e que não pode ser desrespeitada senão o indivíduo será fortemente julgado como um anormal.

OS_16 (§ 2):

As pessoas, hoje, querem atrair olhares utilizando o seu corpo e não se interessa em mostrar o lado interior. Há muitas meninas que começam a utilizar peças de roupa mais curtas e que as deixem bem expostas e assim conseguem a atenção desejada.

OS_16 (§ 3):

Várias mulheres e homens não aceitam a sua velhice e para se acharem mais jovens gastam milhões em cirurgias plásticas que nem sempre acabam saindo como o esperado.

OS_16 (§ 4):

Ser fora desse biótipo do corpo perfeito infelizmente acaba sendo um ponto negativo pois a pessoa talvez pode sofrer preconceito por ser diferente desses padrões.

OS_16 (§ 5):

Há quem ganha dinheiro possuindo esse estilo, modelos, atores, fisiculturistas, mas não há necessidade de que a vaidade se transforme em um vício. As pessoas precisam lembrar que o importante, na verdade é o brilho no olhar e não o tamanho do silicone.

OS_17

Viver ou deixarem que vivam por ti

OS_17 (§ 1):

Nosso mundo somos nós mesmos que fazemos, tudo que está nele foi o homem quem criou, todos nós podemos se arrepender de algo não muito bom para nós.

OS_17 (§ 2):

Só que no mundo não é assim, muitas pessoas determina, o que as outras serem, elas impõem de uma certa forma o modo em que devemos viver e o que devemos fazer.

OS_17 (§ 3):

Somos alienados pelo marketing pesado de várias empresas que já está no pensamento de fazer o povo de fantoche, lucrar em cima de quem não tem voz ativa na sociedade, eles falam e nós obedecemos, como se não tivéssemos pensamento próprio o suficiente para dar um basta e dizer não ao que não queremos.

OS_17 (§ 4):

Devemos viver bem, viver saudável, ser quem somos realmente, não ficar se importando com o que os outros pensam sobre você. A vida é sua e ninguém melhor para decidir o que fazer dela é você mesmo.

OS_17 (§ 5):

Temos que ter voz ativa nesse mundo, não devemos abaixar a cabeça para ninguém, devemos acabar com essa de que eles mandam e nos obedecemos.

OS_17 (§ 6):

Somos superiores, somos todos iguais e temos os mesmos direitos do que aquele que está morando na rua, a mais de sete anos e vivendo no lixo, sem ter o que comer e ate mesmo aquele que tem um tenis de mil reais com canos importados e a vida “ganha”.

OS_17 (§ 7):

Somos todos iguais não importa o nosso modo de viver e nem o que a sociedade estipula ser “perfeita”.

OS_17 (§ 8):

Não devemos ser alienados o poder está em nossas mãos só nos podemos mudar isso!!!

OS_18

Vale a pena?

OS_18 (§ 1):

É do fetiche do ser humano deixar certos valores de lado e se preocupar mais com a vaidade. A globalização em si, trazendo o capitalismo, passa a idéia do que é ser feio ou bonito.

OS_18 (§ 2):

A insegurança, na minha opinião, pode maximizar tudo. Proporcionando ao indivíduo um prazer, uma realização.

OS_18 (§ 3):

Penso eu que tudo não passa de futilidade, uma vez que a única coisa que irá realmente permanecer conosco são lembranças e sabedorias. A casca de nada vale, e o que deveria realmente importar é o “lado de dentro”.

OS_18 (§ 4):

Um corpo forte com uma mente fraca e desequilibrada se torna um corpo fraco. Não, não vale a pena ser mais um controlado, levantando pesos, para ficar mais “aparentável” para outro controlado.

OS_18 (§ 5):

Existe um mundo lindo e deve ser pecado desperdiçá-lo.

OS_19

O bem do próprio corpo

OS_19 (§ 1):

Atualmente, muitas pessoas têm se preocupado com a aparência, a estética, e coisas do gênero, isso pode ter ocorrido pelo fato da tecnologia evoluir até aparecerem as redes sociais, que a grande parte da população tem ou participa de alguma, assim, precisar “agradar” ou pelo menos “não fazer feio” na rede é um pensamento que tem tomado conta de quase todas as pessoas cada dia mais.

OS_19 (§ 2):

Não há nada de errado em cuidar do corpo e da aparência, somente deve atentar-se à mudanças radicais que ao invés de fazer bem, acabam piorando a situação.

OS_19 (§ 3):

Com formas saudáveis de se conseguir o desejado, malhar, correr, exercícios físicos, acabam se tornando uma forma de lazer para muitas pessoas e não deixa de beneficiar o corpo enquanto se diverte.

OS_19 (§ 4):

Quando se alcança o desejado é natural querer mostrar par as pessoas o resultado que está sendo obtido e não há mal algum nisso, se for feito de forma não prejudicial, tornando muitas vezes as pessoas mais dispostas e podendo retomar melhores hábitos comuns como por exemplo, ir à praia, ao parque, conversar, etc.

OS_19 (§ 5):

Essa mudança vem de cada um em querer se sentir bem, melhorar sua vida. É bom ter um pouco da vaidade, nada exagerado, mas é essencial se sentir bem do jeito que é, estar feliz consigo mesmo, independente do corpo que possui. Fazendo aquilo que gosta. Se quiser mudar corra atrás, se está feliz continue assim.

OS_20

Uma semelhança entre lugar e produto

OS_20 (§ 1):

Ano de 2013, século XXI, Brasil! Um país conhecido mundialmente pelo futebol, samba e toda sua beleza. Um lugar que pode transmitir alegria, e a mais pura diversidade cultural e/ou racial.

OS_20 (§ 2):

Entretanto, o que é conhecido nos países afora nada mais é do que uma grande “maquiagem”, transmitindo apenas aquilo que eles querem, para que aqueles que vejam fiquem com uma necessidade de conhecer cada vez mais.

OS_20 (§ 3):

Está é uma tática muito comum em diversos produtos de beleza e estética, mostram o tanto de benefício que este produto vai lhe trazer, e o que este produto vai te mudar fisicamente, e proporcionar apenas coisas boas. Mas em muitas das vezes, não passa de uma propaganda enganosa, com fins lucrativos.

OS_20 (§ 4):

Sabendo que todo esse marketing é comum porque não usar de todos esses benefícios que um determinado lugar ou produto pode te fazer bem, sem mentiras?

OS_20 (§ 4):

(...)Podemos sim, ser sinceros com todo aquele público que queremos atingir e inclusive com nós mesmos.

OS_20 (§ 5):

Se conseguirmos todo o prestígio buscado apenas com o benefício real, com certeza toda a alegria e beleza ganhará mais valorização e com isso mostraremos o que realmente somos capazes.

OS_21**O dogmatismo do modernismo****OS_21 (§ 1):**

Com o passar do tempo as pessoas dogmatizaram em sua forma de pensar um vício a “perfeição”, a busca pelo corpo escultural do qual existe apenas em ficção. Mais que muitas delas notam isso apenas como estética e não mais como um bem à saúde. Se cuidar de todas as formas é um bom sinal, do qual nota-se de que o ser humano preocupa-se com o seu corpo e principalmente com sua saúde.

OS_21 (§ 2):

E mesmo aqueles que não tem tempo para estar fazendo uma atividade física constantemente, procuram estar ligados as tendências para que mesmo com o extresse do cotidiano não se deixem ser maltratados pela rotina do trabalho/estudo.

OS_21 (§ 3):

Contudo, o que se pode notar claramente é que quanto mais nos inovamos nosso modo de pensar, mais nos deixamos ser manipulados pela mídia. Pois tudo que é tendência no mundo global vem por meio da mídia. Poucos são aqueles que não seguem um padrão global por influência. Assim sendo o importante é que a população observe e compreenda o real sentido do bem estar estético.

OS_22

Busca da beleza

OS_22 (§ 1):

No mundo contemporaneo surgiu entre muitas pessoas uma busca obcessiva e em certos casos doentia pelos padrões de beleza onde pessoas fazem de tudo para atingirem um visual supostamente ideal, mesmo sendo artificialmente.

OS_22 (§ 2):

Em vez de darem um tempo a si mesmas, se preocupam todos os dias com a sua aparência e com fetixes desnecessários. Roupas extravagantes, quilos de maquiagem, brincos, colares, relógio, óculos, tenis, sapatos, pulseiras, etc., preocupam-se com esse tipo de coisa mais com que seus amigos ou até mesmo suas famílias, alguns entram em academias e fazem treinos insanos e se entopem de anabolizantes, outros fazem força para vomitar por achar que sua barriga está cheia e vai engordar.

OS_22 (§ 3):

As pessoas se esquecem dos conceitos básicos de se viver a vida e precisam entender o que é realmente ser feliz.

OS_23

A beleza ostentatória

OS_23 (§ 1):

É um assunto que vem sendo discutido frequentemente, tanto na internet, quanto na televisão. Cada vez mais vemos jovens ou nem tão jovens em busca do corpo perfeito, ou sarado, mas a principal ideia deles é chamar a atenção de quem está ao seu redor.

OS_23 (§ 2):

Sou completamente a favor da qualidade de vida, porém é cada vez mais comum ver as pessoas ultrapassando alguns limites, exageram nos métodos usados e tem como principal rival o tempo, não tem paciência de esperar, querem tudo rápido.

OS_23 (§ 3):

Vemos também pessoas que passam por cima de valores morais e éticos, esquecem que a vida não é só aquilo, esquecem até mesmo que as relações sociais e afetivas são extremamente importantes para o seu humano ser feliz.

OS_23 (§ 4):

Mas na verdade os culpados por essas coisas chegarem a esse ponto são os empreendedores donos de centros estéticos e academias de ginástica que querem apenas saber de lucrar, sem pensar no bem estar total de seu cliente, colocam muitas vezes a vida de alguns em risco oferecendo-lhes produtos que fazem mal à saúde.

OS_23 (§ 5):

Como já disse sou a favor da saúde e do bem-estar, mas cabe a cada um avaliar se o que se conta mais é a beleza interior ou a exterior.

OS_24

As diferenças te tornam único

OS_24 (§ 1):

Nos dias de hoje podemos ver pessoas que são quase escravas dos estereótipos que a mídia apresenta. Essas pessoas acabam esquecendo das próprias vidas para então sonhar com a tal beleza suprema.

OS_24 (§ 2):

Conforme a preocupação com a beleza vai crescendo, a pessoa acaba perdendo a sua própria essência, deixando de lado seus valores morais, éticos e culturais. Deixa de pensar no seu bem-estar interior para apenas se preocupar em ser conhecida como a “loira turbinada da academia”.

OS_24 (§ 3):

Com essa escravidão à beleza há quem perca a noção de sua saúde e acaba caindo em um precipício sem fim. As doenças geradas por tal dedicação podem levar à morte. Centenas de pessoas perdem a vida com a anorexia, bulimia e até mesmo com as “progressivas”. Todas começam a ser escravas da mídia desejando o corpo da moça que está na capa da revista e querendo o cabelo igual ao da atriz da novela das oito.

OS_24 (§ 4):

O papel da mídia nisso tudo é fundamental ela que estipula os famosos estereótipos e só ela vai conseguir mudar isso tentando conscientizar a todos de sua beleza interior.

OS_24 (§ 5):

Contudo, podemos perceber que a mudança nessa área da ostentação da beleza será a longo prazo. Todas devem se valorizar e serem felizes com suas diferenças, pois as diferenças tornam o ser único. O amor próprio deve vir em primeiro lugar.

OS_25

“É tudo vaidade, já tinha dito o pregador...”

OS_25 (§ 1):

Nos dias de hoje, a beleza e os prazeres vaidosos que só podem ser conquistados com o dinheiro, estão em primeiro lugar nos objetivos de nossa sociedade. Todos só se importam com a beleza do corpo e para o dinheiro no bolso.

OS_25 (§ 2):

Um dos grandes vilões e culpados disso tudo é a mídia e sua propaganda, novelas e suas revistas, que mostram para as pessoas ser felizes se confiarem a que eles estão vendendo ou vestirem o que eles estão vestindo, ou seja, se vocês quer ser feliz, seja como eles.

OS_25 (§ 3):

E o outro grande culpado disso tudo é o cidadão e telespectador, que se deixa enganar e se levar por tudo isso, que compra a ideia de que para ser feliz, tem que ser malhado e sarado igual o jogador de futebol e magras, retas e segui as atrizes.

OS_25 (§ 4):

Enquanto o povo não entender e perceber que está sendo manipulado e controlado, nada vai mudar, se o povo não abrir os olhos e verem que não é necessário nada disso para ser feliz, as coisas só são puras afinal o povo é o maior culpado pela vaidade e futilidade do mundo atual.